

# ESTUDOS

*Sociedade e Agricultura*

Junho a setembro de 2021

v. 29, n. 2

FEMINISMO

SOCIOLOGIA ECONÔMICA

POLÍTICA PESQUEIRA

LUTA PELA TERRA

MIGRAÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR

COVID-19

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

# ESTUDOS

*Sociedade e Agricultura*

ISSN@ 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580

FEMINISMO

SOCIOLOGIA ECONÔMICA

POLÍTICA PESQUEIRA

LUTA PELA TERRA

MIGRAÇÃO

AGRICULTURA FAMILIAR

COVID-19

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Junho a setembro de 2021

---

**v. 29, n. 2**

## *Estudos Sociedade e Agricultura*

Revista quadrimestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural

Junho a setembro de 2021, volume 29, número 2

ISSN digital 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos

Chefe do DDAS: Carmen Andriolli

Coordenador do CPDA: Andrey Cordeiro Ferreira

Editora-chefe: Maria José Carneiro

Editoras adjuntas: Carmen Andriolli e Leonilde Servolo de Medeiros

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouiri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará) e Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Revisão: Vania Santiago

TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: +55 (21) 2224-8577

Editoria: [estudoscpda@gmail.com](mailto:estudoscpda@gmail.com)

Revista ESA on-line: <https://revistaesa.com/>

# ESTUDOS

*Sociedade e Agricultura*

ISSN@ 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580  
v. 29, n. 2, junho a setembro de 2021

## Sumário

### Artigos

- 253 *Feminismo camponês e popular e pós-modernismo*  
Maria Ignez Silveira Paulilo
- 278 *Formas de adaptação de produtores de café à liberalização mercantil: proposta de uma tipologia analítica a partir de um estudo de caso na região das Matas de Minas*  
Marisa Alice Singulano, Sílvio Salej Higgins
- 304 *Políticas de desenvolvimento e da natureza: a pesca artesanal no processo de ambientalização da política pesqueira no Brasil*  
Carolina Cyrino, Aline Trigueiro
- 332 *Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar*  
Ricardo Braga Brito
- 355 *Lugar de saída e lugar de chegada: uma análise dos fluxos migratórios em uma comunidade rural no litoral norte do estado da Bahia*  
Diana Anunciação
- 378 *A inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto do estado do Tocantins*  
Diego Neves de Sousa
- 404 *Ecossistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19*  
Christiane Marques Pitaluga, Cleonice Alexandre Le Bourlegat
- 427 *Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19*  
Marcio Gazolla, Joacir Rufino de Aquino
- 461 *Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro*  
Regina Bruno

## Table of contents

### Articles

- 253 *Peasant and popular feminism and postmodernism*  
Maria Ignez Silveira Paulilo
- 
- 278 *Forms of adaptation of coffee producers to the market liberalization: proposal of an analytical typology from a case study in the Matas de Minas region*  
Marisa Alice Singulano, Sílvio Salej Higgins
- 
- 304 *Development and nature's policies: artisanal fishing in the environmentalization of fishery policy in Brazil*  
Carolina Cyrino, Aline Trigueiro
- 
- 332 *Reconquer the land: resistance and organization of peasants at the end of the corporate-military dictatorship*  
Ricardo Braga Brito
- 
- 355 *Place of exit and place of arrival: an analysis of migratory flows in a rural community on the north coast of the state of Bahia*  
Diana Anunciação
- 
- 378 *The inclusion of different segments of family farming in public policies for rural development in the context of the state of Tocantins*  
Diego Neves de Sousa
- 
- 404 *Innovation ecosystems and short chains in healthy food supply to vulnerable populations in Mato Grosso do Sul during the Covid-19 pandemic*  
Christiane Marques Pitaluga, Cleonice Alexandre Le Bourlegat
- 
- 427 *Reinvention of family farming markets in Brazil: the novelty of websites and digital marketing platforms in times of Covid-19*  
Marcio Gazolla, Joacir Rufino de Aquino
- 
- 461 *The Parliamentary Agricultural Front (FPA): a dispute arena between Ruralistas and Petistas in the Brazilian National Congress*  
Regina Bruno

## **Feminismo camponês e popular e pós-modernismo**

DOI: 10.36920/esa-v29n2-1

 Maria Ignez Silveira Paulilo<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é situar o feminismo camponês no debate atual que ocorre, dentro das correntes feministas, sobre a importância ou a falácia do pós-modernismo para os estudos de gênero. Para isso, utilizamos, entre outras fontes, principalmente os trabalhos acadêmicos produzidos pelas militantes do Movimento de Mulheres Camponesas que optaram por se dedicar aos estudos de pós-graduação, elaborando dissertações de mestrado e teses de doutorado e se tornando professoras universitárias. Nossa opção foi mostrar que, apesar da contundência das argumentações contra as influências do pensamento pós-moderno e suas derivações, e daquelas a favor delas, existe a possibilidade de um diálogo que, se observarmos o campo em disputa sem tomada prévia de posição, veremos que já vem acontecendo mesmo que nem sempre de maneira explícita.

**Palavras-chave:** feminismo; campesinato; pós-modernismo; gênero; classes sociais.

**Abstract:** (*Peasant and popular feminism and postmodernism*). The purpose of this paper is to situate peasant feminism within the current debate in feminist research strands on the importance, or the fallacy, of postmodernism for gender studies. We draw, among other sources, on academic work produced by activists of the Peasant Women's Movement who have chosen to pursue graduate studies, producing MA dissertations and Ph.D theses and moving on to become university professors. Our contention is that, despite the force of arguments against the influence of postmodern thought and its derivatives in favor of these women, there is room for a dialogue which, if we look at the field without assuming an a priori stance, has been taking place, albeit not explicitly.

**Keywords:** feminism; peasantry; postmodernism; gender; social classes.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade do CNPq nível IB. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutorado pela The London School of Economics and Political Science, Londres. E-mail: ipaulilo@terra.com.br.

## Introdução

As mulheres estejam caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar, mas devem estar sujeitas, como também o diz a lei. E se querem ser instruídas sobre algum ponto, interroguem em casa o marido, porque é vergonhoso para uma mulher o falar na Igreja. (São Paulo, Epístola aos Coríntios I, 14:34-35)

Um dos objetivos da pesquisa da qual resultou este texto foi mapear as principais possibilidades de impasse entre o feminismo das agricultoras e as correntes atuais mais hegemônicas.

Já há vasta bibliografia sobre o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC (GASPARETO, 2017; ZARZAR, 2017, entre outras obras), a partir do qual surge o feminismo camponês e popular, mas algumas breves informações são necessárias. Esse Movimento surgiu em 1983 e, antes de 2004, quando mudou seu nome para o atual, era conhecido, primeiro, por Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) e, logo depois, por Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Embora tenha mantido a denominação MMA, estava articulado nacionalmente, desde 1995, com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), presente na grande maioria dos estados brasileiros (PAULILO; BONI, 2016). Ao longo dos anos, o MMC sempre manteve acesa a luta pelos direitos e bem-estar das mulheres agricultoras, porém suas bandeiras foram se modificando até que o projeto de uma agricultura ecológica tomou vulto. Em suas próprias palavras:

A história de luta do MMA/SC, marcada pela existência das mulheres agricultoras organizadas, vai desde a conquista de sair de casa e pensar sobre o seu destino, o reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural, formação e capacitação das dirigentes e das mulheres sobre seus direitos, lutas pelo direito à Saúde Pública e de qualidade, Direitos Previdenciários (aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, auxílio invalidez, pensão de viúva (o), salário maternidade), e a luta por um novo projeto de agricultura agroecológica, recuperando as sementes e sabedoria popular buscando a preservação da biodiversidade. (MMC, 2004)

Porém, as mudanças não param por aí. Em 2010, as militantes do MMC assumem publicamente uma postura feminista, o que não havia acontecido antes, durante um encontro realizado na cidade de Xaxim (Santa Catarina), cujo lema foi “Mulher camponesa e feminismo”. Com esse ponto de partida, as discussões sobre o que é ser camponesa e feminista foram crescendo e se aprofundando, o que resultou em textos militantes e também acadêmicos, pois mulheres oriundas do Movimento começaram a ingressar nas universidades, tanto para se graduarem como para se pós-graduarem. Na elaboração do presente artigo, fizemos uso de vasto material produzido por essas

mulheres. Vamos enfatizar, logo a princípio, três teses de doutorado elaboradas por Isaura Conte (2014), Catiana Cinelli (2016) e Sirlei Gaspareto (2017).<sup>2</sup> A tese de Valdete Boni (2012) foge um pouco desse perfil, embora a autora seja filha de agricultores e ligada ao MMC, porque sua dedicação à vida acadêmica foi mais intensa. Duas outras teses, escritas por pesquisadoras com ampla experiência institucional relativa às agricultoras, suas organizações e movimentos, foram fundamentais: a de Vilênia Porto Aguiar (2015) e a de Andrea Lorena Butto Zarzar (2017). Inspiradora também foi a cartilha *Feminismo camponês e popular*, produzida pelo Movimento de Mulheres Camponesas em 2018.

Como todos sabem, houve uma mudança significativa no regime político brasileiro com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. Grande parte das obras que lemos, mesmo as publicadas depois de fato tão marcante, baseou-se em informações colhidas antes, quando havia esperança de que se pudesse ampliar a democracia participativa no Brasil por meio de um governo popular. Essa esperança fez com que os movimentos sociais se aproximassem e suas lideranças participassem ativamente do Legislativo e do Executivo. A guinada política depois de mais de uma década de abertura com relação às classes populares, incluindo aí os pequenos agricultores, criou a necessidade de se repensar atitudes e práticas, o que ainda está sendo feito. Portanto, não é de se admirar que os documentos e as práticas do MMC possam apresentar contradições, aparentes ou não, e dificuldades quanto a uma unificação de sua visão de futuro do feminismo e suas metas. Está correta Sirlei Gaspareto (2017), liderança do Movimento, quando afirma repetidas vezes em sua tese que o feminismo das mulheres rurais “está em construção”.

Como foi dito, nosso objetivo era situar o feminismo camponês e popular entre algumas das principais correntes dos feminismos atuais, mas o que mais nos chamou a atenção foi a retomada, pelo MMC, do feminismo marxista dos anos 1970 e a forte oposição a qualquer forma de pós-modernismo. Como muito dos feminismos atuais se baseiam em posturas pós-modernas, decidimos focar nesta última perspectiva.

## Um pouco da história do feminismo brasileiro

Constância Lima Duarte (2019) divide o feminismo no Brasil em quatro momentos. Chama o primeiro de “As letras iniciais” e situa seu início na primeira metade do século

---

<sup>2</sup> Não é de se estranhar a entrada das militantes do MMC na Academia. Nos mais de 30 anos de existência do Movimento, elas buscaram sempre por mais espaços. O primeiro deles foi o da política, como vereadoras e deputadas. O Movimento dá grande importância aos estudos, e as mulheres se orgulham de estarem prosseguindo neles. Mulheres já com filhos adultos entram em cursos de graduação e, em um dos encontros em que participamos, as coordenadoras fizeram questão de citar nominalmente as militantes que estavam se pós-graduando. Fica claro que as universidades são espaços também de militância.

XIX, quando surge a primeira legislação permitindo a abertura de escolas públicas femininas em 1827, e sua duração vai até 1870. Considera que as primeiras mulheres que se dedicaram à literatura eram feministas, porque já mostravam o desejo de saírem do círculo doméstico. Ressalta os nomes de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, mas que residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, mudando-se depois para a Europa. Ainda segundo Constância, nosso primeiro movimento feminista vem de fora, e foi Nísia Floresta que colocou em língua portuguesa as reivindicações das mulheres do Velho Mundo. Ela menciona outras pioneiras como a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860) e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863). Em meados do século XIX surgem os primeiros jornais dirigidos por mulheres, sendo um deles o *Jornal das Senhoras*, lançado no Rio de Janeiro em 1852, por Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), nascida na Argentina. Uma importante escritora da época foi Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar (século XIX), que fundou no Rio de Janeiro, em 1862, o periódico *O Belo Sexo*.

Citar algumas mulheres é sempre esquecer outras, mas no espaço de um artigo não se pode fazer justiça a todas. Apenas para registrar a importância delas, segundo Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em seu livro *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX* (1989), cerca de 99 escritoras e tradutoras teriam vivido no Rio de Janeiro no período de 1840 a 1890.

O segundo momento, intitulado “Ampliando a educação e sonhando com o voto”, vai de 1870 até o início das lutas pela conquista do voto pelas mulheres nas duas primeiras décadas do século XX. Caracteriza-se pela ampliação das possibilidades de educação para as mulheres e pela luta a favor do voto feminino. Por volta de 1870 surge um número muito grande de jornais e revistas de cunho feminista. Um dos periódicos mais importantes, publicado entre 1873 e 1896, foi *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz (século XIX). Outros periódicos da época são *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, que já criticavam a dominação econômica feminina e, por isso, defendiam o estudo e o trabalho remunerado para as mulheres. Havia também o jornal *O Corimbo* e a revista *A Mensageira*. Segundo Constância Lima Duarte, é preciso destacar, nesse período, a jornalista Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905) pela exigência que fazia de mudanças radicais na sociedade em seu jornal *A Família*, que foi publicado de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Em 1878, a jornalista encenou a peça *O voto feminino* que, posteriormente, foi publicada em livro.

Vale salientar que nesse momento as primeiras brasileiras se formaram em cursos universitários no exterior, fato que a imprensa feminista dava bastante destaque. A

literatura sobre esse tema é unânime em dizer que a primeira brasileira a conseguir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, graduada em medicina em 1882 nos Estados Unidos.

No terceiro momento, que Duarte chama de “Rumo à cidadania”, temos como lutas principais o direito ao voto, ao acesso a cursos superiores e ao trabalho no comércio, nas repartições, nos hospitais e nas indústrias. Apenas a profissão de professora já era bem aceita. Como é sabido, foi a bióloga formada pela Sorbonne, Paris, Bertha Lutz, a figura feminina mais emblemática na luta pelo voto feminino no Brasil. E em 1932 ocorreu a liberação parcial do voto feminino – parcial porque as casadas só podiam votar com autorização do marido e, as solteiras, quando tinham renda própria. Em 1934, a lei ampliou o direito para todas, mas não o tornou obrigatório. A igualdade plena perante o Código Eleitoral só foi alcançada em 1946 (PAULILO, 2016a, p. 190). Não se pode esquecer que os analfabetos, homens ou mulheres, só puderam votar em 1985, na primeira eleição direta após o período ditatorial.

Além da importante conquista do voto, as feministas se destacaram no campo da literatura. Entre elas, Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975), Gilka Machado (1893-1980), Mariana Coelho (1857-1952), Rachel de Queiroz (1910-2003) e Adalzira Bittencourt (1904-1976).

O quarto momento são os anos 1970, que Duarte considera o “momento mais exuberante” do feminismo, com sua revolução sexual e literária. Esse período também é bastante conhecido como a “segunda onda” do feminismo, sendo o movimento sufragista considerado a “primeira onda”.<sup>3</sup> Porém há concordâncias e discordâncias sobre isso. Para a maioria das feministas, como mostra Rayza Sarmiento (2017), dada a uma certa semelhança de pautas, a primeira fase abarcaria o período de 1921 a 1950. Assim, o grande momento do feminismo, que são os anos 1970, estaria na segunda fase e não na quarta, como aponta Duarte. Dando ênfase a uma segunda fase, temos, por exemplo, feministas de renome como Céli Pinto, que em 2003, escreveu *Uma história do feminismo no Brasil*.

Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 187) é taxativa quando diz:

Desde o final dos anos 1970, as mulheres definitivamente deixaram o lugar social que lhes era predeterminado em nosso país – o da passividade e do vitimismo – e, a partir de movimentos organizados passaram a reivindicar direitos e oportunidades iguais no trabalho, no lazer, dentro de casa e no espaço público.

<sup>3</sup> Convencionou-se falar do feminismo em “ondas” porque esse movimento, como as ondas do mar, tem fluxos e refluxos.

Nosso feminismo, obviamente, teve influências do que acontecia em outros países, porém, por estarmos vivendo na época, no Brasil, um período de ditadura, Duarte (2019, p. 42) chama a atenção para nossas especificidades.

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida.

Heloisa Buarque de Hollanda (2019, p. 10) concorda com Duarte:

Enquanto o feminismo daquela hora na Europa e nos Estados Unidos se alimentava das utopias e dos sonhos de liberdade e transformação da década de 1960, no Brasil a esquerda, incluindo-se aí as mulheres militantes, se manifestava numa frente ampla de oposição ao regime. Nesse quadro, era frequente que as iniciativas do movimento feminista estivessem vinculadas ao Partido Comunista ou à Igreja Católica progressista, instituição particularmente importante enquanto oposição ao regime militar.

Mas acrescenta uma ressalva importante:

Nenhuma dessas alianças se deu sem problemas. O partido reivindicava a prioridade de uma luta ampla e urgente em detrimento das especificidades incômodas das lutas feministas. A Igreja representava um sério conflito em demandas importantes, como a defesa do direito ao aborto e demais temas relativos à sexualidade. (HOLLANDA, 2019, p. 10)

Uma das fortes oposições enfrentadas, naquele período, pelos movimentos de mulheres mais ligados à esquerda era o fato de que se corria o risco de “dividir a luta”, ou seja, a luta de classes deveria ter prioridade. Essa oposição perdurou mesmo depois que as agricultoras de vários estados brasileiros, nas décadas de 1980 e 1990, formaram organizações e movimentos só de mulheres, movimentos esses que foram se unificando até formarem na esfera nacional, primeiro, o Movimento de Trabalhadoras Rurais – MMTR, em 1995 e, depois, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, em 2004. As críticas surgiram não só da esquerda tradicional, mas também de outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e o movimento sindical, como mostra a entrevista dada por D. Adélia Schmitz, líder nacional do MMC (PAULILO; SILVA, 2007), e as análises de Valdete Boni (2002) sobre o movimento sindical no Oeste de Santa Catarina.

Creio que podemos situar o fim desse momento na década de 1980, quando o regime ditatorial começou a se abrir e surgiram com muita força os movimentos sociais que

acabaram com a ideia de uma única luta principal, e partiram para as mais diferentes reivindicações. No que se refere ao momento atual do feminismo brasileiro, intitulado “Revolução sexual e literatura”, Duarte considera que:

Em tempos de globalização selvagem, em que os saberes instituídos parecem ter a textura da areia movediça, tal seu caráter difuso e maleável, feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas, e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais ou estudos gays. (2019, p. 45)

Quanto à fragmentação citada pela autora, há poucas discordâncias. O tema “mulher”, como grupo coeso, foi se deslocando para discussões sobre raça, classe, geração, etnia e sexualidade. Fala-se em feminismo liberal, essencialista, da igualdade, da diferença, radical, socialista, marxista, negro, pós-moderno, pós-colonial, decolonial, ecofeminismo, entre outras denominações. Porém, quanto ao uso do termo pós-feminismo, nem Duarte, nem grande parte das feministas concordam em já estarmos em um pós-feminismo, como se o feminismo em si estivesse ultrapassado, sem que, embora com suas inegáveis conquistas, tivesse sido suficiente para erradicar as desigualdades salariais e de poder entre homens e mulheres ou fazer desaparecer a violência que se pratica cotidianamente contra o sexo feminino. Preferem considerar que esse pode ser um período de amadurecimento e criação de “interseccionalidades”.

Outro grande risco da fragmentação desmesurada é um liberalismo sem limites, total individualização dos sujeitos, no sentido de que cada ser humano é único e, portanto, suas ideias, decisões e posturas só dizem respeito a quem as tem ou toma, com base em seu autointeresse. Rayza Sarmiento, unindo ideias de Angela McRobbie, Rosalind Gill e Sue Thornham, faz uma síntese interessante:

O pós-feminismo se assenta na *reprivatização* das conquistas e na sua *individualização*, tendo na cultura popular um dos seus mais potentes catalisadores. Produções como *Sex and the City* são ilustrativas de um perigoso discurso de que o feminismo está ultrapassado, dada a liberdade e o ganho já obtido pelas mulheres.(...) o pós-feminismo é, em resumo, a incorporação neoliberal dos papéis de gênero, que opera em uma dinâmica bastante complexa, dado que age incorporando, revisando e despolitizando os ideais feministas, tratando a superação em termos de escolha e esforço pessoal (...). (SARMENTO, 2017, p. 61 – grifos da autora)

Mesmo o uso abusivo do termo “gênero” nos faz sentir, às vezes, falta do termo “mulher” ou “mulheres”. Porque:

É inegável a importância do conceito de gênero na desconstrução das bases biológicas que sustentavam a inferiorização da mulher, por ter mostrado o papel imprescindível da cultura na criação das relações de poder. Porém, o relativismo do conceito levou a uma despolitização do

feminismo acadêmico, ao mesmo tempo que uma apropriação do conceito de gênero por parte do Estado e dos órgãos oficiais de desenvolvimento, nacionais e internacionais. Surgem, então, estudos de gênero alheios ao feminismo, cuja falta lhes tira algo de muito importante, seu caráter emancipatório. (PAULILO, 2016b, p. 300)

Cynthia Andersen Sarti traz uma explicação interessante para a sensação de que o termo “gênero” acabou criando um elo mais forte entre os movimentos de mulheres e os órgãos oficiais. Ele se popularizou, enquanto os movimentos de mulheres foram se institucionalizando. Falando sobre os anos 1980, diz:

Muitos grupos (de mulheres) adquiriram a forma de organizações não governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”. (2004, p. 42)

A preocupação em atender às prioridades das agências financiadoras não anula o fato de que elas também procuravam tornar os movimentos de mulheres menos rebeldes, mais controláveis. Como nem todas as reivindicações e grupos organizados “cabiam” nas esferas governamentais, o que extrapolava tornava-se uma dissidência. Com o aumento das dissidências, começou haver um questionamento sobre o que, afinal, unificava as mulheres, ou mesmo se havia necessidade de unificá-las.

Não havendo nada em comum entre as mulheres, como sustentar bandeiras de luta em seu nome? O feminismo essencialista foi muito criticado, pois ao estabelecer uma semelhança inata nas mulheres, como a relação com a natureza, provocou certa historicidade nas pesquisas e dificuldades nos estudos das relações de classe, raça e etnia, por isso tem sido pouco utilizado e não serve como instrumento de unificação das lutas. Se algo de comum é preciso, as feministas criaram o termo “essencialismo estratégico”, o que permite que as mulheres se construam, quando necessário, como um coletivo, e que suas lutas avancem (PORTOLÉS, 2007). Podemos encarar esse essencialismo como uma “ficção útil”, nos termos de Rodríguez Magda (2007). Interessante notar que encontramos, pela primeira vez, esse termo “ficção útil” novamente na tese de Sarmiento (2017).

As ideias de “ficção útil” e “transmodernidade” de Rodríguez Magda passam por todo este texto. Não vemos os diferentes feminismos por uma ótica evolucionista, no sentido de que os que surgiram por último seriam “melhores” ou “mais completos”. Por isso não está explícita ou implícita qualquer crítica negativa ao descrevermos uma retomada do feminismo dos anos 1970 pelas militantes do MMC.

La Transmodernidad prolonga, continúa y trasciende la Modernidad, es un retorno de algunas de sus líneas e ideas, acaso las más ingenuas, pero también las más universales. (...). Pero es un retorno distanciado, irónico, que acepta su ficción útil. La Transmodernidad es el retorno, la copia, la pervivencia de una Modernidad débil, rebajada, light. La zona contemporánea transitada por todas las tendencias, los recuerdos, las posibilidades; trascendente e aparenial a la vez, voluntariamente sincrética em su “multicronia”. (...). La Transmodernidad es lo postmoderno sin su inocente rupturismo, (...). Su clave no es el post, la ruptura, sino la transubstanciación vasocomunicada de los paradigmas. (...) Es el abandono de la representación, es el reino de la simulación, de la simulación que se sabe real. (1989, p. 141-142 *apud* RODRÍGUEZ MAGDA, 2007, p. 151-152)

Retomando a última citação de Duarte, na qual a autora fala em uma “diluição” do feminismo na atualidade, Nalu Faria (2019, p. 17-18), militante da Sempreviva Organização Feminista (SOF) desde 1986, afirma que foi justamente a resistência ao neoliberalismo que permitiu uma recomposição de campos do movimento feminista, colocando fim a uma hegemonia da institucionalização desse movimento e provocando uma diminuição de suas radicalidades. No início dos anos 2000, houve reação à mercantilização do corpo e da vida das mulheres, e foram retomadas as mobilizações das ruas, a ocupação de espaços públicos, as alianças com outros movimentos sociais, e o surgimento de outras formas de organização. Os anos 2000 fazem uma ruptura com os anos 1990, nos quais houve formação de ONGs e institucionalização por parte dos movimentos de mulheres. Havia uma “agenda propositiva”, visando que os movimentos se legitimassem trabalhando com governos e organismos multilaterais. Os anos 2000 já são anos de reação.

## **Feminismo camponês e popular e feminismo marxista**

Corroborando as afirmações de Nalu Faria, voltamos ao feminismo camponês e popular que se firma na primeira década dos anos 2000, percebendo que suas bandeiras não se harmonizam com as deste último período classificado por Duarte (2019). A semelhança maior é com o feminismo marxista dos anos 1970, principalmente quanto à importância dada ao conceito de “classe social”, que retorna com muita força. Mas não podemos falar apenas em retorno, porque há significativos elementos novos, entre eles, sendo os principais, a defesa da agroecologia e a igualdade em âmbito doméstico.

Nas palavras das próprias agricultoras, expressas na cartilha *Feminismo camponês e popular*, temos:

É neste momento que afirmamos explicitamente o caráter feminista de nossa luta, a qual anteriormente não assim denominada, mas que hoje sabemos já era a expressão do feminismo das mulheres camponesas. Sendo assim, para nós do MMC o Feminismo Camponês e Popular é

respeito a nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa, agroecologia, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, a sociedade socialista e feminista. (MMC, 2018, p. 11)<sup>4</sup>

Catiane Cinelli, militante que se doutorou em Educação, afirma em sua tese:

Ao colocarmos as mulheres em evidência, dirigimos o foco para as camponesas empobrecidas, sujeitas desta pesquisa, em luta organizada, valorizando racionalidades não hegemônicas. Para isso, assumimos uma posição de luta feminista numa sociedade de classes, compreendendo (...) que não existe um feminismo autônomo desvinculado de uma perspectiva de classe. (2016, p. 62)

Isaura Conte, outra militante que entrou para a Academia, diz em sua tese que a aceitação do feminismo pelas mulheres que formam a base do MMC não foi muito simples.

Para as pesquisadas do Brasil e do México, as que se assumem feministas acreditam e lutam desde um feminismo classista, senão não teria sentido para elas, enquanto pobres e exploradas. (...)Ao tentar entender o ritmo em que avança o feminismo na luta camponesa das mulheres, fica evidente de um lado, que há de se respeitar o tempo das demais mulheres, suas condições, mas, por outro lado, por vezes é preciso empurrar, insistir, analisando como reagem e até aonde se pode ir. (...) o feminismo não é uma teoria lá nas nuvens, ele é o que eu vivo e faço no meu cotidiano, minhas atitudes feministas, mais do que um discurso revolucionário precisa ser condizente com as práticas. (2014, p. 161)

Esta última citação nos remete à ideia de “experiência” de Joan Scott quando diz que “não são os indivíduos que tem experiências, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999, p. 27). Segundo a militante e acadêmica Catiane Cinelli (2016, p. 16): “A partir de suas experiências vividas, (...) as mulheres camponesas constroem outras formas de viver em sociedade, resistindo e enfrentando o sistema capitalista e patriarcal”. Para o MMC, capitalismo e patriarcado se reforçam mutuamente, são sistemas imbricados e não independentes.

Como podemos notar nas citações, o feminismo camponês e popular tem em comum com o feminismo marxista a importância dada à luta de classes.

Poderíamos perguntar se essa semelhança entre os dois feminismos seria decorrente do fato de estarmos vivendo um período que lembra, em muitos aspectos, a ditadura dos anos 1970. Mas essa não parece ser uma explicação convincente, pois desde antes da mudança do regime político no Brasil e de seus primórdios, o feminismo camponês já marcava sua posição de classe, considerando-se sempre um feminismo socialista.

---

<sup>4</sup> É interessante notar nesta citação que as mulheres, ao se assumirem feministas, percebem que já o eram mesmo sem usarem o termo.

A explicação da SOF é mais convincente, principalmente pela época de surgimento do feminismo camponês e pela oposição constante que suas militantes fazem à exploração capitalista e ao risco para a vida das populações atingidas.

Após a crise dos anos 2008, o neoliberalismo se expande como projeto e racionalidade de um capitalismo financeirizado (...) Um neoliberalismo que se conjuga abertamente com o autoritarismo e o conservadorismo que lhe convém (...) enfrentamos um neoliberalismo caracterizado pela agudização do conflito entre o capital e a vida (...). (2017, p. 9-10)

Como já foi dito, a convivência entre reivindicações de “gênero” e de “classe” nunca foi tranquila nos períodos anteriores e também não o é no momento atual. Para entendermos como essa convivência se dá no feminismo camponês, precisamos discutir como essas noções têm aparecido em seus documentos escritos, nos encontros e nas entrevistas com suas militantes e, mais recentemente, nas dissertações e teses acadêmicas. Nem sempre essas noções são colocadas juntas, a não ser na apresentação pública do Movimento, quando ele se identifica como “camponês e feminista”, sendo que a ideia de classe está contida no conceito de camponês e não no de proletariado, como tínhamos no marxismo clássico.

Como mencionado anteriormente, o feminismo dos anos 1970, que tem influenciado o MMC, lutava contra ditaduras militares, tanto no Brasil como em grande parte da América Latina. Embora acolhesse reivindicações como creche para os filhos das mães trabalhadoras, salário igual para trabalho igual, e outras de cunho democrático, a principal bandeira era a mudança de regime político. A ideia de uma revolução socialista ainda estava bastante presente. E foi nos anos 1980, com o término do governo militar e o advento da Nova República, que muitos marxistas, entre eles as feministas, abriram mão da ideia de mudança revolucionária para a defesa de uma democracia cada vez mais inclusiva.

Essa mudança de objetivo foi central, mas houve a necessidade de outras. Pouco se discutia a respeito do trabalho doméstico. A aceitação da dicotomia entre “trabalho produtivo e trabalho improdutivo” fazia com que a ênfase recaísse no primeiro polo, e a preocupação era com as mulheres trabalhadoras, principalmente operárias, pois ainda acreditava-se na postura redentora do proletariado industrial. Esperava-se que o Estado, depois de uma mudança radical, reduziria o trabalho doméstico por meio de creches, escolas em tempo integral, refeições fornecidas no local de estudo ou trabalho, entre outras medidas coletivizantes. Já muito se comentou como as brasileiras exiladas durante o regime militar se viram impactadas na França pela não divisão dos afazeres domésticos com os parceiros (COSTA *et al.*, 1980).

O fato de termos empregados domésticos nos trazia, a nós brasileiras, alguma sensação de culpa, agravada, sem dúvida, pelas reprovações com que as feministas norte-americanas e europeias nos brindavam sem pejo. Ainda estávamos longe tanto da profissionalização das domésticas no Brasil como desse momento atual em que o trabalho doméstico mal pago das imigrantes em países desenvolvidos, tanto latino-americanas nos Estados Unidos como latino-americanas provenientes do Leste Europeu na França e outros países vizinhos, está levando a muitos estudos sobre o que se convencionou chamar de *care*, ou seja, as atividades de cuidado: alimentação, limpeza, cuidado com menores, enfermos e idosos. Autoras de formação marxista, como a brasileira residente na França Helena Hirata (2007), entre outras, sentem-se à vontade para estudar com base nos fundamentos do materialismo histórico essa nova forma de exploração do trabalho feminino pago. Para quem estuda o trabalho doméstico não pago nas cidades e a simbiose entre trabalho doméstico e cuidado com lavouras e animais na agricultura familiar em relação às agricultoras, como é o caso de Karolyna M. Herrera (2016, 2019), é difícil se sentir à vontade segundo os mesmos fundamentos. Por isso, é interessante ver como as intelectuais do MMC “casam” a ideia de luta de classe com as novas reivindicações surgidas no campo no que se refere a cuidados, à reprodução, à valorização do trabalho não pago, à sexualidade, entre outras. Ninguém disse que está sendo fácil.

Como já é sabido e estudado, é mais fácil fazer oposição a um governo autoritário que a um governo popular. Com a chegada de Lula à Presidência da República (em 2003), e sua permanência até 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita, em 2011, para o seu primeiro mandato e, em 2014 para o segundo, tendo perdido a condição de chefe de Estado em 2016, houve uma convivência entre os movimentos e as organizações sociais populares e as instâncias governamentais. Muitos militantes assumiram cargos em vários escalões do Executivo e participaram com mais intensidade do Legislativo, e o MMC não foi uma exceção.

Valmor Schiochet, professor da Universidade Regional de Blumenau (Furb), em palestra durante o I Encontro Pós-Colonial e Descolonial: diálogos sensíveis,<sup>5</sup> descreve com maestria esse momento de participação dos movimentos sociais no governo. Para ele, nos anos 1980, com a volta da democracia, vem a procura por inclusão, pela importância de participar, de ser cidadão, de defender uma democracia substantiva que levasse em conta o direito de sobreviver das populações marginalizadas, a luta por acesso a terra, trabalho, habitação e saúde, entre outras reivindicações. Porém, e isso é muito importante, havia também sementes de uma busca por um modelo alternativo de

<sup>5</sup> Evento realizado em Florianópolis – SC, na Udesc/Faed, entre 23 e 25 de outubro de 2019.

sociedade, pois não existia garantia quanto às conquistas almejadas, mesmo tendo ocorrido avanços.

Com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, passamos para um regime político bem mais conservador e menos propenso ao diálogo, por isso essa convivência “entremeada” foi drasticamente rompida e a atitude de oposição também mudou. As sementes da busca por modelos alternativos ganham relevância. Se a ideia de “classes trabalhadoras e elite dominante” nunca desapareceu das atividades políticas no Brasil, agora retomamos a atualidade da ideia de classe, não no sentido clássico de proletariado, mas no sentido cunhado pelos movimentos sociais de “classes trabalhadoras” ou “classes populares”.

Se compararmos o feminismo camponês presente nas obras estudadas, vemos que há impasses significativos com a descrição que Duarte (2019) faz do momento atual do feminismo brasileiro. Impasses que não são novos, mas nem por isso menos polêmicos. Se quisermos resumi-los em poucas palavras, podemos dizer que derivam basicamente da influência do pós-modernismo nas ciências em geral e nas sociais em particular.

## **Feminismo e a ‘virada linguística’**

Por “virada linguística” entendemos que ela ocorre quando a linguagem deixa de ser considerada algo dado, transparente, universal. O que é dito é preciso ser não apenas “ouvido” mas “compreendido”. É necessário apreender o “sentido” que quem fala dá aos termos que usa, procurando suas raízes, ou seja, a matriz valorativa que embasa o conceito (ver GIDDENS, 1978; GEERTZ, 1989, entre outros).

Uma das marcas fortes da concepção de gênero entre as militantes do MMC é que toda a desconstrução das ideias de gênero e sexo, toda a procura de suas raízes tão presentes na academia, não encontra eco entre as agricultoras. Eco nenhum. Ao participar do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), ligado à UFSC, em Florianópolis,<sup>6</sup> percebemos a grande importância conferida ao feminismo posterior à “virada linguística”, quando a ideia de “desconstrução” toma força, e à teoria *queer*, que defende que não só o conceito de gênero, mas também o de sexo, são construídos (BUTLER, 1990). Vemos pouca influência do feminismo marxista que foi tão forte no Brasil nas décadas 1960 e 1970. Desconhecer o trabalho de Judith Butler e as implicações de sua teoria é quase impensável dentro do IEG. Usar esse Instituto como parâmetro para o momento atual do feminismo brasileiro não é uma escolha aleatória, pois ele é

---

<sup>6</sup> O IEG foi criado em 2005 por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc). Tem como objetivo criar redes de pesquisa em âmbito local, nacional e internacional, articular-se com a comunidade, movimentos sociais e artistas comprometidas(os) com os direitos das mulheres, a igualdade de gênero, e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas ([www.ieg.ufsc.br](http://www.ieg.ufsc.br)).

responsável pela publicação da *Revista de Estudos Feministas*, o periódico mais importante sobre o tema no Brasil. Por isso vale a pena a leitura da tradução do livro de Seyla Benhabib *et al.* (2018), *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*, escrito nos anos 1990. A obra, de autoria de quatro consagradas feministas norte-americanas, Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucila Cornell e Nancy Fraser, com introdução de Linda Nicholson, também bastante reconhecida, mostra que a aceitação do pós-modernismo não é unânime, apesar de sua forte influência não apenas sobre os feminismos como sobre as Ciências Sociais em geral. Enquanto, por exemplo, Benhabib é enfática em contestar a aliança entre feminismo e pós-modernidade, Butler já considera essa aliança estratégica para questionar reflexões e conceitos que entravavam o avanço do feminismo.

Quando realizamos nosso pós-doutorado na The London School of Economics and Political Science, entre os anos 1996 e 1997, a aceitação ou não do pós-modernismo entre as feministas inglesas era uma discussão muito presente. O ponto mais polêmico quanto à aceitação tem a ver com a mesma ressalva que faz Gaspareto (2017): a possibilidade de que uma desconstrução sem fim pudesse levar a uma postura niilista com relação ao decréscimo das desigualdades sociais entre homens e mulheres, porque essa desconstrução não ofereceria suporte para quaisquer programas de ação. Harding (1987, p. 10) é enfática quando diz que se o relativismo chegar ao ponto de aceitarmos que as mulheres têm seus pontos de vista e os homens, os deles, a pesquisa feminista tem que abdicar do objetivo de provocar mudanças sociais.

Apesar das ressalvas mais ou menos fortes quanto ao pós-modernismo feitas por muitas feministas, em contraposição a outras que têm nele um novo parâmetro de estudos, não se pode negar algumas de suas contribuições ao pensamento crítico. Em primeiro lugar, questiona a pressuposição de que a razão e as ciências trazem conhecimentos neutros e puramente objetivos e, mais que isso, denuncia que o “sujeito universal” é masculino, ou seja, os padrões científicos de normatividade baseiam-se em valores associados ao homem, à masculinidade. Em segundo, o poder é visto como estando difundido por toda a sociedade e não concentrado no Estado ou numa elite hegemônica, o que permite a análise do controle em microesferas como a família, ponto importante no debate feminista. Em terceiro e último lugar, enfatiza as diferenças, e isso questiona uma certa “marca de origem” do feminismo, movimento que nasceu nas classes médias ocidentais urbanas e, em consequência, alguns grupos de mulheres se sentiam dele excluídas (negras, mulheres do Terceiro Mundo, lésbicas etc.). Entre rejeição total e aceitação total, há várias formas de apropriação seletiva. Vale ressaltar a postura interessante de Janice McLaughlin (1997, p. 8) que, apesar de aceitar as ideias

pós-modernas de maneira bastante crítica, de certa forma aponta uma possibilidade de amenizar a polêmica, por meio de mais diálogos, indicando que o feminismo, como pensamento crítico, é um colaborador ativo e não um receptor passivo do pós-modernismo (PAULILO, 1999). O pós-modernismo não é um momento histórico, é uma corrente de pensamento que surge na alta modernidade e que tem uma visão crítica sobre muitos dos “princípios universais” que essa mesma modernidade defendeu, priorizando a visão de mundo hegemônica nas sociedades industriais, baseada na firme crença na racionalidade econômica, na verdade científica e na eficiência tecnológica. Esse padrão era considerado o “correto” para todos os povos e nações, apesar das diferenças de valores, conhecimento e possibilidades técnicas existentes entre eles (ver GIDDENS, 1991, entre outros).

Um exemplo conspícuo da postura de que a modernidade é algo bom e que deve ser levada a todos os povos aconteceu durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, convocada pela ONU, em Beijing, em 1995, quando foi assinada uma declaração pública contra o fundamentalismo islâmico. Sarti (2004) ressalta que o ideal de liberdade que motivou a declaração era alheio às mulheres islâmicas, ou seja, não fazia parte de seus valores morais e, portanto, houve um desrespeito às diferenças culturais. Margot Badran (2012, p. 13), especialista em sociedades islâmicas, diz no livro *Feminismo en el Islan*: “Durante mucho tiempo, una gran parte de los occidentales consideraba que en el Islan no había tenido lugar el movimiento feminista, destacando que ‘feminismo e Islan’ era un oxímoron.”

Badran afirma que não só houve como há feminismo entre as mulheres islâmicas e que elas não formam um grupo homogêneo, como querem fazer crer no Ocidente. Se o feminismo ocidental é laico, expulsando a religião de sua construção de modernidade, existem feminismos religiosos, aqueles que vão buscar nos livros sagrados princípios de igualdade entre homens e mulheres. No Islã, existe tanto o feminismo laico como o feminismo religioso, segundo a autora. No Brasil, há também feministas religiosas como, por exemplo, a teóloga Ivone Gebara, que distingue as afirmações da *Bíblia* das interpretações mais machistas de pensadores como Santo Agostinho, São Paulo e São Tomás de Aquino (GEBARA, 2000).

Os países islâmicos que sofreram a dominação de potências ocidentais, como o Egito, tiveram seus princípios religiosos muito combatidos. O próprio Atatürk (1881-1938),<sup>7</sup> para distanciar-se do antigo Império Otomano de base religiosa impôs, entre outras medidas, o abandono do uso do véu. Badran faz uma análise muito interessante no que

---

<sup>7</sup> Mustafa Kemal Paxá, posteriormente Kamâl Atatürk. Estadista revolucionário turco, fundador da República da Turquia e seu primeiro presidente.

diz respeito a esse uso, tão condenado pelas feministas brancas, mostrando que o costume tem muitos significados. Pode ser resultado de imposição e significar submissão, mas pode, também, denotar reação ao domínio ocidental, uma retomada do nacionalismo em uma postura anticolonialista. Sua utilização foi inclusive uma estratégia feminista que permitiu às mulheres mais participação pública (BADRAN, 2012, p. 121), embora esse comportamento reforçasse implicitamente a ideologia sexual dominante. Não é possível, em apenas alguns parágrafos, expor a complexidade do livro de Badran, mencionado anteriormente, mas vale a pena citar um trecho que mostra a polissemia do uso do véu.

Huda al-Sha'rawi y SaizaNabarawi anunciaron el comienzo del movimiento feminista descubriendo sus rostros en 1923 para simbolizar su rechazo a una cultura de segregación femenina y de reclusión doméstica. Cubriendo únicamente sus cabezas “modernizaban” el *hiyab*, mientras mantenían la prescripción islámica. Mientras Sh'rawi, al igual que la mayoría de las mujeres de la elite, acabó por quitarse también el velo que le cubría la cabeza, resulta significativo que llevase puesto el *hiyab*, en la forma de cubrirse la cabeza, para su retrato “oficial” como líder feminista. (BADRAN, 2012, p. 356)

Essa digressão pelo feminismo islâmico teve como intuito mostrar que a falta de relativização pode ser tão perigosa como seu excesso e, ainda, leva-nos ao texto de Maria José Guerra Palmero (2000), *Servirá el multiculturalismo para revigorizar al patriarcado? Una apuesta por el feminismo global*, no qual a autora fala também sobre o Islã e outras culturas diferentes das ocidentais. Nesse texto, ela mostra seu temor de que o multiculturalismo possa levar a um respeito e a uma passividade acrítica diante das discriminações de gênero presentes tanto nas culturas ocidentais como nas asiáticas e muçulmanas, enfim, no mundo todo. Por isso, a autora defende que o feminismo busque algumas bandeiras de lutas comuns às mulheres de diferentes países como sobreviver, trabalhar, ter acesso à educação, ter controle sobre sua própria reprodução, ter liberdade de movimentos, não sofrer violência etc. Também é preciso conter certa vocação “missionária” das feministas brancas e deixar que as mulheres oprimidas falem por si mesmas e não tentar “catequizá-las”, ou seja, “ocidentalizá-las”. Mas em nenhum momento Palmero diz que este é um objetivo fácil.

Esse mesmo temor leva feministas como Maria Lygia Quartim de Moraes (2018, p. 1) a dizer que a adesão maciça aos postulados dos pós-modernismos, juntamente com o avanço do neoliberalismo, tem levado a uma deserção, por parte dos intelectuais, do exercício da crítica, tendo como objetivo a transformação radical da sociedade, ou seja, vem provocando aquela passividade acrítica que Guerra Palmero teme, pois é no pós-modernismo que o multiculturalismo tem suas raízes.

Sempre que se fala em um feminismo global, vem o medo das imposições que a modernidade nos trouxe, imposições ressaltadas na crítica feita por Giddens (1991). Porém, quando se joga fora a tendência homogeneizadora da modernidade, é preciso não ignorar também os ideais iluministas de igualdade, liberdade e solidariedade, ideias que são caras aos movimentos sociais. Como diz Paulilo (2016b, p. 300):

Embora não restem dúvidas de que a igualdade entre os homens, e não entre homens e mulheres, foi o maior fruto do Iluminismo, feministas como Célia Amorós (2000), Amélia Varcácel (2009) e Maria José Guerra Palmero (2001) consideram injusto não dar o devido valor a esse período histórico de explosão na busca por justiça e igualdade. Guerra Palmero diz que o Iluminismo foi roubado das mulheres, Varcácel, que o feminismo é um filho não desejado do Iluminismo. Todas dão grande valor à pioneiras iluministas: Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft.

O medo compreensível do excesso tem levado o feminismo camponês a certa rigidez no rechaço da postura pós-moderna. A crítica mais forte, Gaspareto reserva para Butler.<sup>8</sup>

Butler (1990) é uma das principais referências dessa perspectiva feminista pós-moderna quando afirma que a principal tarefa do feminismo é reconstruir o processo de formação das identidades de gênero (...). A principal preocupação de Butler (1990) é em relação ao papel que o poder cumpre na constituição da identidade do feminino. Daí a importância de perceber que o tema relacionado ao “empoderamento” das mulheres, quando associado à perspectiva neoliberal, perde a noção de desigualdade social e pode se constituir em mais uma armadilha teórica. (...) Se observarmos alguns estudos sobre a mulher na década de 1990, podemos perceber que entre os temas em debate encontram-se: pós-feminismo, pós-modernismo, fim da ideologia, e a emergência de um pluralismo neoliberal que tornaria totalmente anacrônica as reivindicações tradicionais do trabalho feminista. (GASPARETO, 2017, p. 135)

E, nas conclusões:

Acreditamos que esta tese pode ser lida como uma contribuição que, vinculada à tradição marxista, oferece pelo menos duas possibilidades de análise dos movimentos das mulheres: uma está dada pelo materialismo histórico enquanto método de abordagem para a análise da ação coletiva das mulheres; outra está no esforço no sentido de não cair em tentações pós-modernas que exageram na importância das diferenças, relativizam a importância da construção de identidades, apostam em “perspectivas de análises” e nem sempre assumem uma posição clara quanto à importância da atuação política contra diferentes formas de opressão e de dominação que fazem parte do cotidiano e da condição histórica da mulher em nossas sociedades. (GASPARETO, 2017, p. 198)

---

<sup>8</sup> Usamos principalmente a tese de Gaspareto porque é a que mais se detém nesta discussão teórica.

A tese de doutorado de Gaspareto retoma, em suas referências bibliográficas, obras que foram muito caras a marxistas dos anos 1970, feministas ou não. Embora a autora coloque datas de reimpressões mais recentes, a primeira edição em português é do período a que estamos nos referindo. Além de vários livros clássicos de Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo, ela cita o livro de Saffioti (2013), cuja primeira edição foi em 1969. Para exemplificar melhor, ressaltamos apenas mais dois, o de Karel Kosik (1995; há uma edição de 1969) e o de Henri Lefebvre (1975; há uma edição posterior de 1983), escolhidos porque dizem mais respeito à epistemologia. Nesses dois últimos autores está muito presente o realismo analítico, agora tão criticado mesmo por correntes marxistas. Realismo no sentido de que o mundo pode ser conhecido como é, não havendo espaço para diferentes interpretações. Isso mostra que, se o feminismo camponês não é um resultado imediato, cronologicamente falando do feminismo marxista desse período, retoma-o mesmo com o risco de trazer com ele impasses de difícil solução no momento atual em que vivemos. Devemos ressaltar que a autora cita também *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, de Maria Cecília Minayo (2010), cuja primeira edição foi em 1992. Minayo defende que o realismo presente nas análises marxistas seja relativizado com a incorporação de elementos da “sociologia compreensiva” que trabalha com a ideia de “interpretação”. O livro mostra seu sucesso entre estudantes e pesquisadores marxistas por meio de sucessivas reimpressões (a de 2010 é a 12<sup>a</sup>). Porém, nos trabalhos acadêmicos das militantes, não há críticas explícitas ao realismo em que se baseiam as obras de alguns autores marxistas que mencionam, ou seja, elas deixam de lado a discussão epistemológica sobre se a realidade pode ser conhecida como é, ou se o conhecimento é “unilateral”, como quer Max Weber, ou, ainda, se o conhecimento é sempre interpretativo.

Diferentemente, porém, dos anos 1970, o marxismo camponês enfatiza não só a luta contra o modelo hegemônico capitalista. Traz para o feminismo a defesa da agroecologia<sup>9</sup> e a importância de romper as desigualdades no âmbito doméstico, duas preocupações secundárias no feminismo marxista anterior.

Ísis Menezes Táboas (2018, p. 36-38), ao consultar inúmeras publicações do MMC e entrevistar várias de suas militantes, resume os ideais desse Movimento em três grandes eixos: “projeto agroecológico (produção de alimentos saudáveis), direitos sociais

<sup>9</sup> Não confundir a agroecologia defendida pelo MMC como a de um “capitalismo verde”. Quem coloca com clareza o que seria esse capitalismo é a militante espanhola YaYo Herrera López, em fala no Youtube, em 29 de dezembro de 2019: “Hay un ecologismo análogo al feminismo liberal, se llama capitalismo ‘verde’ y pretende resolver el problema ambiental colocando en el centro, solamente, la transición a las energías renovables, sin hablar de redistribución de la riqueza, sin hablar de todo lo que hay que cerrar, de todo lo que hay que dejar de hacer y sin hablar de dónde van a venir los recursos minerales que se necesitan para hacer la transición energética, o sea, las emigraciones forzadas OK?, las vulneraciones a los Derechos Humanos, los asesinatos a personas defensoras de la tierra que, en muchos casos, están promovidos por empresas que se cotizan en el IBEX – 35.”

(Previdência Social) e autonomia das mulheres (enfrentamento à violência doméstica e familiar)”. No primeiro objetivo está contida a luta contra o modelo hegemônico de produção agrícola baseado nos grandes agronegócios, e que a autora subdivide em dez metas específicas. O segundo mostra a busca de uma sociedade mais democrática e inclusiva, subdividido em cinco questões menores. O terceiro objetivo mantém grau semelhante de importância diante dos outros dois, contendo sete objetivos específicos, o que demonstra que a desigualdade dentro da família é um assunto complexo, difícil de ser tirado das sombras e superado. Pelas leituras e entrevistas que fizemos, é possível constatar que nesse terceiro item, para as mulheres, o conceito central é o de “patriarcado”.

Seria a aceitação ou não das ideias pós-modernas um impasse não solucionável? Cremos que não. Além da proposta de diálogo de McLaughlin (1997), há um alerta mais atual de Alícia Puleo (2013, p. 245), que também predispõe ao diálogo. Segundo a autora, a desconstrução é um elemento importante de libertação contra os preconceitos, pois mostra as raízes machistas e modernistas de muitas ideias tidas como “universais”, porém romper totalmente os limites entre natureza e cultura pode nos levar a um apoio perigoso àqueles que, por discordarem de qualquer forma de preservação ambiental, afirmam que, sendo a natureza sempre uma construção, é possível alterá-la. Uma vez que o MMC é um defensor importante da agroecologia, como a própria Alícia Puleo, esse é um alerta a ser levado em conta.

Há que se considerar, também, o que diz Raewyn Connell (2016, p. 34-44) que, depois de ressaltar as grandes diferenças existentes entre feminismos distintos e a necessidade não só de diálogo mas de cooperação política ativa, além das fronteiras nacionais, afirma que “(...) estamos em um estágio inicial de reconstrução das teorias de gênero a partir de uma perspectiva do Sul (...) o fazer e desfazer das relações de gênero ao redor do planeta é parte significativa das questões mais urgentes do nosso tempo”.

Podemos dizer que já há um início de diálogo quando vemos que, se nem todas as feministas aceitam os feminismos descolonial e decolonial (que não são sinônimos), por considerá-los ligados ao pós-modernismo, algumas lideranças das agricultoras consideram-nos aliados na luta anticapitalista. Militantes do MMC participaram do já citado I Encontro Pós-colonial e Decolonial, juntamente com lideranças indígenas e africanas.

## **Considerações finais**

Com este artigo queremos chamar a atenção para a presença, no Brasil, de um importante movimento de mulheres rurais, que se autodenomina “Feminismo

Camponês e Popular”, e para as possibilidades de diálogo desse feminismo com outras correntes existentes, principalmente às ligadas ao pós-modernismo. Assim como o movimento negro trouxe contribuições para o feminismo branco e de classe média, esse novo feminismo também traz questões a serem pensadas.

O primeiro ponto a ressaltar é que, enquanto os feminismos atuais tem se dedicado, nos últimos anos, mais às questões de reconhecimento e reprodução, as camponesas recolocam em pauta a questão do patriarcado e das desigualdades de classes que ficaram em segundo plano, como mostra levantamento feito por Luís Felipe Miguel (2017) na *Revista de Estudos Feministas* (REF) e nos *Cadernos Pagu*.

É interessante a maneira como cruzam as questões de classe e de gênero, sem hierarquizá-las e sem medo de “dividir a luta”. Como mostrou Táboas (2018), o MMC trabalha em três grandes eixos considerados igualmente relevantes: a) um projeto ecológico que, ao lutar contra a hegemonia do agronegócio produtivista, luta também contra o modelo de desenvolvimento capitalista vigente no Brasil; b) busca de uma sociedade mais democrática e inclusiva; e c) a desigualdade dentro das próprias famílias.

Se as agricultoras não têm medo de “dividir a luta”, também não temem que sejam consideradas “essencialistas”, por se sentirem responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, incluindo as hortas e pequenas criações. Para elas não importa se essas atividades têm mais a ver com a “essência” das mulheres ou se vêm de sua prática cotidiana. Elas não querem abandoná-las por serem vistas como atividades femininas, elas querem torná-las tão valorizadas quanto às atividades consideradas produtivas, que trazem a maior renda e pelas quais os responsáveis são os homens. As mulheres também trabalham nessas atividades rentáveis, mas seu esforço é tido depreciativamente como uma “ajuda”. No terceiro eixo citado por Táboas (2018), ao discutir as desigualdades dentro da família, a proposta é levar os homens para a divisão das tarefas dentro de casa e, ao mesmo tempo, as mulheres participarem das decisões sobre o uso do dinheiro e da propriedade. Aí também está incluída uma luta contra a violência doméstica.

O feminismo considerado essencialista foi muito criticado pelos feminismos pós-modernos pelo perigo de que ele venha a reforçar a divisão entre atividades produtivas e reprodutivas. As mulheres rurais não “cabem” nessa divisão porque elas tanto plantam a horta, criam galinhas e porcos para a alimentação da família, como podem vender uma parte. Vão para a lavoura levando os filhos pequenos, superpondo atividades de cuidados com atividades ditas produtivas.

Rejeitar o feminismo das camponesas porque seriam “essencialistas” é dar muita importância aos termos e não às práticas. Na luta cotidiana, elas estão avançando para maior igualdade de gênero. Julgar que a luta pela vida começa com as mulheres pode ser uma “ficção útil”, conforme Rodríguez Magda, que impulsiona as agricultoras a lutar pela preservação do ambiente, convencer a família e mais pessoas a fazerem o mesmo e a afirmarem que “sem feminismo não há agroecologia”.

Não podemos esquecer que o feminismo camponês e popular é um feminismo fundado na prática. São as mulheres que cuidam da saúde da família e, por isso, conhecem de perto os malefícios dos agrotóxicos. Algumas correntes feministas se tornaram tão teóricas que encontram pouca repercussão fora da Academia, não formam movimentos sociais. Enquanto isso, o MMC consegue colocar nas ruas suas mulheres para protestar contra o que consideram injusto.

De todas as contribuições possíveis, a grande preocupação ecológica parece ser a mais estimulante e a que permite formar uma bandeira comum. Nenhuma corrente feminista pode negar que nosso planeta está sendo dilapidado e que a vida na Terra está ameaçada. Como dizem as agricultoras “planta-se veneno e colhe-se veneno”.

Se até agora falamos de contribuições, é preciso lembrar que no texto mostramos a forte rejeição das militantes do MMC às correntes ligadas ao pós-modernismo. Seria possível um diálogo entre os diferentes feminismos? Seria possível, diz Guerra Palmero (2000), se houver a formação de bandeiras comuns de luta. Nossa experiência tem nos mostrado que não é um diálogo teórico fácil, talvez a prática possa ser um começo. Por que dizemos isso? Porque no 13º Congresso Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamento, ocorrido em Florianópolis, no período de 30 de julho a 4 de agosto de 2017, com a participação de cerca de 8 mil pessoas, houve pela primeira vez a presença de mulheres rurais bastante significativa e participante, não só das agricultoras já ligadas à Academia, mas de muitas que vieram das bases dos movimentos, entre eles, principalmente, o MMC e o Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Foi montada uma tenda grande no campus só para as mulheres agricultoras, local onde havia atividades o tempo todo.

Para o Congresso Fazendo Gênero 12 que, por causa da pandemia, foi adiado para 2021, a presença das mulheres rurais já está garantida. Como o Fazendo Gênero é realizado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG), lugar onde o pós-modernismo é bastante valorizado, não estaríamos já começando um diálogo?

## Agradecimentos

Agradecemos ao CNPQ, do qual somos bolsista de produtividade, o apoio à pesquisa “Classe e Gênero no Movimento de Mulheres Agricultoras” (2014-2017). Agradecemos também aos participantes, na época, do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (NAF/UFSC): Valmir Stropasolas, Karolyna Marin Herrera, Patrícia Klock, Vilênia Porto Aguiar, Valdete Boni, Flavia Soares Ramos e Cristiano Kerber.

## Referências

- AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 491 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281133>. Acesso em: 21 set. 2020.
- BADRAN, Margot. *Feminismo en el Islam*. Valência: Cátedra, 2012.
- BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BONI, Valdete. *Poder e igualdade: as relações de gênero entre as sindicalistas rurais*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BONI, Valdete. *De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e suas práticas*. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100720>. Acesso em: 26 set. 2020.
- BONI, Valdete. Três décadas do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. In: PERON, Lucélia; BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler, BASTIANI, Tânia Mara de. *Mulheres camponesas e agroecologia*. Curitiba: CRV, 2017. p. 89-110.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. Nova York: Routledge, 1990.
- CARDOSO, Ruth Correa Leite. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth Correa Leite (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.
- CINELLI, Catiane. *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: resistência, enfrentamento e libertação*. 2016. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149118>. Acesso em: 10 set. 2020.
- CONNEL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: Versos, 2016.

- CONTE, Isaura Isabel. *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: via campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102257>. Acesso em: 16 set. 2020.
- COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciuncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valetina da Rocha (Orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 26-47.
- FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs.). *Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal*. São Paulo: SOF, 2019. p. 13-40.
- GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina*. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1720>. Acesso em: 13 set. 2020.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Positivism and sociology*. Londres: Heinemann, 1974.
- GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARDING, Sandra. Introduction: is there a feminist method? In: HARDING, Sandra. *Feminism and methodology*. Indiana: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.
- HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, v. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p208>. Acesso em: 15 set. 2020.
- HERRERA, Karolyna Marin. *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204552>. Acesso em: 19 set. 2020.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 set. 2020.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-20.
- KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MCLAUGHLIN, Janice. Feminist relations with postmodernism: reflections on the positive aspects of involvement. *Journal of Gender Studies*, Birmingham, v. 6, n.1, p. 5-15, 1997.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>. Acesso em: 21 out. 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. *Feminismo camponês e popular*. 2018. Disponível em: [http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha\\_feminismo\\_campones\\_popular-2018.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf). Acesso em: 18 dez. 2020.
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. *Movimento de Mulheres Agricultoras: 21 anos de organização em Santa Catarina*. Chapecó: MMC, 2004.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, Ensaios Marxistas n. 2, p. 95-111, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 19 out. 2020.
- PALMERO, María José Guerra. Servirá el multiculturalismo para revigorizar al patriarcado? Una apuesta por el feminismo global. *Leviatán*, Madrid, n. 80, p. 101-116, 2000.
- PAULILO, Maria Ignez. A clara rejeição feminista a um positivismo obscuro. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 57-75.
- PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016a.
- PAULILO, Maria Ignez. Que feminismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 296-316, 2016b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p296>. Acesso em 10 set. 2020.
- PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras entrevista com Dona Adélia Schmitz. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 399-417, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200007). Acesso em: 14 out. 2020.
- PAULILO, Maria Ignez; BONI, Valdete. Movimentos de mulheres agricultoras e ecologia. In: PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- PORTOLÉS, Asunción Oliva. Debates sobre el género. In: PUENTE, Celia Amorós; ALVAREZ, Ana de Miguel (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización – de los debates sobre el género al multiculturalismo*. Madri: Minerva, 2007. p. 13-60.
- PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madri: Ediciones Cátedra, 2013.
- RODRÍGUEZ MAGDA, Rosa María. El placer del simulacro: feminismos y transmodernidad. In: FEMENÍAS, María Luisa. *Perfiles del feminismo latino-americanos, vol. 3*. Buenos Aires: Catálogos, 2007. p. 139-160.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AQKHD4>. Acesso em: 19 set. 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21/55.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista; MMM – Marcha Mundial de Mulheres. *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta*. São Paulo: SOF, 2017. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Portugue%CC%82s-web.pdf>. Acesso em: 4 out. 2020.

TÁBOAS, Ísis M. *É luta!: feminismo camponês popular e enfrentamento à violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. *Movimentos sociais e mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25468>. Acesso em 20 ago. 2020.

## Como citar

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Feminismo camponês e popular e pós-modernismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 253-277, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **Formas de adaptação de produtores de café à liberalização mercantil: proposta de uma tipologia analítica a partir de um estudo de caso na região das Matas de Minas**

DOI: 10.36920/esa-v29n2-2

 Marisa Alice Singulano<sup>1</sup> |  Sílvia Salej Higgins<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo trata de formas de adaptação desenvolvidas por cafeicultores ao contexto da liberalização mercantil. Analisamos o modo como os cafeicultores constroem suas estratégias de adaptação à nova conjuntura e as relações destas estratégias com a reconfiguração das formas de controle de mercado. Foi realizado um estudo de caso na região das Matas de Minas, tipicamente uma área de produção familiar, levando em conta o período pós-1990, sendo uma região ainda pouco considerada na literatura. A partir dos dados qualitativos da pesquisa, propomos um modelo analítico centrado na construção de uma tipologia de produtores, que visa descrever a diversidade de formas de adaptação ao novo contexto econômico e institucional definido pela liberalização. A análise é fundamentada na perspectiva neoinstitucional da sociologia econômica, focando nos processos de construção social das estratégias e estruturas de mercado, neste caso pautadas, fundamentalmente, pela questão da construção social da qualidade. Esta proposta de análise se contrapõe à perspectiva da economia dos custos de transação, principal modelo a nortear os estudos sobre sistemas agroindustriais ou agroalimentares no Brasil atualmente, oferecendo uma alternativa teórica e metodológica.

**Palavras-chave:** liberalização comercial; construção social da qualidade; sociologia econômica.

**Abstract:** (*Forms of adaptation of coffee producers to the market liberalization: proposal of an analytical typology from a case study in the Matas de Minas region*). The article addresses the forms of adaptation that coffee farmers adopt to the context of market liberalization. We analyze how coffee growers build their strategies for adapting to the new context and the relationship of these strategies with the reconfiguration of forms of market control. A case study was carried out in the Matas de Minas region, typically an area of family production, considering

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal de Ouro Preto (NUPEDES/UFOP). E-mail: marisasingulano@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista Produtividade PQ 2. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Paris Dauphine, França, e em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no âmbito do Colégio Doutoral Franco-Brasileiro – Capes, Ministério da Educação do Brasil e Ministère de l'Éducation National da França. E-mail: sisahi@yahoo.com.

the post-1990 period, being a region still little considered in the literature. Based on the qualitative data obtained through the research, we propose an analytical model focused on the construction of a typology of producers, which aims to describe the diversity of ways of adapting to the new economic and institutional context defined by liberalization. The analysis is based on the neoinstitutional perspective of economic sociology, focusing on the processes of social construction of market strategies and structures, in this case guided, fundamentally, by the issue of the social construction of quality. This analytical proposal is opposed to the perspective of transaction cost economics, the main model to guide studies on agro-industrial or agri-food systems in Brazil today, offering a theoretical and methodological alternative.

**Keywords:** market liberalization; social construction of quality; economic sociology.

## A liberalização do mercado internacional de café

A globalização e a liberalização mercantil concomitante, no final do século XX, condicionaram grandes mudanças no sistema agroalimentar, com severas consequências econômicas e sociais para as regiões produtoras e os agricultores que nelas vivem. No caso do café, uma das principais *commodities* agrícolas, a regulação dos governos nacionais e organismos internacionais perdurou até 1989 quando, com o fim do Acordo Internacional do Café que impunha o sistema de cotas de exportação, iniciou-se um período de livre mercado (BATES, 1997; AKYIAMA, 2001). A mudança nos padrões de consumo e na composição da demanda, juntamente com as mudanças políticas e econômicas decorrentes da liberalização, implicaram um reordenamento da cadeia agroindustrial, com efeitos diretos sobre o modo como os produtores se inserem no mercado ao construir suas estratégias de produção e de comercialização (TALBOT, 2004; DAVIRON; PONTE, 2005).

No caso brasileiro, o processo de redefinição institucional pós-desregulamentação do mercado de café é especialmente significativo. O Estado era um agente fundamental na cadeia por meio do IBC até o final da década de 1990.<sup>3</sup> Atualmente, o Brasil é o maior produtor e exportador de café, respondendo por cerca de 37% da produção e 35% das exportações mundiais, com uma produção de quase 65 milhões de sacas em 2018. Ao mesmo tempo é o segundo mercado consumidor, absorvendo cerca de 22 milhões de sacas no mesmo ano.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O IBC foi extinto em 1990 por meio da Lei Ordinária nº 8.029 no governo Collor. Além da extinção do IBC, uma série de medidas liberalizantes adotadas no início desse governo tiveram consequências diretas sobre a cadeia do café, como a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), responsável até então pela política de assistência ao setor produtivo, e a abertura comercial (FERREIRA; SOUSA; RUFINO, 2009).

<sup>4</sup> Conforme dados da OIC. Disponível em: [http://www.ico.org/trade\\_statistics.asp?section=Statistics](http://www.ico.org/trade_statistics.asp?section=Statistics). Acesso em: 24 abr. 2020.

Aproximadamente 80% da produção no país é proveniente da agricultura familiar, segundo dados do Ministério da Agricultura.<sup>5</sup> Minas Gerais é o principal estado produtor, respondendo por quase 50% da produção nacional.<sup>6</sup> A cafeicultura em Minas Gerais é uma atividade principalmente realizada por pequenos proprietários de terras, sendo que cerca de 89% dos produtores são proprietários e, destes, 63% possuem menos que 5 ha e 76% possuem menos que 10 ha com produção de café (IBGE, 2006).<sup>7</sup>

A região das Matas de Minas, com seus 63 municípios, ocupa 3% do território de Minas Gerais, responde por aproximadamente 24% da produção de café no estado e concentra mais de 30% dos produtores, o que demonstra a importância relativa dos pequenos produtores nesta região. Nas Matas de Minas se situam mais de 36 mil estabelecimentos agrícolas que cultivam café, o que corresponde a, aproximadamente, 35% dos estabelecimentos de todo o estado (IBGE, 2006). A produção de café nas Matas de Minas é feita predominantemente em pequenas propriedades familiares situadas em áreas montanhosas.

Este artigo visa contribuir para o entendimento do processo de adaptação dos cafeicultores ao contexto do mercado liberalizado, considerando o caso brasileiro e, especificamente, o da região das Matas de Minas, relativamente menos estudada que outras áreas produtoras no país. O objetivo deste artigo é analisar o modo como os cafeicultores constroem suas estratégias de adaptação à nova conjuntura, as relações destas estratégias com a reconfiguração das formas de controle e governança do mercado local, a partir de uma metodologia qualitativa e da elaboração de uma tipologia de produtores que visa expressar a diversidade de formas de adaptação. O texto está estruturado em quatro seções, além desta parte introdutória, sendo que na seção seguinte cotejamos duas teorias antagônicas disponíveis para a análise dos sistemas agroalimentares. Por um lado, a da Economia dos Custos de Transação (ECT) e, por outro, a da sociologia econômica neoestrutural que defendemos como fundamentação de nosso estudo. Em sequência, há uma seção sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa e outra em que analisamos os dados referentes aos produtores e às mudanças na estrutura do mercado de café das Matas de Minas. Na última seção, procuramos extrair considerações da pesquisa indicando alternativas de análise dos mercados e sistemas agroalimentares.

---

<sup>5</sup> Dados disponíveis em: <http://www.cecafe.com.br/sustentabilidade/artigos/a-importancia-do-pequeno-produtor-para-o-setor-cafeeiro-20161109/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

<sup>6</sup> Conforme dados da Conab. Disponíveis em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em: 24 abr. 2020.

<sup>7</sup> A utilização de dados do Censo Agropecuário de 2006 se justifica, pois no último Censo Agropecuário de 2017 foi excluída a seção com dados específicos sobre a agricultura familiar.

## Duas teorias antagônicas para a abordagem dos sistemas agroalimentares

Levando em conta diversos trabalhos sobre o Sistema Agroindustrial (SAG) do café, colocamos em questão a perspectiva dominante da ECT, cujo conceito-chave é o custo de transação e seu mecanismo explicativo à redução de incerteza a partir da adaptação das formas institucionais. Na definição de nosso modelo analítico, procuramos um diálogo crítico com a abordagem da ECT presente nesses estudos. Buscamos sustentar nossa crítica aos resultados obtidos pelos estudos de Zylbersztajn (1995) e Saes e Farina (1999), entre outros, a partir de nossos próprios achados de pesquisa.

As análises orientadas pelo instrumental institucionalista, sobretudo aquele oferecido pela ECT, têm se difundido no meio acadêmico brasileiro e esta tem sido a mais influente referência nas pesquisas sobre sistemas agroindustriais ou agroalimentares. Não é nosso objetivo fazer uma revisão das pesquisas recentes, mas dialogar criticamente com perspectiva teórica desta linha. Assim, destacamos que o foco analítico de tais pesquisas é orientado pela Nova Economia Institucional que “contempla a análise das instituições que delimitam as regras do jogo nos mercados e na sociedade, bem como a análise das inter-relações das organizações por meio da Economia dos Custos de Transação (ECT).”<sup>8</sup>

Um dos estudos pioneiros e referenciais nesse contexto é a tese de livre docência de Zylbersztajn, que analisa a coordenação do *agribusiness* brasileiro a partir de suas estruturas de governança por meio da Economia dos Custos de Transação, tomando o SAG do café para estudo de caso (ZYLBERSZTAJN, 1995). Zylbersztajn propõe a aplicação da “análise institucional discreta comparada” no estudo da coordenação do *agribusiness*. Esta análise se caracteriza pelo enfoque comparativo entre formas de governança alternativas alinhadas com os fatores teóricos determinantes destas formas, com base em critérios de eficiência, ou seja, minimização de custos de transação, conforme modelo analítico proposto por Williamson (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 33). Conforme o autor, a ECT permitiria avançar teoricamente e dar subsídios ao teste de hipóteses. Ou seja, a partir da aplicação da “análise estrutural discreta” aos SAGs, seria possível definir as estruturas de governança emergentes ou prevalecentes, que seriam as formas de coordenação otimizadoras ou que permitiriam mais eficiência, tendo em vista as características das transações e do ambiente institucional. Zylbersztajn considera que a forma de governança que tende a prevalecer no segmento das transações entre

---

<sup>8</sup> Disponível em: [www.pensa.org.br](http://www.pensa.org.br). Acesso em: 20 abr. 2020.

produtores de café é a forma cooperativa, a qual permitiria maior redução de custos de transação e, portanto, mais eficiência.<sup>9</sup>

Em relação à perspectiva analítica da ECT, em primeiro lugar, devemos apontar que os resultados de nossa pesquisa não confirmam as hipóteses deste modelo teórico, o qual tem se aplicado geralmente a regiões mais modernizadas, com produtores com perfil empresarial, diferentemente da área que consideramos. Retornaremos a este ponto adiante. Por ora, apontamos que a perspectiva teórica da ECT apresenta uma visão do mundo econômico que deixa de fora uma série de variáveis do mundo social que interferem na construção das estratégias dos agentes e na estruturação dos mercados. Acreditamos que tais variáveis são fundamentais para a nossa análise e, portanto, propomos recorrer à sociologia econômica neoinstitucionalista.

A perspectiva da ECT se fundamenta no pressuposto da “racionalidade limitada”, derivado da teoria organizacional. De outro modo, consideramos que a limitação da racionalidade não deriva apenas de aspectos cognitivos e da assimetria de informação, como quer a ECT, mas do próprio ambiente social, construído por normas sociais, redes de relações, entre outros mecanismos que fundamentam as escolhas. Conforme a perspectiva teórica que defendemos, os agentes econômicos podem operar com uma racionalidade instrumental no mercado, no entanto, a construção de suas estratégias é bastante mais complexa, dependendo de sua avaliação das possibilidades de ação no contexto social.

Segundo abordagens sociológicas de cunho neoestrutural e neoinstitucional, sobretudo na sociologia econômica, a ação econômica e os mercados são situados nos espaços sociais locais ou “campos” (POWELL; DIMAGGIO, 1991). Esta perspectiva se caracteriza, de modo geral, por uma análise sociológica que se dá no nível intermediário das ordens sociais, considerando as esferas locais nas quais os indivíduos interagem a partir de significados compartilhados, ancorados em relações de poder objetivadas pela inércia institucional. Nesses espaços sociais, pode-se perceber claramente não apenas a influência das instituições sobre a economia, tal como o Estado e os padrões culturais, mas também como elas condicionam os comportamentos dos agentes econômicos dando sustento aos mercados. Alguns dos mais importantes expoentes nesta vertente

---

<sup>9</sup> Em estudos posteriores, conduzidos sob esta perspectiva, são mantidos os delineamentos teóricos fundamentais da Nova Economia Institucional, em especial da ECT, enquanto o foco na ideia de *agribusiness* perde espaço, buscando viabilizar a aplicação desta abordagem em estudos sobre setores da economia nacional para além dos sistemas agroindustriais. Para um conjunto de estudos de caso conduzidos sob a perspectiva proposta por Zylberstajn, a partir do neoinstitucionalismo econômico, pode-se consultar o site do Pensa em <http://pensa.org.br/publicacoes/>, que inclui os Cadernos Universidade do Café, uma coletânea de estudos produzidos a partir do escopo da Universidade do Café, um projeto da empresa italiana Illy Café, disponível em <http://universidadedocafe.com/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

da sociologia neoinstitucionalista que pauta sua análise dos mercados na noção de campo são Neil Fligstein (1996, 2001) e Pierre Bourdieu (2005, 2006).<sup>10</sup>

Outro ponto em que a abordagem sociológica se distancia daquela oferecida pela ECT diz respeito ao papel das instituições na análise. Para esta última vertente, as instituições são essencialmente redutoras de incerteza nas transações. Em uma perspectiva temporal, são pensadas a partir da questão da eficiência, ou seja, as estruturas de governança que propiciam melhor economia dos custos de transação são as que sobrevivem ao jogo concorrencial.

De outra forma, na perspectiva sociológica, as instituições não são simples redutoras de incerteza, mas podem ser pensadas como objetivando relações de poder. Nesse sentido, podemos considerar que os arranjos institucionais existentes não são essencialmente aqueles que permitem mais eficiência em termos de redução de custos de transação. Segundo Fligstein (2001), a preocupação maior da sociologia é compreender o processo de estabilização dos mercados, o qual depende das instituições. Dessa forma, as instituições não são vistas necessariamente como arranjos eficientes, mas arranjos relativamente estáveis ou eficazes. Contrário à visão efficientista da ECT, as instituições que estabilizam um mercado são aquelas que permitem às organizações permanecer no jogo da concorrência de forma eficaz, ainda que não consigam se desvencilhar de custos transacionais endêmicos e persistentes. A eficácia e não a eficiência é a condição de sobrevivência no jogo mercantil. A estabilidade econômica depende essencialmente de relações de poder e de aparatos culturais dos quais os agentes fazem uso em suas interações.

No que concerne à relação entre estratégias dos produtores e formas de coordenação de mercado, o elemento a se destacar é a ‘construção social da qualidade’ que aparece como uma chave interpretativa importante. No contexto da liberalização, a qualidade é parte indispensável das estratégias competitivas no mercado de café. No entanto, o investimento em qualidade não é simplesmente uma forma de gerar especificidade de ativos, nem apenas definidora de um subsistema

---

<sup>10</sup> As abordagens neoinstitucionalistas ou neoestruturalistas na sociologia dos mercados podem ainda ser consideradas como convergentes à teoria dos “mercados de produtores” desenvolvida por Harrison White (1981). White propõe que o foco analítico se situe nas relações entre os produtores, que seriam responsáveis pelos processos de estabilização dos mercados, em lugar das relações entre oferta e demanda. Segundo o autor, nos mercados, cada produtor se orienta em suas estratégias pela observação dos demais produtores e não pela especulação sobre as reações hipotéticas dos compradores às suas ações. A preocupação central de White está nos processos de reprodução e estabilização de mercados que se dão pelo posicionamento relativo dos produtores em termos dos preços/qualidade de seus produtos. Os mercados emergem, assim, como estruturas relativamente estáveis de papéis com nichos específicos ocupados por cada firma ou produtor. Deste modo, os mercados são estruturas sociais nas quais os produtores reproduzem seu próprio conjunto de ações e sua posição relativamente aos demais produtores.

orientado por tal característica, como propõe Zylberstajn (1995, p. 213).<sup>11</sup> Para a nova sociologia econômica, as escolhas, as avaliações e os julgamentos dos indivíduos que fundamentam a construção da qualidade e as transações decorrentes são estruturadas por relações sociais, essencialmente relações de poder, e orientadas por valores (FLIGSTEIN, 1996, 2001). Assim, a qualidade é elemento fundamental das normas e dos dispositivos tecnológicos que configuram as formas de coordenação de mercado, de que trata Fligstein (2001).

A escolha das Matas de Minas para a realização de um estudo de caso foi estratégica. Muitos estudos sobre a cadeia do café no Brasil, sobretudo aqueles considerados referenciais para o período pós-liberalização (ZYLBERSZTAJN, 1995; SAES, 1995; SAES; FARINA, 1999), consideraram as regiões mais avançadas em termos de organização, desenvolvimento tecnológico e investimento em qualidade. Em nossa pesquisa, adotamos outra perspectiva teórica e abordamos uma região que não figura entre os casos estudados nos principais trabalhos sobre o setor do café. Por ser uma região onde a fragilidade organizativa dos produtores e a comercialização com atravessadores, implicando altos custos de transação, têm sido endêmicas, além da baixa qualidade do grão ser um problema recorrente, as Matas de Minas desafiam o modelo da ECT que alinha formas de coordenação ou estruturas de governança emergentes apenas com características das transações, pretendendo produzir análises do tipo hipotético-dedutivo focadas em eficiência. Assim, não se poderia afirmar que as estruturas de governança emergentes tendem à maior eficiência, com redução de custos de transação. Esta hipótese não se confirma no caso estudado. Por meio de uma análise baseada em uma perspectiva teórica alternativa, procuramos demonstrar que o processo de mudança no mercado é propenso à estabilização por meio de um processo de diferenciação dos produtores a partir de suas estratégias construídas socialmente, as quais se relacionam a novas formas de coordenação mercantis.

Apresentamos de modo esquemático os fundamentos e a hipótese explicativa básica do modelo apoiado na ECT e daquele que defendemos, fundamentado na perspectiva neoinstitucional na sociologia econômica, de modo a evidenciar suas diferenças.

---

<sup>11</sup> Consideramos, diferentemente dos estudos do Pensa, que a qualidade não se refere apenas a um ativo específico que define um subsistema ou nicho de mercado. A discussão sobre a qualidade na sociologia econômica e em abordagens institucionalistas distintas da ECT, principalmente de orientação francesa, como a Teoria das Convenções, é bem desenvolvida e enfatiza a construção social dos atributos dos bens e a pluralidade das formas de avaliação da qualidade. Ainda que não tenhamos nos detido nesse debate, é importante referenciá-lo por tratar de um aspecto fundamental na análise dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Nesse sentido, as contribuições de Eymard-Duverney (1989), Callon (2000), Pecqueur (2001), Montagnon (2006) e Karpik (2010), são fundamentais e não exaustivas.

**Quadro 1** – Comparação entre a perspectiva da economia dos custos de transação e a perspectiva neoinstitucional na sociologia econômica aplicadas ao caso da reestruturação do mercado de café no contexto da liberalização

	<b>Economia dos Custos de Transação</b>	<b>Sociologia econômica neoinstitucional</b>
<b>Atributos comportamentais</b>	Racionalidade limitada por aspectos cognitivos e pela assimetria de informação. A possibilidade de comportamento oportunista gera custos de transação. As estratégias não são uma variável endógena ao modelo em virtude do pressuposto comportamental da racionalidade limitada.	Comportamento condicionado por incentivos, normas, relações sociais, valores e papéis, sendo a racionalidade apenas uma das dimensões comportamentais. As estratégias dos agentes econômicos são uma variável a ser explicada e não um pressuposto.
<b>Fatores explicativos na dimensão institucional</b>	Instituições entendidas como regras do jogo. Sistema jurídico político que garante direitos de propriedade e impõe taxaço fiscal.	Burocracias públicas e organizações influenciam na esfera econômica. Atributos da regulação, incentivos, subsídios, direitos de propriedade etc. Contexto sociocultural local: parentesco, história compartilhada, identificação com valores comuns, mecanismos geradores de confiança, nível de <i>enforcement</i> , controle social.
<b>Fatores explicativos na dimensão organizacional</b>	Estruturas de governança mais eficientes, que permitem redução dos custos de transação, tendem a predominar.	Mercado como um campo organizacional, espaço estruturado por relações de poder institucionalizadas.
<b>Problema de pesquisa</b>	Quais estruturas de governança irão emergir e predominar de modo a garantir a redução de custos de transação e, conseqüentemente, mais eficiência?	Como se constroem as estratégias dos produtores e como estas se relacionam com o processo de reestruturação do mercado a partir de formas de coordenação que tendem a se estabilizar com base nos comportamentos econômicos e das estruturas sociais?
<b>Hipótese aplicada ao caso da reestruturação do mercado de café no contexto da liberalização</b>	Pequenos produtores de café, submetidos a altos custos de transação, decorrentes da especificidade de seus ativos, buscarão formas de organização cooperativa que reduzem custos de transação e mais eficiência.	Os produtores se diferenciam a partir de suas estratégias de produção e comercialização que dependem de seus recursos, materiais e sociais. As estratégias se relacionam com formas de coordenação que configuram nichos de qualidade, em que os tipos de produtores se situam e tendem a estabilizar o mercado. Há a persistência de formas de coordenação com altos custos de transação em razão da estrutura das relações de poder no mercado local.

Fonte: Elaboração própria.

**Metodologia**

Nossa análise se fundamenta em um estudo de caso conduzido na região das Matas de Minas. Foi realizada pesquisa de campo em diversos municípios e comunidades rurais que compõem a região, onde foram feitas entrevistas com produtores, compradores e membros de organizações, e analisados documentos e legislações referentes ao período, à área da pesquisa e ao setor do café. A fase de coleta de dados qualitativos se deu entre os anos de 2012 e 2014, ao que se seguiu sua análise e sistematização durante o ano de 2015. Posteriormente, alguns dados estatísticos e informações gerais sobre o setor do café foram atualizados. Nosso horizonte histórico compreende a fase que teve início na década de 1990, tendo como marcos a extinção do IBC e o fim do AIC, e se prolongou até o momento da realização da pesquisa.

A estratégia do estudo de caso justifica-se, pois buscamos conhecer em profundidade um processo histórico contemporâneo, singular, em que há muitas variáveis em questão e que, portanto, demanda o recurso a várias fontes de evidências, e elaboramos previamente os direcionamentos teóricos da coleta e análise dos dados (YIN, 2001, p. 33). Conforme o desenho metodológico deste tipo de pesquisa, não pretendemos produzir inferências probabilísticas ou alcançar generalizações do tipo estatístico a partir de nossas conclusões. De outro modo, trata-se de testar a validade de uma perspectiva teórica e apontar alguns delineamentos em relação a uma realidade empírica bem definida no tempo e no espaço e que, eventualmente, possa nos auxiliar na interpretação de outros casos.

Realizamos no total 26 entrevistas institucionais, ou seja, com representantes de órgãos da burocracia pública e empresas público/privadas, organizações de representação de produtores e cooperativas.<sup>12</sup> Acompanhamos reuniões e assembleias de organizações e realizadas entrevistas semiestruturadas com seus dirigentes e representantes. Procuramos considerar exaustivamente as principais organizações públicas e privadas atuantes no setor cafeeiro nas Matas de Minas. Contudo, neste artigo, não exploramos diretamente o material colhido na pesquisa nas organizações e com seus representantes, ainda que ele nos ajude a compreender o contexto organizacional local.

Em relação às comunidades rurais, consideramos o contexto sociocultural dos produtores de café, como valores sociais, fatores geradores de confiança na produção e comercialização do café, controle social (sanções e punições ao oportunismo), relações de parentesco e de reciprocidade, entre outros elementos, que são essenciais para a compreensão de arranjos contratuais e da construção das estratégias econômicas, conforme nossa fundamentação teórica. Nestas comunidades, realizamos observação participante conforme a proposta de Becker (1997, p. 47), como a coleta de dados por meio da participação na vida cotidiana do grupo ou organização que se estuda, visando produzir descrições e fundamentar análises detalhadas de fenômenos e processos sociais. Na seleção das comunidades, procuramos realizar a observação onde também aconteceram entrevistas em profundidade. Realizamos observação participante em dez comunidades rurais distribuídas pelas diferentes áreas das Matas de Minas, nos municípios de Alto Caparaó, Araponga, Canaã, Carangola, Caratinga, Divino, Ervália, Espera Feliz, Manhuaçu e Manhumirim entre abril de 2013 e janeiro de 2014. As

---

<sup>12</sup> Realizamos quatro entrevistas em Belo Horizonte, com representantes da Seapa, da Emater, do IMA e do setor de agronegócio do Sebrae. As demais entrevistas foram elaboradas nos municípios de Araponga, Canaã, Caratinga, Ervália, Espera Feliz, Lajinha, Divino, Manhuaçu, Manhumirim, Varginha (que não está nas Matas de Minas, onde foi entrevistado um antigo técnico do IBC) e Viçosa.

observações foram registradas em cadernos de campo e fotografias, para posterior análise em relação aos demais dados da pesquisa, como as entrevistas e documentos.

Quanto aos produtores e às unidades produtivas, elaboramos entrevistas semiestruturadas com produtores utilizando um roteiro focado nos custos de produção e nas condições, materiais e sociais, da produção e das transações de café. Para o detalhamento dos custos e de preços de venda, tomamos as safras 2012/2013 como referência. Além disso, buscamos reconstruir o histórico da relação produção/comercialização para cada unidade desde a década de 1990, conforme a memória dos entrevistados. Para a realização das entrevistas focando nas estratégias, selecionamos alguns produtores de acordo com indicação de membros de organizações e nossa experiência prévia na região. A seleção de entrevistados visou apreender a diversidade de situações de produção e comercialização de café na região, não havendo um limite predefinido de amostragem, conduzindo as entrevistas até o ponto de saturação de informações. Realizamos, ainda, 22 entrevistas semiestruturadas com produtores com distintas características no que concerne à produção e à comercialização.<sup>13</sup> Neste artigo exploramos o material colhido em campo, tanto nas observações em comunidades quanto nas entrevistas com produtores. No Quadro 2, apresentamos de forma resumida as dimensões investigadas.

## Quadro 2 – Dimensões investigadas e técnicas de pesquisa

Condicionantes	Variáveis investigadas		Técnicas de pesquisa empregadas
Ambiente organizacional. Contexto sociocultural local. Recursos materiais e sociais.	Estratégias de produção e comercialização dos cafeicultores de modo a se adaptar ao mercado liberalizado.	Estrutura do mercado local: formas de coordenação, relações de poder, nichos, processo de estabilização.	Observação participante, entrevistas com informantes-chave até o ponto de saturação, análise de documentos.

Fonte: Elaboração própria.

## O mercado e os produtores das Matas de Minas

As informações coletadas foram trabalhadas por meio de análise de conteúdo. Após a fase exploratória, procedemos à organização dos dados a partir de critérios definidos pela metodologia e pelo referencial teórico da pesquisa. É importante ressaltar que um dos nossos focos se encontra no modo como os produtores se adaptaram às mudanças no contexto econômico e institucional definido pela liberalização do mercado de café,

<sup>13</sup> As entrevistas foram realizadas entre 2012 e 2014 em diversas comunidades rurais e nas sedes dos seguintes municípios: Araponga, Cajuri, Canaã, Caratinga, Carangola, Divino, Ervália, Espera Feliz, Manhuaçu, Manhumirim e Viçosa.

considerando como condicionantes o ambiente organizacional, o contexto sociocultural e os recursos materiais e sociais acessados pelos produtores, conforme a perspectiva teórica proposta. Assim, as informações coletadas com os produtores foram dispostas em uma planilha que discrimina: dimensão da propriedade, emprego de mão de obra, sistema produtivo e nível tecnológico, qualidade do café e produtividade, certificações, comercialização (incluindo praça, valores e tipo de contrato), custos de produção, participação em organizações, acesso à assistência técnica, formas de acesso a informações e a crédito. Estes foram considerados como critérios indicativos do processo de construção das estratégias, levando em conta os condicionantes materiais, sociais, culturais e organizacionais.<sup>14</sup>

Partindo para a fase de análise, primeiramente, agregamos os critérios que permitem diferenciar o tipo de unidade produtiva e do produtor, importante ao avaliar os recursos materiais que possam influenciar em suas estratégias.

Para a caracterização dos produtores e das unidades produtivas, utilizamos os seguintes critérios:

1) Dimensão da propriedade. Adotamos os limites definidos na pesquisa de Vilela e Rufino (2010) para três tamanhos de propriedade correspondentes a três tipos de produtor: pequeno, até 20 ha, médio, de 20 a 50 ha, e grande, acima de 50 ha.<sup>15</sup>

2) Mão de obra. Refere-se à modalidade predominante de mão de obra utilizada na propriedade. As principais modalidades de mão de obra empregadas são o contrato formal de trabalho, via Carteira de Trabalho e Previdência Social, a parceria agrícola e a mão de obra familiar. É importante destacar que na maioria dos casos é comum a utilização de mais de um tipo de mão de obra ao longo do ano, combinando a mão de obra familiar com a parceria ou a contratação no período de colheita, por exemplo.

3) Tecnologia. Consideramos que o padrão tecnológico dominante na cafeicultura brasileira hoje corresponde à utilização intensiva de insumos químicos e à mecanização de tantas etapas do processo produtivo quanto seja possível. Nas Matas de Minas, em

---

<sup>14</sup> Durante a pesquisa realizamos entrevistas semiestruturadas com os produtores selecionados cujo roteiro incluía questões sobre o histórico da propriedade e/ou da família do produtor, sobre a produção (como localização, tamanho da propriedade, tipo de mão de obra empregada, uso de diversos tipos de tecnologia de produção, de colheita e de pós-colheita, volume colhido, produtividade, características do café, incluindo tipos e investimentos em qualidade). Sobre as condições de comercialização, os questionários abordavam temas como a relação custos de produção/preços, quantidades comercializadas nas duas últimas safras, escolha da praça e dos compradores, tempo decorrido entre a colheita e a venda, condições dos contratos, se formais ou não etc. Além disso, questionamos os produtores sobre o acesso a financiamentos, assistência técnica, apoio de instituições e/ou participação em organizações, relações com as comunidades, redes de relações sociais (incluindo os compradores, outros produtores etc.), e se estas relações implicavam troca de informação, cooperação, concorrência, conflitos. É importante destacar que estas informações, obtidas nas entrevistas, foram contextualizadas a partir dos dados da observação participante nas comunidades.

<sup>15</sup> A opção pela metodologia adotada por Vilela e Rufino (2010), a despeito de outras, inclusive oficiais, se deve ao fato de que o estudo foi realizado na mesma região considerada por nossa pesquisa e reflete melhor sua estrutura fundiária, com propriedades de pequenas dimensões e estratos com pequena diferenciação.

virtude da topografia montanhosa, a mecanização do processo produtivo até a colheita é insignificante. Destacamos, assim, a mecanização do processo de pós-colheita que envolve os procedimentos de lavagem, descascamento, seca e beneficiamento do café. Desta forma, consideramos em nossa análise se os produtores adotam ou não esse pacote tecnológico composto por insumos químicos e mecanização de pós-colheita (no mínimo).

Estes critérios nos permitiram diferenciar os produtores entre aqueles de maior porte, que em geral fazem uso frequente de mão de obra externa à propriedade (via contrato de trabalho e/ou parceria) e de tecnologias de produção e pós-colheita, e aqueles de menor porte, que utilizam predominantemente a mão de obra familiar e com menor uso de tecnologia.

Agregamos ainda os critérios que dizem respeito mais diretamente às condições do mercado e às estratégias de comercialização dos produtores, quais sejam:

1) Adoção da contabilidade racional. Levamos em conta a existência ou não de uma contabilidade básica da propriedade, incluindo ao menos os custos de produção ou custos operacionais. Consideramos a contabilidade como um índice básico do nível de racionalização da atividade.

2) Investimentos em qualidade e certificação. Examinamos a existência de certificações da propriedade e/ou do produto e ainda se o produtor se dedica principalmente à produção de cafés especiais ou diferenciados. Entendendo que qualidade não se refere apenas a uma avaliação da qualidade de bebida do café, mas a diversos aspectos que se convertem em preços-prêmio no mercado, incluindo o que denominamos “cafés sustentáveis”, além dos cafés especiais.<sup>16</sup>

3) Comercialização. Ponderamos quais eram as principais vias de comercialização utilizadas pelos produtores, como os atravessadores locais, as cooperativas, bem como a opção de torrefação para comercialização da produção própria, exportações e vendas diretas a cafeterias, por exemplo.

Estes critérios nos permitiram diferenciar os produtores entre aqueles que estão em situação de maior adaptação às condições do mercado liberalizado, em que a eficiência e racionalidade, bem como a qualidade, são fatores competitivos importantes, e aqueles que se encontram em situação de menor adaptação às condições do mercado atual.

A partir da organização dos dados referentes às estratégias dos produtores, observamos combinações específicas de critérios, o que nos permitiu elaborar uma

---

<sup>16</sup> Adotamos a expressão “cafés sustentáveis” utilizada por Souza (2006) em sua pesquisa para se referir aos cafés orgânicos, do *fair trade* e sombreados. Em nossa pesquisa, a categoria inclui os cafés orgânicos ou agroecológicos e os cafés do *fair trade*, não havendo uma produção significativa de cafés sombreados nas Matas de Minas. Com relação ao tipo de café produzido, também adotamos o termo “sustentável” para caracterizar um tipo de produtor das Matas de Minas.

tipologia que representa a diversidade de modos de adaptação ao contexto do mercado liberalizado. Esta tipologia consiste na principal ferramenta analítica de nossa pesquisa. A construção da tipologia se fundamentou, assim, em critérios definidos com base na própria experiência de pesquisa, por se tratar de um estudo qualitativo em que as percepções dos próprios sujeitos muitas vezes conduzem nossa análise, bem como em nossa perspectiva teórica.<sup>17</sup>

A tipologia evidencia que a diferenciação entre os produtores nesta região não se dá apenas em relação ao tamanho da propriedade ou ao nível tecnológico, mas a partir dos modos como constroem suas estratégias. Estas, por sua vez, dependem de recursos materiais de cada unidade produtiva e de condições econômicas externas, bem como do contexto sociocultural. A tipologia identifica quatro categorias puras de produtores – “tradicional”, “sustentável”, “especial” e “empresário” –, que apresentamos de forma sucinta, no que se refere aos critérios que dizem respeito ao produtor e à unidade produtiva e às estratégias e condições do mercado:

### Quadro 3 – Tipologia de produtores

		Diferenciação das unidades produtivas (Tamanho da propriedade, emprego de tecnologia e contratação de mão de obra)	
		Menor	Maior
Nível de adaptação ao mercado liberalizado (uso de contabilidade, certificações e comercialização diversificada)	Menor	Tradicional	*
	Maior	Sustentável	Empresário e Especial

\*A célula vazia se deve ao fato de que não encontramos produtores que correspondessem ao padrão de propriedade de maior porte e com menor nível de adaptação. Os produtores (com propriedades) de maior porte tendem a se adaptar configurando o tipo Empresário ou Especial.

**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>17</sup> Em relação à perspectiva teórica, a opção por uma classificação que se pauta em estratégias ou no tipo de racionalidade dos produtores, ou, mais especificamente, no modo de construção social das ações econômicas e em suas consequências estruturais, encontra fundamentação na sociologia econômica neoinstitucionalista, a exemplo de autores como Bourdieu (que expressa a ideia de um comportamento econômico socialmente orientado por meio da noção de *habitus*) e Fligstein (que considera a ação social e, sobretudo, a capacidade dos atores de motivarem outros atores produzindo estabilidade nos campos, por meio da noção de habilidades sociais). Outra referência importante a ser considerada no estudo de racionalidades entre agricultores é o clássico estudo de Abramovay (2007). O autor trata dos limites da racionalidade para além de fatores internos à unidade produtiva ou da existência de mercados não concorrenciais, mas a partir dos contextos culturais em que se inserem os produtores, valendo-se da inspiração da antropologia dedicada aos estudos do campesinato.

É importante destacar que os casos reais são mais ou menos distintos dos tipos, podendo se situar entre duas categorias, por exemplo, compartilhando critérios de uma e outra. Enfim, trata-se de uma estratégia analítica que visa interpretar a situação dos produtores a partir dos condicionantes sociais, econômicos e institucionais, considerando, contudo, que estes são agentes capazes de definir suas estratégias e se posicionarem em relação às condições anteriores, reestruturando o próprio mercado local.<sup>18</sup> É importante enfatizar ainda que o Quadro 3 não expressa todos os recursos e condicionantes, sobretudo socioculturais, de que cada tipo de produtor dispõe e que influencia em suas estratégias. Assim, discutimos a seguir cada tipo de produtor em detalhe visando tratar da influência do contexto cultural e das redes de relações sociais ou capital social de que dispõe na formação de suas estratégias econômicas.

Os produtores que nomeamos tradicionais encontraram dificuldades em se adaptar ao contexto pós-IBC. Alguns apresentam uma motivação tradicional para suas escolhas econômicas, expressas na fala comum na região: “meu avô fazia assim, meu pai fazia assim, então eu também faço”. Além do mais, estes produtores encontram dificuldades em se adaptar às novas exigências do mercado em termos de qualidade, diferenciação e tecnologia, muitas vezes por falta de recursos financeiros (acesso a crédito), assistência técnica e informação. Em geral, o tipo que denominamos tradicional corresponde a pequenos produtores familiares que produzem um café de qualidade mediana a baixa, sem capacidade para produzir cafés especiais ou diferenciados. Estes comercializam seu café via atravessadores ou compradores locais e não são membros de associações ou cooperativas. Tais produtores possuem fortes vínculos com as comunidades locais, onde predominam relações de confiança assentadas no parentesco. Alguns compradores de café ou atravessadores também estão inseridos nessas redes de relações locais, mantendo por isso laços estreitos e duradouros com os produtores, o que pode envolver a comercialização de café, empréstimos e adiantamentos em dinheiro, entre outras formas de transações e relações sociais. O trecho de uma entrevista a seguir com um produtor tradicional retrata os condicionantes materiais e sociais de sua escolha:

P: E como que vocês escolhem o comprador?

R: Ah são os conterrâneos mesmo, já conhece. É aquele que paga melhor e é de confiança né. (Entrevista com produtor tradicional realizada no município de Ervália em 14 jan. 2012)

---

<sup>18</sup> É evidente a inspiração weberiana no modelo metodológico de construção de tipos puros, tratando-se mais propriamente da influência weberiana na sociologia econômica contemporânea. A esse respeito, Swedberg (2005) destaca a importância de Weber como formador da sociologia econômica. O autor reforça que a metodologia sociológica dos tipos proposta por Weber é especialmente aplicada em sua teoria da ação, dando conta da interpretação dos significados que orientam em sua definição subjetiva (SWEDBERG, 2005, p. 55).

As observações etnográficas permitem postular que muitos produtores se aproximam do tipo tradicional, o que se relaciona às características da própria região produtora, como o baixo nível tecnológico, organizativo e a predominância da comercialização de cafés *commodity* via intermediários. Contudo, em se tratando de uma pesquisa qualitativa não procuramos definir estatisticamente a parcela de produtores da região que corresponde a cada um dos tipos.

Os produtores de maior porte, via de regra, tiveram mais facilidade de se adaptar às mudanças pós-desregulamentação. Muitos desses já praticavam uma atividade um pouco mais tecnificada, já faziam uma contabilidade de seus negócios, entre outras medidas que são importantes para garantir a competitividade de seu negócio, sobretudo no novo contexto. Estes correspondem ao tipo de produtor que identificamos como empresário. De modo geral, os empresários possuem propriedades médias a grandes e contam com a maior parte da mão de obra contratada. Eles desenvolvem uma cafeicultura moderna e racional e com frequência fazem investimentos em qualidade do café. Com relação à comercialização, eles buscam diversos canais nos quais possam conseguir melhor remuneração, não estando, portanto, presos aos mercados locais. Alguns destinam sua produção majoritariamente para o mercado externo, fazendo negócios diretamente com exportadores. Alguns investem também na indústria própria de torrefação de cafés. E praticamente todos buscam se adequar às exigências legais e possuem uma ou mais certificações, além de serem membros de associações de produtores. O seguinte relato, de um produtor com este perfil das Matas de Minas, exemplifica as características dos produtores empresários:

Tem uma geração nova que está entrando, a minha geração, que eu considero a geração atual do café, dos nossos pais já acabou praticamente. Então um povo que saiu da faculdade, que já fala inglês e assim por diante. É a coisa mais normal você ter um filho do cafeicultor que já fez uma permanência qualquer no exterior e voltou, se ele vai ficar na fazenda, sei lá, é raro alguém estar querendo ficar na fazenda, ele já quer inovar, ele já sai da faculdade cheio de ideias mirabolantes na cabeça. Vai quebrar a cara num punhado de coisa, mas ele está com gás para fazer. Então, eu estou enxergando isso nessa geração nova, eles vão querer mudar. Mas, infelizmente, existe nessa geração ainda gente que assumiu... nós assumimos muito cedo fazenda e pessoas também que assumiram, a grande maioria que são jovens ainda, mas trabalham na mesma forma que os pais trabalhavam. Da mesma forma, obviamente, tem tecnologia de produção, inovaram muito, vai ter produtividade, todo mundo sabe de tudo, impressionante, o cara não tem formação nenhuma, mas ele sabe o princípio ativo, sabe disso, sabe daquilo, nome de produto ele sabe tudo de cor e salteado. Mas em questão comercial não andou um palmozinho. (Entrevista com produtor empresário que possui propriedade em Araponga, realizada em 5 abr. 2013)

O tipo que denominamos como produtor especial compartilha de muitas particularidades com o produtor empresário, como a racionalidade na administração dos negócios e o uso da tecnologia disponível, mas estes tipos não coincidem necessariamente em todos os aspectos. Essencialmente, os produtores especiais apresentam como característica distintiva a produção de cafés de alta qualidade o que, geralmente, leva à busca por certificações e a formas de comercialização diferenciadas, pois, na maioria das vezes, os cafés especiais são destinados à exportação ou ao ainda pequeno segmento de cafeterias nacionais ou de pequenas torrefações de cafés especiais. Mas estes podem ser produtores menores e com menos recursos e que não fazem um investimento tão alto em sua produção. Muitas vezes pela localização privilegiada de suas lavouras, em regiões propícias à produção de café, conseguem produzir cafés de alta qualidade sem grandes investimentos. Este tipo de produtor conta com uma reputação diferenciada na região, que com frequência é sustentada pelos títulos obtidos em concursos de qualidade de café.<sup>19</sup>

A quarta categoria identificada concentra pequenas unidades produtivas geridas pelo núcleo familiar e que compartilham os principais elementos dos produtores tradicionais. Porém, neste caso, a partir da influência das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica), ainda nas décadas de 1970 e 1980, houve um processo de organização em algumas comunidades rurais, com a formação de sindicatos de trabalhadores rurais e, posteriormente, associações e/ou cooperativas. A partir do final da década de 1980 somou-se a este processo a atuação de movimentos sociais e organizações ligados à agroecologia. Esses produtores passaram a se diferenciar dos tradicionais desde o momento que buscaram uma ruptura com os pacotes tecnológicos herdados da Revolução Verde e da assistência prestada pelo IBC e iniciaram experiências de produção orgânica e agroecológica. Essas novas práticas produtivas, no contexto dos mercados agrícolas pós-década de 1990, vinculam-se à demanda de consumidores, sobretudo nos países desenvolvidos, e passam a ser valorizadas por nichos de mercados como o mercado de café orgânico e o movimento de *fair trade*. Estes produtores conseguem comercializar nos nichos de orgânicos e do *fair trade* via cooperativas, além de acessarem outras formas de comercialização, como as redes de

---

<sup>19</sup> No leilão subsequente ao concurso nacional da Abic de 2012, em que o primeiro lugar foi de um pequeno produtor das Matas de Minas, cada saca de um microlote deste produtor foi arrematada por R\$ 3.000,00. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=256>. Acesso em: 31 jan. 2015. Naquele momento, a saca do café padrão B/C, do tipo 6, de bebida dura, estava cotada em cerca de R\$ 323,00, conforme informações do Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.cccmg.com.br/cotacaocafe.asp?paginas=cota%E7%E3o%20do%20caf%E9&consultar=true>. Acesso em: 31 jan. 2015.

comercialização local ou circuitos curtos, além dos mercados institucionais, com apoio de políticas públicas.

Conforme nosso modelo teórico, as estratégias dos produtores são influenciadas pelo ambiente institucional/organizacional e pelo contexto sociocultural, o que é confirmado pelos dados da pesquisa. Para todos os tipos de produtores, encontramos diversos casos em que suas estratégias econômicas não podem ser consideradas como mera escolha racional. Por exemplo, para muitos produtores das Matas de Minas que correspondem ao tipo tradicional, a escolha de vender sua produção para determinado atravessador é definida essencialmente pela confiança e por laços sociais ligados a redes de parentesco e de reciprocidade internos às comunidades rurais, a despeito de melhores preços que poderiam encontrar em outras praças de mercado.

No decorrer da pesquisa em comunidade rural no município de Carangola, onde realizamos entrevistas com diversos produtores e observação participante, pudemos notar como as relações sociais influenciam nas formas de comercialização de café na região. Esta é basicamente uma comunidade familiar, na qual quase todos os moradores possuem vínculos de parentesco consanguíneo ou por aliança, constituindo um grupo altamente coeso, com forte solidariedade social e reciprocidade, o que tem impactos na organização do trabalho e na comercialização.

Com relação à comercialização, tal como de modo geral ocorre nas Matas de Minas, os produtores vendem para um intermediário local, que neste caso é também um produtor de café residente na comunidade e que possui relações de parentesco com vários outros moradores. Este intermediário compra o café de quase todos os moradores da comunidade e revende para compradores maiores situados nas cidades próximas. A justificativa dos moradores para vender o café para este comprador, além dos habituais argumentos de que é mais cômodo, em função da retirada do café na propriedade e do pagamento em geral à vista, refere-se ao fato de que ele é parente, logo, alguém em quem se poderia confiar. Também como em outras localidades das Matas de Minas, o intermediário empresta dinheiro a juros e faz adiantamentos para compra da produção. Nesta comunidade, ele exerce essa atividade cobrando juros de 4% ao mês dos moradores, inclusive dos parentes. Para alguns produtores com os quais conversamos, esta prática é pensada como uma ajuda em casos de necessidade, em que os produtores precisam de recursos para fazer a colheita ou arcar com despesas domésticas e não dispõem de outros meios.

Com relação à avaliação da qualidade do café, alguns produtores disseram não confiar totalmente na avaliação do atravessador, mas não se sentem capacitados para questionar. Conforme o relato de uma produtora desta comunidade: “pra nós só existe

café que bebe e café que não bebe. Os compradores é que fazem negócio com nosso café”. Ou seja, o comprador pode adquirir um café como sendo ‘de bebida’, mas sabendo que se trata de um café especial, o venderem adiante com preços bem mais elevados do que pagaram.

É importante perceber as nuances e ambiguidades nas relações dos produtores com os intermediários. Em alguns momentos, os próprios produtores defendem a comodidade de vender para estes agentes, em outros, condenam as práticas irregulares por eles adotadas. Como explica uma agricultora da comunidade citada: “o ideal é que a gente tivesse uma cooperativa para poder vender o café, para não precisar do atravessador, mas o problema é que esse negócio de cooperativa é muito difícil, dá muito trabalho, e nós não estamos dando conta nem do serviço da lavoura”. Assim, o atravessador aparece, como ouvi no relato de alguns produtores, como “um mal necessário”, e é a figura central da comercialização de café *commodity* e do mercado de café em geral das Matas de Minas.

Os produtores fazem uma escolha racional entre as possibilidades de comercialização de sua produção. Todos os produtores entrevistados disseram que, quando possível – ou seja, quando dispõem de recursos, principalmente tempo e informação –, levam amostras de café a mais de um comprador e procuram vender para aquele que oferece a melhor avaliação da qualidade e, conseqüentemente, o melhor preço. Não há continuidade e frequência nas relações contratuais na venda do café *commodity*. Na maior parte das vezes os produtores vendem parcelas de sua produção anual para diferentes compradores e, nas colheitas seguintes, podem vender para outros. O pagamento em geral é feito no ato da venda do café conforme a cotação e os mecanismos utilizados pelos compradores no mercado local, não havendo muitas vezes qualquer formalização jurídica dos contratos.

No entanto, como se procurou mostrar, a escolha dos produtores em vender sua produção aos intermediários está condicionada a alguns fatores, como a proximidade e os laços sociais locais e as relações de confiança que deles derivam. Assim, a racionalidade é limitada pelo próprio contexto social dos produtores. A seguinte fala de um produtor ilustra este argumento:

Com isso [a venda para os atravessadores] a gente perde muito dinheiro. Porque é assim, esses dias mesmo, o café poderia estar pagando até mais um pouco, pelo que estava passando na televisão. Mas aí [os atravessadores] ficam com a desculpa de que o café está melhor, o outro está pior, aí acaba pegando aqueles que estão mais apertados, num momento de colheita, no início, às vezes a pessoa está precisando de dinheiro, aí você vai lá ao [nome do atravessador] que é atravessador, acaba indo ali, confiando, e ele te passa um preço às vezes menor do que valia. Acaba que o produtor perde mais um pouco ainda nisso aí. É questão de você confiar, é porque geralmente você tem um preço melhor

em outros, porque o pagamento é com oito dias, aí o preço costuma ser melhor. Mas tem horas que você confia e daí você toma prejuízo por não ir procurar o outro comprador, levar em outro lugar. (Produtor tradicional do município de Ervália, entrevista realizada em 22 mai. 2013)<sup>20</sup>

Para outros produtores, como no caso do tipo sustentável, a opção em produzir cafés orgânicos, a despeito de altos investimentos envolvidos na conversão para este modelo e de incertezas na comercialização via pequenas cooperativas, se deve a valores compartilhados comunitariamente, reforçados por movimentos sociais dos quais participam, e que envolvem aspectos de sustentabilidade, saúde e justiça social, como relata um entrevistado:

A melhor forma de acessar essas políticas é no coletivo. E não é diferente também na comercialização do café, eles têm que estar associados a uma associação ou uma cooperativa que possa fazer isso. Porque quando você vai exportar o produto, principalmente o café, você tem que ter volume. Duas coisas, você tem que ter volume e qualidade do produto. E como um agricultor individual, sendo agricultor familiar, ele não tem volume pra exportar, então ele tem que juntar, isso facilita. E quando você vai fazer negociação lá fora, a negociação via grupo, eles querem entender o histórico do grupo, como é que surgiu esse grupo, como esse grupo pensa na questão social, na questão ambiental, então tem uma preocupação maior com essa questão. [...] Nós temos hoje um grupo de agricultores, em torno de 26 agricultores neste município que trabalham com produção orgânica, sendo que destes 26 devemos ter 5 ou 6 com produção 100% orgânica, mas os demais não usam veneno, mas ainda usam adubo químico, trabalham com agroecologia. [...] Eu faço parte, minha propriedade é 100% orgânica. [...] Agora, veneno, isso é indiscutível. Nós devemos ter hoje, cerca de 80 a 90 agricultores no município de Araponga que só usam adubo químico, não usam agrotóxico. (Entrevista com produtor sustentável em Araponga, realizada em 23 out. 2013)

As estratégias dos produtores se correlacionam também com a organização do mercado local, entendido como um espaço social ou campo. Isso se dá fundamentalmente no processo de definição dos padrões de qualidade e de quem detém poder de manejar e impor tais padrões, os quais configuram dispositivos de controle das condições de troca.

No contexto pós-IBC, a qualidade é parte fundamental das estratégias competitivas no mercado de café. No processo de adaptação dos produtores às condições institucionais e econômicas, estes buscaram novas formas de produção e comercialização caracterizadas essencialmente por uma diferenciação dos cafés pela qualidade. Ao tratar da qualidade, nós a consideramos a partir de padrões construídos pelos agentes sociais que definem a

---

<sup>20</sup> A confiança é um elemento fundamental nas abordagens sociológicas da economia e foi destacada por Granovetter (2007) por expressar a influência das instituições e das relações sociais sobre os comportamentos.

ação econômica, formas de comercialização específicas, entre outros mecanismos que conformam regimes de controle dos mercados.

Acessar e ter domínio sobre os padrões de qualidade é uma parte importante na formação das estratégias dos produtores e depende de seus recursos (sociais, inclusive), interferindo em sua adaptação ao novo contexto do mercado. Estes padrões são influenciados pela situação do mercado global de café e por normas específicas adotadas no país. Mas colocá-los em prática depende das relações de poder que se institucionalizam no mercado local.<sup>21</sup> Muitos produtores não dominam os critérios e padrões de classificação, como demonstrado nos relatos e observações colhidos. Durante a pesquisa de campo, era frequente acompanhar negociações de cafés entre produtores e atravessadores, em que estes últimos, em seus escritórios, degustavam uma amostra de café e davam vereditos aos produtores como: “Seu café bebeu. Nova York hoje está pagando X.” A partir daí, informavam o preço aos produtores, que simplesmente podiam aceitar ou não, demonstrando desconhecer totalmente o que estas decisões significavam. Os produtores durante a pesquisa de campo relatavam com frequência o oportunismo por parte dos compradores diante do seu desconhecimento das condições de avaliação.

É certo que há uma grande assimetria de informação entre produtores e compradores acerca dos critérios que permitem a avaliação da qualidade do café. Mas é importante destacar que não se trata apenas desse problema e do oportunismo gerando custos de transação. Trata-se das condições sociais que garantem a certos agentes o controle de dispositivos de avaliação de qualidade, os quais, por sua vez, asseguram o poder no mercado. Diante da configuração do mercado local, os produtores buscam produzir e comercializar determinada qualidade de café que seja viável, que garanta alguma segurança, o que nem sempre representa uma solução eficiente, mas eficaz. Ou seja, trata-se de estratégias possíveis, conforme seus recursos e fatores do ambiente institucional e cultural ao qual estão sujeitos, visando se posicionar em determinado espaço ou nicho do mercado que assevere certa confiança. Esta segurança é um fator importantíssimo para compreender as condições de reprodução social destes produtores e da própria região, caracteristicamente ocupada por agricultores familiares. Assim, pode-se afirmar que no processo de adaptação dos produtores às novas condições do mercado de café, por meio de

---

<sup>21</sup> Basicamente, a classificação dos cafés segue as normas definidas pela Classificação Oficial Brasileira dos Cafés expressa na Instrução Normativa nº 8 de 2003 do Mapa, que define o regulamento técnico de identidade e de qualidade para a classificação do café beneficiado grão cru, mas há classificação específicas adotadas por certos *traders* no mercado. De todo modo, a classificação de qualidade é fundamental para a definição dos preços o que, no caso dos cafés *commodity*, tende a se dar a partir da referência de cotação da bolsa *New York Board of Trade* (NYBOT), atualmente denominado *ICE Futures*. Contudo, na região das Matas de Minas, a classificação dos cafés *commodity* frequentemente diferencia apenas os cafés “de bebida” (correspondente aos cafés de bebida dura e superiores, de melhor qualidade) dos cafés que “não beberam” (cafés do tipo rio ou riado, de pior qualidade), e os preços dependem não apenas da referência do mercado, mas de diversos fatores definidos localmente, incluindo-se a reputação do produtor e do comprador, as quantidades comercializadas, relações sociais entre compradores e produtores etc.

suas estratégias, ocorre uma diferenciação destes produtores – expressa na tipologia apresentada – que passam a ocupar nichos específicos do mercado, o que leva à formação de novas maneiras de coordenação, havendo também um processo de *feedback* destas estruturas do mercado sobre as estratégias dos produtores.

Em outros termos, podemos afirmar que a qualidade é o signo visível que relaciona os tipos de produtores com os mecanismos específicos de comercialização, institucionalizados como formas de coordenação referentes a nichos no mercado local. Enquanto a teoria econômica considera que o preço é a semiótica básica do encontro entre oferta e procura, a visão sociológica nos mostra que a qualidade pode ocupar este espaço. Os modos de alinhamento entre a coordenação no mercado local das Matas de Minas, conforme as qualidades dos cafés e os tipos de produtores são esquematicamente apresentadas a seguir:

**Quadro 4** – Alinhamento entre tipo de produtor, qualidade do café e formas de coordenação mercantil

Tipo de produtor	Qualidade do café e padrões de avaliação	Formas de coordenação predominantes
<b>Tradicional</b>	<i>Commodity</i> . Avaliação pelos compradores locais. Os produtores não dominam os padrões de avaliação.	Comercialização via intermediários ou atravessadores locais, muitas vezes sem contratos formais.
<b>Especial</b>	Cafés especiais. Avaliação por <i>experts</i> via padrão SCAA. <sup>22</sup> Reputação obtida por meio de premiações e concursos. Uso de certificações. Os produtores frequentemente conhecem os padrões de avaliação.	Torrefações e marcas próprias, contratos diretamente com <i>traders</i> e exportadores de cafés especiais e com cafeterias.
<b>Empresário</b>	Cafés <i>commodity</i> e especiais. Avaliação por especialistas. Os produtores frequentemente conhecem os padrões de avaliação.	Comercialização local com contratos formais. Algumas torrefações e marcas próprias. Contratos com <i>traders</i> em outras praças de mercado.
<b>Sustentável</b>	Cafés sustentáveis (orgânicos e <i>fair trade</i> ). Uso de certificações de orgânicos e do <i>fair trade</i> . Os produtores em alguns casos conhecem os padrões de avaliação, mas estes são controlados por agentes que não fazem parte da troca, como certificadoras, Ongs etc.	Cooperativas, mercados institucionais, solidários ou circuitos curtos.

Fonte: Elaboração própria.

A principal forma de comercialização dos cafés das Matas de Minas se dá por meio do mercado de *commodity*, o que no local se vincula à atuação de intermediários, implicando altos custos de transação em virtude da predominância do oportunismo pelos compradores. Apesar disso, esta estrutura de mercado prevalece, o que se explica em razão do poder que possuem os intermediários no mercado local. Estes agentes detêm e manejam a informação sobre as condições de comercialização, os protocolos de avaliação da qualidade e, com isso, definem regimes de controle do mercado que garantem a sua estabilidade. Os produtores que comercializam neste mercado, predominantemente o tipo tradicional, encontram dificuldades de adaptação ao contexto do mercado liberalizado e de acesso a apoios institucionais, o que explica em parte o fato de permanecerem comercializando por meio de intermediários. Mas, além disso, estes produtores possuem fortes vínculos sociais nas comunidades locais, que incluem atravessadores, o que ajuda a compreender a persistência desta forma de coordenação. Assim, a persistência das estruturas de governança ou formas de coordenação que implicam altos custos de transação no mercado de café na região das Matas de Minas pode ser melhor entendida considerando os padrões culturais, as relações sociais e de poder.

Uma contra-argumentação possível, da perspectiva da ECT, seria que as relações sociais locais funcionam como mecanismos institucionais que reduzem custos de transação. Mas não se trata disso. Os produtores reconhecem que é custoso vender para os atravessadores. Como foi relatado com frequência durante a pesquisa de campo, “o atravessador é um mal necessário”. Ou seja, apesar de um mal ou um custo, é necessário, pois muitas vezes é mais importante manter uma rede de relações que garanta segurança, ou simplesmente reproduzem-se as relações sociais e os papéis já bem estabelecidos.

As alternativas ao atravessador passam pela diferenciação do produto e também pela formação de organizações. O processo de emergência de organizações de produtores está diretamente relacionado com o processo de diferenciação pela qualidade dos cafés das Matas de Minas. Onde os produtores passaram a produzir cafés especiais foi preciso buscar alternativas de comercialização melhor remuneradoras. Assim, foram fundadas associações de cafés especiais para procurar fortalecer esses produtores, conquistar reconhecimento no mercado e encontrar alternativas de comercialização. A partir do momento que estas associações de cafés especiais passam a existir, funcionam como ambientes de aprendizado da qualidade, estimulando outros produtores a investirem na produção diferenciada dos seus produtos, o que evidencia a inter-relação entre as

estratégias dos produtores e as formas organizacionais e de coordenação do mercado, bem como as relações entre os produtores.

As Matas de Minas, que era uma região identificada pelo baixo nível tecnológico e organizacional e pela baixa qualidade dos seus cafés, tem passado por um processo de reconstrução de sua reputação no setor cafeeiro. A alteração nos padrões de qualidade dos cafés da região foi parte importante deste processo, o que se deu a partir de esforços e investimentos dos próprios produtores e da formação de organizações locais, como associações e cooperativas, além do apoio de organizações de extensão e assistência técnica que fomentaram o processo de mudança tecnológica. Apesar de tratar-se de um processo em curso, pode-se apontar a tendência à estabilização do mercado local com base na formação de nichos e da diferenciação entre os produtores.

### **Considerações finais**

Os processos de adaptação e enfrentamento dos cafeicultores ao contexto da liberalização envolvem uma mudança nas instituições do mercado, baseada na criação de outros regimes de controle que se fundamentam, principalmente, na construção de novos padrões de qualidade e novas formas organizativas. Os dados de nossa pesquisa demonstram que se trata de um mercado local ainda em processo de reestruturação. Não buscamos indicar o sentido do processo de estabilização, mas compreender as dimensões centrais desse processo, quais sejam, as estratégias dos produtores e as formas de coordenação mercantil emergentes, a partir de um modelo sociológico.

Este processo tem sido conduzido pela valorização da qualidade, o que é uma tendência do mercado no contexto pós-liberalização. Contudo, o modo como esta tendência influencia a configuração do mercado local depende de condicionantes socioculturais e institucionais que afetam diferentemente os produtores conforme sua própria posição neste espaço social. Os produtores não são agentes racionais indiferenciados, mas sim agentes sociais cujas estratégias comportam, obviamente, uma dimensão de instrumentalidade no ambiente mercantil, mas também são fortemente induzidas por valores, laços sociais, organizações, entre outros aspectos da estrutura social na qual se inserem. Com isso, o importante a se destacar com nossa tipologia é que os produtores são distintos e se diferenciam ativamente a partir de suas estratégias influenciadas pelo ambiente social. E, com isso, o mercado também se distingue nas formas de coordenação, entre as quais não elencamos as mais eficientes, mas as compreendemos como padrões em disputa que organizam o mercado.

Trata-se, portanto, de demonstrar a persistência dos contrastes entre os produtores e o processo de diferenciação nas estruturas de mercado, não a homogeneização no

sentido de um mercado concorrencial e balizado pela eficiência. Com isso, nos posicionamos criticamente em relação ao modelo teórico dominante nos estudos sobre cadeias agroindustriais no Brasil, marcado pela perspectiva da ECT. Este modelo tende a considerar como residual a permanência de arranjos contratuais em que há altos custos de transação e o comportamento adaptativo dos produtores praticamente como espontâneo, em virtude do modelo de racionalidade da ação. Pelo contrário, o que encontramos nas Matas de Minas foi a persistência endêmica da comercialização via atravessadores e das desvantagens para o produtor na hora da formação do preço do grão. Além do mais, nos preocupamos em demonstrar a existência de condições, como o aprendizado a partir de redes de relações e os diferentes recursos ou capital de que dispõem os produtores, que influenciam no processo de adaptação.

Um dos elementos que se destaca no processo de construção das estratégias dos produtores e, conseqüentemente, em sua maior ou menor adaptação ao mercado liberalizado é o investimento em qualidade. Como procuramos demonstrar, há distintas qualidades que são construídas localmente conforme os recursos de que dispõem os agentes e a sua capacidade de conhecer e colocar em prática códigos e padrões balizados pelas normas nacionais ou internacionais do mercado de café. Estas distintas qualidades manejadas pelos agentes definem também as estruturas locais do mercado. Esperamos ter demonstrado como se constituem tais estruturas no caso das Matas de Minas. A partir de tais apontamentos, acreditamos que nosso trabalho possa se somar aos esforços de análise do sistema agroalimentar no contexto da globalização e de suas conseqüências sobre a vida dos agricultores.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- AKIYAMA, Takamasa. Coffee market liberalization since 1990. In: AKIYAMA, Takamasa; BAFFES, John; LARSON, Donald; VARANGIS, Panos (Eds.). *Commodity market reforms: lessons of two decades*. Washington, D. C.: World Bank Regional and Sectoral Studies, 2001.
- BATES, Robert. *Open-Economy Politics: the political economy of the world coffee trade*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

- CALLON, Michel. L'économie des qualités. *Politix*, Lille, v. 13, n. 52, p. 211-239, 2000. Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/polix\\_0295-2319\\_2000\\_num\\_13\\_52\\_1126](https://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_2000_num_13_52_1126). Acesso em: 22 abr. 2020.
- DAVIRON, Benoit; PONTE, Stefano. *The coffee paradox: global markets, commodity trade and the elusive promise of development*. Londres: Zed Books, 2005.
- EYMARD-DUVERNAY, François. Conventions de qualité et formes de coordination. *Revue économique*, Paris, v. 40, n. 2, p. 329-360, 1989. Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/reco\\_0035-2764\\_1989\\_num\\_40\\_2\\_409142](https://www.persee.fr/doc/reco_0035-2764_1989_num_40_2_409142). Acesso em: 20 abr. 2020.
- FERREIRA, Marcelo Dias Paes; SOUSA, Lucas Oliveira de; RUFINO, José Luís dos Santos. O mercado internacional do café. In: RUFINO, José Luís dos Santos; ARÊDES, Alan Figueiredo de. *Mercados interno e externo do café brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2009.
- FLIGSTEIN, Neil. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, Bloomington, v. 61, n. 4, 1996.
- FLIGSTEIN, Neil. *The Architecture of Markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol6-num1-2007/acao-economica-estrutura-social-problema-imersao>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- KARPIK, Lucien. Élément de l'économie des singularités. In: STEINER, Philippe; VATIN, François. *Traité de sociologie économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- MONTAGNON, Christophe. *Coffee: terroirs and qualities*. Paris: Quae, 2006.
- PECQUEUR, Bernard. Qualité et développement territorial: l'hypothèses du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale*, Paris, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217). Acesso em: 20 abr. 2020.
- POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- SAES, Maria Sylvia Macchione. *A racionalidade econômica da regulamentação no Mercado Brasileiro de Café*. 1995. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SAES, Maria Sylvia Macchione; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. *O Agribusiness do café no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SOUZA, Maria Célia Martins de. *Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários*. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis///90/90131/tde-22112011-161753/pt-br.php>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- SWEDBERG, Richard. Markets in society. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil J. (Eds.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- TALBOT, John M. *Grounds for agreement: the political economy of the Coffee Commodity Chain*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2004.

VILELA, Pierre Santos; RUFINO, José Luís dos Santos (Coords.). *Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais*. Belo Horizonte: INAES, 2010.

WHITE, Harrison. Where do markets come from? *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 87, n. 3, p. 517-547, 1981.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições*. 1995. 239 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: [http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/616/Documentos/Tese\\_Livre\\_Docencia\\_DZ.pdf](http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/616/Documentos/Tese_Livre_Docencia_DZ.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

## Como citar

SINGULANO, Marisa Alice; HIGGINS, Sílvia Salej. Formas de adaptação de produtores de café à liberalização mercantil: proposta de uma tipologia analítica a partir de um estudo de caso na região das Matas de Minas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 278-303, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-2>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **Políticas de desenvolvimento e da natureza: a pesca artesanal no processo de ambientalização da política pesqueira no Brasil**

DOL: 10.36920/esa-v29n2-3

 Carolina Cyrino<sup>1</sup> |  Aline Trigueiro<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute o processo de ambientalização da política pesqueira executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre 1989 e 1998, e problematiza as suas repercussões, incluindo as penalizações dirigidas à atividade da pesca artesanal. Por ambientalização entendemos o modo como os ideais do desenvolvimento sustentável (DS) foram incorporados ao corpo da política ambiental brasileira, nesse período, e seus modos de reverberação na política regulatória da pesca artesanal, por meio de uma justificativa tecnicista (em moldes ecológicos) à modernização do referido setor. Todavia, mostramos que esse anseio modernizador já havia tido início com a criação das colônias de pesca pela Marinha do Brasil, na década de 1920, assumindo, contudo, um novo direcionamento com a atuação do Ibama. Como resultado, houve o aprofundamento da estigmatização dessas populações pescadoras e a instituição de formas de controle dos seus modos de vida, das suas técnicas e do saber artesanal.

**Palavras-chave:** política pesqueira; pesca artesanal; processo de ambientalização; desenvolvimento sustentável; Ibama.

**Abstract:** (*Development and nature's policies: artisanal fishing in the environmentalization of fishery policy in Brazil*). This article approaches the environmentalization of fisheries policy carried out by the Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA), between 1989 and 1998, and outlines its repercussions, including the penalization that this brought to artisanal fishing. We consider as environmentalization the way in which sustainable development (SD) ideals were incorporated into the body of Brazilian environmental policy (during the 1990's), promoting deep consequences in the regulatory policy toward artisanal fishing, by means of a technical justification (in ecological terms) to

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento da Universidade Federal do Espírito Santo (Geppedes/Ufes). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: carolinacyrino.ufes@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento (Geppedes/Ufes). Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: aline\_trigueiro@hotmail.com.

the modernization of the sector. However, this demand for modernization had already started in the 1920's, when fishing colonies were created by Brazilian Navy, but it gained a new direction with IBAMA's performance. As a result the fishing population was stigmatized, instituting an increase in the means of control over their lives, techniques and artisanal knowledge.

**Keywords:** fishery policy; artisanal fishing; environmentalization; sustainable development; IBAMA.

## Introdução

A política voltada para a pesca artesanal no Brasil carregou sempre um caráter de espólio. Ela tem suas raízes na ideia de modernização já desde os seus primeiros atos regulatórios, os quais resultaram na criação das colônias de pesca, ainda no início do século XX. Naquela época, a proposta era transformar esse contingente de pessoas, os pescadores, em uma possível reserva naval para a Marinha brasileira e, posteriormente, como mão de obra dirigida à indústria da pesca (RAMALHO, 2014; CYRINO, 2018). Na ordem do dia havia um clamor pelo progresso do país, materializado nas primeiras décadas do século XX nas ações modernizadoras voltadas às atividades econômicas, como também às formas de trabalho. Esse ideal foi amalgamado pelo projeto nacional-desenvolvimentista durante a Era Vargas, com interesses claros de controle e tutela da atividade pesqueira. Desde então, os enfoques dados à industrialização (via expansão da pesca de grande escala) e à exploração dos recursos ambientais foram preterindo a atividade artesanal dentro de um projeto de desenvolvimento nacional, que se intensificou, sobremaneira, na década de 1970, com os grandes empreendimentos industriais.

De outro lado, havia a problemática ambiental que passou a ser incorporada na política pesqueira – de forma mais contundente e sistemática – a partir da década de 1990, sob o enfoque conservacionista. Foi esse o período em que ocorreu a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (Ibama), no ano de 1989, órgão responsável pela gestão do setor pesqueiro até 1998. Nessa época, a atividade pesqueira enfrentava uma crise de escassez dos recursos marinhos, proveniente, dentre outros fatores, da expansão da industrialização do setor e da superexploração da pesca. Todavia, no correr desse processo continuaram a se intensificar as ações em prol do controle e modernização da pesca e tecnificação do setor, em concomitância, agora, com os regulamentos restritivos à própria atividade (que incidiam de forma mais direta sobre o pequeno pescador).

O presente artigo tem por objetivo discutir, especificamente, o processo de ambientalização da política pesqueira, que consideramos ter ocorrido de 1989 a 1998, sob o protagonismo do Ibama. O termo em questão – *ambientalização* –, embora seja um neologismo, não é propriamente novo no campo acadêmico, pois já havia sido apresentado nos estudos de Leite Lopes (2004, 2006) quando ele tratou de entender os modos como a questão ambiental se tornava uma “nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2006, p. 36). O autor havia acenado para um processo histórico de amplo espectro ganhando corpo desde os anos de 1970, “implica[ndo] simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana e no lazer)” (LEITE LOPES, 2006, p. 36). Ou seja, um processo de incorporação da temática ambiental como questão pública, abarcando o âmbito da intimidade até as esferas institucionais, incluindo a criação de novas políticas ambientais. Essa abordagem de Lopes é deveras significativa para o que aqui estamos apresentando.

No caso do recorte direcionado à política pesqueira artesanal, consideramos que o processo de *ambientalização* diz respeito à interiorização dos ideais do desenvolvimento sustentável (DS) no corpo da política ambiental brasileira, já na década de 1990, trazendo reverberações à política regulatória da própria pesca artesanal, por meio de uma justificativa tecnicista (em moldes ecológicos) à modernização<sup>3</sup> do referido setor. Segundo propomos, isso teria iniciado majoritariamente durante a gestão do Ibama (1989-1998), conforme abordaremos. Sabemos, entretanto, que esse processo analisado não se esgota na década em questão – anos 1990 –, todavia, consideramos que o recorte histórico selecionado revela apontamentos importantes para se compreender as ações políticas voltadas à pesca artesanal e aos processos de desenvolvimento e/ou exclusão das populações pesqueiras.

A escolha metodológica foi dirigida à análise de conteúdo de documentos de caráter legislativo e institucional da política ambiental pesqueira: a Política Nacional do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Recurso do Mar, a Lei de Crime Ambiental, além de outros dispositivos legais. Serão analisados também alguns estudos – por meio de revisão bibliográfica – com populações pesqueiras, a partir dos quais identificamos elementos amiúde desse processo de ambientalização e seus desdobramentos para a atividade artesanal ainda hoje.

---

<sup>3</sup> Cabe acrescentar que tanto o desenvolvimento sustentável (DS) quanto a modernização ecológica (ME) trazem a mesma premissa da ecoeficiência como ideia de boa gestão dos recursos naturais, em prol do desenvolvimento econômico. O discurso se assenta na ideia de que é possível garantir o equilíbrio entre crescimento econômico e a proteção ambiental, investindo na prescrição de medidas para o uso sustentável dos recursos naturais. Ou seja, as ações políticas sob este escopo vão se preocupar em atender a eficiência técnica da produção de bens (aliando a ideia de sustentabilidade à racionalidade econômica) (CYRINO, 2018).

Considerando que este trabalho não tem a perspectiva de analisar a trajetória da política ambiental na sua amplitude histórica, o que demandaria uma análise específica e aprofundada que foge ao escopo pretendido, optamos por destacar como a problemática ambiental foi sendo incorporada e interpretada nas ações e na agenda da política dirigida à pesca, sobretudo a artesanal. Deste modo, o artigo está dividido em três seções. A primeira, buscou apresentar um breve histórico das trajetórias da política pesqueira no país, destacando os períodos que, em que pese suas diferentes estratégias, foram marcados pela modernização da atividade. Na segunda seção, apresentamos uma revisão sobre a questão ambiental no Brasil durante os anos 1990 (sem descuidar de apontar outros momentos importantes). Na terceira, destacamos a inserção da regulação ambiental no período de gestão do Ibama, discutindo estudos convergentes que apontam para a marginalização da atividade pesqueira artesanal.

### **Trajетórias da política pesqueira no Brasil: modernização e desenvolvimentismo**

A política pesqueira no Brasil foi marcada, desde o seu início, por estratégias de modernização, sustentadas pelo ideário desenvolvimentista. Essas ações, assumidas pelo Estado, têm reverberado não somente na produção pesqueira e sua organização – incluindo os modos de vida e trabalho dos pescadores –, mas também na parca política de reconhecimento dirigida a esse grupo, sobretudo os artesanais, preteridos em prol da indústria pesqueira. Vários são os estudos que apontam para essa questão da modernização como enfoque principal da política pesqueira (DIEGUES, 1983, 1995; LOUREIRO, 1985; MALDONADO, 1986, 1994; RAMALHO, 2012, 2014) e para os modos como, neste curso, a atividade artesanal ora foi tratada como obsoleta, ora negligenciada. Abordaremos aqui aspectos desse processo.

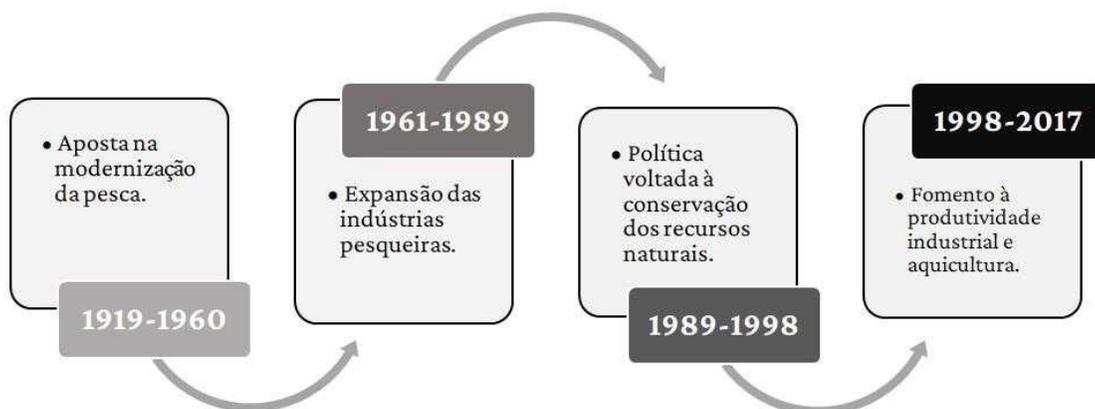
Desde os primeiros atos regulatórios com a criação das colônias de pesca pela Marinha do Brasil, em 1919, até o momento atual,<sup>4</sup> conta-se um século de política pesqueira num quadro de dez órgãos responsáveis por sua gestão. Essas instituições deixaram marcas que se alastraram ao longo do tempo nas ações dirigidas à pesca, construindo trajetórias que, embora não lineares, podem ser entendidas como articuladas por meio dos seus direcionamentos – a modernização e a tecnificação do setor. Propomos uma interpretação desse processo a partir de quatro *movimentos*:<sup>5</sup> 1)

<sup>4</sup> A gestão pesqueira é realizada pela Secretaria de Aquicultura e Pesca desde 2018, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

<sup>5</sup> Considera-se aqui a palavra *movimento* no sentido lato. Ou seja, são *movimentos* os diferentes períodos de regulação da pesca, denominados assim em razão da articulação que são capazes de estabelecer entre si, considerando que seus desdobramentos não se esgotam com o findar de cada data. A primeira autora deste artigo, em seu estudo dissertativo, defendido em 2018, estudou transformações da política pesqueira ao longo de noventa anos e reuniu trabalhos de diversos autores que se dedicaram a estudar a política pesqueira, além de vários documentos históricos. A partir do arcabouço conceitual da Sociologia Histórica, denominou *movimentos* as fases (ou períodos) históricas da política pesqueira,

modernização da pesca; 2) expansão das indústrias pesqueiras; 3) ênfase nas políticas de conservação dos recursos naturais; 4) fomento à produtividade industrial e aquicultura.

**Figura 1** – Movimentos da política pesqueira



**Fonte:** Cyrino (2018).

No primeiro *movimento*, entre os anos de 1919 e 1960, a política pesqueira movimentou-se a partir de um projeto de nacionalização da pesca e controle dos territórios pesqueiros e dos pescadores. Neste período são criadas as primeiras colônias pela Marinha do Brasil, por meio da Missão do Cruzador José Bonifácio, comandada pelo capitão de mar e guerra Frederico Villar. Com a premissa de *instruir e sanear* os pescadores (VILLAR, 1945), a instituição naval percorreu o Brasil criando escolas primárias e postos de saneamento, cadastrando mais de cem mil pescadores, durante os quatro anos da expedição. Havia o intento militar de transformar os pescadores em reserva naval para a segurança nacional, entretanto, esse argumento tornou-se uma grande falácia. O processo de nacionalização da pesca, por meio da Missão do Cruzador, revelou-se um projeto de controle dos modos de vida dos pescadores e suas comunidades, produziu estereótipos sobre essa população, tratando-as como pessoas distantes da civilização e da pátria, que precisavam ser instruídas e saneadas da corrupção de suas práticas tradicionais atrasadas e de seus corpos doentios. A Missão foi previamente elaborada a partir das viagens de Villar pelos continentes europeu e asiático, na primeira década do século XX, quando o capitão Villar dedicou tempo a estudar e investigar como funcionavam as colônias de pesca estrangeiras, a fim de

---

considerando que, assim como a história, elas não são estáticas, não se findaram em suas épocas, permaneciam interligadas entre si, iam e vinham, movimentavam-se (CYRINO, 2018).

reproduzir no Brasil o modelo e fomentar a modernização do setor, assim como a construção de indústrias pesqueiras.

Constituiu-se um pensamento de que os pescadores eram incapazes de contribuir para o desenvolvimento do país, devendo ser subordinados à tutela do Estado, por meio das colônias. Nesse movimento, as ações partilhadas pela Marinha do Brasil e pelo Ministério da Agricultura, entre 1933 e 1962, no ordenamento da política pesqueira (com o controle das colônias e formulação de dispositivos legais), promoveram a abertura para o desenvolvimento da indústria da pesca em âmbito nacional, fato que culminou na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – Sudepe, próximo movimento<sup>6</sup> a ser caracterizado.

Responsável pela gestão da pesca por vinte e oito anos, no período de 1961 a 1989, a Sudepe reforçou a pauta da modernização, da tecnificação e industrialização do setor, sobretudo através de subsídios e créditos para as indústrias de pesca, orientados pelo modelo nacional-desenvolvimentista. Nesse segundo movimento analisado, fomentou-se a apropriação tanto dos territórios e recursos pesqueiros como da força de trabalho dos pescadores. Foi um período que marcou o processo de proletarização dos pequenos pescadores por meio da penetração das relações capitalista no setor pesqueiro artesanal (DIEGUES, 1983), o que engendrou não apenas mudanças nas técnicas de captura, mas principalmente nas formas de organização social deste grupo (outras formas de divisão do trabalho, agora entre patrão e empregado assalariado, passaram a vigorar). Esses direcionamentos, além de priorizarem a pesca industrial como propulsora de desenvolvimento e crescimento econômico, preteriram a atividade artesanal, a qual não dispôs de incentivos ou de valorização do seu *saber-fazer*, aprofundando as condições de pobreza, estigmatização e desigualdade social em muitas comunidades pesqueiras. Os benefícios da *modernidade* não as alcançavam. Em xeque, portanto, estavam a base familiar e comunitária de produção, assim como “a utilização de técnicas e tecnologias de trabalho ancestrais e artesanais (...)” (RAMALHO; MELO, 2015, p. 54). Em 1989, imersa em uma grave crise de gestão, a Sudepe foi extinta.

Com o fim da autarquia e a conseqüente baixa dos recursos pesqueiros por conta da alta exploração provocada na época, o Estado passou a promover a redução dos incentivos fiscais no mesmo período em que foi engendrada uma política voltada às questões ambientais. Nesse terceiro movimento o debate sobre a proteção ambiental já ganhava importância e legitimidade no cenário internacional – cabe lembrar de eventos emblemáticos como a Conferência de Estocolmo (1972) e a publicação do Relatório

---

<sup>6</sup> Sobre esse segundo *movimento* da política pesqueira que envolve a gestão da Sudepe durante o projeto nacional-desenvolvimentista, ver Cyrino (2021).

Brundtland (1987), este último trazendo em seu bojo a ideia de desenvolvimento sustentável, mobilizando discussões sobre a escassez dos recursos naturais também no Brasil. Esse será o período em que o Ibama vai assumir a gestão da pesca (1989 a 1998), sobretudo no aspecto regulatório dirigido à proteção ambiental. As ações voltadas para o controle da produção pesqueira no país passam a ter maior rigidez, principalmente em relação à regulação sobre pesca predatória. Nesse momento, intensifica-se o discurso tecnológico – dirigido à modernização ecológica – como saída sustentável à utilização dos recursos naturais. Não obstante, emergem conflitos entre o órgão gestor e as populações pesqueiras, em virtude da aplicação de sanções e restrição à atividade, como será destacado na segunda seção deste artigo. Esse processo acirrou a marginalização da atividade artesanal, inserindo os pescadores em um processo desigual de regulação em relação à pesca industrial, bem como no fomento de políticas públicas que valorizassem esse grupo.

No quarto movimento, no entanto, após o ano de 1998, com o fim da gestão do Ibama, a pesca passou a ser regulada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa, através do Departamento de Pesca e Aquicultura. Nessa época, o debate ambiental já estava consolidado como agenda pública global. No Brasil, a Eco-92 tinha feito repercutir a ideia de sustentabilidade e acenou para a criação das Agendas 21 (nacional e locais) e para a importância da normatização de políticas de proteção ambiental, vide, por exemplo, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), nos anos 2000.

Não obstante, neste período também houve a promoção de políticas sociais que atentaram para os mais pobres do país e, no caso dos pescadores, políticas que pela primeira vez trouxeram a possibilidade de direitos sociais e valorização dos povos tradicionais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (do ano de 2007), a criação do Ministério da Pesca, em 2009, no curso dos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011).<sup>7</sup> Todavia, não se enfrentou, de fato, a lógica economicista. No que tange à pesca, acabou por fomentar a atividade de grande escala e a manter as apostas na aquicultura, bem como intensificou a expansão de grandes empreendimentos nas comunidades e territórios pesqueiros, sob o prisma de uma política neodesenvolvimentista e neoextrativista (RAMALHO, 2014; SILVA 2015; CYRINO, 2018).

---

<sup>7</sup> Além de outros dispositivos legais, foi promulgada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, conhecida como a “Lei da Pesca”, nº 11.959, de 2009. Dentre várias medidas, define a distinção entre a pesca artesanal e industrial e possibilita o acesso do pescador artesanal a benefícios do Programa Nacional de Agricultura Familiar, Seguro Defeso e cadastro no Registro Geral de Atividade Pesqueira – RGP, através das Superintendências de Pesca.

Os últimos anos de gestão do setor pesqueiro foram atravessados por grandes mudanças institucionais. Em outubro de 2015, o Ministério da Pesca foi extinto<sup>8</sup> e retornado ao Mapa em 2016. No ano seguinte, 2017, a gestão passou a ser do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, durante o governo do presidente Michel Temer, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Dado o que foi apresentado, entendemos que se faz necessário atentar para esse período de ambientalização da política pesqueira, iniciado em 1989 com o Ibama, órgão este que, mesmo não sendo diretamente responsável pelo fomento à atividade produtiva da pesca, passou a atuar nas comunidades pesqueiras sob o viés da fiscalização e controle dos recursos naturais. Por ambientalização, conforme já aludimos, entendemos o modo como a temática ambiental foi sendo incorporada, e acionada como um discurso, no plano da política ambiental, como um tipo de justificativa aos ideais modernizadores. Não se tratou de investir numa política de valorização dos saberes tradicionais, ou na construção de formas de diálogo com as populações pescadoras, mas antes o que passou a vigorar foi uma prática de controle sob novos alicerces: a racionalidade científica (e técnica) da modernização ecológica. Ou seja, a pesca artesanal ainda era reconhecida como uma atividade atrasada, que precisava ser modernizada, pois não dispunha de maneiras “sustentáveis” de produção. Essa concepção de atraso da pesca artesanal em relação ao que se almejava como desenvolvimento para o país – herança desenvolvimentista ainda presente – contribuiu para intensificar o estigma dirigido aos pescadores artesanais, que continuavam a ser vistos como uma ameaça aos recursos pesqueiros, conforme abordaremos mais adiante.

### **Cenários para ambientalização da política pesqueira**

A década de 1990, período em que houve a atuação direta do Ibama na gestão da pesca, foi marcada pela discussão das implicações da crise ecológica, interpretada principalmente como escassez de recursos naturais. Nesse contexto, uma questão se destacava: como integrar o meio ambiente às ações políticas? Para Viola (1998), essa problemática tinha emergência a partir de um processo de globalização da política ambiental, ou seja, quando os problemas ambientais passaram a ultrapassar as fronteiras nacionais.

Segundo McCormick (1992), o século XX presenciou uma transformação conceitual de proporções universais, capaz de engendrar mudanças nos valores humanos: a revolução ambientalista. Sua expressão social ganhou destaque a partir dos anos 1960,

---

<sup>8</sup> O Ministério da Pesca foi extinto em 2 de outubro de 2015, pela Medida Provisória nº 696/2015, que foi convertida na Lei nº 13.266, em 5 de abril de 2016.

desdobrando-se numa crescente politização iniciada nos anos 1970, por meio de movimentos e debates, escritos acadêmicos, conferências, encontros e pela criação de acordos e órgãos reguladores na esfera transnacional. Um dos encontros mais emblemáticos, a Conferência de Estocolmo (1972), possibilitou pela “primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global [fossem] discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas” (MCCORMICK, 1992, p. 97). Na América Latina o debate chegaria de forma mais contundente na década de 1980, movimentando uma configuração específica no que se convencionou chamar de ambientalismo brasileiro.

A década de 70 marca o despertar da consciência ecológica no mundo: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (...); surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo ocidental (...). Pela primeira vez os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos como um problema global que supera amplamente diversas questões pontuais que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente dos países do 1º Mundo. (VIOLA, 1987, p. 2)

Com a globalização do debate ambiental, vários atores ganharam a cena, desde organizações não governamentais, agências estatais, comunidade científica, setores econômicos e consumidores, cada qual com suas pautas ou percepções acerca da proteção do ambiente e do uso dos recursos naturais. A temática tendeu a se disseminar e a ser incorporada de diferentes modos, mobilizando ações e práticas no âmbito da vida cotidiana.

Esse é também o contexto em que o antagonismo marcante do debate ecológico-ambiental dos anos 1960-1970 (marcado pela tensão entre preservação ambiental e desenvolvimento) vai dar vez às formas mais conciliadas. No Brasil, Viola vai chamar esse movimento de multissetorialização, processo que estaria marcado pela

institucionalização dos grupos ambientalistas (com capacidade crescente de implementação de projetos específicos de conservação ou restauração ambiental) e pelos esforços por articular a problemática da proteção ambiental com a do desenvolvimento econômico, no rumo do desenvolvimento sustentável. (1992, p. 49)

A premissa do desenvolvimento sustentável vai assumir então a cena a partir da década de 1990 como um tipo de saída discursiva, ou, ainda, como uma ideologia, no sentido tratado por Ribeiro (1992), capaz de reunir em um mesmo projeto (sem revelar, de fato, as inconsistências dessa relação) ambientalistas, empresários, formuladores de políticas públicas, entre outros. É um momento em que as ações ambientais se

multiplicam em diferentes esferas e abordagens, assumindo um caráter reformista e/ou tecnicista, na maioria das vezes. Com isso, diminuem-se os espaços para a problematização da crise ambiental a partir de seus vínculos com o processo de acumulação de base industrial e com a sociedade de consumo, privilegiando-se, antes, a vertente da modernização ecológica (e seus mecanismos de desenvolvimento limpo), no sentido dado por Alier (2007).

Tavolaro (1999) aponta que o processo de internalização da questão ambiental no Brasil se deu, em grande parte, por traços artificiais, com vistas a atender exigências e pressões externas. Um exemplo disso foi a criação, em 1974, da Secretaria de Meio Ambiente – Sema, após a repercussão negativa da posição brasileira na Conferência de Estocolmo.<sup>9</sup> Assim, a articulação da questão ambiental no Brasil ocorreu num contexto em que se destacava a primazia do crescimento econômico, que envolvia a consideração dos problemas ambientais de acordo com os preceitos de soberania e segurança nacional e a compartimentação do gerenciamento ambiental através da perícia burocrática. Do mesmo modo se deu no governo Sarney, em 1989, quando foi criado o Ibama como resposta às exacerbadas queimadas na Amazônia, diante do tensionado cenário internacional de discussão das mudanças climáticas, agravadas pelo aumento das emissões de dióxido de carbono.

Em 1992 ocorreu um evento emblemático, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), na cidade do Rio de Janeiro. Conhecida como Eco-92, a conferência envolveu grande esforço de participação do movimento ambientalista mundial, com 105 chefes de Estado e cerca de 14 mil ONGs (FERREIRA, 2003). Era o período do governo Collor de Mello (de 1990 até o *impeachment* em 1992), que de modo intencional ou não, teve seu papel na globalização da agenda ambiental brasileira, permitindo o fortalecimento das ONGs e do movimento ambientalista. Ferreira (2003) salienta que essa movimentação, do ponto de vista da sociedade civil, foi positiva. Por ter sido o país-sede da Conferência houve um grande esforço a fim de buscar a participação de entidades brasileiras, o que resultou num marco para o aprofundamento da discussão ambiental no país. Entretanto, Ferreira (2003) e Viola (1998) concordam que essa abertura para o debate ambiental era parte do interesse de Collor de atrelar o seu governo à pauta ecológica e com isso ganhar prestígio no exterior. O então presidente viu na escolha do Brasil para sediar a Conferência a sua grande oportunidade de promoção pessoal e política, utilizando a ênfase da proteção ambiental como sua moeda de troca internacional.

---

<sup>9</sup> Sobre a participação do Brasil na Conferência, considerada hostil, ver Ferreira (2003, p. 81).

De fato, com o *impeachment* de Collor, a crise de governabilidade do país e a ascensão do governo de Itamar Franco, entre 1992-1994, a preocupação política se voltou para questões emergenciais de curto prazo. Embora se tenha retomado o caráter ministerial do Meio Ambiente,<sup>10</sup> o espaço para as ações ambientalistas estava limitado. Assim se seguiu no governo Fernando Henrique Cardoso, e com a aceleração da globalização e retomada da governabilidade, a questão ambiental passa a ser tratada de forma secundária em virtude do viés economicista da agenda pública do seu governo. Viola (1998) analisa que as políticas públicas na gestão de Cardoso não contemplaram a questão da sustentabilidade, a área ambiental foi fragmentada e marcada por uma gestão incompetente, atuando de forma isolada às políticas de desenvolvimento. Apenas em 1996 o Ministério do Meio Ambiente retoma a discussão acerca dos resultados da Eco-92, empenhando-se no compromisso da elaboração da Agenda 21, a partir dos acordos ambientais firmados na Conferência.

A atuação do Ibama – seu papel diante da regulação da pesca entre os anos 1989 e 1998 – perpassou, portanto, quatro governos federais, Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC, e as tensões políticas e governamentais dessas transições. Esse cenário político nacional controverso, ora fechado ao debate ambiental, ora mais receptivo, foi o lastro para a incorporação da ideia de *desenvolvimento sustentável* como mote para agregar a conservação ambiental e o crescimento econômico, conforme já foi abordado. Essa ideia, usada como um discurso, será mobilizada nacionalmente a partir de projetos políticos contraditórios à própria lógica da *sustentabilidade*, acirrando com isso os processos excludentes, sobretudo, entre aquelas populações que se utilizam do ambiente para a sua reprodução social e que vão se tornar ainda mais invisíveis na onda da expansão do desenvolvimento brasileiro. Diante de todas essas considerações, destacamos algumas perguntas: quais especificidades estão relacionadas à pesca nesse período, considerando a inserção do princípio da sustentabilidade na regulação da política pesqueira? Como a pesca e os pescadores serão pensados e tratados nessa nova forma de regulação sob a gestão do Ibama? São questionamentos que nortearão as reflexões da próxima seção.

## Controle dos recursos pesqueiros e a marginalização da pesca artesanal

Cabe lembrar aqui, antes de tudo, o marco importante da criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)<sup>11</sup> – Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 – que instituiu o

---

<sup>10</sup> Em 1985, no governo de José Sarney, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, assumindo atribuições que eram do então Ministério do Interior durante o período da ditadura militar. Em 1990, o presidente Fernando Collor converteu o Ministério em Secretaria do Meio Ambiente, situação revertida no governo Itamar Franco.

<sup>11</sup> Em atenção ao disposto na Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), ao qual o Ibama esteve subordinado quando da sua criação em 1989. Esses instrumentos políticos e legais representaram uma vitória dentro do debate ambiental brasileiro.<sup>12</sup> Segundo as letras de seu próprio texto, cabe à PNMA a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981). Parte da sua função é orientar os entes públicos da Federação, por meio das normas e planos que lhes são destinados (RIOS; ARAÚJO, 2005). No corpo dessa política articulam-se órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios e fundações instituídas pelo Poder Público.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), também criado em 1981, órgão de caráter consultivo e deliberativo, é responsável pela adoção das medidas que constam no Sisnama, e sua finalidade é assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais, assim como “deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida”. Ao Conama compete ainda estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, mediante proposta do Ibama, e tendo a supervisão dessas ações por esta autarquia federal.

Como já vimos na primeira seção deste artigo, a grande exploração de recursos pesqueiros pelas indústrias de pesca e a desordenada expansão de incentivos fiscais marcaram o fim da Sudepe, em 1989. No mesmo ano foi criado o Ibama, pela Lei nº 7.735, autarquia federal com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao então Ministério do Interior, e responsável, entre outras atribuições, pela Secretaria Nacional do Meio Ambiente.

O Ibama estava ligado ao Ministério da Agricultura com a finalidade de “formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis” (BRASIL, 1989). Após a criação do Ministério do Meio Ambiente, em 1992, no governo Itamar Franco, o Ibama vinculou-se a este Ministério direcionando suas ações para a conservação e preservação dos recursos naturais. Para tanto, foram instituídas diretrizes que, não apenas reduziram os incentivos fiscais e creditícios para a pesca, mas também reformularam padrões de utilização dos recursos pesqueiros por meio de políticas normativas com sanções. Neste cenário, a pesca, ao sair da regulação do Ministério da Agricultura e Marinha do Brasil, passa à *tutela ambiental* do Ministério

---

<sup>12</sup> “Em resposta ao clamor público provocado pelos efeitos nefastos da poluição industrial [ressaltando-se o caso emblemático de Cubatão], o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.938, em 1981, estabelecendo a Política Nacional do Meio Ambiente” (RIOS; ARAÚJO, 2005, p. 149).

do Meio Ambiente, cujo objetivo declarado era o controle da pesca predatória, tanto artesanal quanto industrial. Entretanto, o grupo artesanal será preterido em relação ao industrial, não apenas nos documentos normativos, como também nas formas de execução desse controle. Cabe, portanto, uma análise mais atenta aos documentos que foram formulados nesse período e deram sustentação ao ordenamento pesqueiro.

No ano de 1988, com o advento da Constituição Federal, a zona costeira é definida como patrimônio nacional que deve ter atenção especial do Poder Público quanto à sua ocupação e ao uso de seus recursos naturais (Art. 225, § 4º, BRASIL, 1988). A Marinha do Brasil aparece novamente nesse cenário, e embora não seja de sua competência a regulação da pesca, a instituição naval é responsável pelo espaço marítimo. Em 1989, pelo Decreto nº 98.479, o Presidente da República sanciona o III Plano Setorial para Recursos do Mar (PSRM), com vigência para 1990-1993, documento que faz parte do conjunto de políticas que compõe o gerenciamento costeiro no país.

Nesse documento era ressaltada a importância de se estabelecer uma definição distinta para quem era o pescador artesanal e quem era o pescador industrial, sobretudo nos quesitos volume de pesca produzido e tipo de embarcação utilizado. Destaca-se, ainda, neste documento, uma referência à ideia de desorganização do setor pesqueiro, que o Estado atribuía tanto à escassez dos recursos quanto ao binômio pescador industrial x pescador artesanal:

É necessária uma reavaliação do conceito das duas categorias reconhecidas dentro dessa organização, quais sejam, **pesca artesanal e pesca empresarial/industrial**, em função do volume de captura. (...)

É preciso reexaminar a conceituação do binômio pesca artesanal – pesca industrial à luz das transformações socioeconômicas e tecnológicas experimentadas nos últimos anos. Com esse progresso, hoje, a pesca artesanal, em algumas regiões do País, engloba operações com embarcações equipadas de até 20 toneladas. (MARINHA DO BRASIL, 1989 – grifo nosso)

Evidencia-se que a preocupação com a distinção entre as duas categorias estava ligada não ao tipo de reprodução socioeconômica (os saberes constituídos na prática artesanal), mas aos aparatos técnicos (o tamanho das embarcações e as tecnologias utilizadas), principalmente. Na quarta edição do PSRM, conforme quadro a seguir, repetem-se os mesmos argumentos, no entanto, classificando a atividade artesanal como predatória, e a necessidade de reavaliação dos conceitos das categorias pesca artesanal e pesca industrial.

O PSRM foi coordenado pela autoridade de comando da Marinha do Brasil, e neste dispositivo encontramos acentuada a ideia de que a *pesca artesanal predatória* seria um dos fatores prejudiciais à produtividade de ecossistemas e ao equilíbrio dos estoques

pesqueiros. Neste documento, o Estado justificava essa posição salientando a queda expressiva da produtividade de estoques de grande consumo, como o da sardinha, “[...] cuja produção caiu de 120 mil toneladas em 1985/86 para 91 mil toneladas em 1987 e 63 mil em 1988” (MARINHA DO BRASIL, 1989).

Alguns ecossistemas costeiros, como estuários, manguezais, lagunas, baías e enseadas, desempenham papel relevante no ciclo de vida das espécies, constituindo-se em áreas de reprodução, crescimento e/ou alimentação. Em função dessa dependência, problemas de degradação ambiental, pesca artesanal predatória e ocupação desordenada de áreas litorâneas, atuam de modo negativo sobre a produtividade dos ecossistemas e o equilíbrio dos estoques. (MARINHA DO BRASIL, 1989 – grifo nosso)

De fato, o debate ambiental estava em evidência no país, como já discutimos anteriormente, e o setor pesqueiro acabou sendo confrontado com esse discurso no que tange ao seu aspecto predatório de sobrepesca. Mas, se por um lado o volume de captura do pescado é superior na pesca industrial, também são muito maiores os danos causados ao ecossistema marinho por conta das técnicas utilizadas. Basta pensarmos, por exemplo, na pesca de arrasto de fundo que é responsável por varrer profundamente os oceanos, afetando diretamente a fauna e flora que habitam o espaço marinho, e não apenas as espécies que se deseja capturar. Cabe lembrar, ainda, que as indústrias de pesca tiveram elevados subsídios recebidos no período de gestão da Sudepe (1961 a 1989), em detrimento da pesca artesanal. Desse modo, na gestão do Ibama o projeto de modernização da pesca seguiu a mesma lógica da marginalização dos pescadores artesanais: “a competição desigual dos grandes arrastões e parelhas [utilizados pela pesca industrial] não só acarretou um empobrecimento biológico das águas, como também das comunidades humanas que viviam da sua captura” (DIEGUES, 1995, p. 132).

Embora este artigo não tenha por escopo analisar os movimentos sociais que lutaram em defesa da pesca artesanal, é importante essa digressão para acentuar que esse processo de marginalização da pesca artesanal não passou sem resistências. No período de redemocratização do país os pescadores organizaram-se como categoria para apresentar propostas referentes ao exercício da sua profissão na construção da Constituição Federal de 1988. Esse movimento, que ficou conhecido como Constituinte da Pesca, posteriormente deu origem ao Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), em 1988, no estado de Pernambuco. A grande conquista desse movimento deu-se com a inclusão, no texto constitucional, da referência à livre organização da categoria, o que gerou a possibilidade de criação de Associações de Pesca pelo país. Entretanto, a tutela das colônias, que foi meticulosamente planejada pelo Estado, vai ainda permanecer no imaginário e no controle, sobretudo no que tange à mediação do acesso dos pescadores

às políticas voltadas a este setor, mantendo práticas clientelistas, assistencialistas e eleitoreiras. Para Diegues (1995), um dos maiores ganhos dessa movimentação da constituinte foi o impulso na organização de pescadores e na consciência de que eles representavam uma classe produtiva no país.

É nesse contexto que vai se polarizar o debate entre aqueles que passam a identificar a pesca como atividade extrativa de caráter predatório (apontando sua contribuição à escassez dos recursos pesqueiros e reforçando a necessidade de conservação das espécies e proteção dos biomas), e aqueles que vão se movimentar em prol dos direitos dos povos tradicionais (pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas e caiçaras), e dos modos de vida e trabalho que historicamente ajudaram a preservar a biodiversidade, executando métodos menos agressivos através de uma atividade de pequena escala e artesanal (SILVA, 2015).

Outro importante acontecimento nesse debate foi a Convenção da Diversidade Biológica, ocorrida durante a Rio 92, que apresentou abertura para discussão da relação do convívio de povos tradicionais com a biodiversidade.

Art. 8º. Cada parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:

Em conformidade com as legislações nacionais, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que apresentam estilos de vida relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e promover sua aplicação ampla com a aprovação e o envolvimento dos possuidores de tais conhecimentos, inovações e práticas e encorajar a distribuição dos benefícios derivados de tais conhecimentos, inovações e práticas.

Art. 10. Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica  
Cada Parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso:  
Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável. (BRASIL, 1994)

O documento construído durante a Convenção foi aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994, conforme quadro anterior. Em seu texto destaca-se o objetivo de reconhecimento e a manutenção dos conhecimentos e práticas tradicionais. Moreira (2006) reafirma a importância que essa percepção trouxe para a abertura do debate sobre os direitos dos povos tradicionais relacionados aos seus modos de vida e trabalho. No entanto, observa-se que, por outro lado, a Convenção insere também o debate acerca do desenvolvimento sustentável, gerando um novo paradoxo, já que os povos tradicionais, historicamente, estão à margem de modelos de desenvolvimento orientados pela racionalidade instrumental no seu teor puramente econômico.

É importante observar que o Decreto Legislativo nº 2 revela um caráter mais de orientação do que a efetivação dos direitos dos povos tradicionais. De todo modo, essa discussão colaborou para a construção de um arcabouço normativo que, segundo Moreira (2006), possibilitou às sociedades tradicionais o exercício de direitos vinculados aos seus conhecimentos sobre a biodiversidade. Ainda como resultado da Convenção ocorrida em 1992, pautou-se como meta a criação de unidades de conservação respaldadas no disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, que determina:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (BRASIL, 1988)

A regulamentação das Unidades de Conservação somente ocorreu no ano de 2000, pela Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC),<sup>13</sup> estabelecida no art. 2º inciso I. Essa política gerará imenso problema para as chamadas populações tradicionais, por conta da criação de áreas naturais protegidas, sobretudo as de cunho integral, que impedem a presença humana em suas imediações. Muitos povos tradicionais passarão a ser expropriados de seus territórios, por conta da vigência desta política, inclusive os pescadores. Outros terão de aprender a viver sob novas regras de uso (no caso das unidades de conservação de uso sustentável, que permitem a presença humana), ditadas pela lógica científica dos planos de manejo que vão delimitar e controlar o uso dos recursos.<sup>14</sup> No corpo do SNUC as unidades de conservação são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

Esse dispositivo legal (o SNUC) vai classificar as Reservas Extrativistas (Resex) como categorias das unidades de conservação de uso sustentável, estabelecendo que elas são as áreas de vida e de trabalho das populações extrativistas tradicionais, definindo seu uso conforme disposto no art. 18 do dispositivo legal:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e,

<sup>13</sup> Com a criação no ano de 2007 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, ficou estabelecido este órgão para a execução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sem prejudicar o poder de polícia ambiental do Ibama (BRASIL, 2000).

<sup>14</sup> Para mais esclarecimentos, consultar Diegues (1996) e Diegues e Nogara (2005).

complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000)

Importa ressaltar que, ainda no ano de 1990, o Decreto nº 98.897 já dispunha sobre as reservas extrativistas<sup>15</sup> como espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. A referência também é encontrada no art. 9º, inciso VI, da Política Nacional de Meio Ambiente (de 1981), que estabelece “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como as áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas”. O referido decreto atribui ao Ibama a aprovação do plano de utilização desses espaços e estabelece que:

Art. 3º Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, **ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as desapropriações que se fizerem necessárias.** (BRASIL, 1990 – grifo nosso)

Considerando que já em 1988 a Constituição Federal estabelecia a criação de espaços a serem especialmente protegidos, e analisando a repercussão no caso da pesca artesanal, Diegues (1995, 1996) faz uma crítica ao modo como se deu essa implantação, considerando aqui especificamente a década de 1990. Segundo o autor, várias reservas ecológicas vão ser criadas sem consultar os pescadores artesanais, em espaços tradicionalmente de uso de suas comunidades, além das áreas de mangues que, pela especulação imobiliária, são devastadas para a implantação de complexos urbanísticos seguindo a lógica capitalista.

Vários parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam preservados, era precisamente pelo respeito que os pescadores têm pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até a expulsão desses pequenos produtores de suas praias. (DIEGUES, 1995, p. 133)

A despeito dos muitos problemas que foram gerados por conta dessa política ambiental conservacionista, as Resex, pelo seu caráter de utilização por populações extrativistas tradicionais, têm sido uma das possibilidades de reivindicação dos

---

<sup>15</sup> Ressaltamos que a criação das reservas extrativistas tem história particular atrelada à luta dos seringueiros, mas depois se torna modelo a ser multiplicado em outras regiões que desenvolvem diferentes práticas extrativistas tradicionais, como a pesca artesanal. Sobre a criação das Resex, ver CNS, 2017.

pescadores artesanais para terem sua atividade tradicional reconhecida, bem como a sua atividade preservada da exploração da pesca industrial predatória. Di Ciommo (2007) ressalta a importância dessa luta dos pescadores artesanais mediante estudo da Reserva Extrativista Marinha de Ponta do Corumbau, no sul do estado da Bahia. A autora destaca que a Resex Corumbau foi criada a partir da reivindicação de grupos de pescadores artesanais de nove comunidades dos municípios de Prado e Porto Seguro, no ano de 1998. Com a criação da Resex, o uso do espaço costeiro por meio da organização das populações de pescadores “[...] delimitou área até então consideradas de livre acesso, demarcando espaços marinhos onde os recursos são explorados de forma comunitária” (DI CIOMMO, 2007, p. 152). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação garante a participação das populações locais na gestão das Resex, de modo que seja considerada a realidade dos contextos locais. Di Ciommo (2007) revela, ainda, em seu estudo alguns entraves que os pescadores e pescadoras atravessaram, como a distância até os locais de reunião, já que a região é afastada do centro do município, e a falta de informação e acessibilidade aos ordenamentos legais. Ressalta também a participação local para assegurar a gestão compartilhada e a valorização do saber artesanal. Assim, concordando com Diegues (1995), a pesquisadora afirma que:

Essas comunidades litorâneas mantêm um sistema de saberes e gestão tradicional dos recursos costeiros que significa não somente o reconhecimento da importância e a proteção de seu conhecimento, mas a manutenção da diversidade cultural. (DI CIOMMO 2007, p. 151)

Avançando no curso da política pesqueira, no período ora analisado, no que tange à questão da regulamentação do defeso e proibição da pesca de certos espécimes em períodos específicos do ano, foi promulgada, em 1998, a Lei nº 7.689. Nesta, atribuíam-se ao órgão competente, no caso o Ibama, fixar por meio de atos normativos as fases de interdição, incluindo a relação das espécies, considerando os períodos de desova e reprodução, bem como as especificidades de cada região. Ficam estabelecidas também as punições ao não cumprimento das determinações, que variam entre a apreensão dos aparelhos e apetrechos, perda do produto, suspensão dos serviços de pesca, multa, até reclusão de três meses a um ano. As proibições dispostas na lei estão direcionadas a pescadores profissionais (incluindo aqui os chamados artesanais que são registrados com carteira de pesca), empresas de pesca e pescadores amadores, guardada a sua proporção de volume de pesca. A norma determina ainda que a fiscalização compreende todas as fases da atividade pesqueira, da captura à comercialização. Em 1991, é promulgada a lei de seguro-desemprego para os pescadores nos períodos de defeso, concedendo 1 (um) salário mínimo mensal durante a proibição (BRASIL, 1991).

A partir de 1998 as penalizações se dão de forma ainda mais severa. A Lei nº 9.605,

conhecida como “A Lei de Crime Ambiental”, vigente até hoje, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As penalidades estabelecidas nessa lei para a atividade pesqueira são de multa a reclusão, conforme a seguir.

Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente

Pena – detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I – pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II – pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

III – transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas.

Art. 35. Pescar mediante a utilização de

I – explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante;

II – substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente:

Pena – reclusão de um ano a cinco anos.

Art. 36. Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora. (BRASIL, 1998b – grifo nosso)

Ao passo que o Estado reforça a perspectiva conservacionista dos recursos naturais com atos normativos quanto às práticas que ameacem o ecossistema, a pesca artesanal vai sendo reafirmada como prática predatória. Para Diegues (1995), a fiscalização rigorosa sobre os pequenos pescadores passou a classificá-los como “vilões da história”, responsabilizando-os pela destruição ecológica. Diversos estudiosos da pesca artesanal<sup>16</sup> relatam como o Estado, na figura do Ibama, acaba por impor uma postura coercitiva aos pescadores artesanais, atribuindo o caráter predatório de forma mais incisiva a esse grupo. Esse direcionamento reforça a marginalização sócio-histórica da pesca de pequena escala ao longo da política pesqueira, sob um ideário de criminalização da atividade. O que então vai sendo forjada é uma política sem compromisso com as comunidades tradicionais, com o intuito de promover ações normativas marcadas pela justificativa de mostrar-se protetora dos recursos naturais,

---

<sup>16</sup> Fazemos referência aos trabalhos de Diegues (1995), Knox (2009), Ramalho (2012), Dias Neto (2015) e Azevedo e Pierri (2014), dentre tantos outros.

mas ausente na valorização da vida e trabalho de pescadores e, por extensão, de agricultores, ribeirinhos, indígenas, entre outros.

Interessante trazer à cena a representação simbólica que o Ibama vai exercer sobre os pescadores artesanais na atuação que faz do controle desses recursos pesqueiros. Curiosamente, essa tensão é identificada pela própria autarquia federal, que trata de justificar a reação estranha às suas ações. A instituição fundamenta esse estranhamento em virtude do desconhecimento de *parte significativa de atores* quanto aos conceitos de conservação e uso sustentável. Assim, ao contar sua própria história, o Ibama (2017) ressalta que sua gestão não foi recebida de forma harmônica por parte dos atores envolvidos nas atividades, o que causou estranhamento às suas ações.

É importante destacar que, antes do Ibama, a atuação da Sudepe se dava, predominantemente, no âmbito econômico e social. Após a criação do novo órgão, o foco se voltou para ações de conservação e uso sustentável – **conceitos novos e estranhos para uma parte significativa dos atores envolvidos nas atividades** até então. Essa mudança não aconteceu sem resistências, tanto externas quanto internas ao Ibama. (IBAMA, 2017, p. 1 – grifo nosso)

Essa apreensão do próprio Ibama acerca da incapacidade dos atores-alvo, que poderiam vir a sofrer sanções, em entender a política de conservação ambiental e a ideia de sustentabilidade, aponta para o processo de ambientalização que estamos discutindo. O referido órgão, a despeito de formular, coordenar e pôr em prática a política ambiental brasileira, sendo incumbido da preservação, conservação, fiscalização e controle sobre os usos dos recursos naturais (sem dúvida um avanço inegável à consolidação dessa política), vai passar a justificar as suas ações instituindo um grande fosso entre o saber técnico-racional e científico, do qual o próprio Ibama é o representante, e os *outros* saberes das populações que vivem de fato próximas (e inseridas) nos diferentes biomas e ecossistemas que devem ser protegidos. O discurso da sustentabilidade, defendido pelo órgão governamental, passa a servir, portanto, para afastar qualquer possibilidade de diálogo com esses povos no sentido da elaboração de uma política ambiental participativa. Inclusive, nega o saber ambiental ancestral que esses povos carregam. A saída do Ibama, diante da incapacidade dessas populações de se adequarem “ao que se espera delas”, será a intensificação do controle, ou ainda a defesa de práticas de modernização ecológica dirigidas ao trabalho pesqueiro, práticas estas consideradas mais apropriadas ao ideal da sustentabilidade. A pesca artesanal sofrerá com esse tipo de avaliação, conforme já demonstramos. Todavia, os pescadores vão responder – por meio de formulações simbólicas e táticas concretas – às pressões sofridas, desenvolvendo modos de lidar com a presença do *fantasma* Ibama em suas vidas cotidianas.

Encontramos nos trabalhos de Dias Neto (2015), Trigueiro e Knox (2013), e Knox (2009) narrativas de pescadores e pescadoras sobre a atuação do Ibama em diferentes localidades do Brasil, revelando o caráter coercitivo do Estado na execução das suas ações ambientais. Sob a ótica dos pescadores, o Ibama passa a ser percebido como a encarnação do medo, o que faz com que sejam criadas estratégias locais a fim de fugir desse “novo oponente”. No trabalho de José Colaço Dias Neto (2015), esse imaginário é muito bem relatado, revelando que essa dualidade persiste. Em sua obra *Quanto custa ser pescador artesanal?*, o antropólogo vivencia a experiência etnográfica em uma comunidade pesqueira no interior do estado do Rio de Janeiro, e traz importantes considerações sobre a relação dos pescadores com o Ibama. O autor identifica uma representação fantasmagórica em que “[...] o órgão muitas vezes é representado como um ente que habita as águas, embora nem sempre possa ser observado” (DIAS NETO, 2015, p. 279). Assim, lidar com as exigências dessa instituição ambiental é ao mesmo tempo lutar contra as dificuldades presentes no cotidiano da pesca artesanal, já bastante afetada.

O antropólogo verificou que a captura do pescado não cessava totalmente nos períodos de defeso, e os pescadores buscavam estratégias para vencer essa “assombração”, chamada Ibama, que ameaçava a sua atividade e o seu “ganha-pão”. Evidencia-se uma situação de medo e sobrevivência, em virtude principalmente do poder coercitivo imputado, pois com a falta de agentes de fiscalização, o Ibama passa a contar com o apoio do corpo militar e da polícia ambiental.

Abaixo alguns relatos dos pescadores, junto aos quais Dias Neto (2015) fez o seu estudo, por vezes acompanhando-os na condição de embarcado, durante essas situações:

Eu, por exemplo, nestas épocas [de novembro a fevereiro ou quando há alguma outra proibição sazonal por qualquer motivo], prefiro sair para pescar ainda de noite. **Eles não sabem andar nesta Lagoa de noite, não!** Só nos pescadores é que sabemos.

Já me escondi várias vezes (risos). É escutar o barulho do motor do Ibama e ir direto para as tábuas! Esperar eles passarem e voltar ao trabalho. Porque eu tô trabalhando, não tô fazendo nada errado. Errado é roubar! Eu sou pescador! **Medo deles, todo mundo tem.** Mas não dá pra ficar parado em casa.

É como se fosse uma coisa que tá lá. Que ninguém conhece direito, mas tá lá. Alguns já viram, outros só ouviram. **Todo mundo sabe que eles tão por aqui.** Por isso o cuidado para pescar por agora. De repente alguém chega gritando em Ponta Grossa “os Ibambas tão na Lagoa” Aí as mulheres ficam todas desesperadas, achando que os homens vão ser pegos ou presos.

Eu sei o que pode acontecer se eles me pegam. **Vão tomar minhas redes e até meus peixes.**

Os barcos são quase todos verdes. **Isto dificulta que nos vejamos de longe.** Ficam tudo sumido na Lagoa. Ninguém enxerga ninguém de longe com a tinta verde. Nem meu vizinho os *Imbama!*

Todo pescador que vem pescar sabe o que pode encontrar aqui. Sabe que pode morrer sozinho sem ninguém ver. **Sabe que pode encontrar os homens.**

Pescador que é pescador enfrenta até o diabo, **como é que não vai enfrentar o Ibama?** (DIAS NETO, 2015, p. 279-283 – grifos nossos)

Em *Imagens da pesca artesanal*, Trigueiro e Knox (2013) apresentam resultados de uma pesquisa realizada em comunidades pesqueiras no litoral metropolitano e norte do Espírito Santo. Ao promoverem diálogos com pescadores dessas regiões, as autoras puderam revelar o *processo de invisibilidade* desses grupos, acirrado pelo desenvolvimento econômico no litoral, por conta da expansão da produção de *commodities* e da pesca industrial, bem como por políticas que se distanciam do diálogo participativo com as comunidades e desvalorizam seus saberes. Destacamos, a seguir, algumas das narrativas de pescadores que participaram desse trabalho:

O que acaba com o pescador? A falta de peixe? A falta de mercado? O descaso foi total: desde embarcações lá do Rio Grande do Sul vindo aqui (as traineiras que eles chamam) e acabando com tudo! Você acha ‘Ah, só pega o peixe’; não, eles vão arrastando corais, berços de pescado e vão destruindo tudo e a gente que tá em terra, tá comendo e não tá sabendo.

Quando o progresso veio a gente já existia, o progresso que tem que se adequar e não a gente ao progresso, só que não é isso que tá acontecendo. [...] O mar era bom de pegar lagosta, aí chegaram [IBAMA], e ah não pode e tal, [...] o pessoal proíbe a nós, pescadores de baixa renda, por exemplo, a traineira vai lá fora e pega 5 mil quilos por hora de peixe, nós os pescadores aqui quem dera pegasse pelo menos 1000 kg (...) mas eles não proíbem as traineiras, só proíbem a gente. (TRIGUEIRO; KNOX, 2013, p. 49 – trechos de entrevistas realizadas com pescadores/as)

Percebemos, ainda, por meio das narrativas citadas, como a pesca industrial predatória vai apropriando-se dos recursos pesqueiros. As falas revelam a condição desigual dos pescadores diante da pesca de grande escala, não só no volume de pesca, mas na relação com a fiscalização da atividade considerada predatória. Esse processo de invisibilidade para o qual as autoras chamam a atenção é recorrente quando analisamos a política pesqueira e o modo como é acentuada a desvalorização dos pescadores artesanais no processo de construção de políticas públicas.

Em *Vivendo do mar: modos de vida e de pesca*, Knox (2009) apresenta um trabalho de pesquisa sobre a atividade pesqueira da praia de Pitangui, município de Extremoz, no Rio Grande do Norte. A experiência da pesquisadora nessa comunidade traz considerações que nos ajudam a refletir sobre essa relação de conflito entre pescadores e o Estado. Knox relata que o Ibama mantém posturas que não priorizam o caráter

preventivo e dialógico sobre o uso dos recursos naturais, assumindo antes um direcionamento mais punitivo, o qual vai refletir na resistência dos pescadores à legislação, por julgarem autoritária dado o modo como é executada:

As reclamações, por isso são muitas. Segundo o senhor Neco, presidente da Colônia, a esposa de um pescador dono de um barco nessa situação de conflito com o IBAMA chegou a escrever uma carta ao Presidente da República, pois de modo como foram feitas as apreensões e as multas ao barco do seu marido, este acabou falindo e tendo que vender o barco. (KNOX, p. 2009, p. 117)

Como vimos também no trabalho de Dias Neto (2015), no trabalho de Knox (2009) os pescadores elaboraram estratégias para fugir da aproximação do Ibama, a fim de preservarem seus barcos e pescados. Corroborando essas pesquisas, fica evidente que a exacerbação da proibição de práticas de pesca (consideradas predatórias, pelo órgão regulador) visa à conservação e ao controle dos recursos naturais, no entanto, é preciso atentar para os elementos que envolvem essa questão, os quais abrangem as populações que vivem do mar, assim como outros agentes exploratórios e suas diferentes práticas perante a capacidade dos recursos naturais se renovarem.

Por fim, diante do que aqui foi discutido, pode-se entender como a história da política dirigida às populações pescadoras manteve-se desde o início devedora de formas de controle que sempre incidiram sobre os modos de vida desses povos. O horizonte almejado foi marcado pela modernização da atividade, aliada à busca da produtividade e da tecnificação. A incorporação dos ideais da sustentabilidade no corpo da política pesqueira, nos anos 1990, coroa esse processo, ao que aqui chamamos de *ambientalização*, pois que as ações de controle passam a ter agora um tipo de justificativa eficaz, legitimando as penalizações e mantendo a tendência de perpetuar uma postura desqualificadora das práticas artesanais.

### **Considerações finais**

Tratamos neste artigo de aspectos que marcaram a história da política pesqueira no Brasil e de como seus direcionamentos repercutiram no processo de exclusão dos pescadores artesanais, prejudicando os meios de sua reprodução social. Mostramos como as ações do Estado, no direcionamento da conservação dos recursos naturais, incidiram mais sobre esse grupo, tentando imputar-lhes a responsabilidade pela crise decorrente da sobrepesca ou pesca predatória. Nesse processo, a prática artesanal passa a ser compreendida pelos órgãos que regulam e ordenam a pesca (o Ibama incluído) como alheia ao desenvolvimento econômico, sendo deixada muitas vezes à margem das garantias e do exercício legal.

É preciso atentar à formação desse discurso e ao seu poder simbólico, considerando que o ônus vai recair sobre os pescadores artesanais sem que seja posta em xeque, de verdade, a pesca de grande escala. Queremos dizer que as ações do Ibama no período à frente da regulação da pesca – cumprindo orientações prescritivas e normativas – direcionaram-se mais para uma lógica da ecoeficiência da modernização ecológica (ALIER, 2007), do que para o reconhecimento da atividade artesanal e suas formas de saber. Houve, assim, uma aposta na tecnificação como resposta aos problemas ambientais, dirigida por um discurso da sustentabilidade que procurou compatibilizar desenvolvimento econômico e conservação ambiental, sem agudizar as críticas aos limites dessa aproximação. Desse modo, ficou ausente na gestão do Ibama, assim como nas gestões anteriores e posteriores, uma perspectiva participativa capaz de promover a inclusão e a valorização da atividade artesanal e de seus saberes, tendo, ao contrário, prevalecido ações coercitivas a fim de gerar obediência e subordinação.

Apontamos que os estoques pesqueiros eram explorados em demasia no período da gestão da Sudepe (1961 a 1989) pelas indústrias de pesca em expansão, todavia nos parece *sui generis* que isso tenha sido esquecido e, em contrapartida, os pescadores artesanais passassem a ser apontados, inclusive num momento de publicização do discurso ambiental (nos anos 1990), como responsáveis pela atividade predatória. Isso nos permite entender como são reforçados os estereótipos e suas funções ideológicas, cujo propósito nos parece ser desqualificar o característico *saber-fazer* e o modo de vida dos pescadores artesanais, agora sob uma abordagem política e institucionalmente legitimada.

A partir do recorte histórico da década de 1990, procuramos discutir a incorporação e mobilização da ideia de desenvolvimento sustentável na política ambiental brasileira, ainda que isso tenha se dado muito mais no plano discursivo. No caso da pesca, essa ideia foi utilizada como estratégia política para a promoção de novas técnicas, o que possibilitou um giro no processo de modernização da atividade, que posteriormente se dará sob a batuta da aquicultura – após o fim da gestão da pesca pelo Ibama (em 1998) –, apontada como promessa tanto de sustentabilidade quanto de crescimento econômico. Com o fim da gestão do Ibama, em 1998, e com a entrada em cena do Ministério da Agricultura e Abastecimento, que assume o controle da pesca no Brasil (por meio da criação do Departamento da Pesca e Aquicultura – DPA, a partir do Decreto nº 2.681/1998), a preponderância da aquicultura passou a ser vista como um incentivo político para o setor pesqueiro. O processo de ambientalização alcançará o seu auge neste período. Apostava-se nesse tipo de produção, considerada menos danosa ao ambiente, como responsável pelo aumento da produtividade do setor. As ações da

política pesqueira serão dirigidas a este enfoque, por meio de financiamentos e créditos. Não obstante, os desdobramentos dessas ações continuarão a repercutir no crescente processo de vulnerabilidade e exclusão social dos pescadores artesanais.

Em suma, o que podemos perceber é que ao longo do período analisado a pesca artesanal não foi contemplada por nenhuma ação política que de fato a incluísse como protagonista. Ao contrário, estereótipos vão colocando-a à margem, reforçando a ideia de que ela estaria impossibilitada de contribuir para o desenvolvimento do país e para a construção de ações políticas dentro do próprio campo da pesca. Por fim, esse processo acaba por revelar que, ao *movimentar-se* em suas trajetórias, a política pesqueira apresentou diferentes *modus operandi*, mas manteve o mesmo *telos*: alcançar um “mundo moderno” de vida e trabalho que fosse capaz de contribuir para o desenvolvimento do país, do qual a pesca artesanal, os pescadores artesanais e suas comunidades apresentavam-se ora distantes, ora obsoletos, ora como entraves ao seu alcance.

## Referências

- ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.
- AZEVEDO, Natália Tavares; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 32, p 61-80, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35547>. Acesso em: 9 set. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 nov. 2020.
- BRASIL. *Decreto Legislativo nº 2, de 1994*. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994. Acesso em: 15 set. 2020. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-2-3-fevereiro-1994-358280-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRASIL. *Decreto nº 2.681, de 21 de julho de 1998*. Cria o Departamento de Pesca e Aquicultura. Brasília: Presidência da República, 1998a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2681.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2681.htm). Acesso em: 9 nov. 2020.
- BRASIL. *Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990*. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d98897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm). Acesso em: 2 dez. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a criação da Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.

- BRASIL. *Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989*. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm). Acesso em: 11 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991*. Dispõe sobre a concessão de seguro desemprego a pescadores artesanais durante o período de defeso. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8287.htm). Acesso em: 8 set. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 13 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidade Conservação da Natureza. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 15 set. 2020.
- CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros. *Reservas Extrativistas*. [S.d.]. Disponível em: <http://memorialchicomendes.org/reservas-extrativistas>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “Aos pescadores, a modernidade!”: trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9900>. Acesso em: 13 set. 2020.
- CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. Modernização e segregação: a pesca artesanal no projeto nacional-desenvolvimentista. *Simbiótica*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 110-132, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/simbiotica/article/download/35435/23418>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, p.151-163, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100010>. Acesso em: 29 out. 2020.
- DIAS NETO, José Colaço. *Quanto Custa ser um pescador artesanal?* Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Garamond; Faperj, 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Povos e Mares: leituras em socio-antropologia marítima*. São Paulo: Nupaub/USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Nupaub/USP, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José Navajas. *O nosso lugar virou parque: estudo socioambiental do Saco de Mamanguá – Parati, Rio de Janeiro*. São Paulo: Nupaub/USP, 2005.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Gestão pesqueira no Brasil*. 13 jan. 2017. Disponível em: [http://ibama.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=948](http://ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=948). Acesso em: 12 set. 2017.
- KNOX, Winifred. *Vivendo do mar: modos de vida e de pesca*. Natal: EDUFRN, 2009.

- LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuAP, 2004.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>. Acesso em: 23 set. 2020.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsk. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: CNPq/MPEG, 1985.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARINHA DO BRASIL. *III Plano Setorial para os Recursos do Mar (1990-1993)*. 1989. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-98479-7-dezembro-1989-448840-anexo1-pe.doc>. Acesso em: 19. ago. 2020.
- MARINHA DO BRASIL. *IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (1994-1997)*. 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1203-28-julho-1994-449479-anexo1-pe.doc>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- MCCORMICK, John. *Rumo ao paraíso – a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Os direitos dos povos tradicionais sobre seu conhecimento associado à biodiversidade. In: BARROS, Benedita da Silva Barros; GARCÉS, Claudia Leonor López; MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PINHEIRO, Antônio do Socorro Ferreira (Orgs.). *Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais*. Belém: Cesupa, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de cooperação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/417>. Acesso em: 9 set. 2020.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescadores, Estado e desenvolvimento Nacional: da reserva naval à aquícola. 2014. *Ruris*, Campinas, v. 8, n. 1, p.31-62, 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1740>. Acesso em: 3 set. 2020.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Andrezza Andrade de. 2015. Uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da Praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, v. 1, n. 6, 2015. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/436>. Acesso em 13 set. 2020.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 23-31, 1992. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/460>. Acesso em: 21 set. 2020.
- RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; ARAÚJO, Ubiracy. Política Nacional do Meio Ambiente. In: RIOS, Aurélio Virgílio Veiga; IRIGARAY, Carlos Teodoro Hugueney (Orgs.). *O direito e o desenvolvimento sustentável: curso de direito ambiental*. São Paulo: IEB; Peirópolis, 2005.
- SILVA, Cátia Antônia da. *Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- TAVOLARO. Sérgio Barreira de Faria. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. Resenha. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 5, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200017>. Acesso em: 11 out. 2020.
- TRIGUEIRO, Aline; KNOX, Winifred. *Imagens da pesca artesanal no Espírito Santo*. Vitória: GM, 2013.

- VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador José Bonifácio: os pescadores na defesa nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919-1923)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.
- VIOLA, Eduardo. A globalização da Política Ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21., 1998, Chicago. *Panel ENV 24 – Social and environmental change in the Brazilian Amazon*. Chicago: LASA, 1998. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/lasa98/Viola.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.
- VIOLA, Eduardo. *Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica*. Working Paper #93. Notre Dame: Kellogg Institute For International Studies, 1987. Acessado em outubro de 2020.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (Coord.). *Economia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

## Como citar

CYRINO, Carolina ; TRIGUEIRO, Aline. Políticas de desenvolvimento e da natureza: a pesca artesanal no processo de *ambientalização* da política pesqueira no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 304-331, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-3>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar**

DOL: 10.36920/esa-v29n2-4

 Ricardo Braga Brito<sup>1</sup>

**Resumo:** Em fins de 1979 foi realizada uma ocupação de terra na fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu (RJ), com participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu e da Comissão Pastoral da Terra. A fazenda já havia sido palco deste tipo de ação em 1961 e 1963, sendo expressiva outra que ocorreu mais uma vez em momento de redemocratização do Brasil. Por meio de entrevistas com lideranças e camponeses e análise de documentos sindicais, da repressão e jornalístico, buscou-se reconstituir o momento da ocupação e seus significados para o conjunto de atores que a realizaram, vinculando as estratégias de organização aos contextos local e nacional. Para isso, foi construída uma análise das estratégias de enunciação e ação coletiva dos camponeses, ressaltando as motivações e as experiências formativas, tornando possível ressaltar o papel de resistência e de organização de categorias sociais frequentemente invisibilizadas.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; luta pela terra; ditadura empresarial-militar; Rio de Janeiro.

**Abstract:** (*Reconquer the land:* resistance and organization of peasants at the end of the corporate-military dictatorship). At the end of 1979, the São José da Boa Morte farm in Cachoeiras de Macacu (RJ), was occupied by peasants organized through their Rural Workers' Union and by the Pastoral Land Commission (Comissão Pastoral da Terra). The farm had already been the scene of occupations in 1961 and 1963, and its occupation was expressive once again at this moment of redemocratization in Brazil. Through interviews with leaders and peasants and analysis of documents of the union, of the repression and journalistic documents, we sought to reconstruct the time of the occupation and its meanings for the group of actors who occupied the farm, linking their organizational strategies with the local and national contexts. In this way, an analysis of the strategies of enunciation and collective action of the peasants was built, highlighting their motivations and formative experiences, making it possible to highlight the role of resistance and organization of social categories that are often invisible.

**Keywords:** social movements; struggle for land; corporate-military dictatorship; Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: ricardobraga.brito@gmail.com.

## Introdução

Tratamos neste artigo<sup>2</sup> da terceira ocupação de terra realizada na Fazenda São José da Boa Morte, localizada no município de Cachoeiras de Macacu (RJ), realizada em dezembro de 1979 e janeiro de 1980. Esta mesma fazenda já havia sido palco de ocupações em 1961 e 1963 por meio da organização dos camponeses juntamente com outras organizações (BRITO, 2018a). A hipótese apresentada é que as motivações referentes à escolha por este tipo de ação e continuidade dos camponeses nesta região, marcada por conflitos, guardam relação com as anteriores, mantendo em si uma perspectiva de ação e um enquadramento coletivo.

Para compreender de forma aprofundada a ocupação como forma de ação coletiva, precisamos traçar o seu histórico e caracterizar atores e organizações envolvidos nos conflitos do período, de modo a estabelecermos o conjunto de experiências e expectativas presentes. Deste modo, o centro da análise é o significado da luta pela terra entre camponeses organizados na Fazenda São José da Boa Morte, o qual se relaciona com a dinâmica do movimento camponês no estado do Rio de Janeiro em diálogo com o contexto nacional. Tal como apontaremos, houve nas ações em São José da Boa Morte a construção de um enquadramento coletivo (SNOW, 2004) que fez dos lavradores organizados agentes capazes de, por sua ação comunitária, libertar as terras das mãos dos grileiros. As ocupações, a organização dos lavradores e as articulações relativas à desapropriação da terra foram marcadas por experiências de violação das noções de justiça e das concepções de vinculação e uso da terra (MOORE JR., 1987; GRYNZSPAN, 1987; THOMPSON, 1998). Assim, as terras conquistadas pelo trabalho e pela organização dos lavradores articulavam desejos de autonomia na produção e de possibilidade de se estabelecer e garantir a reprodução material e social dos lavradores, interpretação e conjunto de práticas que dão significado à terra e ao seu uso e posse. Esse enquadramento se contrapôs ao entendimento dos grandes proprietários e grileiros da região, que viam na terra interesses especulativos e a constituição de áreas de turismo e/ou construção de áreas habitacionais.

Como veremos, a ocupação de 1979-1980 foi vitoriosa em reconquistar a desapropriação da terra, compondo de forma ativa um período de intensa mobilização de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro (MEDEIROS, 2018). Esse período se relaciona com o momento de distensão política do regime militar, evidenciando a potência

---

<sup>2</sup> Versões preliminares deste artigo foram apresentadas em 2019 no XIII Encontro Regional Sudeste de História Oral e no 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs). Este trabalho também é fruto da dissertação de mestrado (BRITO, 2018a), para a qual recebi bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e da participação na pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”, coordenada pela pesquisadora Leonilde Servolo de Medeiros e financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e que serviu para auxiliar os trabalhos de investigação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e foi publicada em forma de livro, com artigos dos diversos pesquisadores que a compuseram (MEDEIROS, 2018; BRITO, 2018b).

contida nas formas de ação coletiva de grupos camponeses que foram de suma importância para o processo de redemocratização (PALMEIRA, 1985; MEDEIROS, 2014). A desapropriação se deve à capacidade de organização e de amplificação da luta local pelas entidades envolvidas, mobilizadas por um grupo amplo de lavradores que traziam consigo a memória das ocupações anteriores e uma resistência marcada pelo desejo de conquistar e ficar na mesma terra. Este conjunto de ações e organizações e a socialização de um enquadramento de ação coletiva apontam para uma resistência teimosa, que merece análise mais fina a fim de captar as articulações e ações de camponeses e suas lideranças em períodos de repressão intensa (BRITO, 2018a).

A fim de analisarmos a formação e a atuação dos grupos mobilizados que lutavam pela terra, utilizamos documentos, entrevistas e referências bibliográficas. Procuramos colocar em diálogo a documentação oficial e a produzida por entidades representativas dos trabalhadores rurais, entendendo que cada uma destas documentações é produzida conforme a perspectiva das instituições que as geram.

Parte do material analisado são documentos produzidos pela Federação dos Trabalhados da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cachoeiras de Macacu. Tais documentos se encontram no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).<sup>3</sup> Ainda neste acervo, examinamos o material da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização com importante participação no conflito analisado e com intenso trabalho no mapeamento de conflitos agrários em todo o Brasil, bem como a documentação do Subfundo Conflitos no Campo, do acervo CPT, alocado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.<sup>4</sup> Também foi consultada a documentação do projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (AN), que contém um conjunto de documentos produzido durante o regime militar por diversos órgãos de segurança do Estado. Outras fontes oficiais do Estado, em particular nos órgãos de repressão, foram obtidas a partir do Fundo de Políticas Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), onde foram coletados e analisados prontuários, ofícios e relatórios elaborados pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Para reforçar a multiplicidade de perspectivas do conflito, também foram analisadas notícias de jornal veiculadas entre as décadas de 1950 e 1980, cuja relevância retrata o momento de realização das ocupações, trazendo consigo outras visões,

<sup>3</sup> Disponível em: <http://nmspp.net.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Acesso em: 25 jan. 2020.

relatos e entrevistas com atores fundamentais.<sup>5</sup> As notícias de jornal foram encontradas, principalmente, por meio da Hemeroteca Digital do AN.<sup>6</sup>

A partir desse amplo conjunto de documentos, buscou-se reconstituir as interpretações dos diversos atores que os produziram e compreender os períodos e fenômenos analisados. Tomando como base o método interpretativo de Ginzburg (1989), orientado para os indícios, foi possível captarmos na documentação elementos significativos para apreender as representações, as possibilidades de organização colocadas, a presença de signos culturais compartilhados, os limites impostos pela vigilância e repressão estatais, bem como as articulações com o movimento sindical rural. Como salientou Ginzburg (1989), a análise centrada nos dados marginais, orientada por um método interpretativo, permite aprofundar a compreensão das relações sociais, das expectativas e das formas de ação.

Dada a intensidade da repressão exercida por órgãos de segurança do Estado e por agentes privados nas áreas rurais, trabalharmos apenas com a documentação de entidades representativas, em particular os sindicatos, apresenta lacunas. Foi comum a destruição do material por agentes repressores ou pelos próprios trabalhadores, marcados pela repressão e pelo medo. Deste modo, além do material documental também foram realizadas entrevistas com lideranças e camponeses sem posição de liderança. As entrevistas, assim como os documentos, revelam ainda indícios capazes de permitir o aprofundamento do conhecimento sobre elementos mais gerais. Por meio de sua análise, tal como aponta Bourdieu (2008), podemos captar os fundamentos reais do descontentamento e da insatisfação, as angústias e os medos, em suma, os diversos significados presentes nos pontos de vista dos entrevistados. Mediante a abordagem compreensiva das entrevistas e a sua profundidade como momento de interação capaz de esclarecer as diversas estruturas sociais pelas quais atravessam e são atravessados os agentes sociais, é possível apreendermos as motivações e os significados estabelecidos pela organização e pela ocupação como ação coletiva. As memórias captadas e trabalhadas por meio das entrevistas possibilitaram a reconstrução da ocupação em

---

<sup>5</sup> A multiplicidade de perspectivas e narrativas também tem de ser apreendida no âmbito dos próprios jornais, que não podem ser homogeneizados na análise. Foram utilizadas reportagens do *Última Hora*, *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *Novos Rumos*, *O Fluminense* e *Folha de S.Paulo*. Estes jornais apresentam diferentes linhas políticas que conformam suas narrativas, escolhas de assuntos e aprofundamento das reportagens, bem como períodos de atuação e tiragem. Não é possível apontar todas essas posições, devendo-se considerar também as mudanças ao longo do tempo, como foram os casos do *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Folha de S.Paulo*, que apoiaram o golpe de 1964 e depois formularam críticas e oposições em diferentes tempos e motivações. *O Fluminense* apoiou continuamente as políticas e os governos militares. Os jornais *Última Hora* e *Diário da Noite* assumiram posições de defesa ao getulismo, enquanto *Novos Rumos* era vinculado ao PCB. Para uma análise de cada um desses jornais, ver os verbetes produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

seus significados locais e suas relações mais amplas com o momento de redemocratização e retomada das organizações camponesas.

## Breve histórico de conflitos fundiários e ocupações de terra na região

Recuperarmos a dinâmica histórica dos conflitos fundiários na região é fundamental para que possamos compreender os significados da organização de camponeses e suas formas de ação coletiva. A região da Fazenda São José da Boa Morte, analisada neste texto, foi palco de três ocupações de terra, cada uma delas indicando diferentes correlações de força. A reconstituição dessas ações foi realizada em trabalhos anteriores (BRITO, 2018a), de modo que interessa aqui retomarmos os elementos centrais que permitem entender a ocupação de 1979-1980 dentro do fio condutor geral que articula a experiência de organização e luta nesta região.

Apesar da divergência entre as fontes, entre 1954 e 1959 observamos a formação de uma Associação de Lavradores em Papucaia, Ribeira e São José da Boa Morte, áreas de Cachoeiras de Macacu caracterizadas pelo crescimento de despejos.<sup>7</sup> A organização desta Associação é marcada pelas denúncias de invasão de gado nas plantações e acusações de grilagem dos irmãos Coimbra Bueno,<sup>8</sup> donos da fazenda Agrobrasil, também conhecida como Fazenda São José da Boa Morte.

A formação de uma Associação de Lavradores local aponta para a articulação do movimento camponês em Cachoeiras de Macacu e a dinâmica estadual e nacional desta categoria. Ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Associações foram organizadas em áreas de conflito e se tornaram fundamentais na denúncia de grilagens e despejos nos anos 1950 e 1960 no estado do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987). Apesar do caráter local, vinculado às demandas por terra de determinados grupos, as Associações se vinculavam à Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), compondo estratégias de atuação coletiva, identidades e linguagens próprias relacionadas à luta pela terra, pela reforma agrária e pela organização dos trabalhadores do campo. Segundo Medeiros (1995), as Associações e a Falerj se inseriram em um movimento de construção da identidade de classe, processo

<sup>7</sup> “Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em todo o Estado do Rio”. *Ultima Hora*, 29/9/1959, p. 3. “Associação dos lavradores em Cachoeira”. *Ultima Hora*, 31/10/1959, p. 3. Sobre a divergência das fontes, ver Brito (2018a, p. 73).

<sup>8</sup> Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno participaram da construção da cidade de Goiânia e das obras de saneamento e revitalização de diversas áreas da Baixada Fluminense na década de 1930. Jerônimo foi governador de Goiás e senador pela União Democrática Nacional (UDN) e, ambos, participavam das atividades do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), organização de empresários e militares que contribuiu com o clima de instabilidade social e política contra o governo de João Goulart, com a realização do golpe e com a construção de inúmeras políticas públicas adotadas pelo regime militar, entre elas, o Estatuto da Terra e suas normativas para a realização da reforma agrária e colonização (DREIFUSS, 1981; BRUNO, 1997). Sobre sua participação no Ipes: Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Ipes. AN. BR\_RJANRIO\_QL\_0\_OFU\_001\_d0019de0023, pp. 276-277. Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Ipes. AN. BR\_RJANRIO\_QL\_0\_OFU\_007\_d004de006, p. 115. Ver também Dreifuss (1981, p. 513).

constituído em meio aos conflitos sociais e ao aparecimento político dos camponeses a partir de suas organizações.

Conforme trabalhado por Medeiros (1995, 2014), a organização de trabalhadores rurais e os conflitos existentes em grande parte do país compunham um quadro nacional de tensão social e disputa por representação do campesinato. Deste modo, um conjunto de entidades e organizações de trabalhadores do campo ampliaram o espaço público nos anos 1950 e 1960, modificando as concepções e práticas dos atores presentes, demandando direitos trabalhistas, terra, política de preços, direito de organização e acesso ao reconhecimento político.

Esta dinâmica também é observada em Cachoeiras de Macacu, sendo digna de destaque a capacidade de organização dos camponeses neste município e suas reivindicações por reforma agrária e acusações de grilagem direcionadas a grandes proprietários de terra locais. As tensões observadas na área rural do município se intensificaram com a formação do Núcleo Colonial de Papucaia em 1951, área limítrofe à fazenda aqui analisada. Tal como outros criados na Baixada Fluminense entre 1930 e 1950, o Núcleo Colonial de Papucaia foi fundado por Getúlio Vargas, e tinha o intuito de aumentar a produção de alimentos para consumo interno no Rio de Janeiro, então capital federal, distender os conflitos por terra e realocar migrantes e imigrantes<sup>9</sup> que se deslocavam entre áreas urbanas em crescimento e áreas rurais marcadas pelo fechamento das possibilidades de apropriação da terra aos lavradores.

A dinâmica de migração e de trabalho imprimida pelo Núcleo de Papucaia, além das novas formas de intervenção do Estado na região, em especial após o conjunto de obras de saneamento e construção de estradas, criou um movimento de especulação fundiária, grilagem e despejo dos lavradores que também atingiu os camponeses da Fazenda São José da Boa Morte. Segundo Grynszpan (1987) e Medeiros (2018), os conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro estiveram intrinsecamente relacionados à formação dos núcleos coloniais: a valorização das terras no entorno dos núcleos, a quantidade de terras griladas e despejos de lavradores construíram situações de tensão nas áreas rurais.

No início dos anos 1960, lavradores que trabalhavam como meeiros na fazenda São José da Boa Morte foram despejados com o uso de armas de fogo, invasão de gado nas plantações e incêndios promovidos por grileiros.<sup>10</sup> A continuidade destas violências contribuiu para a realização das ocupações de 1961 e 1963. No caso da primeira, os lavradores se revoltaram contra quatro pretensos proprietários que cobravam taxas de

---

<sup>9</sup> Para o Núcleo Colonial de Papucaia, foi estimulada a colonização por italianos, alemães e japoneses. Famílias oriundas do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Maranhão, bem como de outros municípios do Rio de Janeiro e localidades de Cachoeiras de Macacu também se dirigiram à região à procura de um lote (COSTA, 2015; BRITO, 2018a).

<sup>10</sup> “Meeiros expulsos lutam pela terra”. *Diário da Noite*, 28/12/1960, p. 19.

*matagem*, pela exploração e corte das árvores da propriedade, trabalho necessário para iniciar a lavoura. A existência de tantos proprietários para a mesma terra levou ao questionamento da legitimidade dos títulos de propriedade e a acusação de grilagem.

Conforme em trabalho já analisado (BRITO, 2019), a construção da categoria de acusação grileiro foi elemento central na reconfiguração da relação de forças entre posseiros e proprietários de terra no período anterior ao golpe de 1964.<sup>11</sup> A experiência de conflito e o trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores rurais neste período foram capazes de articular no que se refere à identidade “posseiro”, “camponês” e “lavrador” elementos comuns de existência material e de capacidade de luta e reversão das situações de sofrimento e miséria causadas pelos proprietários de terra (MEDEIROS, 1995). A transformação dos “proprietários” em “grileiros” recoloca a posição dos “posseiros” ao acusar aqueles de apropriação ilegítima de terras, portanto, de expropriação.

O caso aqui examinado aponta para a violação de determinadas normas socialmente estabelecidas e esperadas na base da experiência formadora do grupo social organizado: os despejos e as violências praticadas a despeito do pagamento de taxas e das relações de meia e parceria estabelecidas. O rompimento arbitrário, violento e unilateral das relações prévias de trabalho foi capaz de minar os vínculos tradicionais de dominação. Conforme observado por Moore Jr. (1987), uma mudança drástica, capaz de impedir o acesso aos meios de produção e reprodução da vida e das relações sociais e que rompe com as expectativas socialmente estabelecidas, tal como promovida pelo despejo, é capaz de gerar revolta. Esta revolta é marcada pela indignação tornada pública e socializada pelos grupos subalternos, revelando também uma economia moral, entendida por Thompson (1998) como conjunto de pressupostos morais, normas e obrigações sociais presentes e articuladores das experiências e expectativas sociais dos pobres. A privação e o desrespeito desses pressupostos foram motivação habitual para a ação direta nas análises do historiador inglês, mas também é possível percebermos estas motivações nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2018).

Dentre as motivações e indignações dos lavradores organizados, a grilagem ocupa um espaço significativo. Ambos os movimentos de ocupação de 1961 e 1963 acusavam os Coimbra Bueno de grilarem terras públicas<sup>12</sup> que deveriam, na lógica articulada pelo movimento camponês, pertencer aos lavradores que nela trabalhavam: uma compreensão e uma lógica articuladoras da luta pela terra em âmbito nacional (MEDEIROS, 1995). A ocupação de 1963 foi capaz de comprovar a grilagem a partir da documentação do Instituto

<sup>11</sup> Sobre a construção política e conflitiva das categorias de *posseiro* e *grileiro*, ver Grynszpan (1987).

<sup>12</sup> Outros pretensos proprietários também foram acusados. Contudo, os Coimbra Bueno concentravam maior quantidade de terra, tinham importância econômica e pública e estiveram presentes por três décadas nos conflitos aqui analisados, de modo que ressaltamos sua atuação.

Nacional de Imigração e Colonização (Inic).<sup>13</sup> As terras reivindicadas pelos lavradores eram localmente conhecidas como “Duzentos Alqueires”, relevante por se tratar simplesmente da medição do terreno. Outros nomes, como Coco Duro e Marubaí, se referem à mesma região de fronteira entre a Fazenda São José da Boa Morte e o Núcleo, mas ficaram marcados na memória e na documentação os conflitos relativos aos Duzentos Alqueires do Núcleo Colonial sobre os quais diversos grileiros faziam avançar os limites de suas propriedades. O informativo enviado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) à Presidência da República em 1966 confirma o que os lavradores haviam apontado anos antes: “A Gleba Duzentos Alqueires possui 172 alqueires geométricos, já integrados na área do Núcleo Colonial de Papucaia, adquiridos pelo Ministério da Agricultura em 14 de agosto de 1952 para a implantação daquela unidade de colonização”.<sup>14</sup>

Após dura repressão e continuidade dos despejos e violências, os camponeses conquistaram a desapropriação<sup>15</sup> da terra com a ocupação de 1963, organizada com a Associação de Lavradores e com o apoio do prefeito Ubirajara Muniz (PTB – Partido Trabalhista Brasileiro). É significativa a bandeira hasteada nas ocupações de 1961 e 1963: “Luta-se pela terra livre”,<sup>16</sup> expressão de um desejo pela terra camponesa, livre da subordinação aos grileiros e proprietários, expressão marcada pelo debate e pela organização da luta pela reforma agrária em todo o Brasil. Estas ações coletivas suspenderam o cotidiano do trabalho na lavoura e representam atividades espetaculares e públicas, contudo, também indicam o trabalho molecular de socialização e constituição do movimento social (PALMEIRA, 1985; MEDEIROS, 1995).

Além de suspender o cotidiano, a ocupação apresentava uma insubmissão que envolvia demandas do presente e do passado. Para Alcídio Salvador, secretário da Associação de Lavradores e liderança nas ocupações de 1961 e 1963, “o sentido da nossa luta não é libertar somente S. José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil”.<sup>17</sup> Para um lavrador identificado apenas como Pau de Arara: “Há quatro anos, 60 famílias

<sup>13</sup> O movimento de 1961 já havia apontado isto, e o próprio Inic havia reconhecido o caráter público daquelas terras: “Fazenda de Macacu é do INIC”. *Jornal do Brasil*, 24/11/1961, p. 10. Fazia parte do repertório de ação do movimento camponês da época investigar e localizar as terras públicas indevidamente ocupadas e griladas por grandes proprietários, criando fatos públicos capazes de pressionar pela colocação de trabalhadores rurais e lavradores (MEDEIROS, 1995).

<sup>14</sup> “IBRA. E.M. n° 61 para Presidência da República, 12/12/1966”. AN – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR\_RJANRIO.S7\_CX078\_PT001\_d001de001, p. 12).

<sup>15</sup> Decreto n° 53.404, de 13 de janeiro de 1964, assinado por João Goulart (PTB). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53404-13-janeiro-1964-393579-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>16</sup> “Macacu de novo em paz: polícia dispensada”. *Tribuna da Imprensa*, 24/11/1961, p. 3, Segundo Caderno. “Despejados os lavradores de São José da Boa Morte”, *Última Hora*, 02/12/1963, p. 1

<sup>17</sup> “Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra”. *Novos Rumos*, ano V, n° 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2. Alcídio Salvador também retorna à mobilização dos camponeses em 1979 (ver Nota 37).

tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos.”<sup>18</sup>

Importa ressaltamos que a recorrência das ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro e em todo o país indica uma radicalização na luta pela reforma agrária que esteve em sintonia com o clima político da década de 1960 (MEDEIROS, 1995). Esta radicalização, pressionada pelas ações dos movimentos sociais, pressupunha que o acesso a terra só se realizaria com o papel ativo dos camponeses organizados. Não à toa, Arantes (2014) caracteriza a realização do golpe como extinção da política como dimensão de mudança. Segundo o autor, o regime ditatorial atuou de modo a impedir, sobretudo, a organização dos trabalhadores do campo e da cidade, ceifando o período de organização e atuação desses movimentos de trabalhadores.

Entre 1964 e 1979 foram diversas as alterações fundiárias e mudanças sociais no município, e podemos notar fragmentação das pequenas e médias propriedades e concentração da grande propriedade entre os anos 1960 e 1980. Conforme dados coletados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observarmos elevado crescimento dos estabelecimentos menores que 10 hectares, indicando um processo de fragmentação das pequenas propriedades, acontecendo simultaneamente à manutenção das dimensões das grandes propriedades com mais de 500 ha (Tabela 1).

**Tabela 1** – Estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cachoeiras de Macacu (1960-1980)

Estabelecimentos por faixa de área (ha)	Década					
	1960		1970		1980	
	Quantidade de estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de estabelecimentos	Área Total (ha)
0-10	188	1.264	783	4.605	1.026	4.639
10-50	336	7.210	1.158	23.391	902	18.438
50-200	90	8.065	135	12.107	136	13.264
200-500	21	7.392	31	9.509	26	7.661
500-1000	13	10.473	11	8.643	18	11.991
1000-10000	9	18.936	8	17.605	9	18.146

**Fonte:** IBGE. Censos Agropecuários do Rio de Janeiro de 1960, 1970 e 1980.

<sup>18</sup> “Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses”. *Ultima Hora*, 12/12/1963, p. 3.

Entre 1960 e 1980 os estabelecimentos de até 10 ha cresceram 445%, e sua área média diminuiu de 6,7 ha para 4,5 ha. Segundo classificação do Incra, o módulo fiscal do município é de 14 ha, de modo que áreas inferiores a esse número são consideradas minifúndios e, portanto, não podem proporcionar condições de sustento ao produtor e sua família.<sup>19</sup> Esta alteração da composição fundiária do município pode ser entendida também pelo controle político exercido sobre as organizações de trabalhadores da cidade e do campo.

O STR, construído com base na Associação de Lavradores, sofreu intervenção em 1964. Lavradores e lideranças foram presos,<sup>20</sup> torturados e perseguidos, inclusive lideranças urbanas, em especial as vinculadas ao Sindicato dos Ferroviários, com atuação expressiva e fortes laços com os camponeses (COSTA, 2015). O prefeito foi preso e teve seu mandato cassado. Nos primeiros anos da ditadura, a Fazenda São José da Boa Morte foi inserida, com outras propriedades desapropriadas pelos militares, no Projeto Integrado de Colonização de Papucaia, que teve como intuito aumentar a vigilância sobre os lavradores, impedir as formas de organização e produzir alimentos para abastecimento interno. Contudo, a desapropriação da São José foi cancelada, retornando para os antigos proprietários acusados de grilagem, a partir de uma decisão do Ibra em reunião com os proprietários, mas sem a presença do Sindicato.<sup>21</sup>

Conforme analisado por Medeiros (2014), a intensificação da repressão, em especial nas áreas onde houve maior mobilização, não significou mitigação dos conflitos, pelo contrário. A resistência se intensificou com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo, pela expansão da colonização e da atividade de empresas no campo. O que observamos nesse período é que, após o momento inicial de intensa repressão, os STRs passaram a atuar empregando novas formas, reivindicando melhores condições de trabalho e construindo maior capilaridade, estratégia adotada pela Contag em âmbito nacional. A continuidade da atuação sindical se dava, em grande medida, pela persistência das reivindicações, voltadas para as necessidades mais básicas e

---

<sup>19</sup> Para a lista dos módulos fiscais municipais, consultar: <http://www.incra.gov.br/pt/modulo-fiscal.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

<sup>20</sup> Para lista dos que foram presos em Cachoeiras de Macacu no imediato pós-golpe, ver Brito (2018a). Neste trabalho há também lista dos presos em 1961 e 1980.

<sup>21</sup> Desde 1965 estava acordada e autorizada a exclusão de áreas desapropriadas da Fazenda São José da Boa Morte. Em 1967 o Decreto nº 60.807 excluiu outra parte da desapropriação, reduzindo o que anteriormente fora estabelecido como área de reforma agrária. Em 1974, Lourenço Vieira da Silva, então presidente do Incra, e Jerônimo Coimbra Bueno realizaram um termo de acordo excluindo as terras da Agrobrasil do Decreto de desapropriação da São José da Boa Morte. Ver: Incra. "Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros"; 4º volume, p. 925. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 volumes.

imediatas, utilizando a própria legislação adotada e construída pela ditadura (MEDEIROS, 2014).

Além do movimento sindical no campo, a CPT se constituiu um ator importante na esfera nacional. Segundo Mainwaring (1989), a CPT nasceu da oposição de alguns setores da Igreja Católica à ditadura. Estes setores foram marcados por trajetórias eclesiais e leigas de aproximação com o cristianismo e o marxismo com base na Teologia da Libertação, buscando novas maneiras de luta e de libertação a partir do contato com a esquerda e do compromisso com a autonomia, a cultura e a luta dos pobres. Para Medeiros (2002), desde 1975 a CPT se constituiu pelo apoio à organização, à resistência e à defesa dos interesses dos trabalhadores rurais por eles mesmos, tendo sido de fundamental importância na construção das críticas às práticas dos STRs. Em Cachoeiras de Macacu, a CPT passou a atuar de modo significativo em 1977.

### Ocupar mais uma vez

A partir deste histórico de lutas pela terra e de reivindicação pela libertação das terras das mãos dos grileiros, é possível apreender um enquadramento (*frame*) da ação coletiva. Tal como analisado por Snow (2004), os movimentos sociais são agentes ativos na produção e transformação destes enquadramentos, construindo significados de ações e interpretações coletivas capazes de desnaturalizar as experiências sociais, articulando as condições de infortúnio e miséria como injustas e como capazes de serem alteradas a partir da ação organizada do grupo social.<sup>22</sup> A realização da ocupação de 1979 por lavradores que também estiveram presentes nas ocupações anteriores e que ali se mantiveram presentes e atuantes indica a persistência desse enquadramento, transformado também em memória e identidade de um grupo.

Entre 1974 e 1978 os despejos haviam se intensificado. Em 1978, 16 famílias de lavradores da São José processaram a Companhia Agrobrasil e abriram ação demarcatória. Estas eram as últimas famílias que haviam conseguido resistir ao processo de expulsão e devolução de terras iniciado no imediato pós-golpe. No caso de ao menos uma delas, os lavradores que agora eram ameaçados de despejo haviam sido presos em abril de 1964 pelo regime militar e ali residiam desde antes do golpe.

Segundo a Fetag/RJ, a reversão da desapropriação gerou angústias para os lavradores, agravando a situação de pobreza e a concentração de terras no município:

---

<sup>22</sup> A análise de Snow (2004) se baseia no conceito de enquadramento de Goffman (2012), para quem a realidade vivida é adaptada e “encaixada” (*embedding*) nos quadros de interpretação (*frame*). O trabalho de enquadramento significa a produção, reprodução e adaptação de significados durante a interação. O *collective action frame* de Snow (2004) implica analisar o processo de construção de significados de modo a ativar aderências, transformar expectadores em apoiadores do movimento e extrair concessões dos grupos antagonicos, desmobilizando-os.

De um modo geral a situação dos parceiros<sup>23</sup> é de pobreza, desassistência, abandono, alguns poucos têm o título, e a maioria sequer sabe quando irá recebê-los. Os parceiros temem que o Incra inclusive ceda às pressões dos fazendeiros vizinhos à área desapropriada, permitindo-lhes inclusive alterar as divisas e açambarcar áreas pertencentes ao projeto de colonização, e esse temor dos parceiros se deve principalmente ao que aconteceu com a desapropriação de São José da Boa Morte. (Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 18. Caixa 16. Fetag/RJ – 1964-1989. Acervo MSPP)

O documento aponta a existência de centenas de famílias que viviam às margens do Núcleo, trabalhando como assalariados e demandando um pedaço de terra na São José da Boa Morte, sendo significativo que o imóvel é ocupado “há mais de vinte anos por centenas de famílias de lavradores” que em 1964 conquistaram a desapropriação. Perdendo as próprias terras, estas famílias viram-se obrigadas a vender a força de trabalho “na redondeza” ou viver de parcerias, apontando para a permanência dos lavradores naquela localidade, agora em novas situações de dependência e de proletarização. Outras disputas entre pretensos proprietários e o drama vivido pelas situações de assalariamento e parceria e a pressão contínua dos despejos levaram o STR a realçar o caráter público das terras reapropriadas pelos Coimbra Bueno, destacando a função social prescrita no Estatuto da Terra e capaz de ser alcançada pelos lavradores.<sup>24</sup>

### ***Construindo a ocupação e versões de sua autoria***

Em fins de 1979, cerca de 120 famílias de lavradores ocuparam a Fazenda São José da Boa Morte de modo a impedir a continuidade das ações de despejo. Conforme ressaltado pelos documentos e pela análise das ocupações anteriores, a recorrência das preocupações “morais”, presentes na indignação vivida com relação à quebra das expectativas coletivas, tais como a permanência na terra pública, e as alterações bruscas das condições materiais foram motivações presentes na realização da nova ocupação. A mobilização foi realizada a partir da ação de alguns lavradores que compunham a oposição sindical ao STR,<sup>25</sup> alguns dos quais haviam participado da ocupação de 1963. Contudo, nos relatos de inúmeros camponeses, nas notícias de jornal e nos documentos dos órgãos de segurança, o STR e a CPT são apontados, nas figuras do então presidente

<sup>23</sup> Parceiro é a denominação estabelecida pelo Estatuto da Terra para os beneficiários das políticas de reforma agrária e colonização. No caso da citação, a Fetag/RJ se refere ao Condomínio Agropecuário de Marubá, criado em 1969 na área de conflito analisada.

<sup>24</sup> Ofício no 28/1979 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 8/8/1979, MSPP/Sr.SC.frj.ocp – Pasta II.

<sup>25</sup> O termo foi utilizado nos anos 1970 para caracterizar grupos críticos à ação sindical que se estruturara durante a ditadura militar. Esses grupos procuraram estruturar chapas e assumir a direção dos sindicatos, tanto urbanos quanto rurais. A partir da metade da década de 1970 esses grupos passaram a acumular mais forças políticas, inclusive com o apoio da CPT, e pressionar os sindicatos rurais, impactando nas suas diretrizes de atuação.

João de Jesus Pereira e do padre Johaanes Joachim Maria Van Leeween, conhecido como padre Joaquim, como os responsáveis pela ocupação. Segundo ambos, em entrevistas realizadas, CPT e STR entraram depois da ocupação já ter sido concluída, auxiliando na sua continuidade e de forma mais intensa após a prisão de 88 lavradores e do padre Joaquim em fins de janeiro de 1980.

Um agricultor<sup>26</sup> da São José que participou da ocupação e depois foi assentado, afirma que “seu Joãozinho [...] descobriu que essas terras aqui eram do Incra, não eram da fazenda”.<sup>27</sup> Segundo ele, a estratégia era ocupar para pressionar a desapropriação, pois “se nós não fizer uma pressão o Incra não vai tomar a providência”, de modo que, em dezembro de 1979, “entramos de foice, machado e fomos roçando, roçando, roçando”. Outro lavrador, ex-tesoureiro do sindicato, conta que neste momento entraram os “corajosos entre aspas, né? Ele queria um pedacinho de terra para ele. Porque a desapropriação era muito difícil, na época dos militares”.<sup>28</sup>

Apesar da importância dada à presença do STR, João de Jesus Pereira, que presidiu o STR entre 1972 e 1994, relatou o seu desgosto com a realização da ocupação, apontando a irresponsabilidade de seus opositores em insuflar esse tipo de ação, em especial o grupo de oposição sindical, ligado à CPT.<sup>29</sup> João compara a ocupação de 1979 à de 1963, associando a falta de embasamento legal das atuações de Ubirajara Muniz e da CPT à repressão e à violência sofridas pelos camponeses nos dois momentos. Segundo ele, a demanda por desapropriação realizada durante o seu período na presidência do Sindicato foi executada com “método” e “prudência”, baseada no Estatuto da Terra e, por isso, livre de violências.

A experiência e a prática sindical de João de Jesus Pereira foram consolidadas com base no modelo de atuação do movimento sindical durante a ditadura, caracterizado pela base legal para qualquer ação (MEDEIROS, 2018). A persistência deste modelo em sua memória aponta, simultaneamente, o caráter individual de sua lembrança e o contexto social mais amplo de sua formação e atuação. Lembrar é um ato atravessado pelas categorias e relações sociais, e a impossibilidade de reviver o passado do mesmo modo faz da lembrança um refazer da experiência, uma memória que se constrói por

---

<sup>26</sup> Em virtude dos dados sensíveis presentes nos relatos, os nomes dos lavradores foram omitidos. Algumas entrevistas foram realizadas para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” (MEDEIROS, 2018) e estão sinalizadas nas notas correspondentes. As demais foram feitas para a pesquisa de mestrado (BRITO, 2018a).

<sup>27</sup> Agricultor de São José da Boa Morte. Entrevista concedida em sua residência a Ricardo Braga Brito em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 1/11/2017.

<sup>28</sup> Aposentado, antigo tesoureiro e dirigente do STR, morador de São José da Boa Morte, em entrevista concedida em sua residência a Ricardo Braga Brito e Fabrício Teló, em 9/11/2014. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>29</sup> João de Jesus Pereira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, entrevista concedida a Ricardo Braga Brito em seu escritório, em 21/12/2017, em Cachoeiras de Macacu.

meio de inter-relações entre o que o indivíduo, o grupo e a tradição lembram (HALBWACHS, 2006; BOSI, 1994).

O padre Joaquim, da CPT local e atuante entre 1969 e 1989 no município, também afirma que a ocupação “não foi decidida junto da CPT. De repente aconteceu a ocupação [...] à revelia do Sindicato”. Segundo o padre, uma vez que já se tinha realizado a ocupação, a CPT auxiliou por meio de reuniões e assistência jurídica.<sup>30</sup> A atuação conjunta também foi apontada pelo ex-tesoureiro do STR, que em sua narrativa assume um ponto intermediário:

(...) nos anos 80 veio a desapropriação, com muita luta. Mas primeiro, a gente teve que invadir. (...) Nós entramos aqui, tinha dia que nós tínhamos 50 homens (...). Outra semana, nós tínhamos 80. Era tudo mato. Eram 4.824 hectares de terra. Era briga com sete fazendeiros latifundiários. Cada um queria mais. Mas era tudo mata. Mas da mata tiravam madeira. Muita madeira boa. E ganhar dinheiro e plantar capim, para gado. Que eles criavam boi; os fazendeiros. E aí sim, nós invadimos isso aqui. Para não falar invasão: era ocupação. (...) Foi um ano de luta, dentro do mato. (...) Nós vínhamos duas vezes por semana. E nós tivemos uma grande ajuda da Igreja. A Pastoral da Terra. Nós tínhamos um padre aí, que era muito homem mesmo. Macho. O Padre Joaquim. (...) Aí, foi catando as lideranças. E aí, você trazia de lá, dez; por intermédio do Padre Joaquim, que tinha as igrejazinhas católicas também. Ele era uma das nossas pontes: “Olha, o povo vai invadir São José. Você está trabalhando aí? Vai lá. Se você não puder ir, eu venho te buscar.” E ia lá e buscava mesmo.<sup>31</sup>

Segundo documentos da repressão, os padres Joaquim e Agostinho Broek distribuíam folhetos sobre reforma agrária e abordavam o tema durante suas missas, tendo sido vistos arando a terra ao lado dos camponeses.<sup>32</sup> Os documentos, que explicitam o nível de vigilância empreendido pelos órgãos de segurança, também apontam para reuniões quase semanais entre os lavradores mobilizados, os padres e o presidente do STR.

A construção da narrativa da ocupação como guiada pelas ações do STR e da CPT não significa uma confusão nas lembranças e na construção da memória do período, mas nos aponta a presença de uma infrapolítica (SCOTT, 1990). Aprendermos uma luta política que se realiza de modo “infra” indica para a luta cultural e a expressão política

<sup>30</sup> Padre Joaquim. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito, Fabrício Teló e Leonilde Servolo de Medeiros em 9/7/2015, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>31</sup> Aposentado, antigo tesoureiro e dirigente do STR, morador de SJBM, em entrevista concedida em sua residência a Ricardo Braga Brito e Fabrício Teló, em 9/11/2014. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>32</sup> “Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu”. Informação n° 6/1980. Documento de 24/1/1980. DGIE, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Aperj. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 236-235. Acervo Projeto Memórias Reveladas/AN ARJ\_ACE\_2256\_80; Acervo Projeto Memórias Reveladas/AN ARJ\_ACE\_2234\_80.

dos subordinados que temem tornar públicas as suas vozes, realizando-se dentro dos espaços de discurso oculto e se formulando com relação às práticas e discursos públicos. Segundo Scott (1990), é na infrapolítica que as bases culturais da ação política mais visível são construídas, ressaltando o elemento molecular de constituição dos movimentos sociais.

Os lavradores ligados à oposição sindical foram apontados como líderes da ocupação, respondendo por invasão de terras e desmatamento.<sup>33</sup> Deste modo, parecem-nos uma estratégia deste movimento camponês apontar grandes entidades organizativas como as responsáveis pela ocupação, evitando, deste modo, maiores repressões sobre os camponeses mobilizados. Assim, a infrapolítica foi elaborada pela leitura dos camponeses sobre o período de abertura política, indicando a sua percepção sobre as novas oportunidades de ação e ativação de estratégias de mobilização. Esta leitura não é gratuita, pois também indica a prática estatal de apreender lideranças como forma de enfraquecer movimentos contestatórios.<sup>34</sup>

As duas principais figuras na luta pela desapropriação da São José afastaram-se, em suas narrativas, da liderança da ocupação, apontando ora para a atuação dos lavradores, como fez Joaquim, ora para a atuação da oposição e a situação de improdutividade da terra, como fez João. Este fato também é indicativo do grau de organização dos lavradores desta região, evidenciando que não se tratava de uma população cujo nível de pobreza e miséria fazia dela alvo da ação subversiva dos inimigos da segurança nacional, leitura comum entre os militares.<sup>35</sup>

### ***Significados da terra e economia moral da ocupação***

O ponto de virada da ocupação foi a primeira repressão sofrida em 3 de janeiro de 1980, com a prisão de 11 lavradores pela polícia, acompanhada por um oficial de Justiça da Comarca local e do administrador da Agrobrasil, João Goiano, conhecido pela sua violência. Os lavradores foram levados ao asfalto e ameaçados de morte caso voltassem às terras da fazenda. Em relato colhido por Eliane Bastos, antropóloga e então assessora do STR de Itaboraí, município vizinho e vinculado à história de luta de Cachoeiras, um lavrador diz:

---

<sup>33</sup> “Posseiros nada resolvem no Incra”. *O Fluminense*, 1/2/1980; “Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão”. *Folha de S.Paulo*, 1/2/1980.

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, a distinção de pena para os “cabeças” e os “demais agentes” de práticas subversivas presente no artigo 3º da Lei de Segurança Nacional. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, *Diário Oficial da União* – Seção 1 – 7/1/1953. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>35</sup> Esta leitura pode ser observada no Inquérito Policial Militar que originou o Processo nº 7.477/1969, instalado após o golpe, com o objetivo de investigar as ocupações de 1961 e 1963 e extirpar os focos de organização política. Para uma análise deste IPM, ver Brito, 2018a.

o tenente e alguns soldados iam atrás da fileira [de lavradores] apontando as metralhadoras, enquanto os demais soldados marchavam emparelhados a nós. Explicamos aos soldados, que andavam ao nosso lado, que trabalhávamos naquelas terras para sustentar nossas famílias e além do mais, elas não têm dono. Os soldados disseram que sentiam pelo nosso caso e também achavam que ninguém era dono dali. (...) [Quando acusado de estar roubando a terra dos outros, ele retrucou:] não conhecemos o dono da terra. *Aqui não existe dono há mais de 15 anos* (BASTOS, Eliane Cantarino O’Dwyer Gonçalves. A luta pela terra em “São José da Boa Morte”. [S.l.: S.n.], 198-b, p. 2. MSPP TRAB 0439 B3271 – grifo no original).

O relato colhido por Bastos revela dois pontos essenciais na motivação da ocupação. O primeiro é o significado amplo da terra como local de trabalho, de existência e de sustento, significado que abrange um conjunto de relações sociais de vizinhança e de parentesco construído em meio ao cotidiano do campo. Este significado amplo é contraposto à imagem da terra como negócio, vazia ou tomada pelo gado, tornada fonte e reserva de valor. Se desde os anos 1950 os Coimbra Bueno soltavam gado como forma de expulsar meeiros e posseiros, nos anos 1980 eles tinham o projeto de transformar a fazenda em área turística, substituindo as lavouras e os camponeses por chácaras de turismo.

A tensão entre estes significados revela o segundo ponto: a percepção de uma terra sem dono “*há mais de 15 anos*” e de um conjunto de lavradores sem terra que precisam se submeter ao trabalho em terras de outros. Esta percepção foi expressa por lavradores da região em entrevistas: “E o mais é sofrimento e morrer na estrada e passando até necessidade. A gente doido pra ter um trechinho, pra sossegar, que a gente vivia tudo em terra dos outros”.<sup>36</sup> Outro lavrador, ameaçado de despejo em 1978 e depois assentado, cujo pai foi preso em abril de 1964, questionou a legitimidade da propriedade dos Coimbra Bueno: “parece que eles eram donos de muita terra lá em Goiás, pra que ter mais terra aqui?”.<sup>37</sup>

Está no cerne destas motivações um conjunto de categorias morais, especialmente vinculadas às noções de justiça e injustiça na ocupação e no uso da terra que marcam um imaginário, e um conjunto de práticas camponesas que salientam o significado da terra como local de trabalho e de vida. Esta argumentação esteve presente na luta pela reforma agrária em âmbito nacional (MEDEIROS, 1995, 2014) e local, e no

---

<sup>36</sup> Agricultor de São José da Boa Morte. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito em sua residência, em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 1/11/2017.

<sup>37</sup> Lavrador de Marubaí. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito e Fabrício Teló em sua residência, em Marubaí, Cachoeiras de Macacu, em 12/2/2015. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

enquadramento do movimento camponês, marcado pelo desejo e pela motivação de libertar as terras das mãos dos grileiros.

O significado dado à terra é elemento central da luta de classes e da formação de uma identidade coletiva destes grupos. Conforme apontado por Silva (2004) e Simonetti (2011), no centro da luta pela terra estão a possibilidade de autonomia e de controle da organização e da produção do trabalho de si e sua família. Segundo Simonetti (2011, p. 56), o que move diversos camponeses a lutarem pela terra é “a perspectiva de realizar na terra o trabalho livre e autônomo, onde possam ter controle do seu tempo e não serem mandados pelo patrão”. Este desejo, também entendido por Silva (2004) como possibilidade de enraizar-se na terra, encontra-se vinculado à busca pelo pertencimento e à recriação da história familiar e social, continuamente ameaçada pelos despejos e violências.

É significativa a presença do trabalho nas memórias relatadas e nos documentos. Padres, lavradores e lideranças estabeleciam nos ambientes de trabalho da lavoura a socialização de frustrações e expectativas, compondo uma experiência comum e uma identidade de grupo. Informações dos órgãos de segurança indicam a continuidade da articulação entre o movimento camponês local e as antigas lideranças.<sup>38</sup> Também é possível observarmos outros indícios, como a presença de lavradores que estiveram na ação de 1963 e participaram da oposição sindical em 1979, ou como no caso de uma das famílias ameaçadas de expulsão em 1978 que estiveram na terceira ocupação e que residia em Cachoeiras de Macacu desde as primeiras ações.

Como afirmou Thompson (2011, p. 10), “[a] experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. Tal experiência foi sendo construída como identidade formadora do grupo ao longo dos anos 1960 e, pelo que indicam os documentos e relatos, estava presente nos espaços possíveis de socialização dos anos 1970, como o sindicato, a Igreja, a CPT, as cooperativas e a própria vivência do cotidiano. Nestes diversos grupos foram sendo socializadas as imagens e os significados atribuídos à terra desde o ponto de vista camponês. Para Thompson (1984), o processo histórico de formação das classes sociais é composto pelo viver de homens e mulheres em suas relações de produção, vivenciando-

---

<sup>38</sup> São relatadas reuniões com a presença de Ubirajara Muniz, Alcídio Salvador e José Custódio de Souza, vereador eleito pelo PTB em 1962. Ver: “Informativo nº 06/1980 de 2/1/1980”. DGIE, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Aperj. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 255-253. “Palestra e noite de autógrafos em Cachoeiras de Macacu. Informe nº 025 – 20/81/PM-2/PMERJ”. Documento de 22/1/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Aperj. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 327. “Ato público de lavradores em Papucaia – ‘DIA DE LUTA PELA TERRA’. Informe nº 082 – 20/81/PM-2/PMERJ”. Documento de 11/2/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Aperj. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 355.

as como situações determinantes, dentro de um conjunto de interações sociais, com uma cultura e uma série de expectativas herdadas.

Bosi (1994) observa na memória o “lastro comunitário” da práxis coletiva, fruto de uma construção interpessoal e semelhante às dimensões subjetiva e social do trabalho. Como afirma, “[o] grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 1994, p. 414 – grifo no original). A memória é, assim, vínculo social e individual, união do indivíduo ao coletivo ao confrontar, comunicar e receber novas impressões que dão consistência às lembranças. Libertar a terra dos grileiros é, então, projeto de vida que coloca a terra como fundamento de um modo de ser, pensar e estar no mundo conectado ao imaginário camponês.

### ***Nova prisão e intensificação da luta***

Segundo um lavrador entrevistado, após o “susto” dado pela polícia e pelo administrador da fazenda “nós voltamos mais nervosos ainda. Pra susto isso não adiantava”.<sup>39</sup> Também Joaquim apontou que após a primeira prisão, “o pessoal não tava com medo e voltou para ocupar” de novo.<sup>40</sup> Este retorno revela a dimensão teimosa da resistência que opta pela luta contínua e pela conquista daquilo que se sente como de direito dos trabalhadores rurais, fruto de um incessante trabalho de enquadramento (BRITO, 2018a). Como afirma aquele agricultor: “aí nós voltamos mais enfezados ainda”. O contexto de ampliação dos despejos, de surgimento de oposições sindicais, de retomada dos conflitos por terra e de lenta distensão política impulsionou a retomada da ocupação como repertório de ação coletiva e da reforma agrária ampla, massiva, imediata e com participação de trabalhadores nas tomadas de decisão, execução e fiscalização.

Em 30 de janeiro de 1980, 88 lavradores e o padre Joaquim foram presos. Os relatos apontam as arbitrariedades da ação policial, da Comarca e dos grileiros, ressaltando a prisão sem mandato judicial, ameaças ilegais de intervenção no STR, caso os posseiros não abandonassem imediatamente a área, tentativas de impedir a presença dos advogados do STR e ameaças de espancamento de lideranças e advogados.<sup>41</sup> Em razão do pequeno tamanho da delegacia e da manifestação de trabalhadores e familiares, a prisão durou pouco tempo. Dois relatos retratam a tensão daquele momento:

---

<sup>39</sup> Agricultor de São José da Boa Morte. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito, realizada em sua residência, em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 1/11/2017.

<sup>40</sup> Padre Joaquim. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito, Fabrício Teló e Leonilde Servolo de Medeiros, em 9/7/2015, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>41</sup> “Polícia prende padre e oitenta posseiros”. *Folha de S.Paulo*, 31/1/1980. Nota de apoio e solidariedade aos lavradores de Cachoeiras de Macacu assinada pela Fetag/RJ e seus sindicatos filiados, e pelos sindicatos da Unidade Sindical, s/d. MSPP/SrSC.frj.ocp – Pasta II.

Durante este interrogatório foi formando uma multidão na rua. Inclusive com familiares dos lavradores das zonas rurais lá de Nova Ribeira e tal. E começaram a gritar e tal, né, e o delegado ficou apavorado. Eu tava perto da janela e olhei pra rua. [As pessoas do lado de fora gritaram:] “É o padre!”. O delegado: “Padre, se afasta que se não eles jogam uma bomba aqui dentro” [risos]. Aí ele pediu reforço... Em Nova Friburgo. Veio uma tropa de choque. Fecharam a rua... E à noite, era quase meia noite quando o juiz deu ordem para soltar a todos.<sup>42</sup>

Nós chegamos lá, fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos, se cada um da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa.<sup>43</sup>

De um lado o medo da revolta popular, de outro, o relato da festa, presentes em mais de uma entrevista. A tensão fez parte também do relato de uma lavradora, que aponta a prisão e a ocupação como “pedra de tropeço”, termo bíblico<sup>44</sup> que no contexto indica o medo e a percepção da prisão como evento que desvirtua do caminho correto.<sup>45</sup> Esta lavradora aponta, em sua narrativa, ao mesmo tempo, a festa que fizeram quando soltaram os presos e o medo em relação à prisão de seu marido e o que aquilo poderia significar em seu futuro. A memória do período é marcada simultaneamente pela vitória que resultou da ocupação e pelos perigos inerentes à atuação coletiva, realçados pela violência sofrida nos anos 1960 e 1970. Esta tensão interna à lembrança do período pode ser compreendida com base em Portelli (2006), para quem as memórias são fragmentadas, internamente divididas e culturalmente mediadas, cabendo ao investigador apreender seus significados.

De modo mais ampliado, a pressão coletiva se tornou, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a principal forma de atuação e encaminhamento das reivindicações adotada pela Contag, estimulando a mobilização e as ações de resistência (MEDEIROS, 2018). O final dos anos 1970 foi marcado pelo retorno da organização política e atuação contra o regime militar, desgastado pelo cenário de crise internacional e pressionado internamente por diversos movimentos sociais que tinham como pauta a abertura democrática e a participação social na política.

---

<sup>42</sup> Padre Joaquim. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito, Fabrício Teló e Leonilde Servolo de Medeiros em 9/7/2015, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>43</sup> Agricultor de 80 anos. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito e Fabrício Teló, em sua residência, em 8/11/2014, em Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ. Esta entrevista foi realizada para a pesquisa “Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

<sup>44</sup> 1 Pedro 2:7-8: “Assim sendo, para vós, os que credes [na Palavra de deus], ela é preciosa, mas para os que não creem, ‘a pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a principal, a pedra angular’, 8e, ‘pedra de tropeço e rocha que causa a queda’; porquanto, aqueles que não creem tropeçam na Palavra, por serem desobedientes, todavia, para isso também foram destinados”. Disponível em: [https://bibliaportugues.com/1\\_peter/2-8.htm](https://bibliaportugues.com/1_peter/2-8.htm).

<sup>45</sup> Agricultora aposentada. Entrevista concedida a Ricardo Braga Brito em sua residência, em Marubá, Cachoeiras de Macacu, 1/11/2017.

No que se refere às áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, o momento foi de retorno das ocupações e manifestações em espaços públicos (MEDEIROS, 2018). Em todo o estado, a organização de trabalhadores rurais voltava a utilizar a ocupação como método de resistência e luta, a fim de alcançar a desapropriação de antigas e novas áreas de confronto. Esta perspectiva estava alinhada com as diretrizes de ação do sindicalismo rural fluminense, estabelecidas no III Congresso da Contag, de 1979. Combinavam-se atos públicos com entregas de relatórios e demandas, conjugando a luta prática com os limites determinados pela lei. A ocupação como ato coletivo recebeu maior legitimidade em um momento de novas oportunidades e estratégias de ação pelos movimentos sociais. O cenário dos anos 1980 revelou a possibilidade de um confronto político mais aberto, tornado público, em que as demandas dos grupos subalternos são explicitadas por meio do acúmulo de experiência relativa à estruturação das organizações e da memória da luta pela terra (PALMEIRA, 1985). Este contexto de novas oportunidades de mobilização só foi possível pela construção de redes e relações capazes de compartilhar entendimentos e formas de ação significativas para o grupo (TARROW, 2009).

Outro elemento que vale ser explicitado e aprofundado é a capacidade de articulação e amplificação da ocupação por meio da atuação da CPT, STR, Fetag/RJ e Contag, organizações que tiveram importante atuação molecular na região. O trabalho destas entidades foi fundamental para a construção da ocupação, transformando um evento local em questão pública e pressionando o governo federal pela desapropriação da terra. Foram realizadas missas públicas, manifestações no centro do Rio de Janeiro, articulações com deputados e vereadores, elaboração de cartilhas, circulação de notícias de jornal (BRITO, 2018a). Dado o esboço deste trabalho, não foi possível investir nesta análise, mas é imprescindível realçar que a conquista de novo decreto de desapropriação, assinado pelo presidente João Figueiredo em 22 de janeiro de 1981, só aconteceu graças à atuação conjunta e organizada destes órgãos representativos, mobilizados pela ação coletiva dos camponeses que mantinham vivo o desejo de tornar suas terras livres.

## Considerações finais

A ocupação pode ser compreendida como um evento que condensa marcas morais, afetivas e materiais, e a de 1979 aponta uma memória de luta dos camponeses de São José da Boa Morte, indicando formas de resistência que mantiveram vivo o desejo de lutar pela libertação das terras, entendido aqui como elemento do enquadramento de ação coletiva socializado na região. A permanência deste quadro, das expectativas, das maneiras de atuação e de algumas famílias ao longo do tempo e em diferentes experiências de ocupação no mesmo local nos levou, em trabalho anterior, a ressaltar o

caráter “teimoso” desta resistência (BRITO, 2018a). Esta característica salienta o papel ativo de camponeses organizados que conservaram o propósito de permanecer nas terras que consideravam suas.

A recorrência da ocupação como uma forma de ação coletiva também indica, pela dimensão temporal, a memória compartilhada e seu papel de vinculação entre passado e futuro (BOSI, 1994). Conforme analisado por Benjamin (2012), a redenção dos sofrimentos e derrotas dos oprimidos no passado é fundamental para compreender as lutas do presente e os horizontes do futuro. Procuramos, deste modo, trazer elementos para aprofundar a experiência de grupos camponeses durante o período da ditadura empresarial-militar. Os governos ditatoriais atuaram de modo a desfazer, ainda nos primeiros meses após o golpe, as formas de organização popular. A análise aqui proposta pretendeu valorizar a agência e a capacidade criativa destes grupos, aprofundando o conhecimento sobre as maneiras de resistência cotidiana em momentos de dificuldade para a organização coletiva.

Em 1979 e 1980 as experiências individuais de desrespeito e violência foram mais uma vez retraduzidas e interpretadas como experiências coletivas, transformadas em fonte da ação organizada. A perseverança desta resistência, capaz de ter constituído um enquadramento de ação coletiva por meio da contínua mobilização, tornou possível ocupar e conquistar a desapropriação da terra em 1981, 15 anos depois da vitória alcançada na primeira desapropriação e 20 anos após a primeira ocupação. Desde 1981 a São José da Boa Morte tem se mostrado um importante assentamento rural, consolidando e viabilizando a reprodução social de gerações de camponeses, que construíram a si mesmos pela ocupação, pela luta pela terra, pelo desejo de libertar a terra dos grileiros e pela memória das derrotas e das conquistas do passado.

## Referências

- ARANTES, Paulo. 1964. In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura – volume 1*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em:

- [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5810168](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5810168). Acesso em: 12 set. 2020.
- BRITO, Ricardo Braga. “*Luta-se pela terra livre*”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018b.
- BRITO, Ricardo Braga. Grileiro: categoria de acusação simbólica – reconfiguração de forças nas relações entre posseiros e grileiros no pré-golpe empresarial-militar. *Enfoques*, Edição Especial XIX Jornada de Discentes do PPGSA/UFRJ, p, 24-44, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/23915#:~:text=O%20ponto%20de%20partida%20C3%A9,democratiza%20C3%A7%20do%20acesso%20C3%A0%20terra>. Acesso em: 8 set. 2020.
- BRUNO, Regina. Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14523>. Acesso em: 4 out. 2020.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. 366 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: [http://nmsp.net.br/arquivos/para\\_leitura/conflitos\\_no\\_campo\\_no\\_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf](http://nmsp.net.br/arquivos/para_leitura/conflitos_no_campo_no_rj/Mobilizacao%20camponesa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf). Acesso em: 5 out. 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280651>. Acesso em: 12 set. 2020.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: Edur, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MOORE JR., Barrington. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance – Hidden transcripts*. Londres: Yale University Press, 1990.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos rurais. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.) *Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SNOW, David A. Framing processes, ideology, and discursive fields. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (Orgs.). *The Blackwell Companion to social movements*. Oxford: Blackwell Companion, 2004.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1984.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa Vol. 1 – A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

## Como citar

BRITO, Ricardo Braga. Reconquista da terra: resistência e organização de camponeses ao final da ditadura empresarial-militar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 332-354, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-4>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **Lugar de saída e lugar de chegada: uma análise dos fluxos migratórios em uma comunidade rural no litoral norte do estado da Bahia**

DOL: 10.36920/esa-v29n2-5

 Diana Anunciação<sup>1</sup>

**Resumo:** A pretensão deste trabalho é compreender como a comunidade rural Curralinho, situada em Mata de São João – Litoral Norte da Bahia tem o movimento migratório como reprodução social, identificando as motivações dos indivíduos migrantes e os sentidos para as suas famílias e o seu grupo. O estudo baseou-se na influência das intervenções do Estado, realizadas a partir de 1970, que objetivava promover o desenvolvimento econômico e turístico local. Metodologicamente, pautou-se na análise qualitativa, utilizando-se da história oral, de entrevistas abertas e da observação participante. Concluímos que a reestruturação dos fluxos migratórios demarcou esta comunidade como *lugar de chegada e lugar de saída* assinalando as diferenças identitárias entre os “de dentro” e os “de fora”, fortalecendo o sentimento de pertença e impelindo mudanças estruturais no ordenamento socioeconômico e cultural.

**Palavras-chave:** migração; comunidade rural; pertencimento; identidade social; Litoral Norte Bahia.

**Abstract:** (*Place of exit and place of arrival: an analysis of migratory flows in a rural community on the north coast of the state of Bahia*). The aim of this work is to understand how the rural community Curralinho, located in Mata de São João – North Coast of Bahia, uses migratory movement as a means of social reproduction, identifying the motivations of migrant individuals and the meanings ascribed to this movement for their families and their group. The analysis was based on the influence of State interventions, carried out since 1970, which aimed to promote local economic and touristic development. Methodologically, it was based on qualitative analysis, using oral history, open response interviews and participant observation. It is concluded that the restructuring of migratory flows marked this community as a place of arrival and a place of departure, marking the differences in identity between the “inside” and the “outside”, strengthening the feeling of belonging and impelling structural changes in the socioeconomic and cultural order.

**Keywords:** migration; rural community; belonging; social identity; North Coast of Bahia.

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA). E-mail: diana.anunciacao@ufrb.edu.br.

## **Introdução**

A história da humanidade é marcada por contextos históricos que têm o êxodo rural de grande contingente de pessoas como acontecimento marcante. A fuga ao processo de escravidão e das guerras, a necessidade de desbravamento de áreas desconhecidas, os interesses econômicos e políticos, a dominação de outros povos e, até mesmo, a busca por melhores condições de vida e trabalho são alguns fatores que incentivam os homens e as mulheres a deixarem para trás o seu lugar de origem, ou a chamada “terra natal”, em busca da “terra prometida”.

A mobilidade espacial, portanto, constitui-se em estratégias de manutenção e sobrevivência para os mais variados grupos sociais e seus indivíduos, e os fatores socioeconômicos que impulsionam as motivações dos sujeitos são diversos. Trata-se, de fato, de uma construção social, gestada no contexto histórico local e/ou na relação estabelecida entre o local e o global, de acordo com os costumes e práticas do grupo social ao qual o sujeito está inserido.

Este fenômeno ambíguo encontra-se no campo das constantes discussões sobre o que realmente é a migração, os motivos que levam os indivíduos, famílias e/ou grupos a se deslocarem e as suas causas e efeitos. As teorias migratórias contemporâneas consideram estes aspectos importantíssimos para a fundamentação desta questão, e apontam dois elementos como essenciais para o seu entendimento teórico, a saber: i) as causas – a explicação das motivações; e ii) os efeitos – busca demonstrar se a ação ao final atende aos seus objetivos e o conjunto de fatores sociais que estariam diretamente relacionados a este fenômeno (PICHE, 2013).

É importante ressaltar que o primeiro elemento, relacionado às causas, ou seja, a explicação das motivações, direciona para duas vias analíticas: a primeira delas concentra-se nas questões pessoais do sujeito migrante que o levam a migrar, a exemplo de um projeto futuro de vida; e a segunda trata das interferências externas, e tem por perspectiva compreender a influência familiar, comunitária e/ou o contexto macrossocial que influencia(m) diretamente na decisão final dos indivíduos ou os obriga a deslocar-se (PICHE, 2013).

Sociologicamente, a migração pode ser analisada sobre a ótica das mais distintas abordagens, alternando entre as perspectivas micro e macrossociológicas, priorizando ou não os métodos de abordagem quantitativa, qualitativa ou quali-quantitativa. No entanto, o que nos interessa neste trabalho, é revelar, dentro da perspectiva microanalítica, de base qualitativa, como a migração se estrutura e qual o seu papel dentro de um contexto local, no qual inserem-se diversas comunidades rurais impactadas por mudanças

microestruturais, gestadas por fatores macroestruturais baseados no desenvolvimento econômico e turístico de cunho capitalista.

Assim, analisamos a comunidade rural Curralinho, situada no povoado de mesmo nome, no município de Mata de São João, região do Litoral Norte do estado da Bahia. O objetivo fundamental é compreendermos a relação estabelecida entre as mudanças socioeconômicas ocorridas na região que impactaram diretamente nos fluxos migratórios desta comunidade, promovendo mudanças nos interesses, projetos e motivações dos sujeitos e, sobretudo, nas estratégias familiares relacionadas ao processo migratório.

Os diversos movimentos migratórios, vislumbrados na região do Litoral Norte, têm acarretado uma ressignificação identitária dos sujeitos moradores de Curralinho, na medida em que se identificam fluxos de mobilidade de dentro para fora (de Curralinho a grandes cidades do país), de fora para dentro (de outras cidades da Bahia e localidades do Brasil, e mesmo do exterior, para Curralinho) e de dentro para dentro (de outras comunidades rurais locais para Curralinho, estas entrelaçadas por relações de vizinhança, parentesco e compadrio).

O desenvolvimento da pesquisa ora apresentada se deu *in loco*, no período de 2013 a 2015, e esteve calcado numa abordagem qualitativa, de cunho socioetnográfico, tomando-se como estudo de caso a própria comunidade rural Curralinho. Metodologicamente, utilizamos como instrumentos o resgate da memória por meio do uso da história oral,<sup>2</sup> de entrevistas semiestruturadas e da observação participante. Os dados coletados foram sistematizados e examinados a partir do software de análise qualitativa NVivo, versão 9.0.

Os idosos se constituíram o principal eixo de entrevistados para a coleta de dados desta pesquisa. Conforme os dados provenientes dos cadastros e das fichas de acompanhamento da Agente Comunitária de Saúde (ACS) que à época dos trabalhos de campo atuava na comunidade, em setembro de 2011, havia em Curralinho um total de 131 famílias e 470 pessoas. Deste total de moradores foram questionadas vinte e cinco pessoas, sendo: 12 idosos, oito adultos e cinco jovens.

Neste caso, os entrevistados estiveram divididos entre aqueles que migraram no período anterior à chegada dos grandes empreendimentos públicos e privados na região e os indivíduos que estão vivenciando ou vivenciaram o deslocamento posteriormente às mudanças socioeconômicas engendradas no Litoral Norte. Ressaltamos ainda que os

---

<sup>2</sup> A escolha pela técnica da história oral partiu do fato de que pretendíamos compreender o contexto comunitário e não as histórias de vida. Assim, as narrativas sobre os acontecimentos históricos nos permitiu elaborar um quadro teórico e de categorias dos “eventos” e de seus significados históricos em sua relação com o tempo e o espaço da comunidade em questão (CALDAS, 1999; DEBERT, 2004; SILVEIRA, 2007).

familiares dos entrevistados-chave, aqueles que até então nunca tinham migrado, também foram integrados à pesquisa, na medida em que buscamos perceber o significado e os resultados da migração para o conjunto familiar, bem como para a comunidade em análise, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com estes.

## Entre o pressuposto e o real: os fluxos migratórios de Curralinho

Para além da constituição das *laws of migration* de Ernest George Ravenstein,<sup>3</sup> formuladas em 1885 e revisadas em 1889, Piché (2013) aponta que as primeiras tentativas de teorização sobre este fenômeno, a rigor, são constituídas pela formulação de *typologies migratoires*, as quais buscam explicar os aspectos relacionados às microanálises, tendo por perspectiva o aporte individual, e às macroanálises, voltadas para a compreensão das estruturas sociais. Para ele, Alan Simmons (1987) construiu uma das mais fundamentadas definições ao colocar a mudança como o ponto-chave da questão, desde que analisada a partir de três parâmetros fundamentais para se pensar o que venha a ser a migração: i) a residência; ii) o emprego; e iii) as relações sociais.

Todavia, a migração pode ter um papel decisivo de regulação e suporte ao contexto social e histórico vivenciado localmente pelos grupos/sociedades e globalmente pelas nações. Os processos de modernização, urbanização e industrialização transformaram as sociedades ocidentais, de modo geral, de rural em quase eminentemente urbana-industrial. Dentre os diversos fatores, o cercamento e a perda das terras de pequenas unidades domésticas de produção impulsionavam as famílias camponesas para as cidades, e estas se viam obrigadas a buscar novas formas de sobrevivência. Isto era possível porque, embora a migração possuísse, neste caso, efeitos negativos para o campesinato ao materializar o ciclo da desestruturação de sua organização socioeconômica e cultural, era vislumbrada também como elemento positivo para a instalação de uma sociedade dita moderna, ao fornecer os migrantes como mão de obra para as fábricas.

Por isso, é mister considerar que cada período histórico tem o seu conjunto de fatores, os quais conjugados podem ter impactos diretos sobre a decisão ou necessidade real e/ou forçada de migrar, promovendo a passagem das formas de organização social e econômica até então vigentes, para outras formas de organização total.

Mas o que de fato seria a definição de migração? Para Everett S. Lee (2013, p. 105), “*La migration est définie au sens large comme un changement permanent ou semi-permanent de*

---

<sup>3</sup> As leis da migração de Ravenstein determinam sete fatores como essenciais para caracterizar e definir a migração como tal (PICHÉ, 2013).

*résidence*".<sup>4</sup> Contudo, o autor não concorda que deva conter nas análises todos os elementos – como a relação estabelecida entre a mudança de residência e a distância percorrida, o caráter voluntário ou não do deslocamento e o fato de ser internacional ou local – para que se caracterize o fenômeno enquanto tal. Concordando com Florentino (2001), esta definição calcada na mudança de residência, ou seja, de lugar, torna-se problemática, se assim analisada contendo todos os elementos citados, na medida em que pode tornar-se inoperante a um considerável número de situações bem complexas, as quais agregam em si não apenas os fatores econômicos, mas sociais, políticos, culturais e ambientais.

No caso específico da comunidade em análise, ainda que os migrantes mudem de residência no processo de migração rural-urbana, esta se dá para a maioria deles como temporária e não como permanente. Este movimento não é compreendido como uma real mudança de lugar de residência. A migração para este grupo torna-se uma estratégia familiar, vislumbrada como uma viagem de um dos seus membros com a perspectiva de manter a reprodução da unidade doméstica de produção<sup>5</sup> daqueles que ficam e que também fornecerá elementos àquele que viaja para retornar ao seu grupo e permanecer na localidade. Assim, a rota de saída é tacitamente pensada como rota de retorno, inserida numa relação não apenas de complementariedade, mas de unicidade.

De acordo com a abordagem sistêmica de Mabogunje (2013), referente à teoria da migração rural-urbana, a população do meio rural possui uma propensão a migrar maior do que aquela que se encontra no meio urbano. A migração seria para a população do campo um elemento de regulação, o qual permitiria à família permanecer ocupando e trabalhando a “terra ancestral”, ou seja, a manutenção e reprodução do grupo camponês como tal. E para além deste fator, é também ordenada pela dinâmica macroestrutural do Estado, fundamentado na perspectiva política e econômica, a qual vislumbra a população do campo como uma mão de obra de fácil manipulação. Exatamente o que percebemos em Currealinho.

Klaas Woortmann (2009), corroborando esta questão trabalhada por Mabogunje, aponta que no Brasil o meio rural não é apenas um produtor de alimentos, mas, principalmente, de migrantes, sendo, por isso, caracterizado como um “celeiro de mão de obra”. Os fatores sociais externos aos grupos camponeses contribuem para a “expulsão” desta população do campo, assim como a invisibilidade manipulada das

---

<sup>4</sup> “A migração é definida, em sua grande maioria, como uma mudança permanente ou semipermanente de residência” (LEE, 2013, p.105. Tradução nossa).

<sup>5</sup> A unidade doméstica de produção é um conceito cunhado por Alexander V. Chayanov (1974), que busca compreender o cálculo do trabalho da família camponesa. Ele agrega o somatório do trabalho da família nas atividades agrícolas e nas atividades não agrícolas destinadas à manutenção do consumo interno, suprindo as necessidades básicas, ou seja, o mínimo vital.

suas condições de existência perante o Estado brasileiro. Mas, para ele, o essencial está no fato de que, para além dos fatores externos, a migração “[...] é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, 2009, p. 218).

Afora considerar a mudança de residência como elemento, é preciso apreciar as mudanças das formas de trabalho e das relações sociais internas estabelecidas (SIMMONS, 2013). A pertinência, então, estaria no fato de que todo ato migratório implicaria a análise de quatro categorias: o lugar de saída (*un lieu de départ*), o lugar de chegada (*un lieu de destination*), uma série de obstáculos intermediários entre a saída e a chegada (*les obstacles intermédiaires*) e os fatores individuais que dão corpo à decisão final do sujeito de migrar (*les facteurs individuels*) (LEE, 2013).

Nesse sentido, privilegiamos a abordagem sobre a propensão de migrar entre os sujeitos que habitam o meio rural e a influência do fator econômico sobre o contexto. O nosso objetivo tem em si um caráter que compreende as interpretações da migração interna rural-urbana como estratégias da família e/ou do grupo e, portanto, do seu sentido coletivo.<sup>6</sup>

## De dentro e de fora: o migrante no contexto da migração

A questão das mobilidades espaciais no Brasil, caracterizadas do meio rural para o urbano, traz em pauta, além das motivações individuais, diversos fatores que impulsionam este movimento, a exemplo: das estratégias do trabalho sazonal ou temporário como o corte de cana-de-açúcar, colheita do café etc.; o deslocamento compulsório acarretado pela construção de grandes empreendimentos do Estado, tais quais: rodovias, barragens e hidroelétricas; a falta de acesso a terra de trabalho que atenda a todo o grupo familiar ou mesmo expropriação destas por grandes fazendeiros e áreas de reflorestamento; os conflitos das populações tradicionais com grileiros e fazendeiros; a falta de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar de produção agrícola, extrativista, pecuária ou pesca/mariscagem artesanais; as dificuldades de natureza que acometem as regiões, a exemplo dos períodos de seca no Nordeste.

José de Souza Martins aborda uma questão fundamental em seu livro *Exclusão social e a nova desigualdade* (2009), no que se refere ao fenômeno da migração inter-regional no

---

<sup>6</sup> Para fins metodológicos, discutimos a noção de migração interna rural-urbana-rural, apontando-a como estratégia e elemento de regulação da sobrevivência e manutenção dos grupos e comunidades rurais. Portanto, não priorizamos uma discussão sobre o direito humano a migrar, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque, a rigor, os trabalhos que se fundamentam nesta discussão, bem como a própria Lei federal nº 13.445 de 24 de maio de 2017, a qual institui a Lei de Migração no Brasil, estão centradas na discussão sobre uma migração em âmbito internacional, abordando a imigração e a emigração.

país, focando aquelas que se dão no sentido Nordeste/Sudeste. Segundo o autor, desde meados do século XX, a migração tem sido vislumbrada no Brasil como um problema social e o que vem modificando ao longo deste tempo são as maneiras de como este tem sido tratado pelo Estado. Em seus questionamentos a respeito do que consiste essa problemática e para quem, demonstra que toda a construção da migração está pautada na lógica das classes dominantes, tendo ações implantadas a partir dos interesses de dois blocos centrais: os grandes proprietários de terra e as classes médias dos grupos urbanos.

Observando a situação vivenciada pelas comunidades rurais e pesqueiras de áreas litorâneas com praias e de belezas naturais exuberantes, a exemplo da região do Litoral Norte da Bahia, podemos acrescentar que para além destes dois grandes blocos de interesse e poder, há também o bloco de interesse econômico do Estado com o processo de internacionalização dos espaços, por meio da entrada de grupos estrangeiros de grandes redes hoteleiras, sobretudo a partir da década de 1970 (GOMES, 2014).

No caso de Currálinho, por um lado, tem-se o deslocamento como lógica interna do próprio grupo pautada nas regras costumeiras regulatórias e, por outro lado, como resultado da expansão do sistema capitalista com os seus processos de industrialização, modernização e desenvolvimento econômico, com destaque, aqui, para a atividade reflorestadora e a indústria do turismo.

Para o grupo em questão, a migração está permeada pelo constante sentimento de retorno ao seu lugar de origem, como visto anteriormente. No imaginário daquele que migra, o retorno se faz sempre presente, transformando simbolicamente a mobilidade num processo fundamental para a sua comunidade, fundamentada num sentimento de pertença e de identidade social, reverberando na “certeza” de que haverá um começo, um meio e um fim, como acontece nos rituais de passagem.

Porém, na realidade, não há uma temporalidade extremamente deliberada e definida, podendo o meio durar décadas ou o migrante não chegar ao final do processo, isto é, não retornando mais ao seu local de origem, ou ainda permanecendo num processo cíclico de constantes idas e vindas.

Este tipo de migração rural-urbana está pautada também em trocas de comunicação estabelecidas entre quem sai e quem fica. São as trocas subjetivas das mensagens e envio de coisas materiais que favorecem, inclusive, a tomada de decisão para outros indivíduos, dando um caráter ao grupo de grande propensão à migração. “Mandava dinheiro pra cá todo mês e juntei o meu pouquinho pra fazer a minha casa aqui e comprar meu pedacinho de terra que tenho hoje”.<sup>7</sup> Os relatos da vivência na “terra

---

<sup>7</sup> Entrevistado nº 10, 65 anos, nativo de fato.

prometida”, e o que ela fornece materialmente para quem fica e para quem vai, criam um imaginário social no qual o lugar de chegada materializa a garantia para a melhoria das condições materiais de existência, fortalecendo a continuidade do ato de migrar comunitário (MABOGUNJE, 2013).

Para o sujeito migrante e seu grupo familiar, a migração, vislumbrada em seus aspectos positivos, funciona como um elemento de equilíbrio interno, oferecendo a oportunidade de facilitar o aumento da renda doméstica, possibilitando a aquisição de produtos que a produção agrícola não mais dá conta de suprir; de transformar-se em comerciante abrindo o próprio negócio em seu lugar de origem (como um mercadinho, bar, restaurante, entre outros); comprar terras para aumentar os espaços de moradia e trabalho familiar, bem como a possibilidade de impedir a fragmentação extrema da terra que será partilhada entre os(as) filhos(as) por meio da herança.

Todavia, em seus aspectos negativos, tem efeitos avassaladores, pois promove intensas mudanças estruturais na unidade doméstica de produção e no próprio grupo social. Em alguns casos, podemos evidenciar: a ruptura do liame familiar e todo o esforço de reordenamento da divisão social do trabalho entre os membros que permanecem; a externalização de toda a miséria, exclusão e desigualdades vivenciada pelo grupo doméstico, o qual percebe em tal ato uma, senão a única, alternativa de amenizar a impossibilidade que o pequeno lote agrícola tem de suprir as necessidades básicas da sua unidade doméstica; e a exposição violenta à exploração do trabalho e de liminaridade social às quais submete-se o sujeito migrante, dentre outros fatores.

O problema, portanto, não está apenas na “duração social” que tem a migração em si, ou seja, no período que o sujeito migrante vivencia a mudança de espaço social e da sua ausência na unidade doméstica de produção, mas, sobretudo, na subjetividade espacializada na migração como parte das relações sociais que permeiam o indivíduo, sua família e seu grupo. Embora possa ser em termos temporais caracterizada como parcial, a exemplo dos deslocamentos destinados aos ciclos de trabalhos temporários nas colheitas de fazendas monocultoras, esta tem efeitos que permanecem de forma duradoura no grupo como um todo (MARTINS, 2009).

A troca sociocultural estabelecida entre os migrantes e o local de chegada, que pode ser ou não acolhedor, é também instituída entre eles e a sua comunidade de origem, fomentando o compartilhamento de outros valores e sentidos. “Na realidade, aquele que migra é sempre um elemento fundamental de reconstrução e reestruturação do seu grupo social; é sempre um novo elo criado e que está a mercê das trilhas e estratégias que serão traçadas por mais um migrante [...]” (CARDEL, 2003, p. 15).

Não é apenas o migrante que tem a sua visão de mundo e o modo de vida e trabalho modificados por conta das trocas culturais realizadas no local de chegada. Mas o seu retorno, ou as idas e vindas, também promove transformações no local de origem. E, em alguns casos, as motivações que a fomentam são reestruturadas em virtude da rede de solidariedade que se forma nesta área externa ao grupo, constituindo-se, muitas vezes, um espaço de extensão deste.

Esses processos modificam as percepções e subjetividades do indivíduo já que é necessário que ele realize constantes trocas culturais no sentido de ganhar espaço nos dois mundos sociais: o de origem e o de chegada. Marcar a diferença não permite ao sujeito migrante inserir-se completamente no espaço de chegada, isto porque seu estilo de vida, cultura, modo de trabalho e visão de mundo são diversos dos praticados no novo local, ainda que ele compartilhe com a rede de solidariedade elementos da nova cultura. Mas, ao retornar a Currealinho, ele já agregou outros valores, noções e experiências e, por conta disso, é visto também com outros “olhares”, pois já não é mais aquele sujeito que era antes de sair de sua terra, não obstante continue sendo um membro ‘nativo’ do seu grupo.

A diferença é latente para aqueles que o recebem, mas também se faz para aqueles que ficam e, essencialmente, para aquele que a vivencia diretamente. O migrante, quando retorna, pode ser completamente aceito ou não por sua comunidade, pois esta pode, de certo modo, realçar os novos elementos que o distinguem daqueles que permaneceram: “Eles apontam para mim: você mudou muito, ficou metido, chato, cheio de coisa...”<sup>8</sup> Neste processo de não ser reconhecido pelos indivíduos do local de chegada e também por ter os seus novos valores e comportamento identificados de forma diferenciada por aqueles do lugar de saída/retorno, o sujeito, na maioria das vezes, não consegue inserir-se totalmente em nenhum dos dois ambientes, vivendo um processo de desconhecimento profundo e constante, o espaço da liminaridade.

Este é o ponto-limite ou a margem que toca de modo contingente o discurso dos outros como sendo próprio, isto é, uma experiência contingente, fronteira, aberta no entremeio de dois lugares: o de saída e o de chegada. Nessa perspectiva, Bhabha (2001) dialoga com Lacan e aponta que essa forma de processo se constitui em um novo tipo de espaço marcado por um momento de *extemité* – “interior/fora/externo/dentro”, em torno do qual o discurso simbólico dos grupos sociais vem a se instituir.

A comunidade Currealinho, após as mudanças ocorridas no Litoral Norte, principalmente, a partir da década de 1970, com o reordenamento dos distintos fluxos

---

<sup>8</sup> Entrevistado nº 10, 65 anos, nativo de fato.

migratórios, torna evidente a formação deste novo espaço assinalado por uma situação de *extemité*: tendo indivíduos do seu *interior* situados *fora* e indivíduos do seu *exterior* posicionados *dentro*.

É neste novo espaço de *extemité*, que se compõe a estratégia de recusa e aceite dentro de Currallinho, estabelecendo a referência do pertencimento diante de um processo discriminatório de ruptura como condição de sujeição de um perante o outro, definindo, portanto: quem é “de dentro” e quem é “de fora” de Currallinho, e mesmo quem é “de fora” e que pode tornar-se um “de dentro” e quem é “de dentro” e que pode tornar-se um “de fora” por conta do seu caráter desviante.

Aqui, a diferença de identidade social entre os indivíduos é realçada, e ter na memória individual o saber cultural tradicional da memória coletiva, construído no espaço e tempo de existência da comunidade, assim como a herança da ancestralidade de seus fundadores, legitima o discurso do saber ancestral da tradição a negar o discurso do saber moderno externo, ou seja, aquele que não possui ligação alguma com o passado de ocupação espacial do grupo, conforme trecho do relato a seguir:

Ei moça, você vai escrever a nossa história, não vai? Desse trabalho aí vai fazer um livro não é? Então coloque aí que na história de Currallinho só existiu cabra valente e que há anos nós ocupa esse lugar e que há anos nós trabalha esta terra aqui. A nossa história do passado é a única coisa que temos de bom e que nos dá a garantia de ficar nesse lugar. Nós pode até não ter o documento de terra, mas tem a história dos mais velho contada na nossa memória. Eu sou o Currallinho, porque o Currallinho também é eu e todo mundo nativo daqui é o Currallinho. Para mim moça... somos um só. Será que vocês da cidade pode entender isso que estou falando? (Entrevistado nº 9, 75 anos, novo nativo)

Para tanto, uma análise aprofundada sobre os diversos aspectos que envolvem a migração depende também da compreensão da tríade que a engloba: *espaço-tempo-identidade* (TARRIUS, 2000). A migração empreende uma troca de espaços, assinalada por uma relação calcada nos tempos, passado-presente-futuro, e nas dimensões social, cultural e econômica. Estas dimensões sofrem constantes modificações ao longo da temporalidade de existência do grupo, fortalecendo ou enfraquecendo a identidade do indivíduo, bem como a sua identidade social.

Segundo Tarrius (2000), a identidade quando baseada no sentimento de pertencimento a um grupo social é gestada nas sequências temporais que imprimem um ritmo próprio de vida e de utilização de um espaço, ou seja, é a relação estabelecida entre o espaço e o tempo que constrói a identidade deste. A migração propõe uma mudança de lugar/espaço, gerando um novo tempo, um novo ritmo de vida e de trabalho, e quase sempre fragmentando a identidade dos indivíduos migrantes sem que

se fortaleça uma outra identidade, além de promover mudanças significativas na gestão da pequena propriedade familiar.

A questão em voga é que a identidade é de fato diluída sob a égide da relação estabelecida entre a temporalidade e a espacialidade. A exclusão, repressão e estigmatização do *outro*, neste caso o migrante, relacionam-se ao fato deste não pertencer ao novo contexto espacial dentro de uma temporalidade definida como a constituidora daquela identidade coletiva de lugar. Como esta é também relacional, é preciso para o grupo/sociedade definir os critérios de pertencimento, marcando a diferença entre os sujeitos.

É por isso que ao migrante é quase que vedado o direito de expor a sua cultura, forçando-o a internalizar os novos códigos e símbolos culturais, mas sempre demarcando o seu traço de distinção, ou seja, contrapondo a diferença que faz as duas identidades coletivas existirem, a de ser “de dentro” e ser “de fora”, vivenciadas tanto no lugar de saída, quanto no lugar de chegada (SILVA, 2009).

### **Sair, chegar, retornar, permanecer**

As rotas migratórias da comunidade Currealinho estão intrinsecamente relacionadas a um movimento interno estratégico de regulação da ordem socioeconômica comunitária e, sobretudo, à intervenção do Estado que instituiu mudanças profundas na composição social, ambiental e econômica da região. Neste caso, destacam-se três elementos, os quais promoveram a desapropriação das famílias e comunidades inteiras, expulsando-as de seus territórios tradicionais de uso, suas terras de trabalho e espaços de moradia, são eles: i) a internacionalização do espaço para o desenvolvimento de um mercado consumidor de um turismo de alto padrão de luxo, pautado na construção de grandes empreendimentos hoteleiros como *resorts* e hotéis; ii) a construção da rodovia estadual BA-099 (estrada do Coco/Linha Verde), que repartiu os territórios tradicionais ao meio; e iii) o cercamento das terras e da expansão das florestas homogêneas de pinus e eucaliptos com a implantação do Distrito Florestal do Litoral Norte da Bahia (DFLN) associada ao crescimento da indústria de celulose.

A comunidade em questão sempre esteve marcada internamente como *lieu de départ* (LEE, 2013) ou seja, por um constante movimento de saída de seus membros, constituindo estratégia de sua organização socioeconômica. O problema é que o desenvolvimento econômico e turístico, proposto pelo governo estadual a esta região, alterou esta configuração, ampliando os impactos negativos provocados por outras rotas de mobilidade realizadas por indivíduos externos ao grupo. Currealinho torna-se, também, um *lieu de destination* (LEE, 2013), ou seja, um lugar de chegada, e novas

relações sociais são instituídas, nutrindo-se de uma posição defensiva para a manutenção do seu espaço territorial e simbólico e de suas tradições socioeconômicas e culturais, ativando, com isso, as lembranças que compõem a memória coletiva como elemento constituidor de uma identidade social de grupo.

A perda de grandes parcelas do território – terras, matas e rios – tem funcionado como um vetor de expulsão dos moradores locais que se percebem expropriados e sem áreas de trabalho onde possam desenvolver as suas atividades tradicionais de produção econômica, base de sustentação familiar. Neste caso, famílias inteiras se deslocam ou alguns indivíduos se veem obrigados a sair para manter aqueles que permanecem num espaço diminuto.

Todavia, a chegada dos megaempreendimentos hoteleiros e a implantação das florestas homogêneas de pinus e eucaliptos trazem consigo uma demanda de trabalho e emprego que não pode deixar de ser considerada, ainda que não seja o almejado por estas famílias. Este elemento funciona como um vetor de atração promovendo: i) a indução de várias pessoas e famílias inteiras de outras regiões do estado da Bahia e do país a deslocarem-se para o Litoral Norte; e ii) para aqueles que já são desta localidade de abortarem o seu projeto de saída para permanecerem. Mas é preciso ressaltar que o turismo e o reflorestamento são também considerados um vetor de expulsão, na medida em que promovem o deslocamento forçado das populações locais, por motivos de desapropriação das terras de trabalho e moradia para construção de suas instalações.

Diante deste quadro de interferências, é notório o constante vai e vem de pessoas pertencentes ou não à comunidade em questão, assinalando-a como um *lugar de saída e lugar de chegada*. Nesse sentido, os diversos tipos de rotas migratórias que circulam entre a saída e a chegada têm uma série de elementos que devem ser considerados na análise, os quais poderíamos classificar de *obstacles intermédiaires*, isto é, obstáculos intermediários (LEE, 2013). Cada uma destas rotas tem: i) uma direção a seguir; ii) sentidos individuais e coletivos específicos que determinam a ação dos migrantes; iii) impactos diferenciados sobre o grupo se considerado de saída e de chegada; e iv) indivíduos, famílias ou grupos peculiares que se encontram inseridos nos diversos tipos de mobilidade.

Destarte, na medida em que identificamos em campo tal diversidade de movimentos e de situações, tornou-se de suma importância categorizarmos as rotas migratórias. Em Curralinho percebemos, então, quatro tipos de rotas: 1) saída; 2) chegada; 3) retorno; e 4) permanência. Ao avaliá-las de acordo com os obstáculos intermediários que as estruturam, chegamos à seguinte categorização das migrações que influenciam

diretamente a sua dinâmica socioeconômica: a) migração das estratégias familiares; b) migração da permanência; c) migração da atratividade; e d) migração às avessas.

### **As rotas migratórias e os tipos de migração**

Os eventos externos à comunidade – como o cercamento das terras, a construção da rodovia estadual BA-099, a plantação dos maciços de pinus e eucaliptos pelas empresas reflorestadoras e a implantação de megaempreendimentos hoteleiros – alteraram a sua dinâmica socioeconômica e cultural, acarretando uma luta interna constante entre a tradição e o moderno na perspectiva de permanecer e se reproduzir como um grupo centenário. Esse fator promove também grandes influências nas rotas migratórias e impactam as relações de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade entre os distintos grupos que habitam e transitam na região. Assim, a perspectiva é mostrar os fluxos migratórios entre a permanência e a mudança que tem se entrelaçado, ora conservando os antigos traços da tradição, ora inserindo novos elementos.

#### ***Migração das estratégias familiares***

O que viemos a denominar de *migração das estratégias familiares*, no contexto de Curalinho, diz respeito ao movimento de saída realizado exclusivamente pelos “nativos”. Isto não significa que outras comunidades tradicionais do Litoral Norte não se utilizem desta estratégia, mas aqui, a análise parte da perspectiva interna ao grupo. A situação de *extemité* vivenciada é marcada pela relação dicotômica entre interior/fora e sua análise inversa de fora/interior.

A *migração das estratégias familiares* sempre foi realizada pelos curralenses como um movimento de saída, anteriormente praticado com mais intensidade em comparação ao momento atual, mas obviamente pautada pela expectativa de manter a regulação do equilíbrio da unidade doméstica de produção. Esta insere a comunidade na perspectiva de *lugar de saída*, incitando seus membros a migrarem a partir da ideologia interna e da situação de instabilidade econômica vivenciada e, portanto, funciona como uma estratégia de reprodução e manutenção do modo de vida e trabalho local.

Por mais que a liberdade individual seja valorizada, e obviamente a decisão final de migrar seja do indivíduo, as regras que fundamentam a dinâmica social do grupo mantêm o seu lugar de legitimidade perante o sujeito. “As discontinuidades, as incoerências e as desorganizações fazem parte de qualquer sistema social e o processo migratório, por envolver prioritariamente a mudança, é um elemento demonstrativo *sine qua non* das transformações do cotidiano [...]” (CARDEL, 2003, p. 16). Por isso, a

denominação “estratégias familiares” lhe cai bem, pois, de fato, tratam-se de táticas que a unidade doméstica de produção se vale para sobreviver como tal.

O conceito de estratégia utilizado por Alexander V. Chayanov (1974) pode expressar claramente o significado desta ação para o grupo em questão. “[...] funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas de que a família se utiliza para alcançar seus objetivos [...]” (CHAYANOV, 1974 *apud* SCHNEIDER, 2003, p. 107-108). Nesse sentido, podemos destacá-la como uma forma de adequação às necessidades impostas por um novo contexto instaurado e que, muitas vezes, não permite uma real satisfação das carências familiares, tornando-se essencial a busca por outras formas de atendimento das novas e antigas demandas. Para superar as dificuldades, os grupos domésticos se utilizam de tais estratégias, tendo por perspectiva superar ao menos a reduzida renda fomentada pela baixa produtividade e a fragmentação extrema da terra de herança, conforme demonstra o trecho do relato a seguir:

Quando eu **viajei** [migrou] pra São Paulo eu fui trabalhar por lá no ramo da construção civil [...]Eu fui mesmo porque queria me casar e aqui não tinha lugar pra todos os filhos de meu pai; a terra dele era muito pequena. (Entrevistado nº 10, 65 anos, nativo de fato – grifo nosso)

Assim, a própria comunidade elencou três principais fatores que ocasionam a migração dentro deste quadro das estratégias familiares, são eles: i) o desequilíbrio na relação consumo-produção;<sup>9</sup> ii) a partilha da terra por herança e iii) a desapropriação dos espaços produtivos.

Esta estratégia da migração incita os sujeitos a entrarem na rota de saída, porém sempre com a expectativa do retorno. É por isso que os indivíduos que se inserem na *migração das estratégias familiares* não se vislumbram como migrantes, mas como viajantes. Tais fatores elencados não devem ser ponderados separadamente, pois se articulam e cada um possui um significado distinto na composição das motivações do fenômeno.

### ***Migração da permanência***

O que estamos chamando de *migração da permanência* diz respeito a um movimento de dentro para dentro, inserido na rota permanecer, ou seja, um ato praticado por indivíduos externos a Curralinho, mas que seguem em direção a este território, buscando estabelecer laços de fixidez. Aqui tem-se uma ação praticada por um sujeito coletivo, isto é, a própria família vislumbrada como uma unidade, a qual determina Curralinho como um *lugar de chegada*.

---

<sup>9</sup> Aqui analisado na perspectiva teórica de Alexander Chayanov (1974).

É importante ressaltar que embora estas famílias sejam externas ao grupo ora analisado, são constituídas por “nativos” do Litoral Norte e possuem instituídos previamente algum grau de parentesco e compadrio, ou ainda liames de vizinhança entre si. É, inclusive, esse grau de parentela e reciprocidade instituído, a *priori*, que impulsiona os deslocados pela desapropriação dos grandes empreendimentos a procurarem estabelecer residência nesta comunidade.

Muitas famílias da região do Litoral Norte foram praticamente forçadas a deixar o seu lugar de origem, cujos espaços de produção e moradia tradicionais foram suplantados pelos maciços de pinus e eucaliptos, pelo arame farpado das grandes fazendas, pelo asfalto da rodovia e pelo concreto dos megaempreendimentos hoteleiros.

É mister elucidar que a escolha do termo permanência não diz respeito apenas a continuar morando na região do Litoral Norte, mas, e sobretudo, à tentativa de manter um modo de vida sociocultural, pautado pelas práticas de trabalho tradicionais desenvolvidas por aqueles que sempre trabalharam a terra, as matas e os rios e que herdaram esse “saber-fazer” de seus antepassados e receberam como missão a perpetuação deste conhecimento. Migrar para Curralinho significa continuar roçando a terra, extraindo a palha de piaçava das matas, elaborando os artesanatos e utilizando o rio Sauípe para pescar sempre que necessário e possível, conforme trecho de relato a seguir:

Eu vim pro Curralinho porque a terra era mais barata e mais perto de onde morei. Nós já tinha parente aqui, aí tudo ficou mais facinho. Lá em Sauípe, nós pescava, fazia artesanato e trabalhava na roça. Aqui nós tem a possibilidade de continuar com a vida parecida, fazendo artesanato pros hotel e trabalhando na roça também. (Entrevistado nº 4, 39 anos, nova nativa)

Esse *nativo* que chegou a Curralinho como um “de fora” foi incorporado como um “de dentro”, justamente por manter relações de solidariedade, sociabilidade e confiança anteriormente constituídas entre si. O fato de serem parentes por consanguinidade (parentesco) ou por afinidade (compadrio) deu àquele que chegou, inserido na rota da permanência, o privilégio de compartilhar uma descendência que está vinculada às famílias fundadoras e de uso tradicional da terra e das matas nativas locais, legitimando-o a tornar-se um membro interno. A situação de *extemité* exterior/dentro, inicialmente vivenciada por esse migrante, foi consumada e o sujeito saiu desta condição, sendo incorporado definitivamente como um membro dentro/dentro. É assim que nasce a categoria do “novo nativo”, pois ainda que seja um “nativo” da região ele não é nato de Curralinho, mas passou a ter todos os direitos que o “nativo de fato”, na

medida em que outros elementos e indivíduos externos à região também adentram a localidade e tornam-se um inimigo muito maior de combate.

Para Bourdieu (1998), esse sistema de trocas se processa e constitui-se por meio do (re)conhecimento dos atores envolvidos. Este fato reforça a dominação simbólica, sem que esta seja percebida como um ato de submissão deste outro. Não se trata apenas de se perceber como um “morador de dentro”, mas, principalmente, de ser reconhecido pelos “nativos de fato” como tal, pois são estes que possuem a legitimidade de lugar para determinar quem realmente poderá assim ser incorporado ao grupo, conforme verificamos no relato seguinte:

A terra que já tá pouco para os nativos daqui, fica menor ainda quando chega os nativo de lá e a gente tem que dividir com eles. Não tem como não dividir, né minha filha? Eles é parente nosso, é daqui da região, sabe trabalhar a terra como nós e tá precisando desse espaço aí, né? (Entrevistado n<sup>o</sup> 10, 65 anos, nativo de fato)

A esse sujeito que se encontra no deslocamento forçado lhe é negada a capacidade de racionalizar os códigos ambivalentes instituídos por meio das relações sociais, porque está inserido em uma situação de perdas profundas que o caracteriza, ainda que temporariamente, como um migrante no *lugar de chegada*.

### ***Migração da atratividade***

Por sua vez, a *migração da atratividade* só reforça o caráter distintivo entre os indivíduos que atualmente residem no território de Currálinho, fortalecendo o sentimento de pertença dos ‘nativos’ e “novos nativos” e da identidade social do grupo. Está inserida na rota de chegada e assinala a comunidade como *lugar de chegada* daqueles indivíduos externos à região e que não possuem nenhuma ligação de parentesco consanguíneo ou espiritual, ou qualquer outro tipo de relação com o território local. Sendo assim, está na situação de *extemité* exterior/dentro.

Os “chegantes” são aqueles que não pertencem ao grupo, haja vista terem fixado residência na localidade. Estes foram demarcados em duas categorias êmicas: i) “novos moradores”, reconhecido como “invasores” – aqueles que deslocaram a família inteira, e ocuparam sem permissão, conforme os relatos, a terra ancestral de Currálinho; e ii) “moradores de fora” também denominados “veranistas” – os quais possuem, de fato, uma propriedade na localidade. Todavia, não há uma pretensão da sua parte de tornar-se um morador, não obstante a população local o enquadre como tal, mas pertencente à categoria dos “de fora”. “Esse povo aí tem gente que é de Salvador. Eles veraneia, comprou terreno, fizeram casa e só vem no final de semana”.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Entrevistado n<sup>o</sup> 1, 64 anos, nativa de fato.

Na perspectiva de atender à proposição conceitual da *migração da atratividade*, enfatizamos como migrante a figura do “novo morador”, o qual compõe a categoria do “morador de fora”. Este sim é ocupante permanente da área denominada Novo Curralinho ou, para os “nativos”, da “área da invasão”. Embora ao fixar moradia este ganhe *status* de membro de Curralinho, não é vislumbrado e reconhecido por seus integrantes “nativos” como pertencente ao grupo. Ser membro/morador não significa necessariamente ser residente, pois para pertencer, de fato, é preciso ter a memória coletiva da ancestralidade e temporalidade de existência do grupo e das formas de utilização das diversas atividades tradicionais diluídas na concepção de espacialidade, as quais legitimam os “nativos” como “originais”.

Nessa área da invasão [Novo Curralinho], o pessoal trabalha com a terra e tem criação também. Eles é pessoal de fora e tem uns anos que invadiram aqui. [...] Nós não se mistura com esse povo de fora não. É eles lá e nós cá. (Entrevistado nº 8, 29 anos, nativa de fato)

Para integrar o grupo é preciso compartilhar conhecimentos, impressões, recordações e formas de representações sociais e simbólicas desde o início do processo de socialização do indivíduo, herdados outrora dos antepassados e difundidos no presente pelos descendentes. É de suma importância compreender que é este sentimento de pertença que define quem são os sujeitos que devem ou podem ser incorporados como “de dentro” em oposição àqueles considerados “de fora”.

A chegada desse “novo morador” também está condicionada ao desenvolvimento econômico e turístico do Litoral Norte. A maioria desta população integrava o quadro de recursos humanos que trabalhou diretamente na construção do trecho Linha Verde da rodovia BA-099 e daqueles absorvidos para a construção dos empreendimentos hoteleiros. Com a finalização das obras, os canteiros foram suspensos e os trabalhadores dispensados, tendo que deixar os alojamentos. Alguns, então, com o dinheiro recebido na rescisão contratual de trabalho, compraram pequenos lotes de terra em áreas das comunidades locais e fixaram residência.

Essa decisão de algumas famílias se deslocarem para Curralinho tem a ver também com as características convergentes do modo de vida e trabalho executados no lugar de origem desses migrantes em relação ao lugar de chegada. O fato de já trabalharem a terra anteriormente ao processo de migração os induziu a ocupar espaços em que pudessem retomar as suas atividades, afinal a *migração da atratividade* funcionou para eles como uma estratégia familiar e, posteriormente, como um movimento definitivo de reprodução (LEE, 2013).

Já os “veranistas” se veem como um turista que busca regiões mais distantes, tranquilas, geralmente de exuberante beleza cênica natural para aproveitar o seu tempo do não trabalho, descansando e “fugindo” da sua rotina diária de atividades desgastantes e estressantes. O local de chegada para ele nada mais é do que a possibilidade de esvaziar a sua mente das questões e problemas laborais. Essa fuga da rotina torna-se a responsável por estruturar a sua tranquilidade e o seu (re)equilíbrio quando do retorno à sua vida cotidiana.

A ligação estabelecida entre os “veranistas” e os “nativos” não é de proximidade, mas de distanciamento, definida apenas pela dual relação de trabalho patrão-empregado firmada entre eles. Alguns “nativos” são empregados dos “veranistas”, tendo a função de cuidar e guardar as residências destes, ou de manter a limpeza dos imóveis para o seu retorno. Há também uma relação baseada na dualidade de forma êmica citada como cliente/freguês, com a venda dos artesanatos e dos produtos provenientes dos quintais e roçados dos nativos para os veranistas.

Segundo Jost Krippendorf (2009), esse movimento pendular de idas e vindas assume o papel das múltiplas interações entre o cotidiano e o anticotidiano. Nesse sentido, essa estrutura pautada no “trabalho-moradia-lazer-viagem” produz efeitos positivos e negativos sobre o local que o recebem, assim como sobre a sua população.

Por este motivo, os “veranistas” não são aqui tratados como migrantes/viajantes dentro desta rota de chegada da *migração de atratividade*, mas como elementos circulantes nela inseridos. Por um lado, é preciso destacar que a sua presença provém, em grande parte, de motivações que foram constituídas a partir dos fatores externos inscritos na proposta de desenvolvimento turístico direcionada ao Litoral Norte. Por outro lado, cabe salientar que ela também é responsável por gerar modificações na estrutura socioeconômica local, na medida em que a população “nativa” se vê obrigada, até certo ponto, a estabelecer novas formas de convívio com este grupo totalmente diverso do seu.

### ***Migração às avessas***

O que temos de distinto entre os três primeiros tipos de migração e o que descrevemos agora, ou seja, a *migração às avessas*, é algo que já se dava em um ambiente de retorno daqueles que migravam pelas estratégias familiares, mas que por ação de um novo contexto socioeconômico instaurado na região do Litoral Norte reestrutura o sentido da ação e as suas consequências para o grupo em questão.

Portanto, a *migração às avessas* está contida na rota migratória do retorno, imputando a Currallinho o título de *lugar de chegada*. Os indivíduos que nela se inserem são os

“novos nativos” e os “nativos de fato” que já se encontravam no movimento de *migração das estratégias familiares*, em razão de qualquer um dos fatores supramencionados, e que retornam ao seu lugar de origem, atraídos pela força centrípeta espargida pela perspectiva do desenvolvimento econômico e turístico local, mesmo que ainda não tenham alcançado o objetivo que os levou a migrar. O retorno aqui é antecipado.

Pela rede de parentesco já estabelecida nas cidades como Salvador e São Paulo, estas constituíam-se os principais locais de chegada dos “nativos” de Curralinho. Mas, cabe salientar, como bem mostra Woortmann (2009), que a referência a São Paulo não é necessariamente esta cidade em si, mas pode ser qualquer outro lugar. Percebemos nas narrativas que o que era chamado de São Paulo poderia ser também Curitiba, Sergipe, Maceió, Belo Horizonte e Florianópolis. Estas cidades juntas representavam o duplo sentido da palavra saída: seja deixando para trás seu lugar de origem e tornando-se, mesmo que temporariamente, o novo espaço social dos migrantes, seja como solução dos problemas mais emergenciais das famílias. Mas, à época dos trabalhos de campo, São Paulo passou da representação de “terra prometida” para a “terra do nunca”, por conta de toda dificuldade de moradia e emprego que os migrantes curralenses vinham enfrentando em seus processos migratórios.

No contexto atual, o desenvolvimento do turismo na região transformou a situação local aos olhos dos migrantes, colocando o Litoral Norte como a própria São Paulo por ofertar o que eles próprios buscavam com esse deslocamento, isto é, o trabalho. O lugar de origem agora tem fornecido, ainda que não seja de maneira adequada nem com acesso a todos os “nativos”, a possibilidade de tornar-se um trabalhador de fato, de assinar a carteira de trabalho, ou seja, tornar-se “fichado”. Por isso, a oferta dos novos postos de trabalho das empreiteiras da construção civil, dos empreendimentos hoteleiros e das empresas reflorestadoras insere esses já migrantes para além da rota de saída/retorno, isto é, no novo sentido da rota migratória de retorno. Eles saem da condição de *extemité* interior/fora e retornam ao local de origem pela condição de *extemité* exterior/dentro, como aponta o relato a seguir:

Eu fui pra lá por conta dos pinus que tiraram nossa terra e eu precisava encontrar uma forma de manter a minha família aqui. Aí eu fui pra lá e fiquei por lá uns oito anos e depois retornei pra minha família de novo, porque já se tava fazendo o Costa do Sauípe aqui. E como lá eu era fichado como pintor, vim tentar essa boquinha aqui perto de casa mesmo. (Entrevistado nº 13, 72 anos, nativo de fato)

Nesta perspectiva, a migração de retorno tem ocorrido antes do tempo previsto, não apenas porque não se alcançou os objetivos a que se propunha com esta ação, mas, sobretudo, porque se pretende transferir o local de concretude deste. Assim, o que se faz

em outro estado para angariar recursos financeiros pessoais e aumentar a renda familiar agora pode ser realizado em seu próprio lugar de origem, reduzindo, com isso, custos e problemas com a viagem. O retorno aqui baseia-se em tais elementos externos e no momento da decisão diz respeito mais a um desejo do indivíduo do que necessariamente do seu próprio grupo familiar.

Na concepção daqueles que migraram, as narrativas revelaram que Curralinho tornou-se o próprio “Jardim do Éden”, na medida em que puderam retornar ao seu local de origem, voltando a morar com seus familiares, dando um tempo do seu trabalho na unidade doméstica de produção e ainda sendo “fichado” nas empresas que atuam na região, sem necessariamente precisar residir fora da sua localidade de origem, ou seja, de estar inserido na migração.

“São Paulo” era representada como a capital da realização, da admiração e dos sonhos. Era o ponto de encontro, o destino final desta população, mesmo que o ideal de retorno fosse latente na mente do migrante e ele quase sempre se processasse. Em contrapartida, atualmente é também vislumbrada como a capital do horror, da violência, do desemprego, da miséria, do tempo célere desgarrado da relação tempo-espaço-identidade. É o lugar onde “filho chora e mãe não vê”. Verifica-se, portanto, a convivência, em um mesmo espaço, de representações dúbias e excludentes entre si. Este processo gesta e intensifica o conflito interno instaurado entre os desejos do indivíduo e a lógica de reprodução familiar, facilitando o retorno antecipado.

Por isso, é preciso considerar que, para além deste contexto de desenvolvimento local, há o fato de que ir para o centro urbano, mesmo para este grupo que já possui uma rede de segurança e solidariedade no *lugar de chegada*, nem sempre tem se traduzido em benefícios ou soluções para os problemas imediatos do sujeito migrante e/ou da sua família. As dificuldades que vinham enfrentando estavam descaracterizando os objetivos iniciais, pois havia aqueles que nada conseguiam e ainda contraíam dívidas.<sup>11</sup> Assim, no local de chegada, esse migrante percebia que o “Jardim do Éden” se transformou na “terra do nunca”, e se via como Eva após comer a maçã: sem caminho, sem rumo e destinado a vivenciar o sofrimento da mortalidade das suas motivações. Nestes casos, retornar era preciso e os empreendimentos do Litoral Norte transformaram-se na solução para os seus fracassos.

Com o retorno destes migrantes à comunidade, novas percepções são inseridas no grupo e os/as jovens, a despeito de todo embate entre tradição e modernidade, passam a vislumbrar como trabalho apenas as funções desempenhadas nas grandes empresas

---

<sup>11</sup> Obviamente não podemos negar que há também sujeitos que não retornaram mais e ainda aqueles que não se comprometiam com o envio dos recursos para os seus familiares.

capitalistas, deixando de lado o trabalho tradicional. “Lá eu sou fichado, tenho a carteira de trabalho registrada, tenho meus direitos, eu sou alguém na vida. E na roça não. Na roça eu não tinha nada disso. Eu trabalhava para minha família e não tinha garantia nenhuma”.<sup>12</sup> Em oposição ao passado, eles/as têm construído no presente um tempo futuro direcionado pela busca do acerto e da inclusão social relacionado à ideia de inserção no mundo do trabalho “fichado”, ou seja, assalariado.

## Considerações finais

Vimos que, de fato, o desenvolvimento econômico e turístico vem se estruturando na região do Litoral Norte e acarretando novas concepções nas ocupações e usos do território comunal, nas relações de sociabilidade, na percepção cultural, bem como na (re)estruturação de antigas e novas rotas migratórias. No caso da comunidade ora analisada, a coexistência das práticas de atividades tradicionais com novos modelos de trabalho constitui-se estratégia de sobrevivência e permanência das famílias em seu local de origem, buscando manter a centralidade das normas e regras costumeiras próprias ao grupo.

O espaço comunal reconfigura-se e a importância de ser aquele destinado às práticas de trabalho tradicionais de reprodução das unidades domésticas tem se tornado o lugar das novas relações sociais conflituosas, constituídas entre os indivíduos internos e externos ao grupo. A chegada dos estranhos eventos, sobretudo da roçagem e do turismo, forçou as famílias locais a entrarem na rota de *migração da permanência*, a qual não se fazia como estratégia do grupo e cujo ato de deslocar tornou-se obrigação e única forma de sobrevivência. Por isso, tem assinalado e aprofundado as diferenças socioeconômicas e culturais entre os *estabelecidos*, ou seja, os “moradores de dentro”: “nativos de fato” e “novos nativos”, e os distintos níveis de *outsiders*: a) os “moradores de fora”: “novos moradores” e “veranistas” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Entretanto, este mesmo espaço que distingue também proporciona o sentimento de coesão àqueles que dele fazem parte. Esta identidade social gestada nas fissuras deste conflito da legitimidade, calcada no pertencimento, tem dedicado uma importância profunda à memória coletiva como o seu principal ingrediente aglutinador. As lembranças trazem a temporalidade de vivência em comum no território socioeconômico, firmadas nos saberes tradicionais, na sociabilidade, nas relações de parentesco, compadrio e vizinhança.

Este fluxo de deslocamento intenso tem demarcado Currealinho como lugar de chegada (*lieu de destination*) e saída (*lieu de départ*) inserindo novos elementos na

<sup>12</sup> Entrevistado nº 14, 25 anos, novo nativo.

organização interna, no direito consuetudinário e na percepção do grupo, que se vê ameaçado pelas famílias externas. Essa situação de *extemité* dá o tom das novas dualidades vivenciadas e a discussão constante de como superá-las. Assim, pensar o local com uma função de promoção da “saída”, mas também de “chegada” é a forma que o grupo interno definiu para estabelecer quem é “de dentro” em contraste com o externo, utilizado para demarcar quem é “de fora”. Pelo processo da migração, quem é “de dentro” torna-se “de fora” e quem é “de fora” pode tornar-se ou não “de dentro”. Desse modo, a relação “interior-fora/exterior-dentro” traduz toda a circunstância de um único lugar vivenciar a contradição de ser visivelmente demarcado de maneira duplamente extrema como um *lieu de départ* e um *lieu de destination*.

## Referências

- BHABHA, Hommi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.
- CARDEL, Lídia Maria Pires Soares. *Migração, liminaridade e memória: um estudo sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades*. 2003. 216 f. Tese (Departamento de Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DEBERT, Guíta Grin. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 141-156.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FLORENTINO, Laurence Granchamp. *Urbanisation, stratégies familiale et multipolarité rurale-urbaine: la Transamazonienne à l’ouest d’Altamira (Brésil)*. 2001. 386 f. Tese (Doutorado em Socioeconomia do Desenvolvimento) – Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, Ecoles des Hautes Études en Sciences Sociale, Paris, 2001.
- GOMES, Lirandina. *Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais*. Salvador: EDUNEB, 2014.
- LEE, Everett S. Une théorie de la migrations. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: INED, 2013. p. 103-118.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Série Turismo. Tradução de Contextos Traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

- MABOGUNJE, Akin. Une approche systémique de la théorie de la migration rurale-urbaine. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: INED, 2013. p. 151-168.
- MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias, problema para quem? In: MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. p. 39-47.
- PICHÉ, Victor. Les fondements des théorie migratoire contemporaines. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: INED, 2013. p. 15-60.
- SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>. Acesso em: 11 out. 2020.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.
- SILVEIRA, Éder da Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/835>. Acesso em: 4 out. 2020.
- SIMMONS, Alan B. Expliquer les migrations: une théorie à la croisée des chemins. In: PICHÉ, Victor (Org.). *Les théories de la migration*. Paris: INED, 2013. p. 61-81.
- SIMMONS, Alan B. Explaining migration: theory at the crossroads. In: DUCHÈNE, Josiane (Org.). *Explanation in the social sciences: the search for causes in demography*. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain, 1987. p. 73-92.
- TARRIUS, Alain. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniència de la noción de 'territorio circulatorio'. Los nuevos hábitos de la identidad. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, v. 21, n. 83, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/137/13708303.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard Afonso; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2009. p. 218-238.

## Como citar

ANUNCIÇÃO, Diana. Lugar de saída e lugar de chegada: uma análise dos fluxos migratórios em uma comunidade rural no litoral norte do estado da Bahia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 355-377, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-5>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **A inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto do estado do Tocantins**

DOI: 10.36920/esa-v29n2-6

 Diego Neves de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo buscou analisar como se deu a inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural, criadas desde a década de 1990, no contexto do estado do Tocantins. A pesquisa é qualitativa, na qual utilizamos entrevistas semiestruturadas. Dentre os resultados, postulamos que os assentados de reforma agrária foram os públicos da agricultura familiar que mais se beneficiaram das políticas públicas, enquanto os quilombolas e os indígenas foram os mais preteridos, ainda que os mediadores percebessem que o Estado tentou dar voz de modo equitativo aos diferentes segmentos sociais.

**Palavras-chave:** inclusão produtiva; agricultores familiares; extensão rural; mediadores.

**Abstract:** (*The inclusion of different segments of family farming in public policies for rural development in the context of the state of Tocantins*). This article sought to analyze how the different segments of family farming were included in public rural development policies, created since the 1990s, in the context of the state of Tocantins. The research is of a qualitative nature, in which semi-structured interviews were used. Among the results, it is postulated that the agrarian reform settlers were those family farmers who most benefited from public policies, while the quilombolas and the indigenous people were the most neglected, even though the mediators realized that the State tried to give equal voice to the different social segments.

**Keywords:** productive inclusion; family farmers; rural extension; mediators.

---

<sup>1</sup> Sociólogo. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura. Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: diego.sousa@embrapa.br.

## Introdução

A Lei nº 11.326/2006 referente à Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais define os públicos<sup>2</sup> prioritários da agricultura familiar para garantir o seu acesso às políticas públicas. Impulsionados por esta legislação há, ainda, a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), que incluiu e priorizou também os beneficiários do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública.

Essas designações representam importantes marcos legais da inserção desses atores que historicamente estiveram à margem das políticas públicas, o que acarretava no ocultamento de características específicas e a consequente limitação para acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado (GRISA; SCHNEIDER, 2014; PICOLOTTO, 2014). Por sua vez, a partir deste conjunto de políticas instituídas para a agricultura familiar, o Estado brasileiro passou a reconhecer e valorizar esse público específico, indicando a necessidade de universalização de direitos, por um lado, e de afirmação de suas especificidades, por outro (TAYLOR, 1989).

A construção de um projeto de desenvolvimento rural cujo protagonismo espelhou-se nos públicos da agricultura familiar foi costurada por meio da aliança política entre os diferentes atores que atuam para (e com) esta categoria sociopolítica. No entanto, diante da diversidade deste segmento, emergiram realidades e interesses distintas. Esses nem sempre são convergentes, o que complexifica o tratamento dado à referida categoria (VILELA, 2017). Com efeito, Niederle (2017) questiona se a noção de agricultura familiar abrangeria a diversidade de categorias sociais que habitam o meio rural brasileiro, o qual é constituído por uma expressiva heterogeneidade de públicos. Segundo o autor, o protótipo de representação social do agricultor ainda é aquele tido como moderno, tecnificado e mercantilizado. Isto é um dos indicativos que justifica as dificuldades dos agricultores familiares mais pobres se incluírem produtivamente diante do fato que historicamente foram excluídos das políticas agrícolas.

Com isso, tornam-se imprudentes algumas práticas generalistas por parte dos mediadores sociais, como ocorre no cadastro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

---

<sup>2</sup> Para além dos agricultores familiares, os outros públicos são os assentados de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos da floresta, seringueiros, pescadores artesanais, aquicultores (que cultivam em reservatórios com até 2 ha ou 500 m<sup>3</sup> de água), silvicultores (que manejam de forma sustentável florestas nativas ou exóticas), dentre outros povos tradicionais que se enquadram no Decreto nº 6.040/2007, que trata sobre a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2006).

em que os diferentes grupos de agricultores familiares são classificados apenas como agricultor familiar (sem mencionar que tipo) ou no processo de intervenção sociotécnica em que a transferência de conhecimentos ou de tecnologias utiliza-se de uma mesma linguagem e metodologia para os distintos públicos que abarcam a categoria da agricultura familiar (SOUSA, 2019).

Nesses casos, os mediadores precisam encontrar novas alternativas e estratégias de inclusão produtiva ancoradas no contexto do desenvolvimento rural e nas especificidades de cada público da agricultura familiar. Evidência disso é que o referencial de políticas públicas de inclusão produtiva torna-se associado a duas estratégias antagônicas: uma pautada pela narrativa modernizadora da agricultura com foco na difusão de tecnologias (ALVES, 2001; BUAINAIN; GARCIA, 2013; NAVARRO; PEDROSO, 2014), e outra pela perspectiva de produção de “novidades” a partir do protagonismo dos próprios agricultores familiares (PLOEG *et al.*, 2004).

No contexto do Tocantins, objeto deste estudo, Menestrinho e Parente (2011) consideram que predominam na agricultura deste estado grupos sociais com características peculiares e que, portanto, demandam diferentes formas de intervenção. Reiteram que a condição diferenciada dos agricultores familiares não permite que os mediadores utilizem juízos de valor para classificá-los como populações atrasadas em virtude da sua condição social. Verifica-se, por exemplo, em parte dos Estudos de Impactos Ambientais para a construção de grandes empreendimentos no Tocantins justificativas referentes ao fato de que as populações tradicionais vivem no atraso e que é necessário buscar alternativas para se modernizarem.

Sousa, Charão-Marques e Kato (2017) constataram que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Tocantins é a política pública que mais contribui com a modernização do sistema produtivo. Ao ser analisada a distribuição de recursos para os diferentes públicos da agricultura familiar beneficiários do Pronaf, verificamos que os pecuaristas familiares, seguidos pelos pescadores artesanais e os aquicultores familiares, foram os que tiveram maior número de contratos firmados no período de 2013 a 2019.

Neste contexto, temos como proposta analisar como se deu a inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural desde a década de 1990, quando se instituiu a formalização da categoria da agricultura familiar no Brasil, a fim de entendermos a imagem que os mediadores têm acerca dos públicos da agricultura familiar que mais a acessaram no contexto do Tocantins.

Os desafios para a agricultura familiar diante do novo cenário político e econômico

tornaram-se ainda maiores com os contingenciamentos dos recursos para as políticas públicas e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (e demais órgãos que tratavam especificamente do tema do desenvolvimento rural e da agricultura familiar), em 2016. Essas mudanças foram ancoradas numa narrativa governamental centrada na emergência de se realizar ajuste fiscal no país para a retomada da confiança entre os agentes econômicos e a capacidade de investimento (SOUSA, 2019).

Seja como for, essas evidências do enfraquecimento do poder político e institucional da agricultura familiar, inibe a capacidade de articulação política dos atores (políticos, burocratas e organizações da agricultura familiar) partícipes do processo de desenvolvimento rural e de inclusão produtiva de agricultores familiares. As recentes mudanças demonstram fragilidades das políticas de desenvolvimento rural, fato que contrasta com a trajetória de fortalecimento, reconhecimento e de direitos conquistados pela agricultura familiar que se instaurou em meados da década de 1990 (BRACAGIOLI; GRISA, 2018).

A pesquisa é do tipo qualitativa, na qual utilizamos entrevistas semiestruturadas. O roteiro de perguntas contém 17 questões abertas, voltadas para o acesso às políticas públicas federais criadas para a agricultura familiar desde a década de 1990 e sua relação com a inclusão produtiva de agricultores no contexto do estado do Tocantins, a partir da perspectiva dos mediadores sociais. As principais políticas públicas consideradas de inclusão produtiva pelos mediadores e que orientou a discussão principal deste estudo foram: o Pronaf, a Pnater, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

As entrevistas foram realizadas no ano de 2018, com 80 mediadores<sup>3</sup> que atuam com os diversos públicos da agricultura familiar. Esses mediadores exercem atividades em 22 municípios do Tocantins e foram representados por 28 instituições públicas e privadas (Quadro 1), relacionadas a órgãos públicos e privados prestadores do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e que fazem a gestão de políticas públicas para agricultores familiares, além de instituições de ensino, pesquisa e extensão e de movimentos sociais.

---

<sup>3</sup> Dentre os mediadores entrevistados, 39 são extensionistas, 16 gestores, 8 pesquisadores, 10 professores e 7 representantes de movimentos sociais.

**Quadro 1** – Instituições de origem dos mediadores entrevistados

Mundos sociais	Instituições
<b>Ater</b>	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)
	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (Apato)
	Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopeter)
	Instituto Votorantim
	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins)
<b>Instituições governamentais</b>	Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea – TO)
	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio)
	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins (Seagro)
	Secretaria do Trabalho e da Assistência Social do Estado do Tocantins (Setas)
	Superintendência Federal do Desenvolvimento Agrário (SFDA – TO)
<b>Instituições privadas</b>	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB – TO)
	Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (Coapa)
	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop – TO)
	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae – TO)
<b>Instituições de ensino</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
	Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp)
	Universidade de Gurupi (Unirg)
	Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
<b>Movimento sociais</b>	Associação Regional Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip)
	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto)
	Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFA)
	Federação das Associações e Entidades Rurais do Tocantins (Faerto)
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet)
	Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb)
	Movimento dos Sem Terra (MST)

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Para sistematizar, categorizar e tornar possível o tratamento dos dados utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 2011) e a estatística descritiva. Para isso, três etapas fizeram parte deste procedimento: pré-análise; exploração do material; bem como tratamento dos resultados obtidos da pesquisa de campo e interpretação, com o apoio do software NVivo, versão 11.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção, analisamos a trajetória histórica do termo inclusão e mostramos fatos que retratam a

importância de estudar esta temática no campo da sociologia rural. Na terceira seção são apresentados os resultados, retratados por subseções, divididas por segmentos sociais (quilombolas, indígenas, assentados de reforma agrária, entre outros), nas quais são demonstrados os principais argumentos que os mediadores defenderam para sustentar esta representação dos públicos mais excluídos das políticas públicas. E, por último, estão as principais conclusões deste estudo.

### **Inclusão na política de apoio à agricultura familiar**

A noção de inclusão traz na sua origem etimológica a ideia de exclusão. Por isso, muitos autores apregoam que os conceitos de exclusão e inclusão são partes inseparáveis da mesma moeda, por serem mutuamente dependentes e relacionados. Rawal (2008) explica que, na literatura que discorre sobre o fenômeno da exclusão social, o termo inclusão é tratado de maneira implícita e sem problematização. Do mesmo modo, Cameron (2006) infere que o significado e a natureza do termo inclusão social são retratados na maioria das vezes implicitamente nas publicações científicas, além do que, em virtude de uma interpretação inadequada do que se entende por inclusão, o foco tem sido mais voltado a problemas vinculados aos indivíduos excluídos da sociedade.

A primeira discussão e aplicação do conceito de exclusão para o debate sobre políticas públicas só ocorreu no ano de 1974, a partir do discurso de um político francês direcionado para a proposição de ações de intervenção voltadas para indivíduos incapazes de se adaptarem à sociedade, ou seja, aqueles considerados em situação de vulnerabilidade social. Em seguida, foram acrescentados outros grupos excluídos como os que estão em situação de evasão escolar, jovens desempregados e imigrantes. Além disso, o significado do conceito de exclusão social foi também alterado em diversos momentos, influenciado pela sua disseminação a diferentes países que possuem suas próprias realidades e interpretações (AASLAND; FLOTTEN, 2001).

No fim da década de 1980, o termo também foi adotado pelos países da Europa como um conceito estratégico utilizado para balizar as políticas sociais e, em alguns casos, para substituir o conceito de pobreza, a qual se tornava um problema emergente em virtude da crise do Estado de bem-estar social (RAWAL, 2008). Outro fator que ampliou a aplicabilidade do conceito de exclusão na agenda pública das nações foi sua difusão na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em 1995, em Copenhague, Suíça. Após este evento, o termo passou a ser largamente utilizado por agências de desenvolvimento e disseminado em estudos científicos com vistas a compreender o fenômeno da pobreza nos países localizados abaixo da linha do equador (RAWAL,

2008). Mais recentemente, destacamos o fato de que a União Europeia consagrou o ano de 2010 como o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, dando ainda mais visibilidade à temática (ONU, 2016).

Embora o termo exclusão social venha expandindo seu espaço na agenda política internacional desde a década de 1980, ele ainda carece de melhor delineamento (AASLAND; FLOTTEN, 2001; SPOSATI, 2006; RAWAL, 2008; SILVER, 2015; ONU, 2016). Uma das questões, como explana Kabeer (2000), diz respeito ao fato de que o cerne do conceito de exclusão está pautado no discurso político dos países do Norte, o que faz com que, não raro, seja utilizado simplesmente para rotular os problemas sociais recorrentes nos países do Sul. Neste intento, notamos a profusão de estudos comparando as realidades do Sul em referência ao “modelo ideal” do Norte.

Outro problema analítico, como destaca Sposati (1998), refere-se à relação com o conceito de pobreza. Segundo o autor, quando se tem uma visão ampla do conceito de exclusão social não podemos tratá-lo como sinônimo de pobreza, haja vista que, por conter elementos éticos e culturais, a exclusão também pode remeter aos aspectos de discriminação e estigmatização. Já a pobreza está ligada a uma situação absoluta ou relativa. Assim, o pobre é o indivíduo que não tem algo, enquanto o indivíduo excluído pode ser aquele discriminado por gênero, sexo, raça, dentre outras variáveis que perpassam os aspectos culturais. Isto significa dizer que o pobre não necessariamente é discriminado pela condição de ser pobre, enquanto a exclusão contém aspectos relativos ao abandono e à perda de vínculos sociais que nem sempre passam pela condição de pobreza.

A problemática da exclusão social é decorrente dos seus múltiplos significados e interpretações, ancorada em diferentes contextos sociais (AASLAND; FLOTTEN, 2001). Isso torna o conceito vago, uma vez que é empregado para descrever situações e processos sociais distintos. Por ser um fenômeno multidimensional, a exclusão é derivada de condições de vida diversas, tais como: (a) exclusão de direitos formais de cidadania; (b) exclusão do mercado de trabalho; (c) exclusão da participação na sociedade civil; e, por último, (d) exclusão das arenas sociais.

No que tange à participação social, muitas vezes, inferimos que a presença dos indivíduos em instâncias de debate público implica inclusão. No entanto, existem diferentes graus e formas de participação que devem ser especificados, já que nenhuma métrica permite dizer a partir de qual grau um indivíduo pode ser considerado incluído ou excluído.

O estudo da ONU (2016) intitulado *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development* também apontou que a exclusão é um fenômeno que não se restringe ao

contexto da privação material, no qual a pobreza é considerada uma das dimensões. Sendo assim, mensurar a exclusão social passa a ser um desafio em razão da falta de fontes de dados padronizados entre os países. Uma das justificativas para tal fato é que não há uma referência universalmente aceita do que se entende por exclusão (RAWAL, 2008). Com efeito, nota-se inclusive a pequena participação dos “excluídos” na própria construção das definições de exclusão apresentadas por acadêmicos, *policymakers*, *think tanks* e mediadores de políticas públicas que atuam com a temática.

Sob a ótica de Sposati (2006, p. 5), mais recentemente, em face da banalização do termo exclusão, verificou-se sua substituição por conceitos como “[...] opressão, dominação, exploração, subordinação entre outros tantos que derivam do exame crítico da luta de classes da sociedade salarial, como mera modernização da definição de pobre, carente, necessitado, oprimido”. Segundo o autor, a exclusão social é “[...] confrontada diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania” (SPOSATI, 1998, p. 3). Sendo assim, chega-se à conclusão de que uma situação de exclusão é a própria negação da cidadania.

Para Nascimento (1994), o conceito de exclusão está mais próximo da ideia oposta de coesão social, ou seja, de ruptura do vínculo social. Numa tentativa de problematizar as acepções sociológicas do termo, o autor aponta três perspectivas. A primeira, mais ampla e genérica, refere-se ao processo de não reconhecimento do outro, de rejeição ou, ainda, de intolerância. Isto quer dizer uma “representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhe são próprios” (NASCIMENTO, 1994, p. 31). Neste caso, o termo exclusão aproxima-se de qualquer ordem de discriminação, pois esta já seria uma forma de excluir. Já a segunda interpretação está ligada ao fato de que o não reconhecimento é traduzido numa clara exclusão de direitos. Verifica-se isto nos grupos sociais não integrados ao mundo do trabalho e que, muitas vezes, não possuem condições mínimas de sobrevivência. “Em grande parte eles se confundem com o que em alguns países se denomina de ‘novos pobres’. Os efeitos são de discriminação, mas também de exclusão de direitos” (NASCIMENTO, 1994, p. 32). Finalmente, a terceira acepção é a do não reconhecimento que perpassa a negação ou recusa de direitos que o autor denomina de “nova exclusão”. Nesta interpretação, configura-se uma determinada situação em que os grupos sociais passam a não ter direito a prerrogativas. Neste sentido, pode ocorrer exclusão sem que haja desigualdade social, de modo que “[...] o excluído moderno é, assim, um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado” (NASCIMENTO, 1994, p. 44).

A dificuldade de definir o fenômeno não foi resolvida com as mudanças nos discursos que, na última década, alteraram o foco da “denúncia da exclusão” para a “positividade da inclusão”. Inclusão em quê? Para quem? Silver (2015) problematiza a ideia de que as concepções dos termos exclusão e inclusão não são opostas, embora sejam usadas de maneiras diferenciadas. Ademais, a inclusão também pode conduzir a novos processos de exclusão. Isto ocorre quando os indivíduos excluídos (e seus grupos) conseguem alcançar a inclusão com base na exclusão de grupos ainda mais frágeis do que eles mesmos (JACKSON, 1999).

Por sua vez, Niederle (2017) destaca um tipo específico de inclusão, a produtiva, que se dá por intermédio do mundo do trabalho e da produção. Ao destacar os conflitos acerca das formas de inclusão legitimadas pelas sociedades capitalistas, o argumento central do autor é que, para a maioria dos que já estão incluídos produtivamente, a inclusão tem que se dar pela via do trabalho. Em inglês existe inclusive um termo específico para sustentar esta ideologia: *producerism*. Trata-se, assim, na percepção de algumas sociedades modernas, de associar a ideia de inclusão produtiva ao trabalho eficaz, o que configuraria a única opção legítima para a inserção social dos indivíduos excluídos com o propósito de superar a miséria, garantir renda, sustentar os níveis de emprego, fortalecer as comunidades e reduzir o peso das políticas sociais. Ademais, nas sociedades capitalistas, esta integração social via trabalho e produção também implica o uso do mercado como mecanismo natural de inclusão. Desse modo, de acordo com o pensamento *mainstream*, apenas quando a sociedade capitalista “falha” é que o Estado teria responsabilidade de formular políticas inclusivas e, mesmo assim, espera-se que o faça incentivando a inclusão via mercado.

Este estudo comunga da perspectiva de que a inclusão produtiva esteja atrelada a um processo que articula todos os elos da cadeia produtiva, sobretudo ao colocar em evidência a integração do agricultor familiar à dinâmica de mercado, a partir do acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural (SOUSA, 2019).

## **Dos públicos excluídos aos incluídos: a contribuição das políticas públicas para inclusão produtiva dos agricultores familiares**

No intento de conhecermos melhor a realidade da agricultura familiar no estado do Tocantins, buscamos compreender quais os agricultores familiares que mais acessaram as políticas públicas de inclusão produtiva (ou seja, os principais “inseridos”). O resultado apontou a prevalência dos assentados de reforma agrária com 34 frequências, seguida pelos quilombolas (5), os indígenas (3), os pescadores (3), os atingidos por barragem (2), os reassentados (2) e os ribeirinhos (1), respectivamente.

Por outro lado, ao serem perguntados quais os públicos da agricultura familiar que tiveram pior acesso às políticas públicas de inclusão produtiva, os mediadores citaram os quilombolas (31) e os indígenas (27), seguidos pelos assentados (11), pescadores artesanais (9), extrativistas (4) e piscicultores familiares (3). A ideia central desta questão foi entendermos, na percepção dos entrevistados, se o acesso à política pública foi um critério de exclusão dos agricultores familiares e se comungam da mesma perspectiva de Sousa (2019) sobre a abordagem conceitual de inclusão produtiva.

Em linhas gerais, evidencia-se que 53,7% dos mediadores não conhecem a realidade dos grupos de agricultores familiares tocantinenses, pelo fato de não saberem apontar os que mais acessaram políticas públicas ou, por outro lado, os que foram excluídos do processo de inclusão produtiva.

Notamos que os dois públicos percebidos como mais excluídos, quilombolas e indígenas, foram mencionados em proporção muito superior aos demais públicos, o que é explicado pela dificuldade de acessarem as políticas públicas de inclusão produtiva. Constatamos, ainda, em muitas ocasiões, que o mediador que citou os quilombolas também citou os indígenas e vice-versa. Para Dias e Correia (2018), indígenas e quilombolas estão entre as populações mais afetadas por problemas sociais no meio rural, principalmente aqueles vinculados à insegurança alimentar, além de viverem em territórios com áreas aquém de suas necessidades ou, ainda, por não disporem de aparatos jurídico-formais e itinerários técnicos que lhes assegurem a regularização territorial, o que culmina quase sempre em conflitos agrários e em processos de exclusão.

Nas próximas subseções, dividida por segmentos sociais, apresentamos os principais argumentos defendidos pelos mediadores no que se refere ao processo de exclusão/inclusão de categorias sociais marginalizadas por políticas públicas, bem como o processo de priorização de alguns públicos em detrimento de outros por parte das políticas voltadas à inclusão produtiva da agricultura familiar.

### **Quilombolas**

Os quilombolas foram considerados por 46,3% dos entrevistados o principal “grupo excluído” das políticas para a agricultura familiar. Os dilemas que prevalecem nesta direção centram-se nos argumentos de que este público não se reconhece como quilombola; existem problemas relacionados à regularização fundiária, à classificação de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e às normas sanitárias e de produção artesanal (e sua inserção nos mercados); e, por último, foi identificada a falta de

conhecimento técnico por parte dos mediadores sociais sobre as especificidades culturais dos quilombolas.

O primeiro dilema identificado pela análise de conteúdo é que existem diferenças entre os próprios quilombolas, pois alguns não se reconhecem como tal. A negação da própria condição, por parte dos quilombolas, limita ainda mais o acesso às políticas públicas, conforme apontado por Carvalho (2011).

O segundo dilema é a falta de regularização fundiária, considerada um caso emblemático e que inibe maior participação dos quilombolas no acesso às políticas públicas, uma vez que são condicionadas ao reconhecimento territorial. Atualmente não existe nenhum território quilombola titulado no estado do Tocantins. Os mediadores acreditam que esta situação não mudará em curto prazo, com as recentes alterações que vêm ocorrendo na conjuntura política nacional, o que também poderá implicar retrocesso dos direitos outrora adquiridos. A escassez de recursos para a regularização e titulação de territórios de comunidades quilombolas é uma forma de dificultar a formalização do território.

Por sua vez, esta situação não é apenas uma questão de falta de recursos, mas de alterações que vêm ocorrendo no referencial global e que também culminam, por exemplo, na postergação de processos de regularização fundiária dos quilombolas que já se arrastam por anos e até por décadas em algumas situações, o que prejudica os direitos fundamentais inerentes a este segmento social da agricultura familiar. São raros, nos últimos anos, os casos de publicações de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e de portarias de reconhecimento de comunidades quilombolas (MPF, 2017). Ao corroborar este debate, Carvalho (2011) entende que o desafio primordial que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) enfrenta no Tocantins para a regularização fundiária das comunidades quilombolas encontra-se na demarcação de terras. Explica, ainda, que diferentemente do que ocorre na reforma agrária para demarcação de assentamentos, em que as terras são desapropriadas para depois as famílias beneficiárias ocuparem, nos territórios quilombolas as famílias já são residentes e não há dados precisos para delimitar o tamanho da área a ser titulada.

O esclarecimento que circula entre os mediadores entrevistados é que todas as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) têm o direito de acessar as políticas públicas, ainda que não possuam a titulação das terras. É o caso de quilombolas que ingressam em cursos de graduação por meio de cotas direcionadas a este público na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e que também acessam o Programa de Bolsa Permanente nesta mesma instituição, o qual destina recursos no valor de R\$ 400,00 mensais aos estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica. A partir desse exemplo, inferimos que existem algumas políticas que podem ser acessadas sem que o território esteja com a escritura, mas nem sempre são direcionadas para as questões do campo.

O terceiro dilema ocorre frequentemente na identificação dos quilombolas no momento de obterem a DAP. Alguns técnicos do órgão oficial de extensão rural não cadastram os quilombolas de maneira adequada, classificando-os sem critérios, na maioria das vezes, apenas como agricultor familiar. Isto promove a perda da qualificação como público distinto da agricultura familiar que tem seu próprio “modo de vida”. Podemos, então, discorrer que nos dados oficiais do Estado tal público não é reconhecido (ou não tem visibilidade) perante esta limitação. Prova disso é que, conforme citado pelos mediadores, se for estabelecida comparação entre o número de quilombolas registrados pela Fundação Cultural Palmares e pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), que é o órgão oficial do estado que emite a DAP, fica evidente que a primeira instituição possui maior quantidade de inscritos. Este mesmo resultado foi apontado no estudo de Sousa (2019).

O quarto dilema identificado diz respeito à exclusão dos quilombolas dos mercados agroalimentares em razão das dificuldades de se adequarem à legislação higiênico-sanitária no que tange ao manuseio de seus produtos e, portanto, há falta de certificação do Serviço de Inspeção Sanitária. A impossibilidade de incluí-los em políticas de comercialização pela não adequação higiênico-sanitária faz com que os gestores do Programa Compra Direta – que é uma das cinco modalidades que PAA opera – adquiram somente produtos *in natura*, que não precisam de autorização da vigilância sanitária para que sejam comercializados, em detrimento dos produtos processados.

Além dos quilombolas não se adequarem ao serviço de inspeção sanitária, é importante mencionar que existe inadequação das normas regulatórias para as diferentes etapas do sistema agroalimentar no que se refere às singularidades dos estabelecimentos familiares que encontram significativos obstáculos para atender às exigências baseadas no padrão industrial de larga escala (CARVALHO; CRUZ; ROZENDO, 2019). Na prática, verifica-se que o nível de exigências burocráticas das legislações sanitárias em voga transcende a capacidade física, técnica e financeira das organizações associativas dos quilombolas, o que incorre na comercialização, sobretudo, no âmbito local e de modo informal (CORADIN; SOUZA, 2015).

O quinto dilema identificado nesta pesquisa é a falta de conhecimento de alguns mediadores sobre as especificidades culturais dos quilombolas e suas práticas agrícolas, o que dificulta realizar assistência técnica adequada, específica e direcionada a este público.

De modo geral, constatamos, a partir as respostas das perguntas elencadas nas entrevistas, que os agentes do serviço de Ater não estão preparados para lidar com os quilombolas (e tampouco com os demais públicos excluídos da agricultura familiar) diante de suas tradicionais práticas agrícolas.

As experiências de inserção de quilombolas em políticas de compras governamentais de alimentos para a agricultura familiar foram limitadas no Tocantins. Das poucas identificadas verificamos que foram realizadas prioritariamente de forma individual (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016). Mesmo não sendo de forma coletiva, esta condição de acesso contribuiu para que houvesse o escoamento da produção, embora seja difícil a comercialização na própria localidade, visto que os quilombolas produzem gêneros alimentícios semelhantes. Quando não conseguem vender para o mercado institucional (considerado o canal de comercialização mais fácil de acessar), precisam buscar outros canais acessíveis de venda como as feiras locais.

De forma geral, na opinião dos mediadores, eles têm produção, mas não conseguem vender por falta de escala, o que se justifica pela ausência de DAP e falta de apoio de órgãos que tratam da assistência técnica, do financiamento creditício e da vigilância sanitária.

Finalmente, é importante salientarmos que não houve nenhuma política de Ater específica para os quilombolas, assim como ocorreu com os assentados (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – Ates) e com os pescadores artesanais e aquicultores familiares (Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – Atepa).<sup>4</sup> Isto pode ser explicado pelo fato de as terras dos quilombolas não serem demarcadas, o que limitou a legitimidade dos quilombos e, portanto, houve exclusão das políticas públicas, dificultando consideravelmente a sua inclusão produtiva, dada as especificidades culturais que precisam ser traduzidas adequadamente nos processos de intervenção pelos mediadores que, em muitos dos casos, as desconhecem.

### **Indígenas**

Os indígenas são considerados o segundo segmento da agricultura familiar mais excluído das políticas públicas no contexto do meio rural tocantinense, citados por 27 mediadores. Dentre os dilemas da inclusão produtiva deste público estão as dificuldades encontradas na classificação da DAP, o não reconhecimento dos indígenas como público da agricultura familiar e a falta de informações para acessar as políticas públicas.

---

<sup>4</sup> A Atepa foi uma modalidade de Ater criada em 2009 em consonância com os princípios e diretrizes da Pnater, a fim de atender as particularidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Sobre a situação dos serviços de Atepa no estado do Tocantins, ver o diagnóstico elaborado por Sousa *et al.* (2017).

Assim como sucedeu com os quilombolas, os indígenas têm entraves na forma como é emitida a DAP, ou seja, quando é feito o cadastro da DAP, os técnicos os classificam como agricultores familiares. Decorrente disso, uma das interpretações a respeito deste problema está relacionada ao fato de que “[...] a Fundação Nacional do Índio, a Funai, está praticamente desmobilizada” (entrevistado 1, 2018), mas que é de sua responsabilidade, pois é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Outra interpretação polariza o conflito relativo a qual instituição é a responsável pela emissão, ou seja, “[...] se é o Ruraltins que emite a DAP ou se é a Funai. A Funai não tem estrutura para emitir a DAP, então vai o Ruraltins, mas a gente percebe nos fóruns que há ainda um entrave nessa questão” (entrevistado 4, 2018).

Essa demanda, por parte dos indígenas, foi ressaltada durante a Oficina de Concertação de Agroecologia, que fez parte do Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade na Agricultura Familiar, realizado em Palmas, no ano de 2015. A fim de construir agenda de ações focada na integração entre ensino, pesquisa e extensão rural no âmbito da agricultura familiar, os participantes elencaram como um dos desafios a necessidade de facilitar o processo de emissão de DAP para indígenas diante do imbróglio sobre qual é o órgão responsável por emití-la. Para isso, sugeriram promover um encontro entre os principais interessados como forma de proporem alternativas. Dentre as instituições convidadas, citamos a Funai, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Tocantins (Fetaet), Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Cooper), Ministério Público Federal, Banco da Amazônia e Banco do Brasil (SOUSA; CHARÃO-MARQUES; KATO, 2017). No entanto, após a realização da pesquisa, verificamos que o problema continua sem solução.

O segundo dilema está associado ao não reconhecimento dos indígenas como público da agricultura familiar por parte de alguns mediadores, haja vista o relato a seguir, para quem seria necessário “ter tido uma política especial para *esse tipo de gente*” (*grifo nosso*).

[Os indígenas não] se enquadram como tradicionais e eles não são mesmos tradicionais. Então, eu vou te dar um exemplo, um projeto de crédito teoricamente você coloca a terra como garantia, como hipoteca, mas o pescador ainda tem uma linha de crédito diferenciada, o indígena não teve nenhuma linha de crédito diferenciada para ele, né? Então aí ou ele dava um aval ou ele dava uma garantia pignoratícia, mas não é hipoteca porque eles não têm a capacidade de dar a terra deles como garantia, não tem essa, esse parâmetro junto às instituições financeiras. Acho que deveria ter tido uma política especial para esse tipo de gente,

para eles poderem ter mais acesso às políticas públicas, principalmente, a de crédito rural. (Entrevistado 18, 2018)

Por um lado, alguns extensionistas reconhecem a dificuldade de trabalhar com a cultura indígena no que tange à produção agrícola, mas salientam que o Ruraltins está mapeando este público para melhor orientá-lo tecnicamente e inseri-lo na programação do serviço de Ater e de acesso às políticas públicas que executam. Desta forma, buscam minimizar a falta de escala de produção. Por outro lado, conforme relatam Gonçalves e Lima (2014), os profissionais de Ater acreditam que suas ações intervencionistas em áreas indígenas são pontuais, fragmentadas e descontínuas. A justificativa está fundamentada em um contexto em que as políticas públicas não reconhecem as particularidades étnicas dos povos indígenas e os próprios extensionistas entendem que o requisito “especificidade” não é necessário para sua atuação com este público.

O terceiro dilema é o desconhecimento por parte dos indígenas de como acessar as políticas públicas, pois o próprio governo federal não faz nenhum tipo de divulgação nas aldeias para que possam, ao menos, tentar ser contemplados. Com uma perspectiva distinta, uma extensionista pondera que o Ruraltins tem buscado articular as políticas públicas específicas para os indígenas, com destaque para os programas de Compra Direta e de Fomento.<sup>5</sup> Em ambos, o Ruraltins é o órgão responsável por executá-las no âmbito estadual.

De maneira geral, verificamos, em conformidade com os dilemas identificados, a existência de conflitos entre o que o serviço de Ater apregoa, o que o mediador pratica e o que os indígenas demandam de acordo com as características inerentes ao seu modo de vida. Para tanto, Gonçalves e Lima (2014) sugerem que os mediadores que atuam com os indígenas estejam conectados aos instrumentos pedagógicos e processos intervencionistas que reconheçam melhor as especificidades étnico-culturais deste público.

### ***Assentados de reforma agrária***

Os assentados de reforma agrária ficaram na terceira posição dentre os públicos mais excluídos pelas políticas públicas no presente estudo. Neste caso, os argumentos mais destacados referem-se ao fato de que alguns assentados possuem baixa participação nas políticas públicas, problemas de infraestrutura, e foram seriamente impactados pela construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

---

<sup>5</sup> O Programa de Fomento é um desdobramento do extinto Programa Brasil Sem Miséria, que atualmente é de responsabilidade do Ruraltins, que o executa no estado oferecendo aos beneficiários o serviço de assistência técnica gratuita e a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 2.400,00 para a compra de insumos e equipamentos, a fim de viabilizar inicialmente seu projeto produtivo.

O primeiro dilema indica que os assentados têm acessado poucas políticas, visto que na década passada isto ocorria com mais frequência. Dentre os fatores explicativos desta situação, pode-se depreender que, desde o ano de 2016, as políticas públicas de apoio e estímulo à agricultura familiar foram desconstruídas tanto em termos institucionais, de redução das políticas, extinção do MDA, como em termos de redução de recursos.

A recomendação dos mediadores é que o órgão oficial de Ater distribua também sementes e oriente tecnicamente os assentados para que, no mínimo, possam viabilizar sistemas produtivos para sua subsistência, partindo do pressuposto que “o povo já vem sofrendo, chega no loteamento e não vê assentamento, né? Então, a gente não tem nem o necessário para manter sua família, de produzir, precisa mais meios que venham a fortalecer a agricultura de subsistência” (entrevistado 9, 2018). A compreensão é que os assentados estão precisando acessar mais as políticas, principalmente para a sua subsistência (e promoção da segurança alimentar), e que necessitam do apoio do serviço de Ater para esta finalidade, principalmente aqueles que são “prorafianos”.

O segundo dilema diz respeito aos problemas de infraestrutura que acometem os assentamentos rurais, os quais acarretam dificuldades para a comercialização dos produtos e, sobretudo, na articulação de ações de inclusão produtiva. Assim, quando são discutidos meios para escoar a produção dos assentados a situação piora. A logística é precária, pois, muitas vezes, os assentamentos estão longe dos centros urbanos e/ou em locais com péssimas estradas vicinais. Dessa forma, verifica-se que aqueles assentados

[...] que moram mais distantes, eles têm um problema das infraestruturas e aí eu vou falar especificamente dos assentados de reforma agrária. Muitos assentamentos foram criados muito distantes dos centros urbanos com a dificuldade de acesso tremenda ou em terras que eram consideradas até improdutivas, mas que de alguma forma conseguiram ser compradas pelo Incra para assentar essas famílias. Então, eles têm a dificuldade de acesso, não conseguem, por exemplo, produzir e retirar com facilidade. Quem vende hortaliça todo dia tem que vender e retornar, têm localidades de assentamentos que você passa quatro horas, sai às cinco da manhã para conseguir chegar no máximo até às oito, nove horas da manhã e o retorno é a mesma coisa. Então, a localização dessas comunidades rurais, as condições de infraestrutura dessas comunidades rurais é um outro fator que prejudica e muito a questão da inclusão produtiva e aí facilita o quê? Facilita a figura do atravessador, que ele não está errado, ele faz aquele papel que é da pessoa que descobre aonde tem produção e vai lá fazer a aquisição, como o agricultor não tem condição de tirar a produção dessa localidade distante eles acabam recebendo pessoas na sua porta que chega lá e diz: – Eu pago tanto na sua produção. Você vai fazer o quê? Vai deixar perder ou vai vender pelo preço que te ofereceu? Mesmo que seja abaixo do mercado, né? Então para mim esses dois fatores são cruciais: a questão da distância e a questão das estradas,

de infraestrutura, têm localidades que não tem ponte, tem localidade que eles nem conseguem chegar de carro nessas comunidades. Então, isso é um fator que só garante o isolamento dessas comunidades, não garante a inclusão deles, nem produtiva, nem social, nem nada. (Entrevistado 44, 2018)

Outra mediadora aponta, na narrativa a seguir, quais seriam as estruturas necessárias para as melhorias nos resultados de produtividade dos assentamentos rurais tocantinenses e, por outro lado, o que acarretaria caso eles não tivessem o mínimo necessário para produzir. Contudo, questiona se

[...] essa estrutura passa pelo quê? Passa pela questão da estrada que é fundamental no meio rural. Ela passa pela luz, a energia do meio rural é também essencial, porque os agricultores, por exemplo, vão trabalhar com leite ou vão fazer produtos da mandioca. Se eles possuem energia, conseguem comprar o motorzinho, conseguem ralar a mandioca, ou seja, eles conseguem ganhar tempo, melhorar as condições de trabalho. Se eles têm a infraestrutura adequada, agora se eles não têm a luz, se eles não têm uma estrada, eles acabam produzindo o básico, que a família precisa para comer, e aí aquele tantinho que sobra eles vão lá e comercializam esporadicamente. (Entrevistado 33, 2018)

O terceiro dilema identificado é que os assentamentos do Incra no Tocantins foram impactados significativamente pela construção em seu entorno de grandes empreendimentos e obras de infraestrutura, especialmente usinas hidrelétricas, o que alterou significativamente o “modo de viver” desta população. Ou seja, com a implantação desses empreendimentos constatamos a desestruturação dos modos de vida de pessoas que viviam às margens dos rios, que passam a ser extensos reservatórios de água e, por esta razão, famílias são transferidas compulsoriamente para outras localidades, constituindo os reassentamentos (PARENTE, 2015). Por isso, verifica-se a emergência de outro público no contexto da agricultura familiar no estado, os reassentados que fazem parte de uma população atingida por barragem. Assim, “já não serão chamados de caseiros, vaqueiros ou agricultores, mas reassentados, uma palavra nova que os qualifica e que traz significados que precisam ser compreendidos” (PARENTE, 2015, p. 163).

Em contrapartida, quando perguntamos aos mediadores quais os públicos da agricultura familiar que tiveram mais acesso às políticas públicas, a maioria (33) dos entrevistados apontou os assentados. Dentre os principais argumentos que sustentam essa percepção por parte dos mediadores, destacamos que os assentados tiveram uma trajetória de luta pela terra reconhecida pelas agências de extensão rural, além de possuírem modalidades específicas de crédito e de Ater.

Em geral, os assentados são considerados clientes “VIP” (*Very Important Person*) pelas agências de Ater, pois “[...] a gente faz um esforço muito grande para atendê-los. Quer queira, quer não, é a porcentagem maior do nosso foco de atendimento” (entrevistado 29, 2018). Quando é criado um projeto de assentamento rural, os beneficiários são automaticamente inseridos nas ações de serviço de Ater. Ademais, a inscrição prévia na DAP permite que as políticas sociais também os contemplem mais rapidamente, dada a situação de pobreza que abrange parte desta população.

A correlação de ideias é que quanto mais os assentados recebem a prestação do serviço de assistência técnica com qualidade, mais conseguem acesso a outras políticas por terem obtido uma adequada tradução de informações, o que confirma a importância desse maior alcance, possível graças à unificação dos discursos e dos mecanismos de inteligibilidade utilizados pelos mediadores (LATOURET, 2000).

Observamos que, nos assentamentos rurais, as políticas são mais coordenadas, pois o Estado as direciona imediatamente após a sua criação a fim de viabilizá-los – entre as quais citamos a assistência técnica, o crédito instalação e o Pronaf. Dessa forma, os projetos de assentamentos rurais têm “[...] um arcabouço de políticas públicas que os acompanham, com o apoio dos órgãos de extensão e do Incra” (entrevistado 64, 2018). Um ponto ressaltado pelos mediadores é que os assentados estiveram à frente de outros agricultores familiares por possuírem uma linha de crédito específica para eles, o Pronaf A. Isso propiciou que “[...] eles, ao menos, tivessem a oportunidade de acesso e de investir na sua propriedade, de ter o mínimo de estruturamento” (entrevistado 23, 2018). Outra vantagem é que nos assentamentos rurais as informações têm capilaridade, pois os processos de tradução ocorrem nas reuniões com certa frequência com os assentados, a partir da forte mobilização da associação<sup>6</sup> comunitária, e também por meio da orientação técnica. Dessa maneira, ao mobilizar “[...] uma reunião, um atendimento grupal, os mediadores disseminam uma política, um programa novo. Então, acabam vindo os assentados acessar os programas muito mais rápido porque têm essa capacidade de se reunirem com mais facilidade” (entrevistado 11, 2018). Neste mesmo sentido, outra explicação é que os assentados, por estarem organizados em associações ou cooperativas, são apontados como “[...] um público que tem uma coesão maior, porque têm movimentos sociais, têm associações, porque o próprio processo de luta pela terra aproximou esses agricultores” (entrevistado 66, 2018). Evidenciamos, com isso, que foi preciso que os assentados se organizassem para ter acesso aos seus direitos, principalmente às políticas públicas.

---

<sup>6</sup> A constituição da organização associativa é obrigatória em todos os assentamentos para o recebimento das políticas públicas.

A diferença tão expressiva de compreensões entre os mediadores que consideram os assentados excluídos e, por outro lado, os que foram os mais beneficiados em políticas públicas de inclusão produtiva, é que no primeiro caso foram influenciados por presenciarem recorrentes problemas que acometem os assentados (e respectivamente os projetos de assentamentos rurais), quais sejam: sentimento de não pertencimento à terra, redução na participação em políticas públicas, falta de infraestruturas nos assentamentos e por terem sido impactados pelos empreendimentos hidrelétricos. Já no segundo caso, o destaque foi o fato de que os assentados têm uma trajetória de luta pela terra reconhecida pelas agências de extensão rural, ademais, as políticas públicas criadas para eles são mais coordenadas, pois o Estado as direciona imediatamente após a criação do projeto de assentamento. Prova disso é que eles possuem políticas próprias, como a de crédito rural e, ainda, tiveram modalidade específica de Ater. Outro ponto preponderante é que para acessá-las os assentados precisam estar organizados, isto explica o porquê cada assentamento rural tem pelo menos uma associação comunitária. Por último, os resultados aqui evidenciados corroboram o entendimento referente à indicação de que os assentados são excluídos ou incluídos do processo de inclusão produtiva depende da proximidade dos mediadores com a realidade deste segmento social da agricultura familiar.

### ***Outros segmentos sociais da agricultura familiar***

O quarto público tido como mais excluído das políticas foram os pescadores artesanais, citados por nove mediadores. Antes de entrar propriamente no dilema deste público, é de suma importância aclarar o contexto da cadeia da pesca artesanal no estado, na percepção de um entrevistado que expõe que

[...] a questão da pesca é um pouco mais complexa em relação aos grupos que trabalham com a agricultura, porque o extrativismo é mais complexo, tanto como garantia de mercado, quanto no próprio manejo. Tem uma parte de regulação que é a questão do controle da pesca em si, a gente já percebe assim que só o período do defeso não é suficiente para manter o estoque pesqueiro disponível para aquele pescador, o que confirma uma sobrepesca aqui mesmo no estado. O rio Araguaia, já tem relatos de peixes que eram da base de consumo dos pescadores já não têm mais porque não encontram com facilidade, ou peixes que pescavam antes para o mercado já não conseguem pescar com a mesma facilidade. Por outro lado, você pega o pescador e aí tem as denúncias que atrapalham a própria consolidação da questão da carteira de identificação. Então, muita gente que tem acesso, que na realidade não é pescador, como é que eu identifico se ele é pescador? Por isso que a identificação via DAP é mais garantida porque tem sempre o uso de uma terra, tem, às vezes, o domínio da terra, a posse da terra. Então, é talvez por isso que o pescador, num contexto em que poderia ser melhor, ele teve menos benefícios. (Entrevistado 54, 2018)

Diante dessa perspectiva, o principal dilema identificado que prejudica o financiamento da atividade da pesca é o fato de que os pescadores artesanais não detêm terras e muito menos o rio, que é o local de onde retiram o sustento familiar. Isso acarreta dificuldades para acessar o crédito, pois os bancos solicitam garantias em seus financiamentos para o cumprimento das normativas regidas pelo Banco Central. Ademais, como citado pelos mediadores, nos poucos casos que conseguiram ter acesso ao Pronaf, constatamos que alguns dos pescadores tornaram-se inadimplentes, o que prejudicou ainda mais a imagem deste grupo para conseguir outros financiamentos na região. Os mediadores não apresentaram alternativas viáveis para minimizar essa situação.

Os relatos dos mediadores tiveram o consenso de que este público necessita de vultuosos financiamentos para melhor se estruturar para o processamento do pescado, tendo em vista as dificuldades de acesso aos mercados institucionais que são explícitas na realidade tocantinense. A explicação da baixa participação do acesso às políticas governamentais de aquisição de alimentos está na comercialização de produtos sem agregação de valor e sem inspeção sanitária que frequentemente ocorre no estado (SOUSA *et al.*, 2019).

Na quinta posição dos públicos excluídos pelas políticas estão os extrativistas, mencionados por quatro mediadores que atuam diretamente com este público. Eles compõem populações carentes em termos de acesso às políticas públicas, e estão inseridos em unidades de conservação ambiental localizadas em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Uma sugestão pontuada por um entrevistado é que, para impulsionar a produtividade dos extrativistas, é necessário incremento tecnológico subsidiado com recurso das políticas públicas, como equipamentos de processamento próprios para a agregação de valor aos produtos coletados/extraídos, como forma de melhorar a renda familiar.

Por último, verificamos nesta pesquisa que na sétima posição dentre os públicos excluídos pelas políticas públicas está o piscicultor familiar, citado por três extensionistas rurais. Com uma dinâmica diferenciada do pescador artesanal, que é pautada pela atividade extrativista, o piscicultor familiar tem seu próprio planejamento da despesca e, assim, consegue ter mais controle de sua produtividade e redução de desperdícios em sua piscicultura. Desde a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2015, este público não é contemplado com políticas públicas específicas. O crucial dilema identificado é a dependência do licenciamento ambiental para formalizar a atividade, pois é “[...] lento, complicado, cheio de exigências e, por outro lado, você não acha facilidades para poder alavancar, se faz muitos discursos e poucas ações, completas mesmo não tem nenhuma no Tocantins” (entrevistado 24, 2018). Em um diagnóstico realizado em uma região do estado, também observamos que o principal

problema dos piscicultores familiares é a falta de licenciamento ambiental que os impede de conseguir crédito nas instituições financeiras (PRYSTHON *et al.*, 2013). Dessa forma, em vez de terem incentivos, concluímos que os piscicultores familiares enfrentam dificuldades de se manter formalmente na atividade.

Outros resultados deste estudo sinalizam para a importância dos diferentes segmentos da agricultura familiar acessarem políticas públicas específicas à realidade deles, especialmente as sociais, ao contrário do que ocorre com os demais agricultores capitalizados que estão inseridos na lógica do agronegócio. Esta asserção está em consonância com o que é apregoado por alguns autores que consideram que a “vocação produtiva” estaria confinada à pequena parcela de agricultores mais capitalizados, enquanto restariam aos pobres rurais políticas sociais como se eles não chegassem a progredir economicamente (ALVES, 2001; BUAINAIN; GARCIA, 2013; NAVARRO; PEDROSO, 2014).

Destaca-se, ainda, que em nenhum momento foram citadas as quebradeiras de coco babaçu, segmento da agricultura familiar formado por mulheres de comunidades extrativistas tradicionais, principalmente encontradas na região do Bico do Papagaio, norte do Tocantins.

Outras evidências deste estudo é que os mediadores associam a ideia de que os agricultores que estão localizados em regiões com baixo IDH, que produzem produtos agroecológicos ou que são mulheres rurais estão em condições de exclusão dos processos de desenvolvimento rural. Por outro lado, verificamos que os agricultores que estão inseridos em organizações coletivas tendem a ter melhores condições de acesso às políticas públicas. Essas em geral alcançam os agricultores familiares que estão mais organizados, porque recebem a informação de determinada política com mais direcionamento, além de contarem com assessoria especializada advinda principalmente da extensão rural para a consecução de seus objetivos em termos de produtividade e comercialização. Essas ideias estão próximas do que Niederle (2017) conceituou sobre o que deveria ser uma adequada inclusão produtiva dos agricultores familiares.

## **Considerações finais**

Na busca por analisarmos como se deu a inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Tocantins, concluímos que os assentados de reforma agrária foram os que mais se beneficiaram, enquanto os quilombolas e os indígenas foram os mais preteridos, ainda que os mediadores percebessem que o Estado tentou dar voz equitativa aos diferentes segmentos sociais. Estes últimos públicos estão entre as populações mais afetadas por

problemas sociais no meio rural tocantinense, por viverem em territórios com áreas aquém de suas necessidades ou, ainda, não estarem dotados de aparatos jurídico-formais e itinerários técnicos que lhes assegurem a regularização territorial, o que culmina quase sempre em conflitos agrários e em processos de exclusão. Isto também contribuiu para que eles tivessem mais obstáculos no acesso às políticas públicas de inclusão produtiva.

Outro ponto agravante é que a dificuldade de os agricultores mais pobres se incluírem produtivamente está relacionada ao fato de que historicamente foram excluídos das políticas agrícolas. Os mediadores também associam a ideia de que os agricultores que estão localizados em regiões com aguçada desigualdade socioeconômica, que trabalham com práticas agroecológicas ou que são mulheres rurais estão em evidentes condições de exclusão dos processos de desenvolvimento rural e, concomitantemente, são renegados pelas políticas públicas. A condição diferenciada dos segmentos da agricultura familiar não permite que os mediadores utilizem juízos de valor para evidenciá-los como populações atrasadas em virtude da sua situação social. Por outro lado, destacamos que os agricultores que estão inseridos em organizações coletivas tendem a ter melhores condições de acesso às políticas públicas, pois recebem informações de determinada política com mais direcionamento, além de contarem com assessoria especializada advinda, principalmente, da extensão rural para a consecução de seus objetivos em termos de produtividade e comercialização.

Portanto, este estudo contribuiu para o debate acadêmico ao discorrer sobre as políticas públicas e sua possível relação com a exclusão de agricultores familiares no processo de inclusão produtiva, na perspectiva das ideias e práticas dos mediadores que atuam com os diferentes públicos da agricultura familiar tocantinense. Sugerimos que, numa próxima agenda de investigação, o foco do problema de pesquisa seja transferido dos mediadores para os agricultores familiares, a fim de entendermos o que estes querem ou precisam em termos de inclusão produtiva, tendo em vista que são considerados o centro das políticas públicas de desenvolvimento rural.

## **Agradecimentos**

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “Inclusão produtiva, mercados e políticas públicas para os agricultores familiares e suas organizações cooperativas no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

## Referências

- AASLAND, Aadne; FLOTTEN, Tone. Ethnicity and social exclusion in Estonia and Latvia. *Europe-Asia Studies*, Glasgow, v. 53, n. 7, p. 1023-1049, 2001.
- ALVES, Eliseu Roberto de Andrade. *Agricultura familiar prioridade da Embrapa*. Brasília: Embrapa, 2001. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/106003/agricultura-familiar-prioridade-da-embrapa>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRACAGIOLI, Alberto; GRISA, Catia. As construções e as desconstruções nas políticas para a agricultura familiar. In: DAVID, Lino de; MELGAREJO, Leonardo; BRACAGIOLI, Alberto; SERAFINI, Loiva; PAULUS, Gervásio (Orgs.). *Agricultura familiar, produção de alimentos saudáveis e preservação ambiental*. Relatório Verde 2018. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2018. p. 171-193.
- BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 26 out. 2020.
- BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, Sílvia Kanadani; NAVARRO, Zander (Org.). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília: CGEE, 2013. p. 29-70. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro\\_Pequena\\_produ\\_rural\\_9525.pdf/c6deb8b4-9523-47a0-ac11-c0eed33b2f99?version=1.2](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/Livro_Pequena_produ_rural_9525.pdf/c6deb8b4-9523-47a0-ac11-c0eed33b2f99?version=1.2). Acesso em: 3 nov. 2020.
- CAMERON, Angus. Geographies of welfare and exclusion: social inclusion and exception. *Progress in Human Geography*, Nova York, v. 30, n. 3, p. 396-404, 2006.
- CARVALHO, Gildene Soares. Regularização fundiária dos territórios quilombolas: direito a propriedade, titulação e permanência na terra da população negra do estado do Tocantins. *Escritas*, Araguaína, v. 3, p. 103-119, 2011. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1294>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CARVALHO, Gildene Soares; PEDROSO NETO, Antonio José. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 258-276, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7622>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- CARVALHO, Luna Dalla Rosa; CRUZ, Fabiana Thomé da; ROZENDO, Cimone. Produção de verdades na alimentação. *Inter-legere*, Natal, v. 2, n. 25, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrrn.br/interlegere/article/view/17384>. Acesso em: 29 out. 2020.
- CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renata Santos de. Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 122-146, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2875>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- DIAS, Terezinha Aparecida Borges; CORREIA, João Roberto. Pesquisa, transferência de tecnologia e inovação para inclusão social. In: DIAS, Terezinha Aparecida Borges; UDRY, Maria Consolacion Fernandez Villafañe; HEBERLÊ, Antonio Luiz Oliveira; NOGUEIRA,

- Joaquim Dias (Orgs.). *Redução das desigualdades*: contribuições da Embrapa. Brasília: Embrapa, 2018. p. 55-70. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1090715/reducao-das-desigualdades-contribuicoes-da-embrapa>. Acesso em: 9 nov. 2020.
- GONÇALVES, Mônica Nunes; LIMA, Irenilda Souza. Um estudo sobre as concepções dos profissionais de Ater da atuação da extensão em áreas indígenas no Agreste e sertão de Pernambuco. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 2, p. 117-128, 2014. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15423>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: 28 out. 2020.
- JACKSON, Cecile. Social exclusion and gender: does one size fit all? *The European Journal of Development Research*, v. 11, n. 1, p. 125-146, 1999.
- KABEER, Naila. Social exclusion, poverty and discrimination: towards an analytical framework. *IDS bulletin*, Brighton, v. 31, n. 4, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis Gomes. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais. *Brazilian Geographical Journal*, Ituiutaba, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziangeojournal/article/view/9157>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- MPF – Ministério Público Federal. *MPF quer celeridade na regularização de territórios de comunidades quilombolas*. 17 nov. 2017. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/mpf-quer-celeridade-na-regularizacao-de-territorios-de-comunidades-quilombolas#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico%20Federal%20\(MPF,fundamentais%20inerentes%20a%20essas%20popula%C3%A7%C3%B5es](http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/mpf-quer-celeridade-na-regularizacao-de-territorios-de-comunidades-quilombolas#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico%20Federal%20(MPF,fundamentais%20inerentes%20a%20essas%20popula%C3%A7%C3%B5es). Acesso em: 25 nov. 2020.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Caderno CRH*, Salvador, v. 7, n. 21, p. 29-47, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18772>. Acesso em: 19 out. 2020.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009). Acesso em: 25 out. 2020.
- NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1068119/a-agricultura-familiar-no-brasil-da-promessa-inicial-aos-impasses-do-presente>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- NIEDERLE, Paulo Andre. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira*: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017.

p. 166-194. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Leaving no one behind: the imperative of inclusive development*. Nova York: ONU, 2016.

PARENTE, Temis Gomes. (In)visibilidade de atores no processo de reassentamentos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no Tocantins. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, p. 149-16, 2015. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/296>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004). Acesso em: 29 out. 2020.

PLOEG, Jan Douwe van der; BOUMA, Johan; RIP, Arie; RIJKENBERG, Frits; VENTURA, Flaminia; WISKERKE, Johannes. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, Johannes; PLOEG, Jan Douwe van der (Eds.). *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

PRYSTHON, Adriano; RODRIGUES, Ana Paula Oeda; SOUSA, Diego Neves de; MACIEL, Patricia Oliveira; PEDROSA FILHO, Manoel Xavier; UMMUS, Marta Eichenberger; FLORES, Roberto Manolio Valladão. *Diagnóstico participativo da piscicultura familiar na região de Divinópolis/TO: uma abordagem diferenciada para ações de pesquisa e desenvolvimento*. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/982655/diagnostico-participativo-da-piscicultura-familiar-na-regiao-de-divinopolisto-uma-abordagem-diferenciada-para-acoes-de-pesquisa-e-desenvolvimento>. Acesso em: 19 out. 2020.

RAWAL, Nabin. Social inclusion and exclusion: a review. *Dhaulagiri Journal of Sociology and Anthropology*, Baglung, v. 2, p. 161-180, 2008. Disponível em: <https://www.nepjol.info/index.php/DSAJ/article/view/1362>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SILVER, Hillary. The contexts of social inclusion. *United Nations Department of Economic and Social Affairs*, DESA Working Paper n. 144, Nova York, p. 1-30, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/contexts-social-inclusion>. Acesso em: 2 nov. 2020.

SOUSA, Diego Neves de. *Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas*. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204079>. Acesso em: 5 out. 2020.

SOUSA, Diego Neves de; CHARÃO-MARQUES, Flávia; KATO, Hellen Christina de Almeida. Novo programa, novos atores: inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 24, p. 44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/27765>. Acesso em: 29 out. 2020.

SOUSA, Diego Neves de; NIEDERLE, Paulo Andre. Pronaf e inclusão produtiva dos agricultores familiares: estudo de caso no Estado do Tocantins. *Grifos*, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 378-397, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5412>. Acesso em: 10 nov. 2020.

- SOUSA, Diego Neves de; KATO, Hellen Christina de Almeida; COSTA, Michele Silva; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) no estado do Tocantins. *Interface*, Porto Nacional, v. 13, p. 21-36, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/3875>. Acesso em: 11 out. 2020.
- SOUSA, Diego Neves de; KATO, Hellen Christina de Almeida; NIEDERLE, Paulo Andre; FREITAS, Alexandre Aires de; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; Estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar para a alimentação escolar: a experiência da Embrapa no Tocantins. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 1-18, 2019.
- SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, 2006.
- SPOSATI, Aldaíza. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. São Paulo: [s.n.], 1998. Trabalho apresentado no Seminário de Exclusão Social, PUC-SP, São Paulo, 1998.
- TAYLOR, Charles. *Sources of the self: the making of the modern identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica". In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA, 2017. p. 246-264. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 9 nov. 2020.

## Como citar

SOUSA, Diego Neves de. A inclusão dos diferentes segmentos da agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto do estado do Tocantins. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 378-403, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-6>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## ***Ecosistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19***

DOI: 10.36920/esa-v29n2-7

 Christiane Marques Pitaluga<sup>1</sup> |  Cleonice Alexandre Le Bourlegat<sup>2</sup>

**Resumo:** Inseridos nesse contexto da pandemia causada pela Covid-19 e da insegurança alimentar, tem sido importante a manifestação do repensar “novas formas” de comercialização, distribuição e consumo territorializados, que possam envolver a participação de coletividades, na busca de soluções mais ágeis. O objetivo deste estudo foi verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram, em Mato Grosso do Sul, dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, atuando por meio de cadeias curtas, visando respostas urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações mais vulneráveis. O objeto desta investigação foram os ecossistemas articulados pela Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária em Campo Grande e Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) em Glória de Dourados, com área de atuação em diversos municípios do entorno, envolvendo os fornecedores e a população beneficiária. A pesquisa, do tipo descritiva e exploratória, baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial, seguida de coleta de informações em fontes bibliográficas e documentais e, ainda, aplicação de entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pelas entidades articuladores de cada ecossistema. Foi possível constatar que a estrutura e o desempenho dos dois ecossistemas de inovação responderam, em grande parte, não apenas ao contexto das circunstâncias e territórios em que se manifestaram, mas também à natureza das políticas públicas de incentivo. Além de dinamizar a economia local, favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar de diversas famílias dos territórios em que operaram no Mato Grosso do Sul, numa forma inovadora de se construir mercados sociais.

**Palavras-chave:** ecossistema de inovação; cadeias curtas de abastecimento; segurança alimentar.

**Abstract:** (*Innovation ecosystems and short chains in healthy food supply to vulnerable populations in Mato Grosso do Sul during the Covid-19 pandemic*). Inserted in this context of the pandemic

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: christiane.pitaluga@ufms.br.

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Diretora Acadêmica e docente do Master Internacional Erasmus Mundus (SteDe). Doutorado em Geografia (Desenvolvimento Regional) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: clebourlegat@ucdb.br.

caused by Covid-19 and food insecurity, it has been important to reflect on the rethinking of “new forms” of territorialized commercialization, distribution and consumption, which may involve the participation of communities, in the search for quick and more agile solutions. The objective of the study was to verify the conditions in which two innovation ecosystems were structured and operated in Mato Grosso do Sul, which emerged at the encouragement of the Banco do Brasil Foundation during the Covid-19 pandemic, working through short chains, in the search for urgent solutions to supply healthy food to the most vulnerable populations. The object of this investigation was the ecosystems articulated by the Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária in Campo Grande and the Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) in Glória de Dourados, with an area of activity in several surrounding municipalities, involving suppliers and the beneficiary population. The research, of a descriptive and exploratory type, was based on an initial bibliographic review, followed by the collection of information from bibliographic and documentary sources and also the application of semi-structured interviews to those responsible for the entities that articulate each ecosystem. It was possible to verify that the structure and functioning of the two innovation ecosystems responded in great part, not only to the context of the circumstances and territories in which they were manifested, but also to the nature of public incentive policies. In addition to boosting the local economy, they favored the social inclusion of vulnerable populations and, even if in a palliative way, they guaranteed food security for numerous families in the territories where they demonstrated an innovative way of building social markets in Mato Grosso do Sul.

**Keywords:** innovation ecosystem; short supply chains; food security.

## Introdução

A pandemia provocada pelo coronavírus, Covid-19, no Brasil provocou diversos desafios a serem transpostos, até então pouco comuns, principalmente no campo da saúde e da economia. Diante dos sistemas de saúde prevalentes e dada a natureza completamente atípica e peculiar da Covid-19, os reflexos se deram tanto na manutenção da saúde como da economia. Nesta última, ganharam destaque os desafios detectados em relação à oferta e à demanda de produtos e serviços, que afetaram os agricultores familiares e o pequeno comércio do lado da oferta e as populações mais vulneráveis em termos de poder aquisitivo do lado da demanda.

Como respostas urgentes dadas para esta situação, chamou a atenção em Mato Grosso do Sul a emergência de dois ecossistemas de inovação, deflagrados por incentivo da Fundação Banco do Brasil (FBB, 2020). A finalidade neste caso foi procurar trazer soluções territoriais ágeis, por meio de cadeias curtas de abastecimento, tanto para o mercado de oferta da agricultura familiar e pequeno negócio comercial como para o

mercado da demanda das populações em situação de insegurança alimentar e, conseqüentemente, vulnerabilidade.

Assim, diante deste contexto, o objetivo deste estudo consistiu em verificar as condições em que se estruturaram e funcionaram, em Mato Grosso do Sul, dois ecossistemas de inovação, que emergiram por incentivo da Fundação Banco do Brasil durante a pandemia da Covid-19, articulando-se por meio de cadeias curtas, visando respostas urgentes para o abastecimento de alimentos saudáveis às populações em situação de vulnerabilidade, bem como à construção de novos mercados sociais.

A redação do artigo foi estruturada em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção destinou-se à apresentação de um referencial teórico, selecionado para facilitar os caminhos metodológicos e as reflexões a respeito dos resultados obtidos na pesquisa. Na segunda, foi demonstrada a metodologia de estudo. Para a última seção, foi reservada a exposição e a discussão sobre as condições da emergência deste ecossistema de inovação, assim como de sua estrutura, articulação e funcionamento.

## **Ambientes inovadores**

### ***Ecossistema de Inovação***

O conceito de inovação, utilizado na compreensão da dinâmica do desenvolvimento econômico, no modelo de empresa competitiva, foi construído na primeira metade do século XX pelo economista Joseph Schumpeter (1988), manifestado sob a forma de inovação radical ou incremental. A inovação radical ocorre quando um novo produto, processo produtivo ou forma de organização promove uma ruptura estrutural do padrão tecnológico anterior, com grande impacto na economia e na sociedade, de longo prazo. Já a inovação incremental supõe uma melhoria contínua do produto, processo produtivo ou organização de curto prazo, que não chega a causar alteração na estrutura industrial (FREEMAN, 1988). A inovação disruptiva é um conceito mais recente, que envolve organizações compartilhadas em rede, em geral mediadas por tecnologias digitais, cuja inovação é dada por novos modelos de negócio, com produtos mais simples e acessíveis, que atingem mercados emergentes ou antes ignorados, num ajuste às necessidades específicas dos usuários (CHRISTENSEN, 2012).

A noção de ecossistema, uma abordagem ecológica da natureza construída no âmbito da biologia, foi trazida para a economia por James Moore (1996), quando escreveu a obra *A morte da competição*. Segundo ele, por maior que fosse uma empresa, sozinha não conseguiria controlar com agilidade e flexibilidade, a complexidade e a rapidez dos fluxos apresentadas nas diversas realidades vivenciadas no mundo. Partindo desta

ideia, Chesbrough (2003) propôs a prática da “inovação aberta” (*open innovation*), fruto de uma articulação em rede de empresas com outras instituições, para poder inovar. Nesse novo modelo em rede, de natureza interativa, combinam-se as competências e as habilidades para poder agir e inovar, condição essa que deixa uma fronteira porosa entre os participantes. Mais tarde, Cayarannys e Campbell (2009) apontaram a importância da participação da sociedade civil, seja como cliente, seja como usuário do serviço, neste processo coletivo de natureza ecossistêmica de inovação aberta. Chamaram este modelo de “quádrupla hélice”, uma vez que envolve quatro naturezas de participantes: governo, empresas, instituições de pesquisa e tecnologia e a sociedade civil. Esses novos formatos em modelos de negócio têm se mostrado os mais propícios às inovações disruptivas.

De acordo com Thomas e Autio (2020), o ecossistema se define por quatro características básicas. Uma delas diz respeito à heterogeneidade de participantes, geralmente envolvendo organizações governamentais, empresariais e de ciência e tecnologia. A segunda se refere à sua maior abrangência e agilidade, resultante de uma combinação realizada de forma coerente, para produzir rápidas mudanças, mesmo as mais inesperadas. A terceira é relativa à interdependência dos participantes coespecializados no âmbito das redes de interações por eles constituídas. Esta interdependência pode ser tanto tecnológica como no exercício de diferentes papéis, seja na oferta do produto ou serviço que cada um pode oferecer. Mas também pode se manifestar como uma interdependência cognitiva, dada pelas diversas competências que se combinam de forma coerente, como por regras e valores estabelecidos em comum. A interdependência cognitiva pode contribuir para definir uma identidade de coesão ao grupo em relação à sua finalidade. Por fim, a quarta característica relaciona-se ao estabelecimento de uma forma de governança construída entre os participantes. Neste processo, cada participante mantém sua própria autonomia, mas se coordenam de forma coerente entre si, mediante relações de interdependência, numa estrutura de coalinhamento.

Ocorreram diversos avanços na economia, na conceituação de ecossistemas e sob diferentes abordagens (THOMAS; AUTIO, 2020). Os modelos territorializados de ecossistemas estão mais focalizados na dinâmica empreendedora de uma coletividade que habita o mesmo local ou região, mas que pode ganhar escalaridade e atingir até mesmo a esfera global. Já os ecossistemas não territorializados são aqueles estruturados com atores de localidades distintas, preferencialmente por meio de plataformas digitais. Do ponto de vista da estrutura organizacional, segundo Thomas e Autio (2020), os ecossistemas podem se manifestar sob três modalidades: ecossistema empresarial,

ecossistema de conhecimento e ecossistema de inovação. A primeira modalidade é estruturada para funcionar como um novo modelo de negócio, construída de forma compartilhada, do qual o cliente/usuário também participa, visando gerar um valor em forma de produto ou serviço. O ecossistema de conhecimento emerge para a produção de novos conhecimentos baseados em pesquisa.

O ecossistema de inovação, tanto de produtos como de serviços, emerge de um grupo diversificado de partes interessadas, destinado a criar valor a um determinado tipo de usuário previamente definido, buscando trazer soluções para suas demandas específicas. Neste ecossistema, conforme assinala Valkokari (2015), um conjunto de atores passam a interagir num determinado espaço, cada um desempenhando um papel de acordo com suas competências, focalizados numa solução inovadora para um problema comum. Deste ambiente interativo participam órgãos de ciência e tecnologia, empresas, governos e as pessoas-alvo das necessidades a serem atendidas. Dele participam, segundo Thomas e Autio (2020), uma variedade de partes interessadas, direcionadas à resolução de problemas de um público predefinido, segundo uma estrutura compartilhada e de coalinhamento. Nele destacam-se duas características: (1) uma combinação de diversos recursos, sejam materiais e imateriais, gerados no conjunto desta coletividade; (2) a fluidez dos contatos de natureza relacional atribui mais agilidade nos processos de inovação, especialmente quando mediado por tecnologias digitais.

### ***Cadeias curtas como novo paradigma de abastecimento alimentar***

As cadeias curtas que conectam pequenos produtores a consumidores de cidades próximas vêm sendo abordadas como um novo paradigma de abastecimento, que visam, segundo Marsden, Bank e Bristow (2000), ao atendimento às necessidades de uma nova política alimentar, em geral com produtos naturais de especialidade local e regional.

De acordo com Renting, Marsden, Banks (2003), esta modalidade de abastecimento contribui para extirpar o modelo da cadeia convencional, via construção de novos relacionamentos entre produtores e consumidores. Isto significa para Goodman (2003) uma redefinição de novas relações entre os mercados de oferta e demanda. Na abordagem de Schneider e Ferrari (2015), estas se apresentam como mais uma das estratégias empreendedoras, seja para capturar uma fatia do valor produzida nas cadeias de alimentos, seja para revalorizar produtos rurais produzidos segundo um “saber-fazer” da própria cultura.

A venda direta do produtor ao consumidor, segundo Chiffolleau (2008), não é um fenômeno novo. No entanto, diante do atual contexto de complexidade e de rapidez de transformações, as cadeias curtas vêm se apresentando como uma forma renovada de trazer respostas alternativas a determinados tipos específicos de consumidores, para quem a agricultura padronizada vendida em grandes mercados não é capaz de atendê-los. Conforme já assinalavam Renting, Marsden, Banks (2003), o consumo de alimentos está cada vez mais entrelaçado com os diferentes estilos de vida. De fato, na atual complexidade vivenciada no mundo, expressam-se coletividades com diversos estilos de alimentação e exigências de qualidade que fogem da padronização dos mercados. Por outro lado, a condição de pobreza, aprofundada pela desigualdade de renda, exclui grande parte da população como consumidora desse mercado padronizado dominante.

Para Matte *et al.* (2016), as cadeias curtas emergem de mercados construídos socialmente e envolvem ações coordenadas entre os diversos atores participantes, mobilizados no local de vida comum, como estratégia apropriada de desenvolvimento, no enfrentamento ao modelo hegemônico da agricultura padronizada. O desenvolvimento dessas novas formas de abastecimento alimentar configura-se um fator essencial nas ações que sustentam essas práticas recentes (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Marsden, Banks e Bristow (2000) referiram-se às cadeias curtas baseadas no modelo da venda direta, que chamaram de *face-to-face*. Identificaram ainda um segundo tipo denominado espacialidade proximal, em que o produto é dotado de algum atributo local, fruto da proximidade espacial de alguns agricultores enraizados em determinados saberes e tradições culturais. Neste segundo tipo podem se manifestar redes emergentes, construídas socialmente, com vendas realizadas por meio de intermediário, adotadas num processo coletivo de desenvolvimento rural. Schneider e Ferrari (2015) lembram que no Brasil esta última modalidade pode reunir agricultores de diversos municípios. Por fim, no terceiro tipo apontado por Marsden, Banks e Bristow (2000) inserem-se as cadeias curtas espacialmente estendidas, ou seja, aquelas em que os produtos passam a ser vendidos fora da região, mas diferenciados em função das informações dadas sobre o contexto territorial de suas origens.

Os dois primeiros tipos de cadeias curtas são desenvolvidos numa menor distância relacional, oportunizando aos consumidores melhor comunicação com os produtores, mediante diálogos, por meio dos quais estes apresentam quesitos que gostariam de ver incorporados nos alimentos que adquirem. Também possibilitam mais transparência nessa relação, quando o consumidor pode ir até a propriedade para confirmar as informações fornecidas pelo produtor (ROSS, 2006). Os benefícios oriundos de valores

que o consumidor está disposto a pagar pelas informações recebidas, por exemplo, não seriam possíveis num mercado de *commodities* dentro das tradicionais cadeias agroalimentares (RICHARDS, 2015).

De acordo com Chiffolleau (2008), na cadeia curta a estratégia de venda pode se dar diretamente entre o produtor e o comprador, ou mobilizar um intermediário neste processo. No primeiro modelo de relação direta, a venda pode ocorrer sob três formas de relação. Uma delas é aquela feita diretamente entre o produtor individual e o consumidor e, a segunda, entre produtores que atuam coletivamente. Nestas duas modalidades do primeiro modelo, o produto pode ser buscado diretamente pelo consumidor na propriedade agrícola ou numa barraca do produtor, como também pode ser colocado pelo produtor em feiras, em mercados ou pontos de venda coletivos, ou ainda entregues sob a forma de cestas ao consumidor. A terceira modalidade desse primeiro modelo é aquela em que se constrói um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e consumidores, sendo os produtos entregues por meio de cestas.

No segundo modelo de cadeia curta, segundo Chiffolleau (2008), o consumo ocorre por meio de um intermediário, ou se dá na ausência do produtor. Neste caso, o produtor também pode ser individual ou coletivo. No caso do produtor individual, ele pode realizar a venda pela internet, entregar a restaurantes ou até mesmo em supermercados. Já o produtor coletivo pode entregar os produtos a distribuidores como associações ou cooperativas, ou ainda em lojas de consignação ou revenda em um determinado grupo de restaurantes.

A análise comparativa de abordagens apresentadas já deixa entrever a existência de concepções diferenciadas entre os diversos estudiosos, a respeito das cadeias curtas de abastecimento alimentar. Para Renting, Marsden e Banks (2003), isto se deve, sobretudo, à diversidade de sistemas agrícolas e suas configurações territoriais hoje existentes, como também à grande variedade de consumidor e às suas percepções sobre alimentos e, ainda, às diferenças de apoio institucional e político que essas iniciativas vêm recebendo. Nas abordagens de Schneider e Gazzola (2017), sobre as cadeias curtas de abastecimento alimentar no Brasil, elas têm também servido de alternativa para mitigar a crise instalada, promovendo a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Mas é preciso reconhecer, segundo estes autores, que essas cadeias curtas de abastecimento criam novas relações entre a agricultura e a sociedade, produtores e consumidores, assim como entre consumidores e seus alimentos, num processo de ressocialização e localização dos alimentos. Visto assim, Niederle e Wesz Junior (2018) entendem que só será possível compreender a força desses mercados quando os atores

envolvidos estiverem aptos a produzir ou conseguirem se condicionar às suas realidades, inovações tecnológicas, institucionais e organizacionais de acordo com suas expectativas de vida. Existem diversos outros estudos que assinalam a importância desses modelos de abastecimento alimentar, dotados de arranjos mais regionalizados e/ou localizados (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; DONALD *et al.*, 2010). Neste caso, já destacava e acrescentava Kirwan (2004), a produção, o processamento e o abastecimento dos alimentos ocorrem dentro de um espaço geográfico definido, oportunizando melhorias, impactos socioeconômicos e ambientais desejáveis.

Importante lembrar que ecossistemas de inovação podem emergir no suporte à construção social de cadeias curtas de abastecimento alimentar em acordo aos novos paradigmas, como também na resolução de problemas específicos àquelas já construídas, nos devidos contextos em que estas cadeias curtas se manifestam. A rede de inovação horizontal, neste caso, pode ser induzida por um órgão ou política pública específica, na busca de sinergia entre os atores, de modo a tornar mais eficiente o uso dos recursos disponíveis (PELLEGRIN *et al.*, 2007).

### **Delineamento dos atores sociais e dos ambientes**

O objeto desta investigação consistiu em apresentar dois ecossistemas de inovação que surgiram por incentivo de uma política pública da Fundação Banco do Brasil, utilizando-se das cadeias curtas de abastecimento alimentares, destinadas a abastecer populações vulneráveis de duas regiões de Mato Grosso do Sul, uma sob influência de Campo Grande, capital do estado, e outra sob influência do município de Glória de Dourados.

A pesquisa do tipo descritiva, exploratória e de ordem qualitativa baseou-se em uma revisão bibliográfica inicial a respeito das teorias existentes sobre ecossistemas de inovação e cadeias curtas de abastecimento. As primeiras informações a respeito destas estruturas e do funcionamento destas iniciativas foram buscadas em fontes bibliográficas e documentais.

A estas informações de fontes secundárias procuramos correlacionar dados coletados diretamente com dois atores que protagonizaram a construção social deste ecossistema de inovação. Destacamos a adoção de uma abordagem empírica e indutiva, que buscou compreender a comercialização e o abastecimento aos novos mercados como um ecossistema. Foram utilizadas ferramentas que facilitassem o diálogo com estes atores, ou seja, entrevistas semiestruturadas.

Estas foram aplicadas e realizadas via Google Meet, a dois dos responsáveis pela execução do processo de comercialização dos produtos, sendo: 1)

<https://meet.google.com/zyz-ksug-wea>, entrevista com a coordenadora da ação da CTES; e 2) <https://meet.google.com/bxs-opmr-bzy>, entrevista com o coordenador técnico da Apoms, durante esse momento da pandemia da Covid-19. Cabe evidenciar que os atores-chave autorizaram a gravação e posterior reprodução e divulgação de suas entrevistas, que foram consideradas na elaboração do artigo.

No que se refere às apreciações e às interpretações promovidas, conforme a análise qualitativa dos dados, tanto as falas dos entrevistados quanto as publicações aqui elencadas foram submetidas às técnicas de análises de conteúdo (BARDIN, 1977). As interpretações foram realizadas com o suporte do referencial teórico, que permitiu a elaboração de uma estrutura baseada na construção de três categorias, sendo elas: vínculos de confiança, contexto territorial das ações, mercados sociais.

### **Constituição dos ecossistemas de inovação apoiados pelas cadeias curtas de abastecimento**

A pandemia do novo coronavírus gerou um contexto de grandes desafios à dinâmica da economia brasileira em 2020, afetando, entre outros, a comercialização dos produtos dos pequenos negócios na cidade e das propriedades familiares no campo. Para estas últimas, desde 2003, o governo federal havia criado dois programas de aquisição de alimentos, visando seu escoamento para o abastecimento das escolas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2009. Conforme assinala Holt (2005), a política de aquisição de alimentos emanada do setor público para o abastecimento alimentar de instituições públicas (redes de ensino, sistema de saúde e penitenciário), passou a valorizar produções baseadas em modelos sustentáveis. Essa natureza de política também veio revelar a urgência de novos mecanismos e trouxe outros significados para seus fins (GRISA; SCHNEIDER; VASCONCELOS, 2020).

No que tange ao consumo, os referidos Programas oportunizam o direito à alimentação, em especial a grupos em situação de vulnerabilidade social. Entre estes, estão não apenas alunos de todos os níveis educacionais e de todas as esferas públicas, como também os beneficiários dos Centros de Referência de Assistência Social – Cras, enfermos, e aqueles que se encontram no sistema penitenciário. Além do suporte destes programas governamentais, uma parte destas propriedades familiares atendia ao consumo urbano, por meio de feiras livres e mercados locais (FUTEMA *et al.*, 2020). Mas o fechamento das escolas, assim como das feiras, restaurantes, lanchonete, bares e mercados urbanos, dificultou a possibilidade de escoamento da produção da agricultura familiar.

Por outro lado, o Brasil já estava mergulhado em um processo de desaceleração do crescimento econômico, o que contribuiu para o enfraquecimento das políticas sociais desde 2016. Esta situação repercutiu no aprofundamento da condição de pobreza e vulnerabilidade social de grande parte da população brasileira e, por consequência, no agravamento da fome e insegurança alimentar. O cenário de pandemia do novo coronavírus atribuiu grande magnitude a estas questões, expondo muito mais as populações vulneráveis à contaminação pela Covid-19. O grande obstáculo a ser superado no mercado de alimentos saudáveis, nessa condição de pandemia, referia-se, por conseguinte, tanto à venda como à compra.

Os desafios na situação de emergência criada durante a pandemia da Covid-19 passaram a ser enfrentados de diversas maneiras, sob forma de soluções urgentes, que pudessem contemplar a agricultura familiar e também os pequenos negócios, no atendimento imediato às populações mais vulneráveis. De acordo com Ribeiro-Silva *et al.* (2020), essas iniciativas ocorreram por meio de redes sociais e com entregas no domicílio, mediante apoio financeiro de fundos bancários e empresariais, assim como iniciativas de várias organizações da própria sociedade civil.

### ***Constituição dos Ecossistemas de Inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar***

Dentre estas iniciativas, o destaque neste estudo foi dado àquela da Campanha “Ação de Assistência Social e Saúde: Proteja e Salve vidas”, uma política de ajuda humanitária, sob a coordenação da Fundação Banco do Brasil, que foi dirigida às populações vulnerabilizadas visando ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. Os recursos financeiros foram doados por diversas instituições, em especial a cooperativa de crédito Cooperforte, a BB Seguros e o Banco BV, estas duas últimas do conglomerado Banco do Brasil, além de outros doadores da sociedade civil.

A Fundação Banco do Brasil procurou envolver por meios institucionais na arquitetura dessa rede de solidariedade, de um lado, o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas pertencentes aos grupos de risco. De outro, buscou inserir micro e pequenos empreendedores, do campo e da cidade, na condição de principais fornecedores de alimentos saudáveis.

Em cada território-alvo de atendimento para estes dois mercados, de oferta e demanda, a Fundação Banco do Brasil buscou eleger, via chamada pública emergencial, uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida regionalmente por sua notória atuação na área de assistência social e saúde. A função dessa entidade foi receber o repasse dos recursos financeiros da Fundação Banco do Brasil, com a finalidade de adquirir os alimentos dos agricultores familiares, associações/cooperativas e pequenos negócios

urbanos e, simultaneamente, organizar a distribuição dos alimentos adquiridos às populações vulneráveis, sob a forma de cestas básicas. A mobilização dos parceiros locais foi deflagrada em abril de 2020, com duas entregas de cestas básicas previstas para junho do mesmo ano, representando no conjunto o atendimento a 3.600 famílias.

Para garantir estas operações com a agilidade e a eficiência exigidas pela urgência da situação, tanto de aquisição como de distribuição dos alimentos para cada entidade definida, se fez necessária a construção de dois ecossistemas em Mato Grosso do Sul, induzidos pela Fundação Banco do Brasil. Constituiu-se, deste modo, em cada uma das duas regiões selecionadas em Mato Grosso do Sul, uma rede interativa e articulada de partes interessadas, dotada de uma arquitetura específica, para operar como ecossistema, por meio de cadeias curtas de abastecimento alimentar.

Em Mato Grosso do Sul foram averiguados dois ecossistemas voltados ao abastecimento de alimentos saudáveis, constituídos a partir do convite para participarem da chamada pública realizada pela Fundação Banco do Brasil. Para este fim foram selecionadas a Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES), em Campo Grande, e a Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), em Glória de Dourados. Cada uma delas se tornou o “nó” de articulação de um ecossistema para poder inovar na construção social dessas soluções. A área de abrangência territorial dos participantes foi desenhada em função da concentração dos produtores conectados a cada entidade, assim como das populações vulneráveis a serem atendidas nas proximidades dos produtores. No caso da CTES, a campanha atingiu os municípios de Campo Grande, Anastácio, Aquidauana, Terenos, Sidrolândia e Douradina. No ecossistema articulado pela Apoms, os produtores e consumidores dos alimentos concentraram-se nos municípios de Dourados, Glória de Dourados e Ivinhema.

A Central dos Trabalhadores/as da Economia Solidária (CTES) tem sua sede e funciona em Campo Grande desde 2008, e surgiu do movimento nacional de Economia Solidária. O seu objetivo tem sido incentivar pessoas a protagonizar uma nova economia e uma nova forma de viver, baseadas na solidariedade, democracia, autogestão, justiça social, procurando valorizar o saber local, o ser humano e o consumo consciente. Em Campo Grande, a CTES mantém uma Central de Comercialização de Economia Solidária. Ela se constitui de diversos grupos organizados, seja para produzir alimentos orgânicos, ou ainda artesanato, roupas e acessórios, seja para prestar serviços, a exemplo de massagens terapêuticas, de costura e de cabeleireiro. A finalidade é promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade.

A Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), por seu turno, foi formalizada em 2000, por um grupo de produtores de café orgânico, evoluindo para uma rede de produtores agroecológicos de diversas naturezas, inclusive a prática do extrativismo sustentável. Operam por meio de Núcleos de Produtores organizados por afinidade e/ou proximidade, no âmbito dos quais se estabelece um coordenador para garantir a articulação dessa rede. O grande objetivo dos integrantes da rede Apoms tem sido a estruturação de seu Sistema Participativo de Garantias (SPG) para produtos orgânicos, adotando os critérios do Comércio Justo e Solidário.

### *Seleção dos fornecedores e beneficiários das cestas básicas*

Para o fornecimento dos alimentos saudáveis provenientes do campo, foram estabelecidos com cada uma das duas entidades eleitas, mediante diálogo ininterrupto com representantes da Fundação Banco do Brasil, os critérios de seleção dos fornecedores no território de abrangência mais impactado pela pandemia. Um quadro de colaboradores foi mobilizado por essas entidades para realizar o levantamento das informações sobre os locais com disponibilidade dos produtos e a possibilidade de um fornecimento coletivo.

Desta forma, passaram a fazer parte da CTES sete colaboradores ligados a coletividades de propriedades de agricultura familiar. Dois deles eram de Campo Grande (Associação de Pequenos Produtores Rurais Nova Era e Assentamento Terra Solidária), um de Anastácio (Cooperativa dos Produtores Rurais do Pulador de Anastácio – Copran), três de Terenos (Cooperativa Mista Agropecuária do Assentamento Campo Verde – Coopverde e Cooperativa dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Aliança – Cooperana) e um de Sidrolândia (Assentamento Eldorado). Também foram inseridos no conjunto de fornecedores da CTES alguns agricultores familiares isolados e desvinculados de associações, de modo a permitir sua inclusão socioeconômica.

O quadro de colaboradores da Apoms para o levantamento dos fornecedores foi constituído a partir dos próprios produtores integrantes dessa rede, em Glória de Dourados e Dourados. É preciso salientar que essas organizações coletivas da agricultura familiar também contribuíram com o fornecimento de outros produtos complementares da cesta básica, tais como pães caseiros, ou mesmo sabão líquido, desinfetante e máscara, produzidos por grupos organizados por mulheres rurais.

Além da agricultura familiar, fizeram parte do complemento da cesta básica fornecedores urbanos de alimentos (como arroz e feijão) ou de outra natureza. A CTES elegeu para este fim alguns pequenos estabelecimentos comerciais nos bairros da

periferia das cidades de Campo Grande, Aquidauana e Anastácio. A Apoms contou para isso com parceiros urbanos, a exemplo do Grupo Pirê de Economia Solidária de Dourados, que se ocupou da oferta dos produtos de higiene. E ambas as instituições também elegeram as mulheres, pertencentes à Central de Economia Solidária, que produzem sabão líquido e em barra para complementarem com itens de higiene as cestas básicas.

A seleção das populações em condições vulneráveis a serem beneficiadas com as cestas básicas requereu outras formas de parceria e ajustes, também num processo dialogado. Para contribuir nesta distribuição de cestas básicas foi fundamental a parceria com os órgãos de assistência social dos municípios, em particular dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e da Pastoral da Criança, movimento religioso vinculado à estrutura da Igreja Católica. Mediante apoio desses colaboradores, foi possível ainda planejar as famílias-alvo, a forma e logística de distribuição, assim como o agendamento de entregas das cestas básicas, num respeito rígido às normas sanitárias de segurança.

Na seleção dos beneficiários das cestas de alimentos foram levados em consideração outros critérios de vulnerabilidade social além da pobreza, tais como famílias com pessoas idosas, doentes, gestantes, crianças, e, ainda, aquelas famílias indígenas em condição de extrema precariedade. No ecossistema articulado pela CTES, foram contemplados indígenas de aldeias de Aquidauana e Anastácio, além de alguns outros moradores de Douradina. Quanto ao ecossistema articulado pela Apoms, foi selecionada a aldeia Jaguapiru, situada em Dourados, para se identificar famílias mais vulneráveis. Os colaboradores para indicação das aldeias foram as próprias lideranças indígenas e os agentes de saúde indígenas que ficaram responsáveis pelo mapeamento das famílias mais necessitadas. Do total das 3.600 famílias cadastradas, 2 mil estavam na região de Campo Grande, articulada com o suporte da CTES.

O diálogo mantido entre os participantes destes dois ecossistemas e o fato de todos vivenciarem o mesmo território favoreceu, em grande parte, a rápida negociação na composição das cestas básicas que, embora similares, não foram idênticas para os dois casos. É preciso lembrar que este conhecimento local na apreciação dos ingredientes básicos para uma alimentação saudável também requereu um diálogo com o conhecimento científico de nutricionistas. Nem todos os componentes das cestas básicas puderam ser fornecidos pelos agricultores familiares selecionados, em função da natureza de suas práticas dominantes, mais baseadas no cultivo de verduras, legumes, frutas e tubérculos. Assim, bens, a exemplo do arroz, feijão e produtos de higiene básica, foram fornecidos pelos pequenos negócios urbanos. Em certos casos, alguns produtos

puderam ser obtidos artesanalmente, mediante participação solidária do grupo de mulheres dentro das propriedades familiares ou mesmo na área urbana, tais como pão, sabão, detergente e até mesmo máscara de proteção contra a Covid-19.

Cabe salientar ainda que a construção e funcionamento desses dois ecossistemas, dada a urgência na busca de soluções, requereram agilidade nos fluxos de contato entre seus participantes, tanto do lado dos fornecedores como dos beneficiários. Embora tenham ocorrido alguns encontros presenciais entre os participantes do ecossistema, a própria condição de pandemia e a situação premente induziram o uso das tecnologias digitais neste processo comunicativo. Diversas decisões precisaram ser tomadas com rapidez, envolvendo, a mobilização de entidades colaboradoras, os constantes diálogos para o nivelamento das informações para adoção de critérios em comum, incluindo entre outros, definição dos fornecedores e beneficiários, dos itens que deveriam compor as cestas básicas e valores a serem pagos, do cronograma de entregas.

O suporte de ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), tais como contatos por e-mail, reuniões pela plataforma do Google Meet, uso do WhatsApp para criação de grupos de discussão, vendas, listas de transmissão, envios de áudios, registros fotográficos e documentos, foi fundamental para a celeridade nos processos, concretização e sucesso da ação. Cabe destacar que muitos desses agentes envolvidos no processo não possuem escolaridade, assim, os recursos de áudio e os registros fotográficos feitos pelos celulares, via WhatsApp, foram decisivos e fundamentais para garantir não apenas a presteza, mas também como forma de inclusão social e nova modalidade de envio de documentos.

Ainda que alguns agricultores familiares tivessem alegado falta de familiaridade com o uso dessas novas tecnologias, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o acesso e a disponibilidade do sinal de internet configuraram-se como o mecanismo que proporcionou a ampla utilização das plataformas. Segundo eles, as diversas ferramentas digitais que passaram a conhecer e a usar, facilitaram e agilizaram sobremaneira a condução dos processos.

### ***Desempenho dos ecossistemas de inovação com cadeias curtas de abastecimento alimentar***

Os resultados da pesquisa, ao serem correlacionados ao referencial teórico selecionado, permitiram algumas discussões relativas ao desempenho dos ecossistemas e das cadeias curtas. Foi importante ainda, neste processo, conhecer estes desempenhos por meio das percepções dos responsáveis pelas duas entidades que articularam os ecossistemas de inovação avaliados.

### *Desempenho dos ecossistemas de inovação em ações de urgência*

Com base na abordagem de Thomas e Autio (2020), os dois arranjos institucionais, articulados pela CTES e pela Apoms, surgiram e se comportaram como ecossistemas, tanto pela heterogeneidade de participantes como pela capacidade de maior abrangência e agilidade dos envolvidos, ainda graças a uma combinação realizada de forma coerente para produzir rápidas mudanças, assim como pela autonomia e interdependência dos participantes e coesão em relação à sua finalidade, que se coordenam por uma estrutura de coalinhamento. No conjunto desta grande rede horizontal de inovação, a Fundação Banco do Brasil, como órgão público e regido por uma política pública específica de campanha humanitária, atuou como indutor deste ecossistema de inovação, apoiado numa estratégia de cadeias curtas de abastecimento.

Do ponto de vista de sua natureza, com base nas colocações de Thomas e Autio (2020), a arquitetura e o desempenho destes dois arranjos foram típicos de um ecossistema de inovação. A combinação estabelecida entre os participantes voltou-se para uma produção com vistas à solução de uma questão específica, ou seja, a cesta básica destinada a um determinado tipo de usuário, as populações vulneráveis. Os recursos, como se pôde constatar, foram gerados pela própria coletividade. O montante financeiro da Fundação Banco do Brasil, como se anunciou, originou-se de doações de diversas organizações e da sociedade civil. Os bens de consumo para compor a cesta básica foram fornecidos pelos agricultores familiares e pequenos negócios, inclusive pelo grupo Pirê de economia solidária urbano. Também foram utilizados recursos cognitivos, ou seja, as competências e valores de cada participante para garantir o bom desempenho dessa rede de interações. Chamou a atenção ainda neste sentido a construção de um espírito de coesão do grupo, atribuído pela cumplicidade comum no cumprimento das metas estabelecidas por todos e a busca pela construção de novos mercados sociais.

A Fundação Banco do Brasil, por meios institucionais, elegeu as entidades articuladoras para atuar como “nó” desses dois ecossistemas. Ambos já se constituíam sistemas organizados autônomos, funcionando de acordo com os princípios, valores e regras de coordenação próprias. Em função disso, a mobilização de seus colaboradores, especialmente na condição de fornecedores, foi facilmente agilizada, regida por laços de confiança construídos anteriormente entre si. Para compor o ecossistema desta campanha humanitária, cada sistema elaborado historicamente no âmbito dessas duas entidades teve que se abrir para se relacionar com outras organizações parceiras também autônomas. Mesmo funcionando segundo princípios próprios, estas entidades criaram uma estrutura de interdependência, na qual cada um exerceu papel relevante e

dela participaram, inclusive, representantes da população beneficiada. Note-se que entre os participantes estiveram organizações financeiras, órgãos de assistência social governamental e religiosa, grupo de comunidade solidária, comunidades indígenas. Essa condição atribuiu a esse arranjo o caráter de um ecossistema de inovação aberta, funcionando de forma dialogada, num processo de coalinhamento.

Assim, ainda que de caráter temporário, o ecossistema emergente foi inovador, demonstrando agilidade em trazer, mediante recursos financeiros alocados, fornecedores mobilizados com seus próprios recursos, associados a recursos cognitivos próprios de cada um dos integrantes, soluções rápidas que puderam contemplar, ao mesmo tempo, necessidades urgentes dos fornecedores e usuários. No conjunto, cada ecossistema constituiu um formato relacional, com maior força sinérgica na sua forma de desempenho. O contexto da situação e o novo formato relacional também contribuíram para a inovação na forma de interagir, inclusive mediante suporte de tecnologias digitais.

#### *Desempenho das cadeias curtas de abastecimento alimentar na relação entre fornecedor e usuário*

As cadeias curtas estabelecidas na relação proximal entre o fornecedor e o usuário, conforme a concepção de Matte *et al.* (2016), apresentaram-se como sendo as mais convenientes nestes dois ecossistemas estudados, envolvendo uma diversidade de atores, mobilizados no próprio território de vida comum, portanto, uma ação territorializada.

Como pudemos observar, grande parte da agilidade na dinâmica de comercialização pôde ser atribuída nos dois ecossistemas constituídos à prática das cadeias curtas de abastecimento alimentar, na relação estabelecida entre o fornecedor e o usuário. Além de simplificar e agilizar as relações, foi possível, conforme assinalaram Schneider e Ferrari (2015), capturar uma fatia do valor produzido nas grandes cadeias produtivas de alimentos e, ao mesmo tempo, possibilitar a inclusão socioeconômica de um grupo de produtores excluídos pelo sistema agroalimentar dominante.

Por outro lado, dada a intenção dos participantes do ecossistema em oferecer alimentos saudáveis, este arranjo representou uma situação, preconizada por Renting, Marsden e Banks (2003), de revalorização dos bens produzidos no campo, segundo um “saber-fazer” da própria cultura, neste caso, não só de produzir, como também de consumir e se relacionar. O desempenho produtivo no campo pôde ser vislumbrado, por exemplo, por meio da prática agrícola, como também por aquele grupo de mulheres na produção artesanal de pão, sabão, detergente e máscara, para compor a cesta básica. Junte-se a esta cultura do saber local, aquela da prática de economia solidária, na forma

de se relacionar, reinante entre os agricultores familiares selecionados ou entre os beneficiados pelas cestas básicas. Também foi possível constatar recursos de um saber local para selecionar itens dentro de uma cesta básica que estivessem mais entrelaçados com as especificidades do estilo de vida dos usuários.

A estrutura e o funcionamento das cadeias curtas de abastecimento alimentar construídas no âmbito dos dois ecossistemas de inovação analisados, na realidade, não corresponderam fielmente a nenhum dos modelos apresentados por Chiffolleau (2008), que se baseou nos exemplos franceses. Até certo ponto, mostraram uma combinação entre eles, tendo em vista as especificidades contextuais em que se manifestaram. Cada cadeia curta se construiu no âmbito de um ecossistema, mediante um arranjo cooperativo entre um coletivo de produtores e, em parte, de usuários, com produtos entregues no formato de cestas. Mas, neste caso, as relações entre produtor e usuário não se deram de forma direta. Elas foram mediadas pela coordenação da entidade articuladora dessa rede, com o apoio de outros parceiros do ecossistema construído. De fato, podemos concordar com Renting, Marsden e Banks (2003) quando citam que esses modelos diferenciados se devem às configurações territoriais e à diversidade dos arranjos, entre outros, como também ao tipo de consumidor e às percepções que ele tem dos alimentos e, ainda, ao tipo de apoio institucional e político prevalente.

#### *Desempenho visto por meio da percepção dos articuladores dos dois ecossistemas*

Além da discussão a respeito do desempenho dos ecossistemas de inovação e das cadeias curtas de abastecimento alimentar estudados com apoio teórico, se considerou válido conhecer a percepção das entidades articuladoras de cada um destes ecossistemas sobre esses desempenhos. De modo geral, os relatos obtidos permitiram contemplar olhares que levaram em conta grande parte dos princípios e valores praticados no âmbito de seus próprios sistemas, assim como o grau de abertura para operar com parceiros inseridos em sistemas autônomos, regidos por outros valores específicos.

De acordo com a representante da Central de Trabalhadores/as da Economia Solidária – CTES, dado o momento tão atípico e de restrição para comercializar os produtos, a emergência do ecossistema de inovação se utilizando de cadeias curtas de abastecimento teve vários significados positivos para os agricultores familiares que assistiam a suas produções se deteriorando no campo. Em parte, significou a renovação da esperança para se construir e firmar novos mercados sociais, segundo princípios solidários. E o resultado do desempenho desse arranjo ainda atribuiu a todos os componentes mais força e resiliência para vencer desafios, sobretudo diante de

mercados incertos. Foi possível verificar vínculos de confiança nas relações estabelecidas neste conjunto e, ao mesmo tempo, uma valorização dos produtos e da cultura local. Afinal, os produtos fornecidos são carregados de valores sociais, identidade, enraizamento, que revelam uma (re)conexão com o lugar. A construção desses novos mercados sociais significou ainda para a entrevistada a “construção do bem viver, respeitando a natureza, e o que ela tem para oferecer. A pandemia afastou fisicamente as pessoas, mas não afasta os objetivos, as crenças e o carinho com a terra e com as pessoas”.

O representante da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – Apoms também disse ter observado os resultados desse arranjo ecossistêmico. Na visão dos agricultores familiares, segundo ele, essa iniciativa simbolizou um alento, ao propiciar uma nova entrada de recursos financeiros. Até então, conforme lembrou ele, o abastecimento às redes de escolas era tido como certo, seguro e constante. De todo modo, assinalou que todos estão conscientes de que, como uma solução emergencial, ainda não foi suficiente para solucionar a gravidade e complexidade da situação. Afinal, as cestas básicas dessa iniciativa contemplaram apenas três a quatro bens produzidos por esses agricultores. Via de regra, suas produções são compostas por uma variedade muito maior de produtos alimentares. De toda forma, na opinião do entrevistado, tal condição não excluiu o sentimento de democratização e valorização do alimento saudável oriundo do campo, assim como dos elos de confiança estabelecidos entre os participantes. Na realidade, ter-se-ia inaugurado um novo formato de mercado social.

O responsável pela Apoms ressaltou, ainda, ter notado a gratidão por parte das famílias beneficiadas pelas cestas básicas. O momento que lhe pareceu mais marcante no que se refere a esse agradecimento foi quando teve a oportunidade de estar presente na cerimônia de entrega das cestas básicas em uma aldeia indígena. Ele pôde presenciar a “realização de uma oração coletiva indígena, na língua guarani, como forma de manifestar seu profundo agradecimento e na sequência vários depoimentos espontâneos ressaltando a ação social em benefício deles”.

Por fim, o entrevistado da Apoms salientou alguns outros aspectos valorizados particularmente por ele nesta experiência, entre os quais a maior aproximação e diálogo com o gerente do Banco do Brasil com quem se relaciona. Chamou a sua atenção, por exemplo, o acompanhamento de perto, por parte do gerente, de todos os processos, demonstrando interesse e reconhecendo os esforços para o atendimento deste novo mercado social. Nessa situação de maior proximidade e diálogo, à Apoms foi dada a oportunidade de se inscrever em outros programas governamentais de apoio à agricultura familiar. O coordenador da Apoms também reconheceu que esta experiência

ampliou a valorização e visibilidade dos agricultores familiares, tanto em mercados convencionais quanto em novas modalidades de mercado, como foi esta da produção de cestas básicas organizadas por um coletivo de consumidores.

Importante destacar, nesse sentido, a avaliação nas entidades articuladoras dos dois ecossistemas, que perceberam neste formato ecossistêmico de inovação territorializado, apoiado em cadeias curtas, possibilidades de se construir novos mercados sociais. Na construção desses ecossistemas mediados pelas relações de coalinhamento estabelecidas entre instituições, agricultores familiares e populações em situação de vulnerabilidade foi possível extrair das categorias de análise, à luz do referencial teórico selecionado, alguns fatores que concorreram para a concretização destas ações humanitárias. Um deles foi o fato de o ecossistema ter sido construído no contexto específico de cada território vivenciado pelos atores envolvidos, ou seja, os parceiros responsáveis pelo abastecimento das cestas básicas de alimentação e aqueles encarregados da sua distribuição.

O enraizamento social destas partes interessadas na resolução de problemas locais e os vínculos de confiança socialmente estabelecidos entre eles podem ser considerados fatores de sucesso na construção destes novos mercados sociais, na situação imposta pela pandemia da Covid-19. Neste sentido, Matte *et al.* (2016) também salientam a importância de inovações promovidas nos territórios que levem em conta as especificidades locais e os recursos já existentes. Entre estes, destaca as relações de confiança socialmente construídas e o enraizamento social dos atores envolvidos, chamando a atenção para este processo na construção de cadeias curtas.

Os dois ecossistemas de inovação associados às cadeias curtas, elaborados de forma territorializada, induzidos pela Fundação Banco do Brasil, como pudemos verificar, emergiram como solução estratégica para garantir a segurança alimentar de 3.600 famílias, de forma acelerada, embora em caráter temporário, durante o auge de uma pandemia.

## **Considerações finais**

Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados, de sua discussão feita mediante suporte do referencial teórico e das percepções apresentadas pelos responsáveis das entidades articuladoras dos dois ecossistemas de inovação permitiram que tecêssemos algumas considerações finais. A compreensão da estrutura e funcionamento destes arranjos ecossistêmicos de dinâmica inovadora induzidos pela Fundação Banco do Brasil exigiu melhor conhecimento do contexto das circunstâncias e

especificidades do território em que se manifestaram, assim como da natureza das políticas públicas que lhes serviram de incentivo.

Como constatamos, os dois ecossistemas de inovação induzidos temporariamente pela Fundação Banco do Brasil, construídos em duas territorialidades específicas de Mato Grosso do Sul, por meio de estratégias de cadeias curtas, obtiveram relativo sucesso na garantia, tanto do abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis como do escoamento de produtos de pequenos fornecedores rurais e urbanos locais.

Para que essa dinâmica pudesse ser impulsionada, a escolha das organizações já reconhecidas na região e sua atuação baseada nos princípios da economia solidária e produção orgânica foram fundamentais. De um lado, foi possível obter mais coerência no arranjo institucional adotado e no seu ajuste ao atendimento das necessidades territoriais locais. De outro, os ecossistemas de inovação com regras negociadas e mediadas por relações de confiança e tecnologias digitais possibilitaram mais agilidade à dinâmica inovadora dos atores envolvidos. Além de dinamizar a economia local, os ecossistemas de inovação favoreceram a inclusão social de populações vulneráveis e, mesmo que de forma paliativa, garantiram a segurança alimentar das famílias-alvo no conjunto formado por estes dois territórios selecionados no Mato Grosso do Sul, via construção de novos mercados sociais.

O conceito de ecossistema de inovação, associado ao de cadeias curtas, que permitiu refletir esta prática política de ajuda humanitária às populações vulneráveis de regiões específicas de Mato Grosso do Sul, como uma solução emergencial e temporária, ainda precisa ser mais bem repensado em prazos mais longos. Não somente a duração da pandemia da Covid-19 vem extrapolando o tempo previsto, como ainda se desconhece o alcance dos impactos social e econômico decorrentes dela que poderão continuar exigindo soluções urgentes em termos de estruturas sistêmicas e dinâmicas de inovação desta natureza.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), Código de Financiamento 001. As autoras agradecem também aos participantes da pesquisa.

## Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.
- BRASIL. *Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017*. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm). Acesso: 27 out. 2020.
- CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David F. J. 'Mode 3' and 'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *International Journal of Technology Management*, v. 46, n. 3/4, p. 201-233, 2009. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/pdf/10.1504/IJTM.2009.023374>. Acesso em: 8 nov. 2020
- CHESBROUGH, Henry W. The Era of Open Innovation. *MIT Sloan Management Review*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, p. 35-41, 15 abr. 2003. Disponível em: <https://sloanreview.mit.edu/article/the-era-of-open-innovation/>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- CHIFFOLEAU, Yuna. Les circuits courts de commercialisation en agriculture: diversité et enjeux pour le développement durable. In: MARÉCHAL, Gilles (Org.). *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Dijon: Éducagri, 2008. p. 19-30.
- CHRISTENSEN, Clayton M. *O dilema da inovação: quando novas tecnologias levam empresas ao fracasso*. São Paulo: MBooks do Brasil, 2012.
- DONALD, Betsy; GERTLER, Meric; GRAY, Mia; LOBAO, Linda. Re-regionalising the food system? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 171–175, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/cjres/rsq020>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- FBB – Fundação Banco Do Brasil. *Proteja e salve + vidas: juntos podemos transformar realidades – Coronavírus COVID-19, 2020*. Disponível em: <https://coronavirus.fbb.org.br/>. Acesso em: 2 out. 2020.
- FREEMAN, Christopher. Introduction. In: DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald; SOETE, Luc (Eds.). *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter Publishers Limited, 1988.
- FUTEMA, Celia; TOURNE, Daiana Carolina Monteiro; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos; SANTOS, Natália Moreira dos; MACEDO, Gabriela Silva Santa Rosa; PEREIRA, Marina Eduarte. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir? *Scielo Preprints*, v. 4, p. 15-26, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/967>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em: <https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-4be8fb2b-21b3-3eee-8fe7-078387ee0143>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio; VASCONCELLOS, Fernanda C. França de. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. In: PREISS, Potira V.; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela (Orgs.). *A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p 69-90. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211291>. Acesso em: 8 dez. 2020.

- KIRWAN, James. Alternative strategies in the UK agro-food system: interrogating the alterity of Farmers' Markets. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 4, p. 395-415, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00283.x>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- HOLT, Georgina. Alimentos locais e mercados locais: estratégias para fazer crescer o setor local no Reino Unido. *Anthropology of food*, v. 4, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aof/179>. Acesso em: 11. jun 2020.
- MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Wageningen, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 6 fev. 2020.
- MATTE, Alessandra; BORBA, Marcos Flavio Silva; NESKE, Márcio Zamboni; WAQUIL, Paulo Dabdad; SCHNEIDER, Sergio. A construção social dos mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul: o caso do cordeiro do território Alto Camaquã. In: CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- MOORE, James F. *The death of competition: leadership and strategy in the age of business ecosystems*. Nova York: Harper Business, 1996.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- PELLEGRIN, Ivan de; BALESTRO, Moisés; ANTUNES JUNIOR, José Antonio Valle; CAULLIRAUX, Heitor Mansur. Redes de inovação: construção e gestão da cooperação pró-inovação. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 313-325, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44446>. Acesso em: 11 out. 2020.
- RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1068/a3510>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciências & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/implicacoes-da-pandemia-covid19-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional-no-brasil/17648?id=17648>. Acesso em: 23 out. 2020.
- RICHARDS, Richard Roberto. Short Food Supply Chains: expectations and reality. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Food Systems) – University of Vermont, Burlington, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.uvm.edu/graddis/415>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- ROSS, Nancy J. How civic is it? Success stories in locally focused agriculture in Maine. *Renewable Agriculture and Food Systems*, Cambridge, v. 21, n. 2, p. 114-123, 2006.
- SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 10 set. 2020.
- SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Márcio. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- THOMAS, Llewellyn D. W.; AUTIO, Erkkö. Innovation ecosystems in management: an organizing typology. *Oxford Research Encyclopedia of Business and Management*, p. 1-38, 2020.
- VALKOKARI, Katri. Business, innovation, and knowledge ecosystems: how they differ and how to survive and thrive within them. *Technology Innovation Management Review*, Ottawa, v. 5, n. 8, p. 17-24, 2015. Disponível em: <https://timreview.ca/article/919>. Acesso em: 14 set. 2020.

## Como citar

PITALUGA, Christiane Marques; LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ecosistemas de inovação e as cadeias curtas no abastecimento de alimentos saudáveis às populações vulneráveis em Mato Grosso do Sul durante a pandemia da Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 404-426, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-7>.



*Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.*

## **Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19**

DOI: 10.36920/esa-v29n2-8

 Marcio Gazolla<sup>1</sup> |  Joacir Rufino de Aquino<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o processo de reinvenção dos mercados da agricultura familiar brasileira durante a pandemia da Covid-19, especialmente as (re)conexões a partir de sites e plataformas digitais de comercialização de alimentos e produtos com consumidores urbanos. Para tanto, foi realizado um amplo levantamento de informações em 38 iniciativas distribuídas geograficamente em todas as regiões do país. O trabalho mostra que os novos canais de comercialização digital da agricultura familiar do Brasil são fortemente baseados em organizações coletivas, visam construir cadeias curtas locais e regionais e abastecem a população com alimentos *in natura*, agroindustrializados e ecológicos com atributos de qualificação variados.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; cadeias curtas; comercialização; desenvolvimento rural; mercados digitais.

**Abstract:** (*Reinvention of family farming markets in Brazil: the novelty of websites and digital marketing platforms in times of COVID-19*). The objective of this article is to analyze the process of reinvention of the markets for Brazilian family farming during the COVID-19 pandemic, especially the (re)connections from websites and digital platforms for marketing food and products with urban consumers. To this end, an extensive survey of information was carried out with 38 initiatives distributed geographically in all regions of the country. The work shows that the new digital marketing channels of family farming in Brazil are strongly based on collective organizations, aim to build short local and regional chains and supply the population with fresh, agro-industrialized and ecological food with varying attributes of qualification.

**Keywords:** family farming; short chain supply; commercialization; rural development; digital markets.

<sup>1</sup> Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGDR/UTFPR). Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Pisa, Itália. E-mail: marciogazolla@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrado em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

## Introdução

Desde 2015 a economia do Brasil vem enfrentando problemas, com o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), instabilidade da política macroeconômica, aumento do desemprego e da pobreza (ROSSI; DWECK; OLIVEIRA, 2018; MATTEI, 2020). A estes gargalos adiciona-se a (des)governança nos sistemas alimentares, marcada pela forte coordenação dos grandes capitais agroindustriais corporativos, prevalência de cadeias longas de distribuição, alta nos preços dos alimentos, abastecimento alimentar concentrado nos setores do atacado e varejo e ênfase no ultraprocessoamento de produtos vendidos aos consumidores, gerando aumento da obesidade (PLOEG, 2008; LANG; HEASMAN, 2009; POPKIN; READSON, 2018; BAKALIS, 2020). Assim, a crise ensejada pela pandemia da Covid-19, a partir de março de 2020, já encontra o país em uma situação desfavorável, agravando o cenário vigente.

Segundo a FAO (2020), com a pandemia surgiram restrições e atrasos no transporte de mercadorias, bloqueios de estradas, fechamento de mercados e feiras, entre outros entraves, que afetaram, especialmente, os Agricultores Familiares (AFs). No caso brasileiro, conforme Del Grossi (2020), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) referentes ao mês de julho de 2020, metade dos AFs do país (51%) relataram diminuição de receita, com perda média de 35% da renda bruta familiar mensal. Outras limitações que atingiram o segmento foram provenientes da paralisação das compras públicas pelos mercados institucionais (a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar [Pnae], em virtude do cancelamento das aulas presenciais nas escolas), *lockdown* em algumas cidades, queda das compras pelos pequenos supermercados de bairro e diminuição da demanda de compradores e consumidores diretos de menor escala (HLPE, 2020).

Na mesma linha, o estudo coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA *apud* BARBOSA, 2020), em 29 países da América Latina e Caribe (ALC), no mês de maio de 2020, identificou que 93% dos entrevistados apontaram impactos negativos sobre a produção. A maior parte dos agricultores (88%) afirmaram que os alimentos mais afetados foram grãos e cereais, hortaliças, frutas, raízes, tubérculos e carnes. Os AFs ainda relataram problemas como o fechamento de pontos de venda tradicionais (66%), falta de transportes (52%) e 42% informaram que enfrentaram dificuldades de acesso aos mercados.

Contudo, a pandemia não atingiu a todos os atores sociais que compõem o sistema alimentar da mesma forma. No que diz respeito aos AFs, grosso modo, existem pelos menos três grandes grupos sociais, que possuem reações e estratégias diferentes diante do atual contexto. Um primeiro grupo é formado pelos AFs que produzem grãos, *commodities* e

estão com contratos de integração agroindustrial (suínos, aves, fumo e leite), para os quais os mercados durante a pandemia funcionaram quase normalmente, tanto o interno como o externo, embora com algum grau de ruído no caso dos frigoríficos que foram um dos focos de propagação do vírus (ABRAMOVAY, 2020). No outro extremo, estão os AFs pobres, que são mais da metade (53,68%) dos AFs do país (IBGE, 2019). Este grupo se caracteriza por baixa produção agropecuária, múltiplas carências de ativos e altos índices de vulnerabilidade social, o que torna sua sobrevivência dependente das políticas de transferência de renda do Estado e da pluriatividade (AQUINO *et al.*, 2014; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

No meio destes dois grupos sociais extremos, estão os AFs que produzem uma grande diversidade de alimentos e produtos agropecuários, em pequena e média escala, comercializando os excedentes via mercados de proximidade social e territoriais. Estes foram os agricultores mais afetados pela pandemia, por terem sido expostos aos problemas citados nos parágrafos anteriores (SCHNEIDER *et al.*, 2020). Entretanto, eles já vinham se organizando para o comércio eletrônico, juntamente com suas organizações sociais e, provavelmente, vão ampliar sua participação nos espaços virtuais de distribuição de alimentos, que se expandem em todos os setores.

De fato, com a crise sanitária, tem-se uma aceleração do processo de desenvolvimento dos chamados mercados digitais, que emergem como alternativa comercial criativa (DA COSTA, 2020; HLPE, 2020; KENNEY; SERHAN; TRYSTRAM, 2020; REARDON; SWINNEN, 2020). Por exemplo, a pesquisa de Cubides Zuñiga, Cubides Zuñiga e Lugo (2020), sobre as plataformas de vendas da agricultura familiar durante a pandemia da Covid-19 na América Latina e Caribe, evidencia esta realidade, pois identificou que aproximadamente 30% das vendas são realizadas pelos sites, que só ficam atrás de redes sociais como WhatsApp, que é a ferramenta tecnológica mais utilizada. No Brasil, porém, ainda se sabe pouco ou quase nada sobre essas novas dinâmicas.

Neste contexto, o objetivo do presente artigo é analisar o processo de (re)invenção dos mercados da agricultura familiar brasileira antes e durante a pandemia da Covid-19, especialmente as (re)conexões a partir de sites e plataformas digitais de comercialização de alimentos e produtos com consumidores e populações urbanas. Para tanto, em termos metodológicos, foi realizado um amplo levantamento de várias experiências de comercialização digital existentes no país, elencando oito (8) variáveis para a investigação em 38 sites e plataformas que foram selecionados no âmbito nacional, buscando evidenciar como funciona esta novidade comercial dos AFs e das suas organizações coletivas.

A estrutura do trabalho está organizada em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção revisa-se alguns estudos sobre mercados,

cadeias curtas e novidades na AF. A terceira seção apresenta a metodologia adotada para coletar e sistematizar os dados, destacando as variáveis trabalhadas e os principais caminhos seguidos na pesquisa. Já a quarta e última seção discute e analisa os resultados da investigação dialogando com a literatura especializada e com os fatos marcantes da conjuntura atual da agricultura e da economia brasileira.

## **Mercados, cadeias curtas agroalimentares e a novidade dos canais de comercialização digitais da agricultura familiar**

A agricultura familiar, como forma específica de produção e trabalho nos espaços rurais, pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação) e explora em comum uma unidade de produção em uma área de terra específica. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (SCHNEIDER, 2003). Adicionalmente a estas características, autores como Abramovay (1998) e Ploeg (2008) reiteram a capacidade da agricultura familiar de se relacionar com os mercados e sua predisposição em acompanhar os principais avanços técnicos a partir dos conhecimentos científicos.

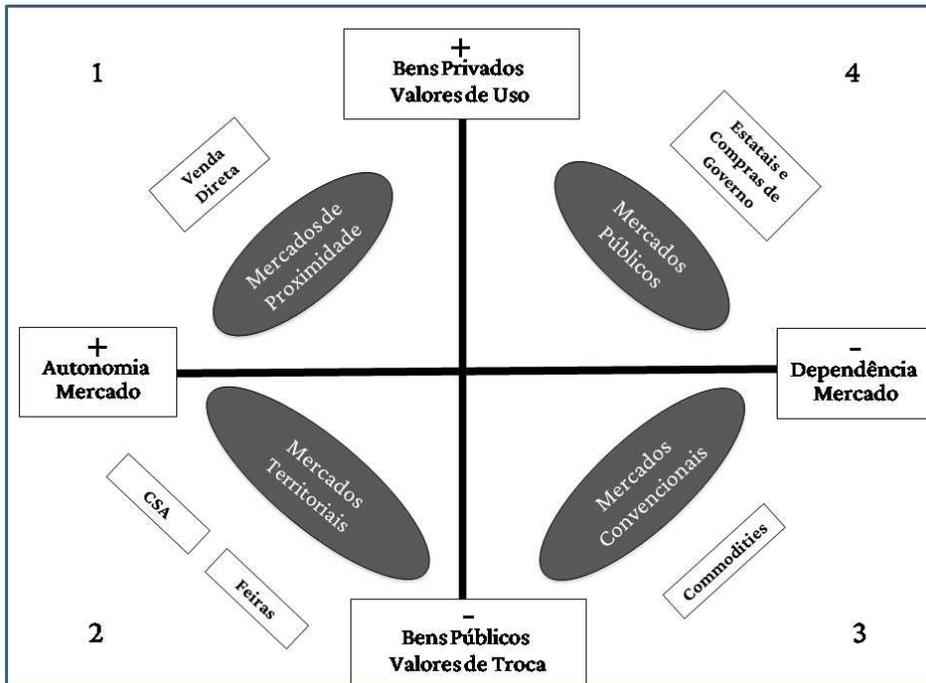
A participação dos AFs nos processos de troca, visando escoar sua produção de fibras, matérias-primas e alimentos para o abastecimento das cidades, é uma das estratégias econômicas clássicas de sua relação com a sociedade (VEIGA, 1991). Isso ocorre a partir da construção social de mercados e canais de comercialização dos agricultores familiares com os diferentes atores sociais atuantes no sistema alimentar, desde intermediários, indústrias, cooperativas, varejistas, consumidores, entre outros. Alguns estudos ainda reiteram que o futuro destes mercados será sua (re)localização, pois entendem que a tendência no século XXI será a comida artesanal, diversificada, adaptada aos locais específicos e baseada nas relações sociais de reciprocidade (PRA *et al.*, 2016; ALBALA, 2017).

Segundo Schneider (2016), os mercados são relações sociais, que se estabelecem entre agentes econômicos que podem ser produtores ou consumidores, que têm interesse em transacionar bens, mercadorias, recursos ou outros ativos. A existência de uma relação de mercado pressupõe a existência de trocas que, em geral, são motivadas por múltiplos interesses dos agentes. Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas. Na medida em que as relações e as interações sociais passam a ocorrer por meio da mediação dos mercados, estes assumem um papel decisivo

na organização do cotidiano econômico e da sociabilidade, influenciando atitudes, valores e a ação individual.

Em relação às iniciativas de agricultura familiar, conforme a Figura 1, é possível classificar os mercados em quatro tipos: os mercados de proximidade social, territoriais, públicos e convencionais. Nos mercados públicos, estariam políticas governamentais conhecidas no Brasil como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os mercados convencionais seriam aqueles que transacionam *commodities* agrícolas. Nestes dois tipos de mercados a característica principal é que os atores sociais atuantes, como os agricultores familiares, possuem pouca autonomia e muita dependência comercial, tendo em vista que as regras e normas de funcionamento são ditadas por outros atores sociais com mais poder. No caso dos mercados convencionais, por exemplo, grandes empresas agroindustriais controlam as cadeias de comercialização. Já nos mercados públicos, o papel principal cabe ao Estado, que pode destinar mais ou menos recursos para estas iniciativas, bem como modificar as regras de regulação das trocas.

**Figura 1** – Tipos de mercados para a agricultura familiar



Fonte: Schneider (2016).

Para os agricultores manterem-se com maior grau de autonomia e menos dependência nos mercados, é estratégico priorizar os mercados territoriais e de proximidade social, pois são nestes em que se consegue atuar por meio cadeias curtas alimentares, *nested markets* e mercados regionais (WILKINSON, 2008). Nesta direção, Gazolla e Schneider (2017) explicam que as cadeias agroalimentares curtas de abastecimento são expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor, objetivando construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. A definição de cadeias curtas resgata, portanto, uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que se refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica.

A partir do exposto, o objeto de estudo deste trabalho, os sites e as plataformas digitais de vendas de alimentos e produtos da agricultura familiar podem ser definidos como um tipo específico de canal de comercialização local e regional que estaria imerso (*embeddedness*) nos mercados de proximidade e/ou territoriais (BELLETTI; MARESCOTTI, 2020). Assim compreendidos, estes mercados podem ser definidos como uma cadeia curta alimentar entre a produção dos agricultores familiares, diretamente escoada e que abastece os consumidores e compradores urbanos, em que a interface não é mais somente social, mas tecnológica (sociotécnica), haja vista que as transações e (re)conexões entre atores sociais são mediadas por dispositivos inovativos baseados nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs (PLOEG, 2008; BOS; OWEN, 2016; REARDON; SWINNEN, 2020).

Esta nova modalidade de cadeia curta alimentar, ancorada em ferramentas digitais, é considerada uma novidade comercial construída pelos atores sociais inseridos nas iniciativas juntamente com os agricultores familiares, que foi acelerada pela crise sanitária (KENNEY; SERHAN; TRYSTRAM, 2020; DA COSTA, 2020). As novidades são definidas como novas práticas dos atores que, em interações com os diferentes tipos de conhecimentos e experiências de outros, constroem soluções sociotécnicas criativas em seus contextos locais, visando melhorar ou resolver problemas que afetam rotineiramente sua vida social ou seus processos de trabalho. Igualmente, as novidades ressaltam a agência dos atores nos processos criativos em que estes assumem atitudes proativas nos processos de construção social das novas práticas e técnicas. Elas são multifacetadas, podendo constituir-se de vários tipos: uma nova rede social, mercados, tecnologias, conhecimentos diferentes, novos

produtos e processos, serviços inovadores, cooperativas, entre outros (WISKERKE; PLOEG, 2004; GAZOLLA, 2020).

Outro conjunto de estudos reitera algumas das características das novidades anteriormente definidas. A primeira delas é o caráter inovador, uma vez que, na história dos agricultores familiares e de suas organizações sociais, esta forma (digital) de comercializar a produção de alimentos não era utilizada, sendo a maioria das iniciativas recentes, com menos de cinco anos, e as demais estavam em teste e/ou foram aceleradas com a pandemia da Covid-19 (SCHWANKE, 2020; SCHNEIDER *et al.*, 2020). Antes, a interação entre os atores nos mercados locais e territoriais, geralmente desenvolvia-se pela proximidade socioespacial. Agora, com a venda on-line, a interação é mediada pelas TICs, em que os AFs têm que ser hábeis em demonstrar sua reputação na produção de alimentos, entender de marketing e comunicar claramente as formas de qualificação alimentar, para que os consumidores sejam atraídos até as plataformas e adquiram os alimentos, além de fidelizá-los (CARVALHO; SANTOS; CARVALHO, 2015; DEPONTI *et al.*, 2020).

Ademais, a pesquisa de Alvear *et al.* (2020), com agricultores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Rio de Janeiro, exemplifica que o uso de ferramentas digitais como um site diminui o trabalho ‘manual’ dos AFs na separação de pedidos dos clientes e gera aumento do volume de vendas dos alimentos. O uso de sites também propicia informações aos AFs para que planejem sua produção futura, em função do conhecimento do histórico das vendas nos mercados onde atuam.

Do lado da demanda, os resultados aparecem na forma de facilidade e simplicidade para a aquisição dos produtos num site, afora a comodidade de recebê-los em casa (CARVALHO, 2015; ALVEAR *et al.*, 2020). Outro levantamento sobre a plataforma digital Comida da Gente, no Rio de Janeiro, concluiu que a tecnologia facilita o consumo consciente de orgânicos. Porém, apontou que há necessidades de adaptações dos clientes a estas novas possibilidades de consumo (ARAGÃO, 2019). Por sua vez, Schwanke (2020) verificou que a demanda por compras relativas ao comércio eletrônico de alimentos da agricultura familiar é bem maior do que a capacidade de oferta, evidenciando que se existisse mais disponibilidade de alimentos vendidos on-line ou sites oferecendo-os, os consumidores realizariam mais compras.

Em síntese, a comercialização digital de alimentos e produtos da agricultura familiar parece ser uma realidade também em expansão no Brasil. Contudo, há ainda poucas evidências sistematizadas sobre o tema, sendo que a maioria dos trabalhos

existentes se limita à discussão sobre o uso das TICs no agronegócio, em áreas como biotecnologia, recursos naturais e mudanças climáticas, segurança fitossanitária, transferência de tecnologia e usos das tecnologias digitais na agricultura familiar (BOS; OWEN, 2016; MASSRUHÁ; LEITE, 2016; DEPONTI; KIST; MACHADO, 2017). Tal fato representa uma lacuna importante nos estudos rurais brasileiros, principalmente levando em conta a expansão recente desta novidade durante a pandemia da Covid-19, bem como seu potencial estratégico para o fortalecimento dos AFs.

### **A prospeção do tema da pesquisa e o desenho metodológico da investigação**

A ideia de mapear e caracterizar os canais de comercialização digitais da agricultura familiar data do começo da crise da Covid-19 no Brasil, pois com ela iniciou-se a publicação de várias reportagens na imprensa nacional sobre os efeitos da pandemia nos mercados alimentares. Analisando preliminarmente algumas destas matérias, observou-se que os segmentos mais afetados eram os agricultores familiares, que comercializam alimentos e produtos em esferas territoriais locais e/ou regionais. Esta evidência geral, somada à lacuna mencionada anteriormente nos estudos sobre o tema, foi a principal motivação para a realização da pesquisa que balizou este artigo, a qual foi dividida em diferentes etapas.

Em princípio, buscou-se na internet por sites e plataformas digitais que comercializassem alimentos e produtos dos agricultores familiares. Chegou-se ao número de 50 sites e plataformas de vendas. Esta pesquisa foi realizada usando-se as seguintes expressões: “vendas de alimentos on-line, sites e plataformas, agricultura familiar”; “vendas de alimentos, sites e plataformas, agricultura familiar”; “comercialização, agricultura familiar, sites e plataformas”; “mercado, agricultura familiar, sites e plataformas”; “orgânico e agroecológico, comercialização, agricultura familiar, sites e plataformas”; “produtos orgânicos e agroecológicos, comercialização da agricultura familiar, sites e plataformas”.

Na sequência, foi realizada uma consulta aos sites e plataformas selecionados, no sentido de verificar as informações, dados e números que poderiam ser trabalhados na pesquisa. Desta primeira análise (mais superficial) dos sites e plataformas, foram construídas oito (8) variáveis exploradas no artigo, descritas no Quadro 1, as quais constituíram o banco de dados das experiências de comercialização estudadas.

Vale ressaltar que nem todas as variáveis foram encontradas integralmente no conjunto de sites e plataformas pesquisados. Alguns possuíam muito destacados os tipos e números de alimentos ofertados (*in natura*, artesanais, agroindustrializados, ecológicos,<sup>3</sup> entre outros), mas não os ‘princípios’ ou ‘ideias-força’ de sua criação. Outros possuíam sua história/origem clara, porém não descreviam quantos AFs e outros empreendimentos em números compunham a experiência de comercialização digital.

**Quadro 1** – Variáveis investigadas nos sites e plataformas de comercialização da agricultura familiar no Brasil, 2020

Variáveis
1. Origem das iniciativas de comercialização digital (motivos da sua criação/problemática enfrentada/origem dos recursos).
2. Ideias (força/princípios/missão/objetivos dos atores e da governança social que coordena os sites e plataformas).
3. Forma de organização social (privada [AFs], pública, central de cooperativas/cooperativa/associação, grupo de consumo, movimento social, mista [pública e privada], outra [empresarial, <i>startup</i> etc.]).
4. Distribuição espacial nas cinco grandes regiões brasileiras.
5. Dois principais tipos de alimentos e produtos ofertados (alimentos <i>in natura</i> e ecológicos, agroindustrializados artesanais e ecológicos, bebidas, bebidas ecológicas, artesanatos e outros produtos).
6. Número(s) do(s) principal(ais) grupo(s) de alimentos e produtos ofertados apresentado(s) nos sites e plataformas.
7. Atributos de qualidade dos alimentos e estratégias de qualificação alimentar mobilizadas pelos atores sociais.
8. Número de AFs envolvidos e empreendimentos participantes das experiências de mercados digitais (empresas, associações, agroindústrias familiares, cooperativas, grupos de consumo, entre outros).

**Fonte:** Elaboração dos autores (2020).

<sup>3</sup> Nos sites e plataformas estudados existem várias denominações para os alimentos ecológicos. Durante a coleta de dados da pesquisa foram identificados nomes como: agroecológicos, ecológicos, ecossociais e produtos orgânicos. Neste sentido, o termo “ecológico” é empregado no presente artigo para designar todos os alimentos, sejam *in natura*, agroindustrializados, bebidas ou de outro tipo, que são provenientes de processos de produção e de comercialização sustentáveis, respeitando os preceitos ambientais em todas as etapas da cadeia de produção – distribuição – consumo final. Por sua vez, denominam-se apenas de “alimentos *in natura*” e, no caso das agroindústrias, “alimentos artesanais” àqueles produtos que não apresentam a citada distinção ambiental na apresentação de suas características nos mercados digitais. Além disso, os alimentos *in natura* são ofertados aos consumidores em formatos frescos (por exemplo, uma alface que é apenas colhida e vendida), sem passar por processos de transformação e manipulações alimentares.

Desta análise desenvolvida preliminarmente, concluiu-se que não era possível a investigação dos 50 sites e plataformas previamente levantados. Os motivos de exclusão de 12 experiências de comercialização estão elencados no Quadro 2 e referem-se principalmente: a) aos sites e plataformas comercializarem outros produtos dos AFs de forma predominante (produtos não alimentares), fugindo do objetivo proposto na pesquisa que era a investigação das estratégias digitais de vendas de alimentos dos AFs; b) a sites que possuíam públicos mistos, por exemplo, o portal da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que agrega AFs à agricultura empresarial (predominante no portal); c) a outros sites que não apresentavam informações ou não estavam claras em relação as oito variáveis investigadas mostradas no Quadro 1; e d) ao fato de que muitos sites eram aplicativos ou remetiam a números de WhatsApp, sem informações e dados que poderiam ser explorados cientificamente segundo as variáveis arroladas.

**Quadro 2** – Critérios de inclusão e exclusão dos sites e plataformas na amostra da pesquisa, 2020

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Comercializar alimentos de forma predominante	Comercializar outros produtos não alimentares de forma predominante
Possuir exclusividade do público de agricultores familiares	Agregar agricultores familiares a outros públicos e tipos de agricultores (empresariais, ‘agronegócio’)
Possibilidade de mensurar quantidades e tipos de alimentos e produtos comercializados	Não apresentar informações claras sobre as quantidades e os tipos de alimentos e produtos vendidos
Possuir formato tecnológico de site ou plataforma digital de vendas	Redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp, aplicativos, entre outras)

**Fonte:** Elaboração dos autores (2020).

Com efeito, da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão mencionados, resultaram os 38 sites e plataformas digitais selecionados para a investigação, que estão descritos no Quadro 3, com sua respectiva localização no território nacional. Note-se que as experiências ou novidades selecionadas estão distribuídas em várias Unidades da Federação (UFs), sendo representativas da diversidade regional que caracteriza a agricultura familiar brasileira.

**Quadro 3** – Sites e plataformas pesquisados e localização no território brasileiro, 2020

Nº	Nome	Endereço eletrônico	Município e UF
1	Agro Orgânica	www.agroorganica.com.br/	Brasília/DF
2	Alimento de Origem	vitrine.alimentodeorigem.com.br/cep	Frederico Westphalen/RS
3	Amazônia Hub	amazoniahub.com/	São Paulo/SP
4	Aprofam	aprofam.vendizap.com/	Mossoró/RN
5	Bahia Cacau	bahiacacau.com.br/	Ibicaraí/BA
6	Balaio Orgânico	www.balaioorganico.com.br/produtos/	Curitiba/PR
7	Biobá	bioba.com.br/#/loja	Brasília/DF
8	Carona Agro	kyte.site/carona-agro	Chapecó/SC
9	Cecafes	loja.cecafes.net.br/	Natal/RN
10	Central do Cerrado	www.centraldocerrado.org.br/loja	Brasília/DF
11	Cesta Saudável	fb.cestasaudavel.com.br/	Francisco Beltrão/PR
12	Cirandas	cirandas.net/frutodaterra	Recife/PE
13	Comadre Fulozinha	www.comadrefulozinha.com.br/	Recife/PE
14	Compre do Produtor	guarapuava.compredoprodutor.com.br/	Guarapuava/PR
15	Coopafs	sarandi.feiradopequenoprodutor.com.br/	Sarandi/RS
16	CoopHub	centraldacaatinga.com.br/	Salvador/BA
17	Cores da Terra	cooperativacoresdaterra.com.br/	Cascavel/PR
18	Direto da Roça	diretodarocamt.com.br/	Tangará da Serra/MT
19	Empório da AF	balcao.online/coophub/	Juazeiro/BA
20	Enafes	kyte.site/enaf-escritorio-de-negocios-da-af/	Cuiabá/MS
21	Feira em Casa	feiraemcasa.caaf.agr.br/	Caxias do Sul/RS
22	Feira da AF Delivery	joaorafael santos2.wixsite.com/feiraagricultura	Janaúba/MG
23	FrigBahia	frigbahia.com.br/	Pintadas/BA
24	Girassol	coopgirassol.com.br/loja/	Porto Alegre/RS
25	Gravetero	www.coopercuc.com.br/	Uauá/Curaçá/Canudos/BA
26	Junta Local	juntalocal.com/	Rio de Janeiro/RJ
27	Manuçã	manuca.semagro.ms.gov.br/	Dourados/MS
28	Monte Sabores	balcao.online/montesabores/	Monte Santo/BA
29	Natucoa	www.natucoa.com.br	Ilhéus/BA
30	Naturingá	naturinga.commercesuite.com.br/	Maringá/PR
31	Porta Porta Orgânicos	www.portaaportaorganicos.com.br/	Recife/PE e Região
32	Sítio a Boa Terra	www.aboaterra.com.br/	Itobi/SP
33	Sítio Recanto Nativo	www.sitiorecantonativo.com.br/	Campo Magro/PR
34	Orgânicos da Fátima	organicosdafatima.com.br/	Rio de Janeiro/RJ
35	Orgânicos Zabelê	www.organicosrn.eco.br/	São Raimundo Nonato/PI
36	Verduras Luzzi	www.verdurasluzzi.com.br/	Chapecó/SC
37	Vitrine da AF	sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/quem-somos	Brasília/DF
38	Vitrine Virtual	www.vitrinevirtualrn.com/	Mossoró/RN

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Após a definição da amostra, o passo metodológico seguinte, durante os meses de julho e agosto de 2020, consistiu na análise dos sites e plataformas de forma mais aprofundada. Isto foi feito, por um lado, mediante a leitura de todos os menus e ícones contidos neles, examinando o conteúdo segundo as oito variáveis já descritas no Quadro 1. Por outro lado, também buscou-se levantar informações e dados quantitativos presentes nos sites e plataformas, como o número de AFs, empreendimentos, tipos e quantidades de alimentos e produtos ofertados. Desta forma, a investigação desenvolve-se com equilíbrio entre a análise quali-quantitativa dos dados e as informações disponíveis. Os principais achados do levantamento realizado são apresentados e discutidos a seguir.

### **Características dos novos mercados digitais da agricultura familiar brasileira durante a crise sanitária da Covid-19**

Como visto anteriormente, os mercados digitais da agricultura familiar se expandem pelo mundo afora e representam um canal de vendas importante em tempos de pandemia da Covid-19 (SCHNEIDER *et al.*, 2020). No Brasil, estas novidades surgiram de múltiplas fontes e têm características variadas. Conforme observado na Tabela 1, a principal motivação para a criação das experiências, com 25,43% das respostas identificadas, está associada à busca de novas (re)conexões entre a produção e os consumidores de alimentos. Esta forma de comercialização é o que a literatura tem chamado de cadeias curtas agroalimentares ou mercados de proximidade (WILKINSON, 2008; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Tais tipos de mercados, especificados na segunda seção deste artigo, se caracterizam pela proximidade social e espacial entre agricultores familiares e consumidores urbanos, maior grau de autonomia produtiva e comercial e maiores níveis de sustentabilidade ambiental nas práticas agrícolas adotadas. Também são chamados de mercados que (re)conectam os consumidores com a natureza, os alimentos e a saúde e nutrição, pois privilegiam uma interação aproximada, simbiótica entre produção-consumo e processos sociais que fortalecem a confiança entre os participantes dos processos de trocas (PLOEG, 2008; SOUZA; CALDAS, 2018). A novidade atual, vale reforçar, é que a interface de construção social destes mercados passa a ser tecnológica ou sociotécnica, a partir da interação entre atores sociais em sites e plataformas no decorrer da pandemia (BOS; OWEN, 2016; KENNEY; SERHAN; TRYSTRAM, 2020; REARDON; SWINNEN, 2020).

Nesta direção, levantamento da Emater de Minas Gerais (2020) também verificou que, em 88% dos casos, a produção dos AFs escoada pelos canais virtuais era entregue diretamente aos consumidores, reforçando os dados ora encontrados. Já o estudo de Carvalho (2015), que analisou o uso do *e-commerce* nas organizações da AF, concluiu em

direção oposta. A autora relata que a falta da interação face a face dificulta as transações, em razão da desconfiança entre os atores sociais, especialmente em relação às incertezas do ambiente on-line e à dificuldade de se avaliar a qualidade dos produtos adquiridos (não se pode tocá-los, olhá-los ou cheirá-los). Provavelmente, parte dessas dificuldades foi contornada no período da pandemia, uma vez que as medidas de isolamento social e os riscos de contaminação tendem a induzir os consumidores a flexibilizarem seus hábitos de compra em favor dos mercados digitais.

A outra origem dos sites e plataformas é formada por uma diversidade de aspectos multifacetados, que perfazem 16,94% das observações encontradas. Na lista desses aspectos aparece um conjunto variado de motivações para formalizar experiências da agricultura e agroindústria familiar, a própria pandemia da Covid-19 (explicitada claramente em três sites), a busca de relações mais igualitárias de gênero e juventude, a tentativa de melhoria dos processos de geração de renda dos AFs, o estímulo à participação política dos atores e a promoção da produção dos AFs com selo Senaf (Selo Nacional da Agricultura Familiar).

**Tabela 1** – Principais motivações para o surgimento das iniciativas de comercialização digital da agricultura familiar no Brasil, 2020

Motivações para o surgimento dos sites e plataformas	Número (*)	%
Construir ligações entre a produção e o consumo (cadeias curtas)	15	25,43
Papel das políticas públicas em vários níveis do Estado	9	15,26
Aspectos ligados à sustentabilidade da produção	7	11,86
Conhecimentos e agregar valor aos alimentos e produtos	7	11,86
Origem, consumo e alimentação saudável	6	10,17
Comercializar os alimentos e produtos	5	8,48
Outras motivações	10	16,94
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100,00</b>

\* A maioria dos sites e plataformas digitais estudados elenca mais de um motivo para sua criação. Dessa forma, o total de observações supera o número geral da amostra (38).

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Muitas experiências de comercialização digital da AF também se originaram de ações públicas do Estado, em vários níveis territoriais, perfazendo 15,26% das indicações nos sites. Destacam-se as políticas públicas para a AF, por exemplo, as vendas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), as políticas estaduais como as de Arranjos Produtivos Locais (APLs), as políticas municipais, especialmente as formuladas por Secretarias de Agricultura, os estímulos de órgãos de assistência técnica e extensão

rural (Ematers), a atuação de universidades e institutos federais e estaduais na criação e manutenção de plataformas, processos de geração de novos negócios e incubação de *startups* e o próprio portal criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em âmbito nacional, mas com pouca adesão dos AFs.

Na esfera internacional, o estudo de Odame e Alemu (2018) também reforça a importância de haver políticas públicas e parcerias público-privadas de apoio a constituição e manutenção de iniciativas de comércio digital na agricultura. Entretanto, o trabalho de Ehlers, Huber e Finger (2021) sobre as políticas públicas para a digitalização da agricultura na União Europeia não aponta a comercialização de produtos e alimentos como área fundamental de avanço das novas tecnologias. Os autores encontraram como principal resultado o fato de que a digitalização avança mais sobre o que se chama de “agricultura de precisão”, no monitoramento de resíduos agrícolas pelos governos visando aumento da sustentabilidade na utilização de produtos químicos (nitratos, pesticidas, entre outros), podendo baixar os custos de transação de algumas atividades agropecuárias, embora o alcance da digitalização não seja possível de modo igualitário para todos os agricultores e grupos sociais.

Ainda em relação à gênese dos mercados digitais da AF, em menores percentuais na Tabela 1, 11,86% das motivações identificadas se referem à busca de maiores níveis de sustentabilidade ambiental das práticas produtivas e comerciais, bem como fornecer alimentos ecológicos aos consumidores. Com esta mesma participação aparece também a oferta de conhecimentos sobre a produção e a necessidade de aumentar os níveis de agregação de valor aos alimentos comercializados. Pode ser verificado que 10,17% das observações registradas na referida tabela sinalizam que muitas iniciativas nasceram da necessidade de conhecimentos da origem dos alimentos na cadeia de produção, somada à ideia de um consumo mais responsável e uma alimentação saudável. Outros 8,48% das indicações coletadas mencionam que a criação dos sites e plataformas ocorreu somente pela motivação de comercializar seus alimentos e produtos com mais facilidades, abrindo um novo canal de vendas, especialmente depois do início da crise sanitária da Covid-19.

Neste sentido, vale ressaltar que aproximadamente 30% da amostra selecionada menciona a pandemia em seus conteúdos e menus, embora não deixem explícito se ela realmente foi o motivador da sua criação. Apenas três dos 38 sites analisados afirmam claramente que a pandemia os fez usar a estratégia digital de vendas de alimentos. A maioria das plataformas já existia antes da pandemia e outras estavam em elaboração pelos atores sociais, sendo que, com a deflagração da crise do coronavírus, estes processos foram acelerados de forma a torná-las utilizáveis rapidamente para suprir as necessidades de escoamento da produção dos agricultores.

Uma segunda variável investigada foram as ideias-força, princípios, missão e objetivos expostos pelos atores que formam a governança social e a coordenação das iniciativas, como apresentado, a seguir, na Tabela 2. Em primeiro lugar, com mais de 1/3 do percentual (36,06%) destacam-se aspectos relativos às preocupações com a sustentabilidade ambiental, que é mencionada tanto em termos de pensar processos de desenvolvimento sustentável, mas também propondo (re)conectar a produção ao consumo sustentável. A maioria das iniciativas menciona como objetivo/princípio/missão expressões como ‘produção sustentável’ e/ou ‘consumo sustentável’. Tais preocupações estão alinhadas de maneira paradigmática com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, mostrando certa sintonia com a Agenda 2030 internacional (FAO, 2020; HLPE, 2020).

Em segundo lugar, com ¼ do percentual (24,60%), aparecem como objetivos das experiências o incentivo a formas de comercialização que se baseiam no comércio justo e na economia solidária. Em terceiro lugar, estão valores sociais e princípios ligados à cooperação dos atores sociais nas experiências, com percentual de 14,75% (participação social, confiança, autogestão, união, transparência e ética). Estes dois conjuntos de fatores são muito próximos e podem ser explicados pelo grande número de sites e plataformas que possuem como forma de organização social associações e cooperativas, conforme demonstrado adiante no texto. Logo, pode-se dizer que se somados por este viés da ação coletiva, aproximadamente 40% dos princípios/objetivos estão ligados ao ideário da cooperação.

**Tabela 2** – Ideias-força/princípios/missão/objetivos dos atores e da governança social que coordenam os sites e plataformas digitais estudados no Brasil, 2020

Ideias força/princípios/missão/objetivos	Número (*)	%
Elementos relativos à noção de sustentabilidade ambiental	22	36,06
Comércio justo e economia solidária	15	24,60
Valores sociais e de cooperação	9	14,75
Consumo e comida	6	9,83
Melhoria da qualidade de vida	6	9,83
Outros princípios e objetivos	3	4,93
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100,00</b>

\* A maioria dos sites e plataformas digitais estudados elenca mais de uma resposta para a variável pesquisada. Dessa forma, o total de observações supera o número geral da amostra (38).

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Com menores percentuais na Tabela 2, entre as ideias-força e princípios em que se baseiam as experiências, estão as preocupações no que se refere ao consumo consciente e à 'comida boa' (9,83%), à melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores e consumidores (9,83%) e outros princípios e objetivos, com 4,93% (melhorar a comercialização e serviços da AF, apoiar processos de desenvolvimento regional e garantir a segurança dos consumidores). Tanto os princípios concernentes ao consumo quanto os que versam sobre a melhoria da qualidade de vida dos atores, especialmente por uma alimentação mais saudável, dirigem-se no sentido do conceito de consumidor politizado e reflexivo em relação às suas escolhas e aos gastos com alimentação, como várias pesquisas têm ressaltado (SOUZA; CALDAS, 2018; PORTILHO, 2020).

Outra questão indagada no estudo foi a forma de organização social que os atores possuíam para propor sites e plataformas, segundo a tipologia de formatos organizativos expostos na Tabela 3. O formato cooperativo se sobressai em mais da metade das observações existentes (52,63%), sendo formado pelos percentuais de três conjuntos: cooperativas (27,03%), associações (18,92%) e centrais de cooperativas (8,11%). Este formato das plataformas digitais de comercialização se justifica em razão dos altos custos de construção e manutenção que um site privado iria impor a iniciativas individuais dos agricultores, tanto que apenas três experiências da amostra conseguiram colocar em operação uma plataforma individual (CARVALHO; SANTOS; CARVALHO, 2015; ODAME; ALEMU, 2018). Para Belik (2020), as plataformas digitais coletivas possuem menores custos de transação para as organizações envolvidas e os custos de logística e distribuição são mais bem divididos entre os atores sociais se as experiências forem geridas por cooperativas ou ONGs no âmbito local.

Afora os aspectos mencionados, boa parte dos agricultores não tem acesso às tecnologias da informação nos espaços rurais. Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), aproximadamente 3,64 milhões de estabelecimentos agropecuários não possuem internet no Brasil, o que corresponde a 71,8% dos agricultores. Além disso, não basta possuir acesso à rede mundial, é preciso saber usá-la para gerir os sites e plataformas, bem como possuir aparelhos eletrônicos (smarthphones, notebooks e desktops) adequados para tal, duas coisas que a maioria dos AFs não domina e necessita de organização coletiva e formação para uso e conhecimento das tecnologias (DEPONTI *et al.*, 2020; DEPONTI; KIST; MACHADO, 2017; CORBARI; GREGOLIN; ZONIN, 2018).

**Tabela 3** – Formas de organização social dos atores em relação aos sites e plataformas estudados no Brasil, 2020

Formas de organização social	Número	%
Cooperativas, centrais de cooperativas e associações	20	52,63
Públicas	7	18,42
Outra forma (empresarial, <i>startup</i> , entre outras)	6	15,79
Privada (dos próprios AFs)	3	7,89
Grupos de consumo	1	2,63
Movimento social	0	0,00
Mista (pública e privada)	0	0,00
Sem informação	1	2,63
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Por sua vez, está crescendo o espaço social ocupado pelo cooperativismo, especialmente na agricultura familiar. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), 579 mil estabelecimentos rurais estão associados a cooperativas, perfazendo 11,4% do total do país. Destes, cerca de 410 mil são estabelecimentos de AFs, o que corresponde a 71,2% do total de associados, evidenciando ser um traço marcante a cooperação entre os AFs, inclusive, em suas estratégias de comercialização digitais, como os dados elencados aqui evidenciam. Outras estratégias de organização social desenvolvidas por instituições públicas estão em 18,42% dos casos estudados. Geralmente, são políticas públicas em vários níveis territoriais (municipal, estadual ou federal), como Arranjos Produtivos Locais (APLs), participação de universidades e institutos federais. Esta informação corrobora os achados da pesquisa de Carvalho, Santos e Carvalho (2015), em relação às estratégias cooperativadas da Rede Brasil Rural, evidenciando que os AFs de forma isolada não possuem recursos para construção de iniciativas de comercialização digital, necessitando do apoio institucional do Estado em quase 20% dos casos.

De fato, apenas 15,79% das experiências sistematizadas na Tabela 3 foram propostas em formatos individualizados, sendo sua constituição coordenada por um empreendimento privado ou pela presença de uma *startup*, enquanto novo modelo de negócio está voltado para a comercialização dos alimentos dos AFs. Com efeito, este tipo de formato organizacional empresarial tem ganhado fôlego no Brasil, como é o caso da Raízs, um aplicativo de *delivery* de produtos orgânicos que no ano de 2019 faturou R\$ 4,7 milhões e projetou ganhos de R\$ 20 milhões em 2020 (FONSECA,

2020). Por fim, formatos organizativos via grupos de consumo foram encontrados apenas em um caso. Já os propostos por movimentos sociais e mistos não apareceram na pesquisa, possivelmente por estes atores sociais ainda não estarem organizados ou priorizando as estratégias digitais para comercialização de seus alimentos e produtos.

A pesquisa de Cubides Zuñiga, Cubides Zuñiga e Lugo (2020), sobre as plataformas de vendas da agricultura familiar durante a pandemia da Covid-19, identificou dados parecidos a esta investigação. As autoras afirmam que há três frentes principais das iniciativas, sendo que 32% dos casos compreendem relações entre AFs com associações e cooperativas, 29% com agentes públicos (governos e universidades) e 27% com agentes privados (empresas). O restante das observações estava agregada numa rede mista (agentes públicos, privados e organizações internacionais), representando 12% dos casos estudados.

É importante sublinhar que a distribuição geográfica dos mercados digitais da agricultura familiar não é homogênea no território nacional. Na Tabela 4 observa-se que as Regiões Nordeste e Sul lideram as iniciativas, com 36,85% e 31,57%, respectivamente. As duas regiões se somadas perfazem mais de 68% dos sites e plataformas investigados. Em terceiro lugar, aparece a região Centro-Oeste, com quase 1/5 das iniciativas (18,42%) e a Região Sudeste, com 13,16%. Na Região Norte, por sua vez, não foi identificada nenhuma experiência na amostra, embora um dos canais de comercialização digitais analisados se chame AmazôniaHub, mas sua localização está na cidade de São Paulo (Quadro 3).

**Tabela 4** – Distribuição macrorregional das iniciativas de mercados digitais no território brasileiro, 2020

Regiões	Número	%
Nordeste	14	36,85
Sul	12	31,57
Centro-Oeste	7	18,42
Sudeste	5	13,16
Norte	0	0,00
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Esta distribuição espacial dos sites de comercialização on-line da AF, concentrada nas Regiões Nordeste e Sul, segue sua distribuição macrorregional no território nacional. Isto porque, dos 3.897.408 estabelecimentos totais da AF (correspondendo a 76,83% do total de estabelecimentos rurais em 2017), quase metade estão localizados na Região Nordeste (47,18%), seguida pelas Regiões Sudeste (17,6%) e Sul (17,08) com valores muito próximos. As outras regiões, Norte e Centro-Oeste, aparecem com percentuais menores, 12,33% e 5,72%, respectivamente (IBGE, 2019).

Note-se que no Centro-Oeste, onde se concentra o menor número de AFs, fica na terceira colocação em relação à comercialização on-line (Tabela 4). Alguns estudos sugerem que essa aparente contradição pode ser explicada pela dinâmica tecnológica da agropecuária nesta região e o empreendedorismo dos agricultores no uso das novas TICs (MASSRUHÁ; LEITE, 2016). Já no caso da Região Norte, as organizações sociais e AFs estão em comunidades isoladas, com pouco acesso à internet, distantes dos principais mercados consumidores de alimentos e com dificuldades logísticas, o que limita sua capacidade de empreender na construção de portais digitais de comercialização (GRISA *et al.*, 2009). Isso não quer dizer que os mercados digitais não existam nesta área, pois os AFs podem estar utilizando-se de outros formatos digitais de vendas não captados pela investigação (WhatsApp, Facebook e Instagram).

Além da distribuição espacial no território brasileiro, analisou-se os tipos de alimentos e produtos ofertados nos sites e plataformas da AF, como apresentado nas Tabelas 5 e 6. A Tabela 5 elenca apenas os dois tipos ou grupos principais de alimentos e produtos que estão sendo vendidos pelas experiências, sendo que, em cinco casos, o site apresentava apenas um tipo de alimento ou produto. Os produtos ofertados também foram analisados seguindo uma divisão em: alimentos ecológicos ou *in natura*, produtos agroindustrializados ecológicos ou artesanais, bebidas ecológicas ou não, outros produtos e artesanato, de maneira a criar uma tipologia dos alimentos e produtos ofertados digitalmente.

De acordo com o resultado do levantamento, destaca-se com  $\frac{1}{4}$  do percentual (26,76%), os alimentos com origem ecológica como predominantes nas experiências. Se somados os demais percentuais de alimentos agroindustrializados (25,36%) com as bebidas ecológicas (1,41%), chega-se a mais da metade do percentual (53,53%) dos alimentos e bebidas que possuem diferenciais ambientais. Estudo de Alvarez *et al.* (2018) sobre a Plataforma Cantasol, em assentamentos da região de Sinop/MT, evidenciou que o canal de comercialização direto entre produtores e consumidores foi importante para a difusão regional da agroecologia e o aumento de renda dos assentados, que ganhavam por semana/família de R\$ 400,00 a R\$ 600,00.

Agregando os percentuais, observa-se que a categoria alimentos, sejam ecológicos (26,76%) ou *in natura* (18,31%), perfazem 45,07%, evidenciando o potencial da agricultura familiar na produção e comercialização de comida para a sociedade. Por seu turno, agregando todos os alimentos e mais os agroindustrializados ecológicos ou não, atinge-se o percentual de mais de 90% dos itens identificados nas plataformas que se voltam à venda de alimentos.

**Tabela 5** – Dois principais tipos ou grupos de alimentos e produtos ofertados pelas experiências de mercados digitais no Brasil, 2020

Dois principais tipos ou grupos de alimentos e produtos ofertados	Número (*)	%
Alimentos ecológicos	19	26,76
Agroindustrializados ecológicos	18	25,36
Agroindustrializados artesanais	15	21,13
Alimentos <i>in natura</i>	13	18,31
Bebidas	2	2,81
Outros produtos	2	2,81
Artesanato	1	1,41
Bebidas ecológicas	1	1,41
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,00</b>

\* Cinco sites e plataformas apresentaram somente um tipo de alimento e produto principal comercializado. Por conta disso, a soma é 71 e não 76 como seria, se cada site tivesse dois tipos de alimentos e produtos principais.

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Outro grupo de alimentos bastante relevantes são os agroindustrializados pela AF, sendo que os que possuem distinção ecológica perfazem 25,36% e os que são originários de agroindústrias sem esta distinção ambiental (nomeados de artesanais) atingem 21,13%.<sup>4</sup> Quando somados, estes dois percentuais alcançam 46,49%, quase a metade dos tipos de alimentos expostos nas vitrines virtuais. Com menor participação de comercialização nos sites, aparecem as bebidas (2,81%) e outros produtos (2,81%), seguidos pelas bebidas ecológicas (1,41%) e pelo artesanato (1,41%).

<sup>4</sup> Os alimentos agroindustrializados são os que proveem de agroindústrias familiares geridas e instaladas nas próprias unidades de produção dos agricultores. A agroindústria familiar (artesanal ou ecológica) é uma estratégia de reprodução social dos agricultores familiares em que o grupo doméstico produz sua matéria-prima, a processa e transforma em alimentos elaborados de maior valor agregado, que são comercializados em mercados locais e regionais. Este processo é gerido pelos próprios agricultores familiares, de forma individual e, às vezes, em formatos coletivos por intermédio de associações, centrais ou cooperativas de agroindústrias. Para maiores detalhes teóricos a respeito, ver Maluf (2004).

Na sequência, a Tabela 6 apresenta os números dos alimentos e outros produtos ofertados nos sites, conforme estes os apresentavam por ocasião da análise (julho e agosto de 2020). Um primeiro dado que chama a atenção é o total de alimentos e produtos nos sites, 8.264 itens que, divididos pelas 38 experiências investigadas, resultam numa média de mais de 200 alimentos e produtos ofertados por unidade. Evidentemente, muitos destes alimentos e produtos são os mesmos em vários sites, devendo ser relativizada esta informação referente ao total médio de itens nas plataformas. Também deve-se considerar que algumas experiências puxam os dados para cima. Por exemplo, a Cirandas oferta mais de 1.700 alimentos ecológicos, enquanto outros possuem escala reduzida, como a Bahia Cacau, com apenas nove produtos agroindustrializados, mas com alto valor agregado ao cacau em formas puras.

**Tabela 6** – Quantificação dos principais grupos de alimentos e produtos ofertados nos mercados digitais estudados no Brasil, 2020

Alimentos e produtos ofertados	Número	%
Alimentos <i>in natura</i>	2.501	30,27
Agroindustrializados artesanais	1.817	21,99
Alimentos ecológicos	1.255	15,19
Agroindustrializados ecológicos	1.034	12,51
Bebidas ecológicas	788	9,53
Bebidas	437	5,28
Outros produtos	241	2,92
Artesanato	191	2,31
<b>Total</b>	<b>8.264</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Compete frisar que a oferta de alimentos *in natura* foi registrada em 30,27% das iniciativas, quase 1/3 do que é disponibilizado nos sites. Geralmente, são frutas, verduras, raízes, tubérculos, grãos e cereais. Em seguida aparecem os produtos agroindustrializados artesanais com 21,99% das observações, geralmente mel, queijos, embutidos, panificados, doces de frutas, cacau e conservas vegetais. Somados, estes dois percentuais atingem mais da metade de todos os alimentos e produtos ofertados nestes mercados digitais (52,26%). Por seu turno, considerando somente a categoria alimentos, em que os alimentos *in natura* (30,27%) e os

ecológicos (15,19%) totalizam quase metade do que é ofertado (45,46%), percebe-se a relevância deste tipo de item diferenciado nas experiências.

Outra maneira de visualizar as informações da Tabela 6 é focalizando apenas em termos de alimentos ecológicos. Neste sentido, se somados os percentuais de alimentos (15,19%), agroindustrializados (12,51%) e bebidas (9,53%), tem-se quase 40% dos alimentos e produtos comercializados com diferenciais de sustentabilidade ambiental. Analisando exclusivamente os alimentos artesanais que proveem das agroindústrias familiares e possuem maior valor agregado em razão da transformação alimentar, estes perfazem 21,99% dos itens ofertados e os agroindustrializados com diferenciais ambientais mais 12,51%, totalizando, quando agregados estes dois dados, cerca de 1/3 do total do que é colocado para comercialização nos sites, evidenciando a importância que as agroindústrias familiares possuem nestes novos mercados on-line da agricultura familiar.

Finalmente, há o grupo das bebidas ecológicas (9,53%) e das demais bebidas (5,28%), alcançando quase 15% dos itens expostos à venda pelas experiências. Na maioria dos casos, este grupo é formado por refrigerantes naturais, kombuchas, vinhos, cervejas artesanais e sucos de frutas. Com menores percentuais (2,92%), figuram outros produtos como húmus, cosméticos, cremes, sabonetes e *souvenirs* das organizações da AF. Já os artesanatos (chapéus, bolsas, colares e artes em palha) somam pouco mais de 2,0%.

Os dados apresentados nas Tabelas 5 e 6 evidenciam, portanto, a predominância de três categorias de produtos: alimentos *in natura*, ecológicos e agroindustrializados. No caso dos alimentos com distinções ambientais, uma primeira explicação está na expansão do consumo, que cresce em média 20% ao ano no Brasil (BRUNO, 2020). Além disso, os chamados consumidores reflexivos e politizados também preferem consumir alimentos com diferenciais de sustentabilidade ambiental para construção de dietas saudáveis (ARAGÃO, 2019; SONNINO, 2019; PORTILHO, 2020). Pelo lado da oferta, os AFs e suas organizações parecem ter percebido que este tipo de alimento representa uma janela de oportunidade de negócios e de transformação em direção a um sistema alimentar mais sustentável que incorpore as preocupações ligadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (FAO, 2020).

No que diz respeito aos alimentos agroindustrializados, levantamento feito pela Emater/MG (2020) durante a pandemia também chegou a números similares aos encontrados nesta pesquisa. Segundo o referido levantamento, frutas, hortaliças e produtos de agroindústrias, como queijos e doces, são os itens mais comercializados

pelos AFs com a ajuda das ferramentas digitais, representando 77,% das vendas. Na mesma linha, estudos evidenciam que estes tipos de alimentos têm procura crescente pelos consumidores, pois substituem os ultraprocessados do sistema alimentar industrial, sendo mais saudáveis. Ademais, muitos são produzidos artesanalmente, trazem as receitas e sabores do passado dos AFs e dos territórios em que estes estão imersos e, em muitos casos, preocupam-se com os princípios da sustentabilidade ambiental (como no caso das agroindústrias ecológicas) e são fáceis de serem adquiridos pelas cadeias curtas (WILKINSON, 2008; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Em termos de resultados, pesquisa conduzida no Sul do país, mediu o nível de agregação de valor aos alimentos ecológicos, em que a produção e a transformação das matérias-primas foram realizadas em agroindústrias ecológicas e os alimentos comercializados por cadeias curtas. Os resultados são surpreendentes, haja vista que quase metade dos valores de produção gerados (em média, R\$ 105.712,18 por família, que corresponde a 49,57% dos valores de produção) com a venda deste tipo de alimento ficaram em mãos dos AFs, na forma de renda líquida, já descontados todos os custos de produção e formalização institucional das agroindústrias (GAZOLLA; LIMA; BRIGNONI, 2018). Este aspecto econômico é um grande motivador para os AFs cada vez mais agregarem valor aos alimentos, produzindo-os e transformando-os dentro de formatos ecológicos e os vendendo em mercados de proximidade.

Quanto à categoria alimentos (somando-se nas Tabelas 5 e 6 alimentos *in natura* e agroindustrializados, ecológicos ou não), os dados da investigação reforçam a ideia que aponta para a vocação histórica da AF em ocupar sua força de trabalho e recursos territoriais na produção e comercialização alimentar, como estudos internacionais têm ressaltado (FAO, 2014). Ademais, ajudam a iluminar o debate brasileiro, no sentido de que a ‘narrativa’ a ser construída no caso das organizações sociais da AF deve se concentrar na alimentação sustentável e nas dietas saudáveis para o futuro. Isto porque, como foi visto até aqui, mais de 90% dos alimentos e produtos encontrados nas 38 plataformas pesquisadas são *in natura*, locais/regionais (cadeias curtas), ecológicos e de pequenas agroindústrias, em sintonia com as novas tendências do sistema alimentar em várias partes do mundo (SONNINO, 2019; SCHNEIDER *et al.*, 2020; BAKALIS, 2020).

A presente pesquisa também procurou analisar os atributos de qualidade dos alimentos e as estratégias que os atores sociais que coordenam os sites utilizam-se para qualificar os produtos, conforme exposto na Tabela 7. Os atributos de qualidade estão relacionados a aspectos dos alimentos que foram mobilizados pelos atores

sociais para caracterizá-los e divulgá-los nas experiências. Segundo Lima (2019), os atributos definem a comida como artefato culinário que participa da vida social e inspira considerações e implicações comerciais, jurídicas e culturais que consagram ou condenam um alimento. É importante os modos como os alimentos provocam interações, mobilizando engajamentos, lutas e identificações com moralidades dietéticas. São exemplos de atributos de qualidade dos alimentos e produtos o uso dos termos “frescos”, “sem agrotóxicos”, “limpos”, dentre outros.

Já as estratégias de qualificação alimentar, acionadas pelos atores, são os discursos e narrativas que eles constroem relativamente aos alimentos e produtos, como estratégia de transferir atributos sociais para os produtos. O exemplo, neste caso, é o uso das diversas características da agricultura familiar como forma social de trabalho e produção, para que os elementos da agricultura familiar sejam ‘transportados’ para os alimentos, atribuindo-lhes sentidos sociais, simbólicos e de reputação (NIERDELE, 2013).

De acordo com a Tabela 7, a principal estratégia de qualificação alimentar acionada pelos atores sociais nos sites de comercialização é justamente o uso do termo agricultura familiar, na tentativa de demonstrar aos consumidores suas características em relação à produção dos alimentos. São mobilizados argumentos de que a AF é a forma de agricultura que produz alimentos em formatos sustentáveis, com qualidade, diversificados e com produção, comercialização e consumo que estimulam o desenvolvimento econômico e social local e regional. Esta narrativa aparece em quase ¼ das plataformas analisadas (24,30%).

Em segundo lugar, com quase 1/5 das observações nos sites analisados (19,63%), aparecem os atributos ligados às questões ambientais. Os principais termos usados para descrever as qualidades ambientais dos alimentos são produtos “orgânicos”, “ecológicos”, “ecossociais”, “da sociobiodiversidade”, “sustentáveis” e “lowcarb”. A estratégia utilizada é trazer as questões ambientais para o centro da qualificação alimentar, demonstrando para os consumidores que os AFs possuem responsabilidade socioambiental na produção e abastecimento da sociedade, estimulando a oferta de produtos que seguem os princípios da sustentabilidade ambiental, tal como estudos da área do consumo político e sustentável têm ressaltado (ALBALA, 2017; PORTILHO, 2020). Alvear *et al.* (2020), em estudo sobre o site de comercialização Sipaf do MST no Rio de Janeiro, encontraram estas mesmas motivações no que se refere à sustentabilidade ambiental servindo como guia para incentivar os consumidores a adquirirem os alimentos ofertados.

**Tabela 7** – Atributos de qualidade dos alimentos e estratégias de qualificação alimentar mobilizadas pelos atores dos mercados digitais estudados no Brasil, 2020

Atributos e estratégias de qualificação alimentar	Número (*)	%
Agricultura familiar, produção diversificada e local	26	24,30
Alimentos com atributos ambientais e de sustentabilidade	21	19,63
Frescos, naturais e sazonais/estacionais	14	13,08
Com selos e certificações	14	13,08
Origem e rastreabilidade	13	12,16
Sem agrotóxicos, substâncias químicas e produção limpa	12	11,21
Outros atributos	7	6,54
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>100,00</b>

\* A maioria dos sites e plataformas digitais estudados elenca mais de uma resposta para a variável pesquisada. Dessa forma, o total de observações supera o número geral da amostra (38).

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Ainda na Tabela 7, com percentuais menores, a produção e a venda de alimentos frescos, naturais e de estação aparecem com 13,08%, número igual ao do conjunto de produtos que são qualificados por possuírem algum tipo de selo ou certificação orgânica, da agricultura familiar, *fair trade*, Senaf, de procedência, dentre outros. A busca pela origem e a rastreabilidade dos alimentos ocupa um posto quase idêntico a estas duas estratégias anteriores de qualificação alimentar, ficando com 12,16% das respostas. Os alimentos isentos de agrotóxicos, substâncias químicas e limpos aparecem em seguida, com 11,21% das estratégias de qualificação alimentar. Se somados, estes quatro conjuntos de narrativas perfazem quase a metade (49,53%) das estratégias acionadas pelos atores que gestionam as experiências de comercialização digital.

Analisando-se os dados expostos no parágrafo anterior, pode-se dizer que, por um lado, os atores sociais e AFs que administram as experiências fazem a crítica à agricultura modernizada e ao sistema alimentar industrial, que realiza a distribuição dos alimentos por cadeias longas. Segundo o discurso constituído nos sites, estes atores do sistema alimentar dominante produzem e comercializam alimentos com excesso de produtos químicos, agrotóxicos, ultraprocessados e que possuem altos custos socioeconômicos e ambientais pela sua forma de distribuição (alta pegada ecológica, *food miles*, entre outras) (ALBALA, 2017; BELIK, 2020).

Nesse contexto, como alternativa ao conjunto de problemas apresentados, propõe-se alimentos naturais, frescos e sem agrotóxicos e insere-se o tema da rastreabilidade, selos e certificações, com os quais os consumidores dos alimentos conseguem remontar

a origem dos produtos na cadeia produtiva e checar os processos de produção e manejos adotados. Esta estratégia de qualificação alimentar vai destacar justamente a capacidade dos AFs de transferir sua reputação em produzir e comercializar alimentos 'limpos' e com diferenciais de qualidade ambiental (por exemplo, a certificação orgânica), possibilitando aos consumidores conhecer a sua origem e os seus métodos produtivos, como ressalta o estudo de Groot (2020).

Em menor medida há outros atributos de qualificação alimentar que são mobilizados, como os ligados à boa qualidade das matérias-primas e dos alimentos das agroindústrias, ao zelo pelo bem-estar dos animais, aos cortes especiais de carnes, à adoção dos princípios da segurança alimentar e às boas condições sanitárias dos alimentos. Estas estratégias aparecem em 6,54% dos sites investigados. Ao todo, conforme mostra a Tabela 7, 107 diferentes estratégias de qualificação alimentar foram identificadas nos 38 sites estudados, uma média de quase três (2,81) estratégias acionadas por cada experiência que formou a amostra da pesquisa.

As evidências dos processos de qualificação alimentar e das estratégias acionadas pelos atores sociais estão de acordo com estudos no Brasil e em países europeus, pelas quais conclui-se que os novos mercados digitais dos AFs, como os casos analisados aqui, florescem a partir da constituição de um conjunto de novas convenções de qualidade e valorização dos produtos, as quais são construídas em um método de coparticipação entre distintos atores e organizações, permeados principalmente por processos e relações que envolvem produtores e consumidores (VENDRUSCOLO *et al.*, 2018).

Em conjunto, por sua vez, os mercados digitais agregam um variado leque de agricultores e organizações. Para ilustrar esta afirmação, a Tabela 8 apresenta os números de AFs e empreendimentos que estão inseridos nas iniciativas estudadas (cooperativas, associações, agroindústrias, empresas, parceiros, feiras e centrais de cooperativas). É importante ressaltar que os números são aproximados e que várias experiências não possuíam estes dados em seus sites e plataformas. Logo, possivelmente, os números são menores do que os contingentes reais de AFs e empreendimentos que compõem os 38 sites pesquisados. Mesmo assim, foram computados quase 9 mil AFs nas experiências e quase mil empreendimentos de diversos tipos. Em média, verificou-se que cada experiência possui 236 AFs e 26 empreendimentos.

Os empreendimentos com lógica de ação coletiva predominam nas experiências, sendo o principal as cooperativas com quase 60% dos casos, seguidas de associações com 1/3 dos empreendimentos (32,86%). Se somados estes dois percentuais e adicionado às centrais de cooperativas, constata-se que mais de 90% dos

empreendimentos são baseados nos princípios da economia solidária, cooperação e associativismo para serem viáveis social e economicamente. Estes dados se autorreforçam, pois quando foram discutidas as formas de organização social das experiências (Tabela 3), as estratégias que tinham como mote a ação coletiva apareciam com mais da metade dos sites e plataformas. Os demais (quase 8,0%) distribuem-se entre os outros tipos de empreendimentos como agroindústrias familiares (5,85%), empresas privadas e familiares (1,33%), parceiros comerciais dos AFs (0,82%) e feiras (0,10%).

**Tabela 8** – Número de agricultores familiares e empreendimentos participantes das experiências de mercados digitais estudadas no Brasil, 2020

Agricultores familiares e empreendimentos	Número	%
Agricultores familiares	8.959	100,00
Cooperativas	574	58,94
Associações	320	32,86
Agroindústrias familiares	57	5,85
Empresas privadas e familiares	13	1,33
Parceiros comerciais	8	0,82
Feiras	1	0,10
Central de cooperativas	1	0,10
<b>Total</b>	<b>974</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2020).

Portanto, torna-se claro o papel da ação coletiva para a construção de novas estratégias dos AFs em seus processos de comercialização, tendo como base as ferramentas digitais. É de se esperar que esta novidade tenha ampliado o seu raio de alcance com a pandemia da Covid-19, embora seja necessário levantar mais evidências para confirmar esta hipótese. Igualmente, este movimento de digitalização pode estar aprofundando as desigualdades no âmbito dos AFs, tendo em vista que a maioria do segmento ainda apresenta baixo grau de acesso às TICs e uma gama variada de outras vulnerabilidades sociais. Desse modo, para reduzir as assimetrias dos distintos grupos de AFs, a digitalização da comercialização aparece como uma agenda estratégica de grande importância para a política de desenvolvimento rural do Brasil nos próximos anos, merecendo mais atenção do Estado e das organizações de classe representativas da agricultura familiar.

## Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar as características dos novos mercados digitais da agricultura familiar no Brasil durante pandemia da Covid-19, especialmente as (re)conexões a partir de sites e plataformas digitais de comercialização de alimentos e produtos com consumidores e populações urbanas. As conclusões mais importantes remetem a um conjunto de quatro achados científicos sobre o tema pesquisado. O primeiro é a capacidade de se reinventar dos AFs e suas organizações sociais em relação aos seus mercados e canais de comercialização. Com a crise sanitária, os agricultores inseridos nos mercados digitais estão conseguindo mostrar sua resiliência e criatividade ao iniciarem processos de uso das TICs para vender seus produtos e alimentos a partir da construção de novas cadeias curtas, que atuam como uma interface tecnológica ou sociotécnica com os consumidores.

O segundo achado é que as experiências demonstram a vocação histórica dos AFs no uso da sua força de trabalho, recursos territoriais e conhecimentos para a produção e comercialização de alimentos para o abastecimento da sociedade urbana. A pesquisa demonstrou que mais de 90% dos itens ofertados são de alimentos. Ligada a esta conclusão, está a que os alimentos possuem características variadas e narrativas construídas pelos atores sociais que gestionam os sites visando uma nova concepção de qualidade, voltada para a alimentação sustentável e para a construção de dietas saudáveis, já que a maioria dos alimentos e produtos vendidos são *in natura*, ecológicos e de agroindústrias. Estes aspectos são de extrema importância, pois evidenciam a capacidade dos AFs abastecerem as sociedades com alimentos saudáveis e sustentáveis, podendo-se constituir uma ‘nova narrativa’ para eles, que fuja da antiga do ‘mais alimentos’ (‘AF produz 70% dos alimentos do país’), para uma nova que é de alimentar a sociedade com comida de qualidade.

Com efeito, o terceiro achado da pesquisa é que a constituição de estratégias para acesso aos mercados on-line pelos AFs não é possível de modo individualizado. A investigação demonstrou a necessidade dos AFs trabalharem de forma coletiva para construção social destes mercados, especialmente via cooperativas e associações. Por fim, o quarto achado refere-se à baixa participação do Estado na configuração da dinâmica estudada, aparecendo apenas em apoios pontuais por meio de ações públicas em diferentes níveis territoriais, bem como não se encontrou nenhuma política pública específica em direção à digitalização. Isto é preocupante, haja vista que cabe ao Estado o apoio na construção destes mercados, considerando que as compras on-line são essenciais para manter o distanciamento social durante a crise sanitária vivenciada e se constitui em uma tendência do futuro para dar vazão à oferta alimentar dos AFs.

Tais evidências abrem espaço para novas investigações com o objetivo de aprofundar os pontos apresentados. Por exemplo, estudos de casos e regionais podem revelar outras questões, como o grau de inserção de mulheres e jovens, o tamanho econômico e produtivo das experiências. Da mesma forma, pesquisas de cunho quali-quantitativas podem evidenciar os efeitos socioeconômicos e ambientais dessas iniciativas nas condições de reprodução social dos atores envolvidos, tanto do lado da produção como do consumo. O avanço no cabedal de conhecimentos sobre estes e outros aspectos pode contribuir para ampliar o acervo de informações disponíveis, preenchendo a lacuna nos estudos rurais do Brasil em relação a este novo e instigante tema de pesquisa.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O sistema alimentar mundial está doente e a culpa não é da Covid-19. *Portal Uol*, [s.l.], 22 maio 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/ricardo-abramovay/2020/05/22/o-sistema-alimentar-mundial-esta-doente-e-a-culpa-nao-e-da-covid-19.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- AGRICULTORES familiares da América Latina relatam dificuldades na venda de alimentos durante a pandemia, diz pesquisa. *G1*, 28 jul. 2020. Agro. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/07/28/agricultores-familiares-da-america-latina-relatam-dificuldades-na-venda-de-alimentos-durante-a-pandemia-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- ALBALA, Ken. Comendo na pós-modernidade: como o comprar, o cozinhar e o comer estão se transformando na Era Digital. Tradução de Lívia Barbosa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 238-250, 2017. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-2\\_02\\_comendo](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa25-2_02_comendo). Aceso em: 21 ago. 2020.
- ALVEAR, Celso Alexandre Souza de; HORA, Larissa Bral Povia de; SILVA, Fernando Dias de Mello; GRAÇA, Pedro Jullian Medina Torres; FERREIRA, Rosimar Caroline Batista; AMORIM, Gabriel de Avellar. Sistema integrado de comercialização para produtos da agricultura familiar. *International Journal of Engineering, Social Justice and Peace*, Kingston, v. 7, n. 2, p. 68-89, 2020.
- AQUINO, Joacir Rufino de; RADOMSKY, Guilherme F. W.; SPOHR, Gabriela; PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes; RADOMSKY, Camila W. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do Pronaf na Região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio (Orgs.). *Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IPEA, 2014. p.77-106. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21595](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21595). Acesso em: 15 ago. 2020.

- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1234-56781806-94790560108>. Acesso em: 9 set. 2020.
- ARAGÃO, Felícia Ribeiro Gonçalves. *A tecnologia facilita o consumo consciente de orgânicos? O caso da Plataforma Comida da Gente*. 2019. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12194>. Acesso em: 2 set. 2020.
- BAKALIS, Serafim *et al.* Perspectives from CO+RE: How COVID-19 changed our food systems and food security paradigms. *Current Research in Food Science*, v. 3, p. 166-172, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2665927120300241>. Acesso em: 21 set. 2020.
- BARBOSA, Fernando. Pandemia reduz negócios e acende sinal de alerta para a agricultura familiar. *Revista Globo Rural*, Rio de Janeiro, 22 set. 2020. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2020/09/pandemia-acendeu-sinal-de-alerta-para-agricultura-familiar.html>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BELIK, Walter. Sustainability and food security after COVID-19: relocalizing food systems? Editorial. *Agricultural and Food Economics*, v. 8, n. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40100-020-00167-z>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. *Short food supply chains for promoting local markets*. Roma: FAO, 2020.
- BOS, Elizabeth; OWEN, Luke. Virtual reconnection: the online spaces of alternative food networks in England. *Journal of Rural Studies*, v. 45, p. 1-14, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016716300316>. Acesso em: 28 set. 2020.
- BRUNO, Marta. Mercado de orgânicos cresce em média 20% ao ano. *O Otimista*, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://ootimista.com.br/jornal-impresso/mercado-de-organicos-cresce-em-media-20-ao-ano/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- CARVALHO, Clesiane de Oliveira. *O e-commerce como instrumento de comercialização para os produtos da agricultura familiar brasileira: o caso do Programa Rede Brasil Rural*. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/10510>. Acesso em: 4 set. 2020.
- CARVALHO, Clesiane de Oliveira; SANTOS, Antônio Carlos dos; CARVALHO, Glauco Rodrigues. Rede Brasil Rural: inovação no contexto da agricultura familiar. *Revista Agronegócio e Meio Ambiente*, Maringá, v. 8, n.1, p. 79-94, 2015.
- CORBARI, Fabio; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; ZONIN, Wilson João. Usos e percepções das tecnologias de informação e comunicação entre cooperados da economia solidária da agricultura familiar. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, v. 13, n. 24, p. 269-286, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/6407>. Acesso em: 21 set. 2020.
- CUBIDES ZUÑIGA, Eimy Carolina; CUBIDES ZUÑIGA, Nataly; LUGO, Ireima Andreina. Agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da Covid-19. *Boletim Covid-19*, Campinas, n. 15, 2020.

- DA COSTA, Fernanda. Pandemia acelera processos de digitalização de produtores orgânicos. *Jornal da UFRGS*, Porto Alegre, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/pandemia-acelera-processo-de-digitalizacao-de-produtores-organicos/>. Acesso em: 10 set. 2020.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Efeitos crise Covid: análise nacional e agricultura familiar*. Informativo julho 2020. Brasília: Cegafi/UnB, 2020.
- DEPONTI, Cidonea; KIST, Rosane Bernardete Brochier; MACHADO, Augusta. As inter-relações entre as TIC e a Agricultura Familiar. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, Tupã, v. 3, n. 1, p. 4-23, 2017. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/47>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- DEPONTI, Cidonea; KIST, Rosane Bernardete Brochier; AREND, Silvio Cezar; OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. O perfil, o uso e a apropriação de TICs pela agricultura familiar do Vale do Caí-RS, Brasil. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, Tupã, v. 6, n. 1, p. 42-77, 2020. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/115>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- EHLERS, Melf-Hinrich; HUBER, Robert; FINGER, Robert. Agricultural policy in the era of digitalization. *Food Policy*, v. 100, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2020.102019>. Acesso em: 15 set. 2020.
- EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. *EMATER-MG faz levantamento de iniciativas de vendas online por agricultores familiares durante a pandemia*. Belo Horizonte: Emater, 2020. Disponível em: [http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-faz-levantamento-de-iniciativas-de-vendas-on-line-por-agricultores-familiares-durante-a-pandemia-/?flagweb=novosite\\_pagina\\_interna&id=25080](http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/emater-mg-faz-levantamento-de-iniciativas-de-vendas-on-line-por-agricultores-familiares-durante-a-pandemia-/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=25080). Acesso em: 21 set. 2020.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *The state of food insecurity in the World 2014: strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Roma: FAO, 2014.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *La COVID-19 y el acceso de los pequeños productores a los mercados*. Roma: FAO, 2020.
- FONSECA, Mariana. Aplicativo para comprar alimentos orgânicos expandiu dez vezes na pandemia. *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, Rio de Janeiro, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2020/08/aplicativo-para-comprar-alimentos-organicos-expandiu-dez-vezes-na-pandemia.html>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GAZOLLA, Marcio. Perspectiva multinível e coevolucionária e a noção de novidades no desenvolvimento rural e regional: aplicações aos estudos das práticas criativas da agricultura familiar. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 232-254, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14411>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- GAZOLLA, Marcio; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BRIGNONI, Carolina. Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Desenvolvimento & Meio Ambiente*, Curitiba, v. 49, p. 239-263, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51681>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

- GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisições de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), 2009, Juazeiro. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2009.
- GROOT, Étienne. Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 136-155, 2020. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1\\_06\\_conhecimento](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_06_conhecimento). Acesso em: 23 ago. 2020.
- HLPE – Committee on World Food Security High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. *Impacts of COVID-19 on food security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic*. Rome: FAO, 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE/Sidra, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- KENNEY, Martin; SERHAN, Hiam; TRYSTRAM, Gilles. Digitalization and platforms in agriculture: organizations, power asymmetry, and collective action solutions. *ETLA Working Papers*, Berkeley, n. 78, 2020. Disponível em: <https://www.etla.fi/en/publications/digitalization-and-platforms-in-agriculture-organizations-power-asymmetry-and-collective-action-solutions/>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- LANG, Tim; HEASMAN, Michael. *Food wars: the global battle for mouths, minds and markets*. Londres: Earthscan, 2009.
- LIMA, Maria de Fátima Farias. *Cultura material e agência do queijo: uma sociologia da ação e da reputação da comida*. 2019. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45355>. Acesso em: 13 set. 2020.
- MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acesso em: 22 set. 2020.
- MASSRUHÁ, Sílvia Maria; LEITE, Maria Angelica de Andrade. Agricultura digital. *Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar*, Tupã, v. 2, n. 1, p. 72-88, 2016. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/18>. Acesso em: 13 set. 2020.
- MATTEI, Lauro. A política econômica brasileira diante da Covid-19. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 30, p. 172-183, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7144>. Acesso em: 19 out. 2020.
- NIEDERLE, Paulo Andre. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIEDERLE, Paulo Andre (Org.). *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 23-54.
- ODAME, Hannington; ALEMU, Dawit. Partnerships, platforms and policies strengthening farmer capacity to harness technological innovation for agricultural commercialisation. *APRA – Agricultural Policy Research in Africa*, Working paper 10, 2018.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- POPKIN, Barry; REARDON, Thomas. Obesity and the food system transformation in Latin America. *Obesity Reviews*, v. 19, n. 8, p. 1028-1064, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/obr.12694>. Acesso em: 29 out. 2020.
- PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 12-33, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15088>. Acesso em: 19 set. 2020.
- PRA, Marlene; SABOURIN, Eric; PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano. Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 5-27, 2016. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/775>. Acesso em: 15 out. 2020.
- REARDON, Thomas; SWINNEN, Johan. COVID-19 and resilience innovations in food supply chains. Washington D.C.: IFPRI, 2020. Disponível em: <https://www.ifpri.org/blog/covid-19-and-resilience-innovations-food-supply-chains>. Acesso em: 10 out. 2020.
- RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as redes agroalimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-52.
- ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza Matos (Orgs.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: CHARÃO-MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-141.
- SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020.
- SCHWANKE, Jéssica. *O comércio eletrônico como alternativa de mercado para a agricultura familiar*. 2020. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4812>. Acesso em: 10 out. 2020.
- SONNINO, Roberta. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.
- SOUZA, Ronaldo Tavares; CALDAS, Eduardo de Lima. Redes alimentares alternativas e potencialidade ao desenvolvimento do capital social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 426-446, 2018. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-2\\_08\\_redes\\_alimentares](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-2_08_redes_alimentares). Acesso em: 14 set. 2020.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VENDRUSCOLO, Rafaela; MATTE, Alessandra; VENTURA, Flaminia; TOURRAND, Jean François; WAQUIL, Paulo Dabdad. Entre a reconexão e a revalorização: a constituição de convenções em mercados da agricultura familiar no Brasil, na Itália e na França. *Estudos Sociedade e*

*Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 495-516, 2018. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3\\_entre\\_a\\_reconexao](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_entre_a_reconexao). Acesso em: 13 out. 2020.

VIAN, Tatiana Alvarez; CAMERA FILHO, Milton Mauad de Carvalho; CENTENARO, Angela Ester Mallmann. Cantasol: escoamento da produção camponesa por meio de plataforma online de comercialização. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2018.

WILKINSON, John.  *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WISKERKE, Han; PLOEG, Jan Douwe van der (Eds.) *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Van Gorcum, 2004.

## Como citar

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 427-460, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

## **Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional**

DOL: 10.36920/esa-v29n2-9

 Regina Bruno<sup>1</sup>

Em homenagem a Adão Pretto (PT/RS).

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica das relações entre adversários políticos no Congresso Nacional quando está em jogo o debate a respeito do rural. Buscamos analisar a disputa política entre ruralistas e petistas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Procuramos mostrar que a disputa política é parte de uma intrincada e abrangente rede de relações sociais, políticas, culturais, históricas e simbólicas. Estar presente no terreno do adversário faz parte da disputa.

**Palavras-chave:** disputa política; legislativo; Congresso Nacional; bancadas parlamentares; representação de interesses; Partido dos Trabalhadores; Frente Parlamentar da Agropecuária.

**Abstract:** (*The Parliamentary Agricultural Front (FPA): a dispute arena between Ruralistas and Petistas in the Brazilian National Congress*). The purpose of this paper is to ponder over dynamics within the relationships between political opponents in the Brazilian National Congress, specifically when debating on rural development. I aim to analyse the political dispute between *Ruralistas* and *Petistas* in The Parliamentary Agricultural Front (FPA). I intend to display this feud as a broad and complex net of social, political, cultural, and symbolic relationships. Being on the opponent's ground is part of the dispute.

**Keywords:** political dispute; Legislative; National Congress; parliamentary caucuses; representation of interests; Workers' Party; Parliamentary Agricultural Front.

---

<sup>1</sup> Socióloga. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: regina\_bruno@yahoo.com.br.

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica das relações entre adversários políticos no Legislativo brasileiro nas últimas décadas quando está em jogo o debate sobre o rural. Procurei analisar a disputa política entre ruralistas e petistas integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA),<sup>2</sup> uma das mais importantes instâncias políticas de organização e de representação de interesses patronais rurais e do agronegócio no Legislativo (BRUNO, 1996, 2009; XAVIER, 2015). Busquei entender qual o lugar do rural e da agropecuária nos debates parlamentares, especialmente as posições divergentes entre “ruralistas” e “petistas”, que expressam, dentre outros aspectos, visões distintas e conflitantes sobre o uso da terra e propostas de políticas públicas.

A busca por uma melhor compreensão da sociedade brasileira, o diálogo com os autores que estudam o tema, as orientações de teses e dissertações e a rica interlocução em sala de aula instigaram-me a ampliar a reflexão sobre a ação e a representação das classes e grupos sociais dominantes no campo e sobre outras dimensões e problemáticas igualmente relevantes como o papel da disputa política entre parlamentares ruralistas e petistas no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados.

Procurei mostrar que a disputa política é parte de uma intrincada e abrangente rede de relações sociais, políticas, culturais, históricas e simbólicas. Dependendo da conjuntura e dos interesses em jogo, fomenta tanto um entrelaçamento quanto um distanciamento entre atores, instâncias, narrativas e ações. Ou seja, faz parte da política e da disputa política estar presente, lutar por espaço com os adversários mesmo onde se é minoria, como é o caso do Parlamento, ou quando o adversário está muito ancorado em suas trincheiras. Significa ter uma visão dinâmica do espaço, debater, argumentar, persuadir, aprender a avançar e a recuar quando necessário, mesmo em situações em que não detém a hegemonia.

Como veremos, as principais divergências e disputas entre ruralistas e petistas integrantes da FPA concentram-se prioritariamente em temas e questões historicamente identificadas com as reivindicações do Partido dos Trabalhadores (PT) e bandeiras dos movimentos sociais de lutas por terra e por direitos como a problemática fundiária e agrária e seus desdobramentos: a política de reforma agrária, de regularização fundiária; o debate sobre o novo Código Florestal (SEVÁ, 2016); o direito ao território pelos povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores, comunidades de fundo de pasto,

---

<sup>2</sup> Frentes Parlamentares são “associações suprapartidárias” compostas por “pelo menos um terço” do Poder Legislativo Federal. Têm como objetivo “promover o aprimoramento do legislativo sobre determinado setor da sociedade”. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

pequenos agricultores, entre outros, novos adversários do patronato rural, mas sem perder de vista seus inimigos históricos, como é o caso do Movimento dos Sem Terra); o licenciamento ambiental; as medidas relacionadas à preservação do meio ambiente e demandas e reivindicações dos movimentos sociais populares de lutas por terra e por direito; as proposições em defesa da democratização da propriedade da terra e a crítica às medidas que defendem o monopólio e a concentração da propriedade como fundamento do agronegócio. Ou seja, divergências ancoradas na história e trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) e que conflitam com os interesses ruralistas (LIMA, 2020). Além desses aspectos, também faz parte das disputas entre parlamentares ruralistas e petistas, a crítica às propostas e medidas que privilegiam tão somente o patronato rural e o agronegócio como a liberação seletiva de crédito e subsídios, a isenção de pagamentos e o perdão das dívidas contraídas junto ao governo.

Por sua vez, as convergências e identidades entre parlamentares ruralistas e petistas integrados à FPA dizem respeito sobretudo à esfera de valores morais (LAGÜÉNS, 2012) e à internalização de determinados *habitus* (BOURDIEU, 1983; ELIAS, 1997; BRUNO, 2002, 2012) relacionados a credos religiosos, legalização e criminalização do aborto, papel da família na política, apoios e medidas relativas às bases eleitorais e ao estado de origem, notas de pesar, comemorações e calamidades. Parlamentares ruralistas e petistas também se aproximam e se identificam quando internalizam e incorporam uma cultura política marcadamente patriarcal (FAORO, 1989; MARTINS, 1994; AGUIAR, 2000; FERREIRA *et al.*, 2014) e conservadora (MANNHEIM, 1986).

A trajetória de cada um(a) também alimenta as disputas políticas e divergências, os acordos e as negociações. Parlamentares são pessoas de uma determinada região, religião, com experiências de vida, amizades, afetos e reciprocidades. Como aponta Novaes, “ao se aproximar da política os atores sociais levam consigo sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, sua concepção de bem e de mal” (NOVAES, 1997, p. 71).

Dessa perspectiva procurei conhecer quem são os parlamentares envolvidos nesse processo de disputa, suas atividades representativas de classe, associativas e conselhos, a participação em comissões no Congresso Nacional e em outras frentes parlamentares além da FPA.<sup>3</sup> Por fim, busquei mostrar que, dependendo da conjuntura, a disputa política incentiva o não cumprimento de normas, regras e procedimentos legalmente instituídos e definidos como responsabilidade do Poder Legislativo. É o caso da tentativa dos parlamentares ruralistas de transformar as reuniões da FPA em espaço de

---

<sup>3</sup> A principal referência empírica da pesquisa é a biografia de deputados e senadores do legislativo federal disponibilizada pelo site do Congresso Nacional. A biografia é uma fonte importante de pesquisa porque passa pelo crivo cuidadoso dos parlamentares.

debate e de decisão sobre projetos de lei e emendas, sobrepondo-se às normas e às atribuições legalmente definidas pelo Congresso Nacional.<sup>4</sup> Um exemplo são as decisões que ocorrem nas reuniões de algumas frentes parlamentares, nas quais são debatidas e deliberadas algumas tramitações sem a presença dos integrantes das Comissões (Permanentes, Especiais, Externas, Mistas, Parlamentares de Inquérito), Grupos de Trabalho ou Conselhos do Congresso Nacional. As reuniões da FPA numa mansão do Lago Sul em Brasília, não por acaso denominada pela mídia de “o endereço do poder do Agro” expressam tal prática:

Todas as terças, a partir do meio-dia, o entra e sai de carros na mansão 19 do conjunto 08 da QI 10 do Lago Sul, bairro nobre de Brasília, agita a vizinhança. Deputados, senadores, dirigentes de instituições do agronegócio e jornalistas se encontram na mansão para, saboreando uma deliciosa comida caseira, discutir temas que preocupam o setor e a economia do País. O tradicional almoço promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é um dos principais pontos de encontro do poder do agronegócio em Brasília. Ali se reúnem parlamentares de quase todos os partidos, ministros de Estado, dirigentes de entidades setoriais, produtores e empresários. Até presidentes da República já passaram pela mansão para participar do convescote. Esse pedacinho do Lago Sul poderia até ser batizado de “Agro Sul”, por abrigar boa parte do PIB do agronegócio na capital federal. (VELLOSO, 2019)

Tal postura dos ruralistas foi um dos motivos para reforçar a presença de parlamentares petistas na FPA como espaço de disputa política, acesso aos debates, às negociações e às decisões. Uma presença recentemente reforçada em decorrência da decisão do governo Jair Bolsonaro de retirar dos partidos políticos e passar para as bancadas temáticas o poder de indicação de ministros (VELLOSO, 2019). Ou seja, não bastava participar da estrutura formal do Poder Legislativo: deputados e senadores perceberam que não poderiam ficar indiferentes às estratégias de poder. Apesar das dificuldades e riscos, era fundamental fazer-se presente no terreno do adversário. Decidiram ocupar as vagas oficialmente destinadas ao PT na FPA.

Como fundamento analítico da reflexão, busquei dialogar com a noção de configuração (ELIAS, 2008). Isto é, configurações de poder, fundadas no pertencimento e interdependência entre pessoas e grupos sociais, entre aliados e adversários que se definem e se enfrentam na relação que os negam. Configuração definidora das redes de sociabilidade e de poder. A noção de configuração me

---

<sup>4</sup> No decorrer dos trabalhos da Constituinte de 1988, Ronaldo Caiado, então presidente da União Democrática Ruralista (UDR) – movimento patronal que despontou durante a Nova República em reação à Proposta do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e às lutas por terra e pela reforma agrária – foi presença ativa nos gabinetes do Congresso Nacional: uma força extraparlamentar na elaboração de emendas, definição de posições. Houve uma inversão de papéis: eram os parlamentares constituintes politicamente afinados com a UDR que faziam fila para falar com Ronaldo Caiado.

permitiu relativizar o costume de pensar o parlamentar exclusivamente voltado para seus interesses de classe: o *homo clausus*, o indivíduo fechado sobre si mesmo, o eu desprovido de um nós (ELIAS, 1994).

De uma importância ímpar, os estudos sobre patronato rural, tanto a reflexão dos precursores (REIS, 1982; MEDEIROS, 1982; MARTINS, 1983; SILVA, 1991; BRUNO, 1997; MENDONÇA, 1997, 2010; CORADINI, 2010) quanto os estudos mais recentes que seguem em frente e inovam (BEZERRA, 1999; BONELLI, 2005; STEDILE, 2005; VIGNA, 2007; SEVÁ, 2008, 2016; LACERDA, 2009; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; CASTILHO, 2012, 2018; PICCIN, 2012; XAVIER, 2015; GASPAROTTO, 2016; COSTA, 2017; MONTEIRO, 2017; FERNANDES, 2018; LERRER, 2018; ALENTEJANO, 2019; RAUBER, 2019; CARNEIRO, 2020; GALVÃO, 2020; GERHARDT, 2020; LIMA, 2020; POMPEIA, 2021; SANTOS, 2021) em muito contribuíram para a elaboração deste artigo. Dentre os aspectos mais relevantes, destaquei a preocupação em conhecer e entender as classes e grupos sociais no campo como processos relacionais, como diria Thompson (1987); o cuidado sobre como pensar e definir analiticamente as frentes parlamentares (*lobby* ou grupo de interesse?); a tentativa de buscar acompanhar *pari passu* a composição, distribuição partidária e regional, trajetória política, entre outras; a preocupação em perceber a relação entre as frentes parlamentares e partidos políticos e sobre como se dá a construção de uma nova retórica de legitimidade e de poder, bem como em procurar analisar novas subjetivações e significações simbólicas, dentre outros aspectos igualmente relevantes. E, o mais importante, caminhar na contracorrente à hegemonia do agronegócio e mergulhar na reflexão na reflexão crítica que não se confunde com o discurso denúncia, mas que busca as razões.

Com relação ao discurso dos parlamentares ruralistas, até recentemente, seus argumentos não conseguiam incorporar um dos traços fundantes das classes e grupos dominantes no capitalismo, qual seja, apresentar seus interesses corporativos e de classe como interesses do conjunto da sociedade. Com a hegemonia do agronegócio, houve uma mudança no discurso, expresso na mensagem “Agro é tudo”.

## **A Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA**

As frentes parlamentares multipartidárias, mais conhecidas como “bancadas”, fazem parte de uma intrincada rede social e de poder. Expressam um processo de institucionalização de interesses e inicialmente resultaram sobretudo de uma conjuntura de transição política, num contexto de redemocratização. Dependendo da

conjuntura, as frentes parlamentares podem apresentar-se mais fortes do que as bancadas partidárias.

Grupos que unem opositoristas e governistas, as frentes parlamentares podem ter mais peso do que as bancadas de partido nas votações no Congresso, para quem a convicção e a orientação no caso dos parlamentares ruralistas são guiadas, em plenário, pelos interesses dos financiadores de campanha. (FLEISCHER, 2006)

Por sua vez, a maior ou menor presença de adversários políticos em uma mesma Frente Parlamentar acompanha sua criação e consolidação no Congresso Nacional. Se na origem a tendência foi de fechamento, concebido como fundamental à identidade e à legitimação do grupo, da categoria e do setor, visando à garantia de homogeneidade de posições e de interesses partidários e de classe, nas últimas décadas, um movimento de abertura das frentes foi se constituindo juntamente com sua legalização e multiplicação e acompanhou *pari passu* a retomada das atividades e o fortalecimento do Poder Legislativo. Ou seja, as frentes não são uma imposição unilateral da vontade de um grupo, de um setor ou de uma classe social como muitas vezes costumam apresentar-se. Mesmo aquelas que publicamente se autodefinem como “puro sangue”,<sup>5</sup> “sem misturas” e “sem cruzamentos”, bem ao estilo da retórica ruralista, na realidade são heterogêneas, diversificadas e estratificadas com relação a profissões, trajetórias, posições e privilégios.

Com o encerramento da Constituinte de 1988 e em virtude da multiplicação das frentes parlamentares, abriu-se um debate no Congresso Nacional sobre a necessidade de regulamentá-las. O fim da informalidade e sua regulamentação em 2005 pelo Congresso Nacional, instituindo algumas regras, em especial o multipartidarismo e a exigência legal de assinatura de pelo menos um terço dos parlamentares como condição para criação de uma frente, contribuíram para algumas mudanças em seu perfil, funcionamento e na dinâmica das negociações políticas, em especial, o imperativo de uma maior flexibilização e uma maior necessidade de acordos e de negociações entre os partidos políticos sobretudo com relação às regras e aos acordos sobre as vagas legalmente destinadas aos partidos políticos.<sup>6</sup>

Ao mesmo tempo em que contribuíram para pôr em xeque a suposta homogeneidade política e a identidade de interesse de todos os membros da Frente – argumento caro aos parlamentares ruralistas para comprovar a força política do patronato rural e

<sup>5</sup> A tendência ao fechamento não se restringia às frentes parlamentares: “a CAPADR é a nossa casa”, anunciavam os parlamentares ruralistas (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007). A CAPADR é a sigla da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

<sup>6</sup> A exigência de registro formal também estabeleceu algumas medidas sobre a utilização do espaço físico da Câmara dos Deputados para a realização de reuniões, a contratação de pessoal e o fornecimento de passagens aéreas. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

agroindustrial e, mais recentemente, do agronegócio (“Somos todos ruralistas!”) – suas lideranças apregoavam cotidianamente a defesa do ruralismo como concepção de mundo (GRAMSCI, 1972).

Além disso, novos artifícios foram sendo instituídos pelos ruralistas, dentre eles o suposto da interdependência entre frentes e comissões parlamentares que fazem parte da estrutura legal do funcionamento do Legislativo; as tentativas, na maioria das vezes exitosas, de considerar, indistintamente, como se fossem iguais e tivessem os mesmos propósitos, todos os parlamentares membros de uma frente; a exigência de um terço dos parlamentares para constituir uma frente; a demanda por medir o poder político de uma frente pelo número de seus membros.<sup>7</sup>

A legalização e a normatização das frentes também contribuíram para a construção de uma mesma linguagem como parte da identidade de seus signatários. Uma linguagem que incorpora, mas transcende os preceitos partidários. Por exemplo: considerar a ofensiva como melhor defesa; priorizar o parlamentar militante e classista, aquele que se situa acima das orientações partidárias; o empenho em se apresentar coeso, homogêneo e enfileirado em torno dos mesmos objetivos; omitir as derrotas sofridas e enunciar as vitórias conquistadas; valorizar a mobilização de rua como recurso de poder; apropriar-se de uma ritualística dos movimentos sociais de luta pela terra (a mística, bandeiras, hinos, distribuição de alimentos e cultos, entre outros); desqualificar, ameaçar e criminalizar seus adversários políticos e, quando necessário, valorizá-los e procurar ganhá-los com base em um discurso salvacionista em defesa do agronegócio, considerado “a riqueza da nação” ou a discriminação das “urbes” para com todos aqueles que vivem no campo, sejam grandes ou pequenos.

Nas últimas legislaturas, a interdependência e a intercambialidade de atividades e de funções entre a FPA e a estrutura organizativa do Congresso Nacional, constituída por comissões permanentes, especiais, externas, CPIs, grupos de trabalho, entre outros, tornaram-se cada vez mais frequentes. Esse foi um dos motivos da presença de parlamentares do Partido dos Trabalhadores na FPA, ao perceberem que cada vez mais as discussões e decisões estavam sendo tomadas nas reuniões da frente.

...na reunião se discute tudo de maneira muito transparente e democrática, deputados de diferentes ideologias: “Simbolicamente, o

---

<sup>7</sup> Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), são considerados membros potenciais da Bancada Ruralista os deputados e senadores que declararam entre as suas principais fontes de rendas alguma forma de renda agrícola. Entretanto, o número de integrantes da bancada ruralista transformou-se em objeto de disputa política que nem sempre segue e acata o documento oficial. De modo geral, temos a lista oficial do Congresso Nacional, a lista da própria FPA, que busca ampliar o máximo seus membros, a listagem do INESC e, mais recentemente, a listagem elaborada pelo grupo “De olho nos ruralistas”.

deputado passa a pertencer a um partido. É o partido do agronegócio, do setor produtivo rural, de alimentos. Os estatutários quando entram na Frente assumem o compromisso de defender os interesses do setor produtivo rural. Isso é feito de forma independente e democrática”. As reuniões-almoço da FPA já contaram com a presença de ministros do governo Temer, como Geddel Vieira Lima, discutindo temas como a revisão da demarcação de terras indígenas e a compra de terras por estrangeiros. Ou Moreira Franco, para tratar de licenciamento ambiental. (CASTILHO, 2016)

A FPA, inicialmente denominada Frente Parlamentar de Apoio a Agropecuária (FPAA), despontou em 2002 reivindicando para si a representação de “todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional”. E prometia também estimular a ampliação de políticas públicas em favor do desenvolvimento do agronegócio nacional.

A Frente Parlamentar de Apoio a Agropecuária FPAA é uma entidade associativa que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional. A FPAA tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional (Art. 1º).<sup>8</sup>

Destacavam-se como objetivos acompanhar os rumos da política oficial de desenvolvimento da “agricultura nacional”; incentivar o intercâmbio com o parlamento de outros países “visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas” e “influir no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional, visando o aperfeiçoamento da legislação existente”.<sup>9</sup>

Composta inicialmente por lideranças ruralistas históricas, algumas próximas à União Democrática Ruralista (UDR),<sup>10</sup> a FPA agregou vários parlamentares que participaram da Constituinte de 1988. São os “embriões da bancada ruralista” (BRUNO, 2017). Dentre eles, Gonzaga Patriota (PSB/PE), membro da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher;<sup>11</sup> José Santana de Vasconcelos (PR/MG); Max Rosenmann (PMDB/PR); e Marcondes Gadelha (PSB/PB), senador constituinte suplente da Subcomissão Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Comissão de Ordem Social.

Integravam a FPAA da 52ª Legislatura (2003-2007) parlamentares do núcleo histórico dos ruralistas. São os “capas-preta”, os “cardeais” do ruralismo. Dentre eles,

<sup>8</sup> Disponível em: [www.fpaa.com.br](http://www.fpaa.com.br). Acesso em: ago. 2007.

<sup>9</sup> Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária. Disponível em: [www.fpaa.com.br](http://www.fpaa.com.br). Acesso em: ago. 2007.

<sup>10</sup> Movimento patronal rural que surgiu durante a Nova República em reação a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária e às lutas por terra (BRUNO, 1996).

<sup>11</sup> Câmara dos Deputados. Documento produzido em 19/5/2007, 17h40 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

Luiz Carlos Heinze e Darcisio Perondi (MDB/RS) que até hoje permanecem como membros da FPA.

**Quadro 1** – Principais lideranças na Frente Parlamentar de Apoio à Agricultura (FPA) – 52ª Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Abelardo Lupion	PFL	PR
Afonso Hamm	PP	RS
Darcisio Perondi	PMDB	RS
Dirceu Sperafico	PP	PR
Homero Pereira	PPS	MT
Luiz Carlos Heinze	PP	RS
Valdir Colatto	PMDB	SC
Moacir Micheletto	PMDB	RS
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Ronaldo Caiado	DEM	GO

**Fonte:** <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

Dentre os parlamentares ruralistas destaca-se Luiz Carlos Heinze, liderança de grande visibilidade política nacional e “militante” da Frente. Ao longo dos anos, marcou presença em comissões permanentes voltadas para três grandes temas: Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Fiscalização Financeira e Controle. Também participou das seguintes comissões especiais mais diretamente ligadas aos interesses ruralistas: PEC nº 215/2000 – Demarcação de Terras Indígenas; PL nº 0827/2015 – Lei de Proteção de Cultivares; PEC nº 491/2010 – Proíbe imposto sobre insumos; PL nº 5627/2013 – Terrenos da Marinha; PEC nº 58/2003 – Alienação de Terras; PL nº 1.876/1999 – Código Florestal Brasileiro; PL nº 2.401/2003 – Biossegurança; PL nº 4.828/1998 – Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes; Crise da Parmalat. Ainda como parte de sua atuação nas comissões especiais, Luiz Carlos Heinze foi presença ativa na PL nº 5332/2009, que cria o Pão Brasileiro; PL nº 6.264/2005 – Estatuto da Igualdade Racial; ALCA – Área de Livre Comércio das Américas; PL nº 3722/2012 – Disciplina Normas sobre Armas de Fogo. Participou ainda

das seguintes comissões externas: Pesca Predatória e Trabalho Escravo no Litoral Sul do Brasil; Reserva Indígena Raposa Serra do Sol; Morte de Crianças Indígenas por Desnutrição; e relator da Reserva Roosevelt.

Embora não seja uma liderança de expressão nacional, a atuação política de Max Rosenmann (PMDB/PR), empresário e advogado, merece ser destacada sobretudo por ser considerado por seus pares, para quem o bom político é aquele que se faz presente em todas as instâncias do Congresso Nacional, uma das principais referências de prática política nas últimas legislaturas. Rosenmann foi membro tanto de comissões e conselhos considerados estratégicos na defesa dos interesses patronais rurais e do agronegócio quanto daquelas cujos temas sinalizavam para disputas políticas mais diretamente ligadas à questão do meio ambiente.<sup>12</sup> Destacam-se: a Comissão de Agricultura; Agricultura Familiar; do Assalariado Rural; Café; Pecuária de Corte e Leite; Proálcool e Pesca. Também participou das Comissões da Indústria Têxtil e do Vestuário; da Frente Nacionalista; da Comissão de Adoção, entre outras. Foi do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e coordenou o Simpósio sobre a Crise Mundial dos Alimentos. Parlamentares do perfil de Max Rosenmann são conhecidos como os “olheiros” do Legislativo.

Cioso de suas atividades políticas, Rosenmann faz questão de informar em sua biografia as distinções e as homenagens recebidas; os votos de louvor pelos relevantes serviços prestados; as congratulações, as placas de agradecimento; e a participação em atividades externas como representante da Câmara dos Deputados.<sup>13</sup>

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Max Rosenmann, em sua atuação na Constituinte de 1988, “votou contra a participação popular no processo legislativo. (...) Foi forte opositor das conquistas sociais dos trabalhadores e votou contra a reforma agrária” (DIAP, 1988, p. 380).

---

<sup>12</sup> Comissões permanentes do Meio Ambiente e Minorias; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissões Especiais da PEC nº 603/1998, Terrenos de Marinha Prioridade. CPI Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. Câmara dos Deputados. Documento produzido em 26/5/2007, 15h06 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

<sup>13</sup> Foram arrolados na biografia as seguintes homenagens e distinções: Benemérito da Colônia de Pescadores de Guaratuba; Cavalheiro da Boca Maldita (PR), Diretor Lojista do Ano (1983), Voto de Louvor pelos serviços prestados ao Hospital de Clínicas; Sócio Honorário, Associação dos Revendedores de Veículos Automotores do Estado do Paraná; Cidadão Benemérito de Curitiba e de várias cidades e municípios. Homenagem da Câmara Municipal de Curitiba com Diploma de Louvor, Aplausos e Efusivas Congratulações pela expressiva votação no pleito de 1998; Placa em agradecimento do Clube dos Idosos Unidos Venceremos, Espigão Alto do Iguaçu, PR, Representante da Câmara dos Deputados no lançamento do Satélite Galaxy III R, Cabo Canaveral, EUA, 1995 e na III Conferência da Família, A Voz das Famílias no Diálogo entre as Civilizações, Paris, França. Câmara dos Deputados. Documento produzido em 26/5/2007, 15h06 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

Os ruralistas da 52<sup>a</sup> Legislatura participavam da representação sindical patronal legal (CNA, Federações e Sindicatos); da Federação de Associações por produto, além de serem filiados a sindicatos dos médicos, dos médicos veterinários, dos engenheiros agrônomos. Também eram membros do Clube do Plantio Direto do Arroz, do Comitê de Fruticultura, Cooperativas Agropecuárias e Cooperativas de Crédito Rural. Participam, ainda, da Federação das Associações dos Municípios, União Nacional dos Legislativos Estaduais, Conselho de Desenvolvimento Conselho Político da Frente Popular (FAP), Conselho Juventude, Grêmio Estudantil do Colégio Agrícola e Diretório Acadêmico de Agronomia e Conselho do Sport Club Internacional.

### **‘Marcar presença no terreno do adversário’, decidem os ruralistas**

A FPA também estabeleceu como objetivo primeiro construir barreiras institucionais legais para sustar, vetar, neutralizar determinadas demandas e reivindicações consideradas prejudiciais aos seus interesses. O PT foi considerado o maior adversário político dos ruralistas em virtude do seu perfil, seu enraizamento social e apoio aos movimentos de luta por terra e por direitos. Por isso seus membros decidiram participar em duas frentes parlamentares caras ao PT: a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar (FPAF) e a Frente Parlamentar em Defesa da Terra, Território e Biodiversidade, Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Frente Parlamentar da Terra (FPT).

Os parlamentares ruralistas na 52<sup>a</sup> Legislatura sentiam-se ameaçados pela existência dessas duas frentes parlamentares, em especial a FPT, seja por suas propostas e bandeiras fincadas na crítica à concentração e ao monopólio fundiário, seja porque dava maior visibilidade e trazia para debate temas políticos considerados “perigosos” pelos ruralistas como a destruição do meio ambiente, os perigos dos alimentos transgênicos, os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais e a defesa de uma reforma agrária, seja ainda por conseguir aglutinar em torno de si um número expressivo de parlamentares do PT e da “esquerda”. Numa conjuntura marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais de lutas por terra e o surgimento do agricultor familiar como sujeito político (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2017). Além disso, a presença de Adão Preto (PT/RS) era considerada uma afronta e um perigo para os ruralistas no Congresso Nacional.

**Quadro 2** – Parlamentares ruralistas na Frente Parlamentar da Agricultura Familiar (FPAF) – 52ª Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Aníbal Gomes	PMDB	CE
Darcísio Perondi	PMDB	RS
Edinho Bez	PMDB	SC
Edmar Moreira	DEM	MG
Félix Mendonça	DEM	BA
Francisco Rodrigues	DEM	RR
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Homero Pereira	PR	MT
João Magalhães	PMDB	MG
João Matos	PMDB	SC
João Pizzolatti	PP	SC
José Santana de Vasconcellos	PR	MG
Jusmari Oliveira	PR	BA
Leonardo Picciani	PMDB	RJ
Marcondes Gadelha	PSB	PB
Milton Monti	PR	SP
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Nelson Meurer	PP	PR
Oswaldo Reis	PMDB	TO
Paes Landim	PTB	PI
Pompeo De Mattos	PDT	RS
Valdir Colatto	PMDB	SC
Wellington Fagundes	PR	MT
Zonta	PP	SC

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

A presença de ruralistas na Frente Parlamentar da Terra é bem mais restrita. Integraram-se a ela os deputados ruralistas Pompeu de Mattos (PDT/RS), Gonzaga Patriota (PSB/PE), João Matos (PMDB/SC), Marcondes Gadelha (PSB/PB) e Oswaldo Reis (PMDB/TO).

Pompeu de Mattos é grande pecuarista da região noroeste do Rio Grande do Sul, à época uma região de pecuária extensiva e de pequenos agricultores. Na atual legislatura também é integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, com participação popular, e das Comissões Permanentes Legislação Participativa.

Gonzaga Patriota, “advogado e administrador de empresa”, foi deputado constituinte pelo PMDB. Em 1995, participou, como titular, da Comissão Especial sobre Bacias Hidrográficas do Semiárido. Posteriormente foi membro titular da comissão da PEC nº 250/2000 Recursos Hídricos Destinados à Irrigação; da PEC nº 524/2002, relacionada à Revitalização Bacia do São Francisco; do PL nº 1.673/1996, Doação de Açudes pelo DNOCS; do PL nº 1.210/1995, Política Nacional do Petróleo. Quanto a Comissões Externas, foi membro da Comissão sobre Conflitos de Terra no Pontal do Paranapanema, em São Paulo; da Comissão sobre Enchentes no Nordeste; e coordenador da Comissão sobre Situação das Famílias na Fazenda Safra.

João Mattos (PMDB/SC) se define como administrador de empresas e professor. Foi suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural; da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Seguridade Social e Família. Foi membro da Comissão Especial da PEC nº 58/2003, sobre Alienação de Terras.<sup>14</sup>

### **Quadro 3** – Parlamentares ruralistas na Frente Parlamentar da Terra (FPT) – 52<sup>a</sup> Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Gonzaga Patriota	PSB	PE
João Matos	PMDB	SC
Marcondes Gadelha	PSB	PB
Oswaldo Reis	PMADB	TO
Pompeo De Matos	PDT	RS

**Fonte:** <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

A presença de parlamentares ruralistas na FPAF e na FPT é parte de uma ofensiva patronal cujo objetivo consiste em apropriar-se de temas de seu interesse, de questões da conjuntura e também antecipar-se, assumindo novos temas, sob a justificativa de formalização das frentes com vistas ao aprimoramento do Poder Legislativo, para então

<sup>14</sup> Documento produzido em 19/5/2007, 17h53 (SILEG – Módulo Deputados).

determinar o que deveria ou não ser objeto de debate.<sup>15</sup> Havia também a preocupação em aproximar-se das associações por produto e multiproduto e incorporar os pleitos das cadeias agroindustriais. É o caso do registro de frentes voltadas para a fruticultura, avicultura, carvão mineral, dentre outras. A FPA constituiria um guarda-chuva de referência para as demais frentes, sobretudo a defesa, inegociável, da concentração e monopólio da propriedade da terra.

### ***A Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (FPAF)***

A Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (FPAF), também conhecida como Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, é “constituída por representantes de todas as correntes de opinião do Congresso Nacional com vistas à promoção de políticas públicas, aprimoramento da legislação nacional e fortalecimento da agricultura familiar”,<sup>16</sup> como estabelece o artigo 1º do seu estatuto.

Nos objetivos da FPAF são demarcadas as principais divergências com os parlamentares ruralistas:

Estimular a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema; defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais e promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária; promover ações com vistas à promoção de políticas públicas e aprimoramento da legislação federal para o fortalecimento da agricultura familiar na área da política agrícola, seguro, previdência, cooperativismo solidário, crédito e habitação rural, e pedagogia da alternância.<sup>17</sup>

Também faz parte dos objetivos da FPAF:

Realizar seminários, eventos, debates e articular e integrar as atividades da FPAF com as ações do Governo ou da sociedade civil, voltadas para o tema do desenvolvimento rural sustentável. Estimular e valorizar a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema da Frente. Defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Dentre as Frentes Parlamentares registradas na 52ª Legislatura por parlamentares ruralistas figuram: Avicultura (Carlos Batata), Fruticultura (Jorge Khoury), Pró-Biocombustíveis (Carlos Mendes Thame), Apoio à Agropecuária (Moacir Micheletto), Regularização Fundiária dos Estados da Amazônia (Dr. Rodolfo Pereira), Defesa do Carvão Mineral (Francisco Turra e Yeda Crucius), Defesa da energia de Fontes Renováveis, Defesa do Leite e defesa dos pequenos e médios laticínios do Brasil (Capitão Wayne), Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública (Oswaldo Reis). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes52.asp>. Acesso em: 9 ago. 2020.

<sup>16</sup> Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar. Brasília, 11 de junho de 2007.

<sup>17</sup> Congresso Nacional. Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (Brasília, 11 de junho de 2007).

<sup>18</sup> Congresso Nacional. Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (Brasília, 11 de junho de 2007).

Com relação à filiação partidária, há nela uma clara predominância do PT (52 parlamentares).<sup>19</sup> Em segundo lugar, o PMDB (31 parlamentares). Os parlamentares ruralistas da FPA sentiram-se ameaçados tanto pela história de vida de deputados petistas quanto pelo perfil do partido, prioritariamente organizado por bairros, por profissões e por categorias sociais. Um partido ainda enraizado nos movimentos populares. Num segundo bloco, temos o PSB (19 parlamentares), PSDB (17 parlamentares), DEM (14 parlamentares) e PP (14 parlamentares). PDT, PTB e PR contam respectivamente com 13 parlamentares membros da FPAF. Enquanto o PV conta com 10 parlamentares integrantes da FPAF.

A respeito da atividade profissional, a grande maioria se autodefine como professor (38 parlamentares), empresário (33 parlamentares), advogado (29 parlamentares) e médico (26 parlamentares). Com relação às demais profissões, chama a atenção os que se apresentam como agropecuarista (10 parlamentares), agricultor familiar (7 parlamentares), engenheiros (13 parlamentares), funcionário público (13 parlamentares) e agrônomos (6 parlamentares)

Dentre as reivindicações da FPAF, destacam-se a garantia de recursos para a agricultura familiar, financiamento dos produtos da cesta básica e seguro-desemprego para os trabalhadores. Recorrentemente defendem os povos indígenas e denunciam a destruição do meio ambiente.

Na composição da FPAF por estado, Minas Gerais (29 parlamentares) e São Paulo (23 parlamentares) predominam. A seguir temos Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, respectivamente, com 15 parlamentares cada. Um terceiro bloco compreende Bahia (14 parlamentares), Santa Catarina (13 parlamentares), Pernambuco (12 parlamentares) e Ceará (10 parlamentares). Quanto às demais unidades da Federação, encontram-se distribuídas entre quatro a nove parlamentares cada.

Com relação à representação, destaca-se a participação em sindicatos, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Frente Sul da Agricultura Familiar, Movimento dos Atingidos por Barragens, Encontros da Juventude Rural. Ainda como parte de suas atividades

<sup>19</sup> Deputados: Assis do Couto – PT/PR, Antônio Carlos Biffi – PT/MS, Anselmo de Jesus – PT/RO, André Vargas – PT/PR, Carlos Santana – PT/RJ, Carlito Merss – PT/SC, Carlos Abicalil – PT/MT, Carlos Wilson – PT/PE, Décio Lima – PT/SC, Devanir Ribeiro – PT/SP, Domingos Dutra – PT/MA, Edson Santos – PT/RJ, Eduardo Valverde – PT/RO, Elismar Prado – PT/MG, Eudes Xavier – PT/CE, Fernando Ferro – PT/PE, Guilherme Menezes – PT/BA, Iriny Lopes – PT/ES, Janete Rocha Pietá – PT/SP, Jilmar Tatto – PT/SP, João Paulo Cunha – PT/SP, José Airton Cirilo – PT/CE, José Guimarães – PT/CE, Joseph Bandeira – PT/BA, Luiz Couto – PT/PB, Magela – PT/DF, Marco Maia – PT/RS, Maria do Carmo Lara – PT/MG, Maria do Rosário – PT/RS, Maurício Rands – PT/PE, Miguel Corrêa da Silva Júnior – PT/MG, Nelson Pellegrino – PT/BA, Nilson Mourão – PT/AC, Odair Cunha – PT/MG, Paulo Pimenta – PT/RS, Paulo Rocha – PT/PA, Paulo Rubem Santiago – PT/PE, Paulo Teixeira – PT/SP, Pedro Eugênio – PT/PE, Pedro Wilson – PT/GO, Pracianno – PT/AM, Reginaldo Lopes – PT/MG, Rubens Otoni – PT/GO, Vander Loubet – PT/MS, Vicentinho – PT/SP, Vignatti – PT/SC, Virgílio Guimarães – PT/MG, Walter Pinheiro – PT/BA, Zé Geraldo – PT/PA, Zezéu Ribeiro – PT/BA. Documento produzido em 18/8/2007, 12h32 (SILEG – Módulo Deputados).

políticas partidárias predomina a participação em seminários relacionados à defesa de direitos: Direito à Saúde e Reforma do Estado; Direitos da Criança e Adolescentes; Direito Agrário e Meio Ambiente; Direitos Humanos e Segurança Pública; Políticas Públicas e Relações de Trabalho; Realidade e Perspectivas das Comunidades Indígenas; Associação e Cooperativas; Trabalho e Cidadania; Movimentos Sociais e Desobediência Civil; Problemas Habitacionais, além da militância em pastorais: Operária, do Menor, do Adolescente e da Terra. Também tem presença em fóruns: em defesa dos meninos de rua, Fórum Social Mundial, dentre outros.

Uma das principais divergências existentes entre ruralistas e petistas dizia respeito à questão indígena, às medidas relativas à preservação do meio ambiente, à problemática fundiária e à violência no campo. Se, de um lado, os ruralistas evitavam entrar em conflito com os petistas sobre as medidas de política agrícola, em particular a tributação de insumos, maquinários e produtos, custos de produção e necessidade de uma maior fiscalização dos órgãos públicos, de outro, nos temas e proposições sobre o meio ambiente, a terra e os povos indígenas e populações tradicionais, transgênicos, violência no campo, a postura era ofensiva (BRUNO, 2002, 2003, 2012). Um exemplo foi o encaminhamento de proposições reivindicando que fossem sustadas as portarias do Ministério da Justiça homologando a demarcação de terras indígenas.

### ***Frente Parlamentar da Terra (FPT)***

A Frente Parlamentar em Defesa da Terra, Território e Biodiversidade: Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável ou Frente Parlamentar da Terra define como objetivo primeiro a promoção da reforma agrária, a expansão da agricultura familiar camponesa e o cumprimento integral da função social da terra.

Seguir uma agenda de atividades e ações parlamentares que incentivem e acelerem políticas públicas referentes ao pequeno agricultor familiar, o meio ambiente, os direitos humanos, reconhecimento de território de povos tradicionais e cumprimento da Constituição Federal no que se refere à função social da Terra.<sup>20</sup>

Em segundo lugar, propunha-se a promover a biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o reconhecimento do direito ao território dos povos tradicionais: indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, entre outros (PEREIRA, 2018). A FPT também defendia um novo modelo energético,

---

<sup>20</sup> “A FPT será lançada nesta terça, logo após um debate sobre o papel do parlamento na questão agrária”. Disponível em: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br). Acesso em: ago. 2007.

reivindicava o fim do trabalho escravo, o estímulo à biodiversidade, a promoção do cooperativismo e da economia solidária.

A bandeira da reforma agrária sempre esteve presente desde a criação do PT, figurando como um dos principais pontos programáticos do partido.<sup>21</sup> Mesmo com a diversidade de forças políticas existente no seu interior, buscava-se agregar e unificar o conjunto das lutas sociais no campo.

A FPT é considerada por seus idealizados uma resposta aos movimentos sociais camponeses que cobravam mais participação do Legislativo nas questões da agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento sustentável.

Movimentos que estão sempre necessitando de apoio no Parlamento, e nós que estamos nessa linha de frente, sempre estamos atrás dos deputados para participar dessa audiência, participar deste ou daquele plenário, então surgiu a necessidade de se fazer uma frente parlamentar. (ADÃO PRETTO – PT/RS)<sup>22</sup>

Em seu manifesto de criação, a FPT reconhecia a importância das Ligas Camponesas, chamava a atenção para a diversidade das lutas no campo e defendia a reforma agrária como um mecanismo fundamental para uma real democratização da sociedade brasileira.

(...) Esta reforma é mais do que uma simples política assistencial de combate à pobreza, pois a produção familiar, camponesa, indígena, quilombola, extrativa é uma alternativa de produção econômica ao Brasil, a qual assegura a reprodução dos grupos sociais, a segurança/soberania alimentar e a preservação da biodiversidade.<sup>23</sup>

Do ponto de vista da filiação partidária, a Frente Parlamentar da Terra aproxima-se do perfil da FPAF, contudo com algumas diferenças. A presença de parlamentares do PT (79 parlamentares) é mais expressiva. Em segundo lugar, temos o PMDB (19 parlamentares) e o PSB (16 parlamentares). A seguir temos o PV (9 parlamentares) e o PSDB (8 parlamentares). Num terceiro patamar aparecem o PCdoB, PDT e PP, respectivamente com 7 parlamentares cada. Os demais partidos PMN, PR, PSOL e PTB, PAN, PPS, PHS, PSC, PTC e sem partido variam entre um e quatro parlamentares.

Os estados de São Paulo (28 parlamentares) e Minas Gerais (22 parlamentares) concentram o maior número de parlamentares membros da FPT. A seguir temos Rio de

---

<sup>21</sup> No processo de legalização do PT destacavam-se como bandeiras: direito de greve; autonomia sindical; estabilidade no emprego, reforma agrária, contra a repressão aos trabalhadores, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, extensão das conquistas dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. Defendia-se também “um partido sem patrões, democrático, de luta e de base” (VAINER, 1995).

<sup>22</sup> Deputados ligados à agricultura familiar lançam Frente da Terra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/282552-deputados-ligados-a-agricultura-familiar-lancam-frente-da-terra-2004/?pagina=50>. Acesso em: 9 abr 2007.

<sup>23</sup> Disponível em: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br). Acesso em: jun. 2007.

Janeiro (18 parlamentares), Rio Grande do Sul (12) e Bahia (11). Os demais estados da Federação variam entre um e sete parlamentares.

Com relação à profissão, a maioria dos parlamentares integrantes da FPT se autodefine como advogado (36 parlamentares), professor (28 parlamentares) médico (27) e empresário (17). Em segundo lugar, temos economista (8 parlamentares), funcionário público (8 parlamentares) radialista (7) e atividade ligada à terra (6). As demais profissões variam entre um a seis parlamentares membros da FPT.

Expressão do embate e da disputa política com os parlamentares ruralistas, a Frente da Terra volta sua crítica a três principais pontos caros aos ruralistas: a aquisição de terras por estrangeiros, o trabalho escravo contemporâneo e os índices de produtividade da agricultura. A tendência à estrangeirização de terras era objeto de tensão entre ruralistas e petistas. Em requerimento, a FPT solicitava a relação, por estado, da área total dos imóveis rurais registrados em nome de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e também a relação dos imóveis adquiridos nos últimos quatro anos.<sup>24</sup> Outra demanda prioritária dizia respeito à PEC nº 438/2001, que permite a expropriação de áreas com comprovada existência de trabalho escravo. E, finalmente, atualização dos índices de produtividade, defasados há décadas. Segundo a FPT, diante dos avanços tecnológicos, a revisão do índice de produtividade permitiria ampliar a área para a reforma agrária.<sup>25</sup>

Ou seja, FPAF e FPT, mesmo despontando como espaços próprios e diferenciados, aproximam-se em vários aspectos. Em inúmeras ocasiões votavam igual sobretudo nos momentos de enfrentamento com os parlamentares ruralistas. Nessas situações, mal se distinguia uma Frente da outra.

Em defesa de seus projetos e de suas bandeiras, cada uma das frentes procurava ressaltar a sua concepção de agricultura e suas prioridades, sinalizando divergências e disputas. Para a FPA, a prioridade maior é o desenvolvimento da agricultura “nacional”, a consolidação do agronegócio. Para a FPAF, o fundamental é a defesa da agricultura familiar. Para a FPT, o importante é a agricultura camponesa. Além disso, enquanto para os ruralistas organizados na FPA, a prioridade consistia no acompanhamento e verificação da aplicabilidade da política oficial de desenvolvimento da agricultura, a FPAF defendia como prioridade a promoção de políticas públicas e o aprimoramento da

---

<sup>24</sup> “Ultimamente, temos verificado um crescente interesse do capital estrangeiro pelo agronegócio brasileiro”, afirmava Dr. Rosinha (PT/PR) no momento do lançamento na FPT. “Este processo pode tornar-se lesivo aos interesses nacionais, por colocar nas mãos de estrangeiros uma parcela cada vez maior da reserva de valor associada aos negócios agrícolas, seja por se demonstrar extremamente prejudicial, do ponto de vista do controle nacional sobre o uso de recursos naturais estratégicos” – *Deputado questiona posse de terra por estrangeiros no país*. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2007/05/21/deputado-questiona-posse-de-terras-por-estrangeiros-no-pais/>. Acesso em: ago. 2007.

<sup>25</sup> Os índices de produtividade foram calculados pela última vez com base no Censo Agropecuário de 1975. A mudança de cálculo, possível por meio de uma portaria interministerial, era vista pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) como condição para a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

legislação federal com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, enquanto a FPT reivindicava a implementação de uma reforma agrária como meio para desconcentrar a propriedade da terra e desestimular o êxodo urbano.

Ainda sobre o perfil dos parlamentares petistas membros da FPAF e da FPT, figura, em primeiro lugar, a participação em conselhos deliberativos, consultivos, nacionais, estaduais, municipais, universitários, de educação e pastoral.<sup>26</sup> E também a atuação em conselhos comunitários e de ONGs como o Conselho da ONG Terra Azul (CE), Conselho Comunitários de Vila Velha (BA), Conselho Social Consultivo da Pastoral Operária. Em segundo lugar, encontra-se assinalada a atividade sindical. Além dos sindicatos dos trabalhadores rurais, vários parlamentares registraram a filiação em outros sindicatos, federações e confederações. Por exemplo, metalúrgicos, ferroviários, urbanitários, bancários, profissionais da educação, dentre outros. É expressiva a presença nas diferentes instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também foi registrada a participação na Alternativa Sindical (CE).

Em terceiro lugar, temos a participação em movimentos sociais, comitês e associações: Movimento Nacional Atingidos por Barragens, Movimento de Evangelização Rural, Movimento de Promoção da Mulher, Movimento de Crianças e Adolescentes, Comitê de Combate à Fome e à Miséria. No caso das associações predominam as de moradores e de entidades beneficentes, embora também apareçam associações dos prefeitos.

Os parlamentares petistas da FPAF e da FPT ainda registraram a participação na Frente Sul da Agricultura Familiar, Pastoral da Terra, da Juventude, da Juventude do Meio Popular, Operária, Fundo Social de Solidariedade e integrantes do Comando de Greve. Ou seja, um perfil muito próximo aos traços originais do PT, de seu enraizamento político e da conjuntura dos anos 1980 e 1990.

De modo geral, a biografia dos parlamentares petistas do período retrata um momento rico, com debates, encontros, palestras e seminários nacionais e internacionais sobre agricultura familiar. A Frente Sul da Agricultura Familiar é particularmente atuante. Os debates eram quase sempre associados a temas como desenvolvimento sustentável, microfinanciamento, combate à fome, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Merece ser ressaltada a postura política e a liderança de Adão Pretto. Ele foi uma figura ímpar no exercício do mandato parlamentar e muito contribuiu na defesa dos trabalhadores rurais, agricultores familiares, Sem Terra, pobres do campo e das cidades.

---

<sup>26</sup> Dentre os mais frequentes temos os seguintes Conselhos: do trabalho, previdência social, educação, alimentação escolar, do Instituto Florestan Fernandes (SP), Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, Orçamento Participativo, Defesa da Criança e do Adolescente, Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão. Portal da Câmara dos Deputados. Biografia.

Denunciou a prática e propósitos das elites patronais rurais e agroindustriais. Sempre manteve uma postura agregadora, procurando incorporar ao debate a representação dos trabalhadores rurais, dos camponeses e agricultores familiares e trazer para debate porta-vozes do poder público e o patronato rural.

No Congresso Nacional, Adão Pretto marcou presença nas comissões parlamentares caras aos ruralistas, tais como: Agricultura e Política Rural; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente; e na Comissão Direitos Humanos e Minorias (de 2005 a 2009). Também foi membro de comissões permanentes consideradas politicamente estratégicas como, por exemplo, Defesa Nacional; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle. Sempre atento e defensor da participação da sociedade civil, Adão Pretto presidiu a Comissão de Legislação Participativa (CLP), criada em 2001, com o objetivo de facilitar a participação da sociedade no processo de elaboração legislativa.

A sua atuação tanto nos dá uma ideia das bandeiras políticas da FPT como espelha as reivindicações dos movimentos sociais de luta por terra e por direitos: reforma agrária, ocupações de terra, assentamentos rurais, direitos dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros; violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais; assassinatos de lideranças de movimentos sociais populares; aquisição de terras por estrangeiros; exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas; pela desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Ele também chama a atenção para questões como transgênicos, biossegurança, dentre outros.

Adão Pretto foi liderança emblemática, representante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos agricultores e das agricultoras familiares. Esteve presente em várias Comissões Especiais: PL nº 1.610/1996, Exploração Recursos Terras Indígenas; PEC nº 84/1991, Recursos para Irrigação da Ilha de Marajó; Crise da Parmalat; PEC nº 412/2001, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PEC nº 618/1998, Patrimônio Genético; PLP nº 167/2000, Estatuto da Terra; PL nº 2.401/2003, Biossegurança; PL nº 4.828/1998, Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes. Também foi membro da Comissão sobre a PEC nº 7/1999 que trata das Ações Trabalhistas; PEC nº 20/1995, sobre Parlamentarismo; PEC nº 53/1999, Sistema Financeiro; PEC nº 179/1999, Aposentadoria Compulsória; PEC nº 227/2004, Reforma da Previdência; PEC nº 294/1995, Benefícios aos Ex-Integrantes do Batalhão de municípios e nº 534/2002, Guardas Municipais, dentre outros. Participou ainda das CPIs sobre a atuação do IBAMA; atuação da FUNAI, Crise no Setor Produtivo da Borracha; Desperdício de Alimentos; Privatização do Setor Elétrico e Violência no Campo, além do Grupo de Trabalho sobre Mata Atlântica.

## Ruralistas e petistas na 56ª Legislatura (2019-2023)

A conjuntura dos últimos anos retrata um momento difícil para os povos indígenas e comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, agricultores familiares e suas lideranças e organizações de representação, perante a uma ofensiva patronal rural e do agronegócio contra as reivindicações e movimentos sociais na luta por direitos. Dentre os elementos da conjuntura, destaca-se o apoio dos ruralistas e do agronegócio a Jair Bolsonaro, atual presidente da República. Não são arranjos eleitoreiros, mas um momento de construção de um projeto político. Ou seja, mais que uma vitória eleitoral, estamos diante de uma vitória política. É nesse contexto, particularmente desfavorável ao PT e à oposição, que se acirra a disputa política entre parlamentares petistas e ruralistas na FPA.

### Quadro 4 – Parlamentares Petistas na 56ª Legislatura (2019-2023)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Leonardo Monteiro	PT	MG
Nilto Tatto	PT	SP
Odair Cunha	PT	MG
Pedro Uczai	PT	SC
Reginaldo Lopes	PT	MG
Rubens Otoni	PT	GO
Valmir Assunção	PT	BA
Zeca Dirceu	PT	PR

Fonte: Brasil (2019b).

Os parlamentares petistas da 56ª Legislatura integrantes da FPA se autodefinem como engenheiros, economistas bancários, servidores públicos, consultores, professores, advogados, administradores e empresários. A maioria está no quinto mandato, ou seja, há 20 anos no exercício da política parlamentar. A maioria permaneceu filiada ao PT. A fidelidade ao partido e ao seu programa político é um dos traços do PT desde sua origem.

Dentre as Comissões Permanentes do Congresso Nacional vemos, em primeiro lugar, a participação dos parlamentares petistas integrantes da FPA na Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, amiúde presidida por parlamentares ruralistas como Daniel Vilela (PMDB/GO), Rodrigo Pacheco (DEM/MG), coordenador jurídico da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Osmar Serraglio (PMDB/PR), um dos relatores da PEC nº 215/2000, que delega exclusivamente ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, e Artur Lira (PP/AL), agropecuarista, titular da Comissão Especial PEC nº 215/2000.

Em segundo lugar, vemos a participação dos parlamentares petistas nas comissões de Legislação Participativa; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Educação; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Em terceiro, nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Desenvolvimento Urbano; Turismo e Comissão de Cultura.

Na estrutura institucional do Congresso Nacional, a CAPADR é, sem dúvida, o lugar prioritário dos ruralistas na Câmara dos Deputados. “É a nossa casa”, dizem. Uma casa que acolhe, referenda e encaminha sob a forma de PECs e PLs debates e decisões da FPA. Desde a 48ª Legislatura (1987-1991), a presidência da CAPADR é composta predominantemente por parlamentares ruralistas.<sup>27</sup> Sua gênese e trajetória sinalizam para uma história das alianças e identidade de interesses entre setores produtivos dominantes e a exclusão e dificuldade de acesso dos demais produtores e trabalhadores.

Os ruralistas mais antigos na Casa costumam se concentrar nas comissões consideradas politicamente estratégicas: Finanças e Tributação; Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ). Contudo, em razão da importância cada vez maior da problemática ambiental, vários ruralistas passaram a integrar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Dentre os ex-presidentes da CAPADR constam nomes de ruralistas históricos como: Roberto Balestra (PP/GO), agropecuarista e empresário; Lazaro Botelho, (PP/TO), pecuarista e empresário; Irajá Abreu (PSD/TO), empresário e produtor rural; Giacomo (PR/PR), empresário; Abelardo Lupion (DEM/PR), agropecuarista e empresário; Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), médico; Ronaldo Caiado (PFL/GO), médico, professor e produtor rural; Leonardo Vilella (PP/GO); Dirceu Sperafico (PPB/RS), agropecuarista, bacharel em Direito e filósofo; Luís Carlos Heinze (PPB/RS); Neuson Meurer (PPB/PR), agropecuarista; Waldemir Moka (PMDB/MS), médico e professor; Nelson Marquezelli (PTB/SP), agricultor e empresário; Odelmo Leão (PPB/SC), bancário e produtor rural; José Igreja (PTB/SP), agricultor, agroindustrial e arquiteto. Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/conheca-a-comissao/presidencia/galeria-de-presidentes>. Acesso em: nov. 2019.

<sup>28</sup> Compõem a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) os ruralistas integrantes da FPA (56ª Legislatura) Celso Maldaner (MDB/SC), Mário Schreiner (DEM/GO) e Pedro Lupion (DEM/PR), dentre outros. Também faz parte Ricardo Isar (PP/SP) que participou da FPAF (53ª Legislatura). Na Constituinte de 1988, Ricardo Isar “votou com a UDR contra a reforma agrária (...) e levou um penico ao Plenário da Constituinte para compará-lo ao presidente da CUT”. Fonte DIAP, (1988, p. 635). Pelo PT integram a CMADS: Nilto Tatto (PT/SP), Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB) e Aírton Faleiro (PT/PA). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/conheca-a-comissao/membros>. Acesso em: nov. 2019.

Um importante espaço de disputa entre ruralistas e petistas hoje é a Comissão Especial que trata da PEC nº 215/2000, que transfere do governo federal para o Congresso Nacional a competência para realizar a demarcação das terras indígenas (RAUBER, 2019) cujos debates e tramitação foram acompanhados por mobilizações e vigílias dos povos indígenas e seus aliados.

Eu tenho convicção de que os povos indígenas não têm muito o que comemorar, primeiro, porque a FUNAI está praticamente destruída. O Governo Michel Temer destruiu a FUNAI que era o órgão responsável pela agilização da política indígena; segundo, porque esta Casa ainda continua com o debate da PEC 215 e que literalmente acabará com a possibilidade de demarcação e terras indígenas no Brasil. Os índios continuam lutando por saúde, por educação, por demarcação das terras indígenas. Apesar de os índios não terem muito o que comemorar, eles precisam continuar lutando pelos seus direitos, pelo direito à cultura, pelo direito de ser índio no Brasil, Sr. Presidente. (Valmir Assunção – PT/BA, parlamentar integrante da FPA em reunião da Comissão Especial PEC 215/2000 em 2017)<sup>29</sup>

Vários ruralistas integram a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Gonzaga Patriota (PSB/PE) faz parte da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

As Comissões Especiais sinalizam para atividades parlamentares e também refletem alguns aspectos da relação entre ruralistas e petistas no terreno da grande política institucional. A maioria dos parlamentares petistas integrantes da FPA na 56ª Legislatura divide o espaço com os ruralistas em Comissões Especiais (para análise de PECs e PLs) sobre Demarcação de Terras Indígenas (PEC nº 215/2000), Lei de Proteção de Cultivares (PL nº 0827/2015); Proibição Imposto Sobre Insumos; Alienação de Terras (PEC nº 58/2003); Código Florestal Brasileiro (PL nº 1.876/1999); Bacias Hidrográficas. Todas mostram divergência e tensão entre os dois grupos.

Parlamentares ruralistas e petistas também participam e disputam politicamente nas comissões: Recursos Destinados à Irrigação (PEC nº 368/2009); Cerrado – Patrimônio Nacional (PEC nº 115/1995); Mineração (PL nº 0037/2011); Política Nacional Redução Agrotóxicos (PL nº 6670/2016); Agroindústria e Produtor Rural; Revitalização Bacia do São Francisco (PEC nº 524/2002); Código Aduaneiro do MERCOSUL.

Divergem em especial sobre temas como Proteção de Cultivares (PL nº 0827/2015), que prevê que o agricultor pague *royalties* não apenas no momento da compra das sementes, mas também na safra seguinte, caso utilize parte da colheita para novo plantio. Além disso, o agricultor não poderá utilizar essas sementes sem a autorização

---

<sup>29</sup> <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=081.3.55.O&nuQuarto=20&nuOrador=2&nuInsercao=13&dtHorarioQuarto=12:32&sgFaseSessao=&Data=19/04/2017>.

expressa da empresa detentora da cultivar, alertava Nilto Tatto (PT/SP), para quem a proposta põe em risco a soberania alimentar, onera todos os produtores agrícolas e amplia os direitos das grandes empresas transnacionais detentoras das propriedades intelectuais que recebem *royalties* por suas sementes.<sup>30</sup>

É expressiva a presença de petistas e de ruralistas em comissões voltadas para propostas sobre Polícia Civil e Militar, como as comissões sobre unificação das polícias; isenção fiscal para associações de militares (PEC nº 443/2014), proteção social dos militares (PL nº 1645/2019).<sup>31</sup> É também significativa, entre os petistas, a participação em comissões especiais voltadas para temas relativos às condições de trabalho.<sup>32</sup> Temos ainda, a presença de alguns parlamentares petistas em comissões sobre as Reforma Política (PEC nº 182/2007), da Previdência Social (PEC nº 006/2019); sobre a PEC nº 212/2016 – Regime Especial Pagamento Precatórios; Estatuto da Igualdade Racial (PL nº 6.264/2005); Medicamentos Formulados Cannabis (PL nº 0399/2015); ALCA – Área de Livre Comércio das Américas; Transporte como Direito Social (PEC nº 090/2011) e Imunidade Parlamentar (PEC nº 34/1995) e muitas outras. Pedro Lupion integra a comissão sobre a PL nº 1095/2019 – Reclusão por maus-tratos a animais.

Rubens Otoni (PT/GO) foi quem mais participou, nas 54ª e 55ª Legislaturas, de comissões especiais sobre a questão político-partidária e sobre o Poder Legislativo e Judiciário.<sup>33</sup> Também integrou comissões que tratam de regras comportamentais e relações de parentesco, como a PEC nº 106/1999, sobre elegibilidade de cônjuge e parentes para cargos políticos<sup>34</sup> e a PEC nº 334/1996, sobre nepotismo. Reginaldo Lopes (PT/MG), Vander Loubet (PT/MS) e Zeca Dirceu (PT/PR) são mais voltados para comissões que debatem os tributos e as fiscalizações.<sup>35</sup> Nilto Tatto (PT/SP) é referência no enfrentamento com os parlamentares ruralistas com relação à preservação do meio

<sup>30</sup> <https://pt.org.br/proposta-da-bancada-ruralista-poe-em-risco-soberania-alimentar/>.

<sup>31</sup> Os ruralistas também participam de comissões especiais: PEC nº 289/2000, Incorporação dos Policiais Militares de RO, (PEC 534/02), Guardas Municipais e (PEC nº 338/1996), Regime Constitucional dos Militares.

<sup>32</sup> Servidores Ex-Territorios Federais (PEC nº 199/2016), Carreiras Polícia Federal e Outras (PL nº 5865/2016), Carreira da Receita Federal (PL nº 5864/2016, Aposentadoria Compulsória (PEC nº 457/2005), Modificações da Lei nº 12.619 sobre o profissional Motorista, Aposentadoria para Garimpeiro (PEC nº 405/1995).

<sup>33</sup> Coligações eleitorais (PEC nº 548/2002), Abolir o Voto Secreto (PEC nº 349/2001), Tempo Coincidência de Mandatos (PEC nº 077/2003), Sistema Distrital Misto (PEC nº 010/1995), Mandato Eletivo (PEC nº 3/1999), Recomposição das Câmaras Municipais (PEC nº 336/2009), Revisão Constitucional (PEC nº 157/2003), Reeleição da Mesa (PEC nº 101/2003), Reforma do Judiciário (PEC nº 358/2005), Processo Eleitoral (PEC nº 446/2005), dentre outras.

<sup>34</sup> Comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 106-A, de 1999, que “suprime o § 7º do art. 14 da Constituição Federal” (suprimindo o dispositivo que torna inelegível, no território de jurisdição do titular, cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, do presidente da República, de governador e de prefeito). (PEC nº 106/1999). Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14390>. Acesso em: dez. 2019.

<sup>35</sup> PL nº 8456/2017 – Altera a Carga Tributária Subsídios Tributários e Creditícios; PEC nº 045/2019 – Reforma Tributária e (PLP nº 420/2014) Tributação Micro e Pequenas Empresas; PEC nº 241/2016 – Novo Regime Fiscal.

ambiente.<sup>36</sup> Ele e Reginaldo Lopes (PT/MG) são os parlamentares que mais investem em questões relacionadas ao meio ambiente e à situação dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Parlamentares petistas também integram outras comissões especiais, igualmente importantes, relacionadas a outros temas e outras divergências com os ruralistas: PL nº 7118/2014, referente à Escola Sem Partido, PL nº 6324/2005, sobre Liberdade de Opinião Ensino Religioso e PL nº 7663/2010, sobre o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

Nos assuntos relacionados à agricultura e ao rural, as proposições de autoria dos parlamentares petistas da 56ª Legislatura (2019-2023) presentes na FPA mais uma vez se voltam para três temas principais: a questão ambiental, a problemática fundiária e a situação dos povos indígenas e populações tradicionais. Em sua maioria são solicitações de audiências públicas para debater, por exemplo, “o incidente de poluição por óleo da costa e das águas continentais do Nordeste brasileiro”.<sup>37</sup> Ou então a realização de seminários para “analisar tendências e dinâmicas recentes do desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, bem como lições de iniciativas voltadas para a sua prevenção e controle”.<sup>38</sup> E propõem a instituição do Dia Nacional de Combate às Intoxicações e ao Uso Indiscriminado de Agrotóxico.<sup>39</sup>

As frentes parlamentares ligadas à Igualdade Racial e Economia Solidária mal aparecem nas alternativas dos ruralistas da 56ª Legislatura e integrantes da FPA.

Além da FPA, destacam-se a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Ambientalista e a Frente Contra o Aborto. Em segundo lugar, a Frente Contra o Porte de Armas, Exploração do Petróleo, a Frente Parlamentar em Defesa da Regularização Fundiária, e finalmente, a Frente em Defesa dos Povos indígenas.

Os parlamentares petistas da 56ª Legislatura presentes na FPA integram em primeiro lugar, a Frente em Defesa dos Direitos Humanos, a da Igualdade Racial e a Frente em Defesa da Economia Solidária. Em segundo, a Frente em Defesa dos Povos indígenas e a da defesa da regularização fundiária. Em terceiro, a Frente contra o Porte de Armas, a Frente Municipalista e a da Defesa da Exploração Privada de Petróleo. E, por último, a Frente Parlamentar contra o Aborto e a Frente Evangélica.

Por sua vez, os petistas integrantes da CAPADR<sup>40</sup> que não participam da FPA concentram-se em três principais frentes parlamentares: em Defesa dos Direitos

---

<sup>36</sup> Participa das seguintes comissões especiais: PL nº 6670/2016 – Política Nacional Redução Agrotóxico; PEC nº 215/2000 – Demarcação de Terras Indígenas; PL nº 1610/1996 – Exploração Recursos em Terras Índigenas, Crise Hídrica no Brasil; PEC nº 131/2011 – Agentes Comunitários da Terra, dentre outras.

<sup>37</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2225165>.

<sup>38</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2223581>.

<sup>39</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2222391>.

<sup>40</sup> São eles: Beto Faro (PT/PA), Elvino Bohn Gass (PT/RS), João Daniel (PT/SE), Marcon (PT/RS), Valmir Assunção (PT/BA).

Humanos, Pela Igualdade Racial e Defesa dos Povos Indígenas. Também participam das Frentes Parlamentares da Economia Solidária; em Defesa da Regularização Fundiária; Evangélica; Ambientalista e da Frente Parlamentar contra o Porte de Armas.

Chama a atenção a homogeneidade existente entre os três grupos (ruralistas, petistas integrantes da FPA e petistas da CAPADR que não fazem parte da FPA) na participação em frentes parlamentares.

Com base no Atlas Político<sup>41</sup> houve, nas últimas legislaturas, uma presença massiva de parlamentares petistas na Frente em Defesa dos Povos Indígenas, superando inclusive as frentes parlamentares que fazem parte da história do partido, como é o caso da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, voltada para questões mais gerais ligadas aos direitos, sinalizando para a situação dos povos indígenas como questão nodal hoje. Despontam com igual peso as seguintes frentes parlamentares: em Defesa da Economia Solidária; em Defesa da Regularização Fundiária; em Defesa dos Direitos Humanos; em defesa da Igualdade Racial e contra o Porte de Armas. Em terceiro, Frente Ambientalista; Frente Evangélica; frente em Defesa da Exploração Privada de Petróleo, que conta com a presença de vários ruralistas; Frente Parlamentarista; Frente Municipalista. E, por último, a Frente Parlamentar contra o Aborto.

Quanto à formação política e à trajetória de representação dos parlamentares petistas da 56<sup>a</sup> Legislatura, ressalta-se, em primeiro lugar, a participação em conselhos municipais e de administração, de Defesa do Meio Ambiente, de Trânsito, de Educação Básica, de Política Urbana, de Defesa Civil e de Educação Escolar Quilombola, da União das Câmaras Municipais e associações de vários municípios. Em segundo, em sindicatos e centrais sindicais: dos Bancários, dos Trabalhadores de Papel e Celulose, CUT. E também diretórios acadêmicos de estudantes, colegiados de escolas, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Instituto Socioambiental, Associações de Pais e Mestres, Associação dos Alternativos na Saúde Naturalista e Movimento Pró-Rio Doce. E começa a se consolidar entre os parlamentares petistas uma trajetória predominantemente ligada à participação em conselhos municipais, já presente na FPAF da 52<sup>a</sup> Legislatura.

A respeito dos parlamentares ruralistas da FPA, praticamente todos são filiados à estrutura sindical patronal legal de representação, à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, Federações e Sindicatos). Eles se fazem presentes em associações ligadas a atividades produtivas como orizicultores, comitê da fruticultura, clube do plantio direto do arroz e cooperativas agropecuárias. Alguns registraram

---

<sup>41</sup> Para mais informações sobre a plataforma, ver: <http://atlaspolitico.com.br/quem-somos>.

também a organização e condução em movimentos patronais como o “Alerta do Campo à Nação”, durante a Nova República, o “Caminhão” a Brasília, em 1999, sobre o endividamento dos ruralistas, e a Comitiva de prefeitos gaúchos que foi a Brasília em apoio à Bancada Ruralista. E, por fim, tiveram presença em grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, Conselhos Políticos, Conselho da Juventude, Conselho de Desenvolvimento, clube náutico Bancrevea e Conselho do Sport Club Internacional. Como era de esperar, são trajetórias de formação política diferenciadas entre os dois grupos de parlamentares, como diferenciado é o capital social de cada um dos grupos.

### ***Diferenças e divergências entre parlamentares ruralistas e petistas integrantes da FPA***

De modo geral prevalecem as diferenças e as divergências entre parlamentares ruralistas e petistas. Uma primeira diferença é o perfil da representação. Para os ruralistas, predomina a representação direta: o pecuarista, arroteiro, sojicultor, o empresário de indústrias a juzante e a montante da porteira da fazenda, o cafeicultor, o usineiro e produtor de cana que correm em raia própria, mas recorrem a frentes parlamentares quando necessitam. São o “partido da terra” (CASTILHO, 2012), no qual estão presentes os melhores quadros e intelectuais orgânicos do ruralismo e do agronegócio, em que habita a força do discurso político dominante. Os parlamentares petistas se caracterizam pela mediação e a delegação. Prepondera o porta-voz do agricultor familiar, do trabalhador e da trabalhadora rural, muito embora haja um número significativo de agricultores e agricultores familiares, sobretudo nas primeiras legislaturas nas quais o PT esteve presente.

Uma segunda diferença entre os dois grupos é a fidelidade partidária. Com raras exceções, a grande maioria dos petistas nunca se filiou a outro partido. Dentre os ruralistas a situação é inversa.

Uma terceira diferença são os argumentos políticos: o discurso político e as proposições dos parlamentares petistas integrantes da FPA quase sempre retratam a ideia de inclusão social, inserção, democratização e direitos, por exemplo, a legislação participativa. Diante de tragédias ambientais, costumam ocupar instâncias diferenciadas e, conseqüentemente, ter propostas e posições também distintas. É expressiva a presença de parlamentares petistas integrantes da FPA na CPI sobre o Rompimento da Barragem em Brumadinho, como Odair José (PT/MG), Leonardo Monteiro (PT/MG) e Nilto Tatto (PT/SP). Os ruralistas concentram-se na Comissão Externa criada para tratar do desastre. É o caso de José Mario Schreiner (DEM/GO), ex-

presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, em 2008, e vice-presidente da CNA-DF, também em 2008.<sup>42</sup>

Demarcação de terras indígenas e preservação do meio ambiente encontram-se no centro das divergências. Valdir Colatto (PMDB-SC) e Abelardo Lupion (DEM/PR), integrantes da FPA e da FPAF na 52ª Legislatura, mostraram-se particularmente empenhados em sustar portarias do Ministério da Justiça homologando a demarcação de terras indígenas e reivindicavam uma maior fiscalização dos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, reclamavam do peso dos tributos, do valor das taxações e dos altos custos de produção, tanto para eles como para a agricultura familiar.

Os parlamentares petistas da FPAF e da FPT, por sua vez, reivindicavam a garantia de recursos para a agricultura familiar, o estímulo aos financiamentos para os produtos da cesta básica. Ao mesmo tempo, demandavam seguro-desemprego para trabalhadores, chamavam a atenção para a questão indígena, os danos ao meio ambiente e a necessidade de uma reforma agrária como solução para a questão fundiária.

Ruralistas e petistas divergiram no debate sobre a PEC nº 58/2003 (Alienação de Terras), reunindo, de um lado, Eduardo Valverde (PT/AC), Nilson Mourão (PT/AC) e, de outro, João Matos (PMDB/SP), Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Odair Zonta (PP/SC).

Os parlamentares petistas sempre se posicionaram manifestamente contra a violência e denunciaram práticas desse tipo, cobrando uma posição do governo e das autoridades competentes. Os parlamentares ruralistas permanecem abertamente a favor da violência. “Para cada fazenda invadida, um padre morto”, declaravam, nos anos 1980, os mais exaltados e ligados à UDR. Uma violência cotidianamente atualizada e naturalizada.

A Igreja Católica é forte pra influir. Ela adora índio suicidado, índio morto, o índio pra Igreja Católica vale milhões de reais, infelizmente. Filma, documenta, leva pra Europa e faz um carnaval dos pobres coitados dos índios, e os alemães enchem a igreja de (...) Todos não, mas principalmente o alemão morre de dó dos índios e manda um mundo de dinheiro que é uma das principais fontes de renda da Igreja Católica hoje” afirma o representante da Acrissul (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007, p. 117)

Em discurso na Câmara dos Deputados, proferido em 24/10/2016, durante debate sobre a reforma da previdência, o ruralista Alceu Moreira (PMDB/RS) chamou de “vagabundos remunerados” os aposentados por invalidez.<sup>43</sup> O mesmo parlamentar, em

<sup>42</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204386/biografia>.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2016/10/deputado-gaicho-chama-aposentados-de-vagabundos-remunerados/>.

audiência pública sobre demarcação de terras indígenas, realizada em Vicente Dutra (RS), em 2013, já havia declarado:

Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário.<sup>44</sup>

Parlamentares petistas também se diferenciam dos ruralistas pela rara presença em mesas diretoras do Congresso Nacional, marcadamente presidencialista, e pela dificuldade de trazer representantes do governo para audiências públicas, enquanto os parlamentares ruralistas combinam direta e antecipadamente a presença no Congresso Nacional de um determinado ministro de Estado.

Também existem diferenças na participação em comissões e nas proposições. Para os parlamentares do PT, predomina a reivindicação por melhores condições de trabalho, de formação e de educação para trabalhadores, servidores, professores, técnicos, enquanto para as elites ruralistas predomina a defesa do negócio: o setor produtivo, o perdão da dívida, menor taxaço, medidas que garantem o monopólio da terra.

### ***Identidades e habitus entre parlamentares ruralistas e petistas***

Lado a lado com as divergências políticas e partidárias, parlamentares, ruralistas e petistas aproximam-se nas situações que afetam a agricultura como um todo como, por exemplo, alguns embargos do mercado internacional, o aumento de taxaço por parte do Estado, as restriçoões ao crédito, mesmo que ambos se distanciem ao longo do processo de elaboração de medidas e projetos de lei. Aproximam-se também e participam de uma mesma comissão ou CPI diante de alguns fatos relacionados à região, ao estado ou ao seu município e sua base eleitoral como catástrofes, comemoraçoões de aniversário das cidades, falecimentos de pessoas publicamente reconhecidas (BEZERRA, 1999).

A força das relaçoões de parentesco e a política vista como negócio de família também os aproximam. Dentre os petistas da 56ª Legislatura, integrantes da FPA, Nilto Tatto (PT/SP) tem todos os irmãos envolvidos em política e José Carlos de Beker Oliveira e Silva (PT/PR), o Zeca Dirceu, é filho de uma importante liderança política do PT.

No terreno ruralista, a listagem é mais extensa e os clãs familiares são historicamente conhecidos. Nas legislaturas anteriores destacam-se, pela FPA, Leonardo Picciani (PMDB/RJ) da família Picciani; a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB/PA), ex-esposa de Jader Barbalho, ruralista histórico, e mãe do então governador do Pará, Helder

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/heinze-quilombolas-gays-e-lesbicas-nao-prestam>.

Barbalho (MDB/PA); Dona Iris de Araújo Resende Machado (PMDB/GO), esposa do político Iris Resende, como faz questão de ser identificada.<sup>45</sup> Nas legislaturas mais recentes figuram Irajá Abreu (DEM/TO), filho de Kátia Abreu; Beto Rosado (PP/RN), de uma conhecida família de políticos no Rio Grande do Norte; Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), filho do atual presidente da República, Jair Bolsonaro; Pedro Lupion (DEM/PR), filho de Abelardo Lupion, parlamentar ruralista histórico, agropecuarista, empresário, fundador e presidente da UDR do Paraná. Todos são membros da FPA. É comum trazerem consigo parentes e aderentes, “sua gente”, para ocupar as assessorias do mandato. Todas, pessoas “confiáveis” e “qualificadas” para os cargos, como argumentam várias lideranças patronais rurais e do agronegócio e parlamentares por nós entrevistados (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007). Como avalia Florestan Fernandes, em seu livro *A Revolução Burguesa*, somos uma sociedade estamental e clânica (FERNANDES, 2006). É a política como negócio de família (MONTEIRO, 2017).

A religião também os aproxima: carismáticos, evangélicos, católicos (LEITE, 2019). Juntos assistem à missa, participam de cultos e, quando se sentem identificados, votam a favor de proposições favoráveis a seus credos e crenças.

Alguns parlamentares ruralistas e petistas, tanto da FPA como da FPAF e FPT, ao longo de suas trajetórias políticas, tiveram seus nomes na justiça e responderam ou responderam a processos judiciais. Tal procedimento muitas vezes pode significar uma forma de negociação política: acusar alguém para tê-lo sob controle. Os motivos mais frequentes são: o uso indevido do dinheiro público no exercício de cargos públicos; a dificuldade de separar a coisa pública do bem privado; a improbidade administrativa; tráfico de influência na apresentação de emendas orçamentárias; crimes da lei de licitação; ilegalidades na contratação de empresa de publicidade; ilegalidade na contratação de “empresa de fornecimento de materiais para escolas por meio de inexigibilidade ilegal de licitação”; contratação de escritório de advocacia via dispensa irregular de licitação; lavagem de dinheiro; falso testemunho; prática de crimes eleitorais; dano ambiental em área de preservação permanente, por permitir a construção de aterros irregulares e não fiscalizar a correta destinação de esgoto; uso de notas fiscais frias para justificar reembolso de passagens aéreas e correspondências; omissão de bens na declaração à Justiça Eleitoral.

A presença de parlamentares ruralistas na FPAF e na FPT durante a 52ª Legislatura (2003-2007) se fez acompanhar por considerações sobre quem é e o que pensa o agricultor familiar no Brasil. São imagens construídas quase sempre em contraposição a

---

<sup>45</sup> Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/de-pai-para-filho-familia-que-esta-ha-196-anos-no-congresso-prepara-dois-sucessores/> e <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/nomeaa-a-es-de-parentes/368631>.

uma autoimagem de si. Enquanto para os ruralistas suas famílias simbolizam a “tradição” e o “patrimônio”, a família do agricultor familiar é concebida como sinônimo de “exploração” e de “trabalho”. Enquanto os primeiros se veem como “lideranças classistas possuidoras de uma representação própria”, o agricultor familiar é considerado um ator passivo, eleitor sempre representado por alguém, mediado. Para a então senadora e empresária pecuarista Kátia Abreu (PDT/TO), ambientalistas, povos indígenas e populações tradicionais são “os conservadores da era pós-moderna”, além de autoritários na ação política, “pessoas afeitas à narrativa de fracassos e de desastres” e, por isso, não percebem a capacidade de adaptação e de superação da sociedade e a marcha geral da civilização”, afirma em seus escritos para o jornal *Folha de S. Paulo*. Ela avalia que as medidas que impõem limites à compra de terras por parte de empresas estrangeiras ou nacionais com controle estrangeiro são uma “sobrevivência de ideias anacrônicas”, “um nacionalismo patético”, “fora de hora”, “carregado de veneno” e de “instintos duramente domados pelos processos civilizatórios”. Exemplo mais acabado de nosso complexo de inferioridade, defende que a “presença de cidadãos e empresas estrangeiras deve ser saudada como algo inteiramente positivo” (...) E arremata que o Brasil perdeu a maior parte do século XX “procurando inimigos externos para justificar a pobreza e atraso”.<sup>46</sup>

Entretanto, na fala dos ruralistas, família significa prioritariamente tradição e patrimônio: “a divisão da terra já foi feita até por via do aumento das famílias e da distribuição de terras dentro das famílias”, argumenta um representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e arremata: “a gente brinca aqui que é a reforma agrária feita na cama. Pelos meus avós, pelos meus (pais) que vai dividindo a terra para os filhos”. Ele não foi o único a declarar que reforma agrária se faz na cama. Os porta-vozes da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) e da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL repetiram o mesmo argumento (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007, p. 74)

Enfim, visões de mundo e concepções de sociedade predominantemente marcadas pela posição e a condição de classe (BOURDIEU, 1989). Do ponto de vista dos parlamentares ruralistas, o olhar é construído a partir do prisma do monopólio e da concentração fundiária, do controle, da exclusão, da reafirmação da propriedade, da superioridade e desqualificação do outro. O Estado é como se fosse sua segunda casa. Espaços quase sempre ligados à acumulação, à produtividade, ao lucro, à exclusão do outro, à lógica da alternativa histórica única.

---

<sup>46</sup> Ver: Prado, 2018, p. 106.

Uma proximidade também decorre de determinados valores em comum, particularmente quando relacionados à concepção de família, de casamento, de sexualidade, de credo religioso e cultura política. As situações geradoras de tensão e de conflitos não se reduzem à posse ou à propriedade de elementos econômicos e materiais (meios de produção, entre outros) nem se restringem às relações de classe. Da mesma forma, a disputa e as relações de poder, em inúmeras situações, são produto da própria configuração que se institui (ELIAS, 2001, p. 46).

## **Considerações finais**

Como assinalado, ao procurarmos refletir sobre as frentes parlamentares como espaço de disputa política, nosso objetivo primeiro foi retomarmos os pressupostos e atualizarmos o estudo sobre representação e organização de interesses do patronato rural no Brasil para melhor entender a realidade hoje. Nessa retomada, nos deparamos com o PT de nossas primeiras experiências e memórias – um partido que, à semelhança do Partido Trabalhista Inglês, nasceu das lutas e mobilizações de trabalhadores. Um partido de base, preocupado com a construção da “unidade na diversidade”, que procurava dialogar com os sindicatos, associações, núcleos comunitários de bairro e com as diferentes categorias profissionais e, ao mesmo tempo, adaptar-se às exigências legais partidárias e ser voz ativa nos processos eleitorais (VAINER, 1995).

Como vimos ao longo do texto, vários traços e bandeiras ainda se mantêm presentes nas proposições dos parlamentares petistas, constituindo-se em móveis de divergências e de enfrentamento político com os ruralistas. Destacamos a defesa de uma legislação participativa, a democratização da terra, políticas de inclusão social e a luta por direitos (PALMEIRA, 1988). São dimensões que as elites patronais rurais e do agronegócio percebem no dia a dia dos trabalhos na grande política institucional. Percebem e temem a força das reivindicações.

Hoje, como resultado da enorme concentração da propriedade da terra, há uma reafirmação sem precedentes do poder do agro: poder de organização, de acumulação e de pesquisa. Trata-se, contudo de um poder que não se restringe ao poder de barganha, mas se volta à capacidade de pensar formas alternativas como, por exemplo, um novo redesenho do urbano e produção de orgânicos. O que não avança é a questão social, segundo o professor John Wilkinson, do CPDA/UFRRJ.

Contudo, o poder das elites ruralistas e do agronegócio não é absoluto. A vitória eleitoral, o exercício do mandato, o voto, as lides do Congresso Nacional, conferem poder, ainda que desigual, a todos os parlamentares. A disputa política, as divergências

existentes entre ruralistas e petistas e a possibilidade de acionar mecanismos institucionais legais impõem limites às elites patronais e ruralistas, o que em si já é um ganho. Não existe ninguém destituído de poder e ninguém com plenos poderes (ELIAS, 2001). Ganhos que também são fruto da pressão social que envolve movimentos, redes, organizações, comunidades, grupos sociais e pessoas.

É importante pensar as relações de poder e as disputas políticas existentes como processos relacionais e complementares (THOMPSON, 1987). São narrativas em disputa pela significação dos argumentos (BOURDIEU, 1989). Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas do Brasil e ex-ministro do MAPA no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista, argumentava: “O problema, professora, é que, quando falo a palavra sustentável, sou obrigado a falar de preservação do meio ambiente, melhores condições de vida e de trabalho etc”.<sup>47</sup> Isso é resultado da pressão dos movimentos sociais populares e de seus mediadores, que estabeleceram a necessidade de conjugar sustentabilidade com preservação ambiental e melhores condições de trabalho e de vida. Sustentabilidade, palavra política. Do mesmo modo, a violência. Durante a Nova República, a denúncia da violência da UDR impôs limites à ação patronal. “Eles conseguiram carimbar em nossa testa a palavra violência”, argumentava uma das lideranças patronais rurais diante da reação do assassinato em 1986, do Padre Jósimo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra.<sup>48</sup>

Ou seja, se de um lado é imprescindível entender as vitórias do patronato rural e do agronegócio, de outro, também é importante resgatar os ganhos políticos de seus adversários, por menores que sejam. Na atual conjuntura de hegemonia e de ofensiva das elites patronais rurais e do agronegócio, os parlamentares petistas em disputa com os ruralistas assemelham-se aos “enfrentantes” dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, durante a Nova República em confronto com grandes proprietários organizados na UDR. Fazem uso de seus direitos e prerrogativas como parlamentares, para, por exemplo, exigir explicações sobre a redução cada vez maior de recursos para a reforma agrária; denunciar os artifícios da Lei de Proteção de Cultivares que põem em xeque a soberania alimentar; cobrar pelos assassinatos dos povos indígenas e a criminalização do MST presente na Lei de Organizações Criminosas (SAUER, 2009; LOPES, 2020); denunciar a estrangeirização de terras e, mais recentemente, a MP nº 897/2019, conhecida como MP do Agro; o trabalho escravo; a CPI Funai/Incra.

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada para a pesquisa Reforma do Estado, financiada pela Capes, em 1997-1998.

<sup>48</sup> Entrevista realizada com dirigente da UDR, numa manifestação em Brasília. O entrevistado pediu para não ser identificado.

Hoje, permanece a centralidade da questão da terra. Um dos principais embates entre ruralistas e petistas gira em torno da questão ambiental, da regularização fundiária e da defesa dos povos indígenas e populações tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, se constituindo em atores políticos e reivindicando direitos. Um dos temores dos ruralistas é a dispersão: “é como erva daninha, eles podem brotar em qualquer lugar”, diz um dos representantes. Também temem porque são movimentos que se apropriaram da palavra “tradicional”. Não mais a sacralidade da tradição como instrumento de dominação das elites. A tradição como identidade de um povo.

Não é fácil enfrentar o adversário político em seu terreno nem usar as suas armas. Há sempre um risco.<sup>49</sup> Mas o poder das elites ruralistas e do agronegócio diretamente representadas no Congresso Nacional não é absoluto. O exercício do mandato confere um poder, por menor que seja, a todos os parlamentares: o poder de veto, de voto, de uso de prerrogativas legais, entre outros, passíveis de limitar interesses e o suposto “livre-arbítrio absoluto” de ruralistas e patrões.

Além disso, quem constrói muros, estabelece interdições, cria barreiras, levanta cercas e privatiza o que é público. Quem fecha as portas, tranca os portões, blinda o debate, são os parlamentares ruralistas. São as elites agrárias. É o agronegócio, orientado por uma concepção de sociedade dividida entre estabelecidos e *outsiders*, elite e massa, superiores e inferiores, ricos e pobres, humanos e sub-humanos (ELIAS; SCOTSON, 2000). O discurso do poder no Brasil é conservador porque procura impor uma noção de hegemonia como totalidade. Esquece que a hegemonia supõe o consenso.

Contudo, existe um limite para tantas interdições, barreiras e cercas, pois uma das condições para a construção da hegemonia é a incorporação de reivindicações dos grupos sociais sob os quais a hegemonia será exercida. Um imperativo que por sua vez faz florescer as condições para o surgimento de uma contra-hegemonia.

## Agradecimentos

Agradeço a todos(as) que contribuíram na elaboração deste artigo: a turma do Laboratório Organização e Representação de Interesses Patronais Rurais e do Agronegócio e da disciplina Organização, Política e Poder (CPDA/UFRRJ-2019). Aos (às)

---

<sup>49</sup> Tal façanha é um dos traços das classes e grupos dominantes no capitalismo. Katia Abreu é pródiga na tentativa de atacar o inimigo com as armas do inimigo. Assim fazendo, ela cita os seus autores, versa os seus versos, empunha suas palavras de ordem e denuncia suas denúncias. De Gramsci, costuma declarar que “a política é o lugar do consenso e não do enfrentamento”, embora durante o debate sobre o novo Código Florestal, tenha se transformado em *expertise* da intolerância, desqualificando os povos indígenas. Mas, ao mesmo tempo, governada pela força das relações de reciprocidade ela e seu filho Irajá Abreu votaram contra o *impeachment* da presidente Dilma.

participantes da Roda de Conversa “Agronegócio, Ruralismo e Estratégias Políticas no Campo no Brasil Contemporâneo”, realizada pelo Núcleo de Estudo Agronegócio e Relações de Poder (NARUP/CPDA/UFRRJ) em novembro de 2019. Seus textos apresentados no debate e voltados para a reflexão sobre patronato rural, agronegócio e Congresso Nacional trouxeram uma rica reflexão sobre vários temas como, por exemplo, a estrangeirização de terras, segurança jurídica, MP do Agro, segurança alimentar, agronegócio, “jabutis”, entre outros. Agradeço ainda às colegas Ana Sagioro Garcia, pela rica reflexão e debate sobre o pensamento de Antonio Gramsci, Debora Franco Lerrer, Karina Kato, Leonilde Servolo de Medeiros e Thereza Cristina Cardoso Menezes pela participação em nossa Roda de Conversa. Ao Olavo Brandão Carneiro, por me disponibilizar a documentação do Congresso Nacional. Ao João Lagüéns (Museu Nacional/UFRRJ), ao Paulo Alentejano (UERJ) e à Regina Novaes (UFRJ e Unirio). Por fim, meu agradecimento ao Raimundo Santos (*in memoriam*), um dos principais incentivadores para que eu me adentrasse em novas searas. Quando Raimundo faleceu, guardei o texto na gaveta, e só recentemente consegui retomá-lo.

## Referências

- ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. ABAG, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://abag.com.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- AGÊNCIA FPA. *Frente Parlamentar da Agropecuária*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 15, n. 2, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Bancada Ruralista. Mimeo: Rio de Janeiro, 2019.
- ASSOCIAÇÃO TERRA E LIBERDADE. *De olho nos ruralistas*, c2020. Página principal. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ATLASINTEL. *Atlas político*, c2020. Página principal. Disponível em: <http://atlaspolitico.com.br/quem-somos>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BONELLI, Moema. *Proposições legislativas sobre desenvolvimento rural*. Brasília: MDA/NEAD, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. *Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005*. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LXXII, n. 90, 26 maio 2017. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LXXIV, n. 160, 10 set. 2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a.
- BRASIL. *Frentes Parlamentares. Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53910>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Bancada Ruralista e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato Sergio; FLEXOR, Georges (Orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.
- BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 284-310, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200010>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. 2002. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280093>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). In: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.
- BRUNO, Regina. *Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação*. *Revista IEB*, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72151>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. *Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: REDES-IICA/MDA, 2007.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diários da Câmara dos Deputados*, c2020. Boletins, diários e anais. Disponível em: [https://imagem.camara.leg.br/constituente\\_principal.asp](https://imagem.camara.leg.br/constituente_principal.asp). Acesso em: 13 jul. 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Quem são os deputados*, c2020. Pesquisa de deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CARNEIRO, Olavo Brandão. *Além do Agro: ruralistas no Senado Federal*. 2020. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

- CASTILHO, Alceu Luís. Dono da mansão dos ruralistas em Brasília representa setores do agronegócio. *De Olho nos Ruralistas*, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/05/dono-da-mansao-dos-ruralistas-em-brasilia-representa-setores-do-agronegocio/>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- CASTILHO, Alceu Luís. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. *OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 699-707, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41337>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- CASTILHO, Alceu Luís. *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CONGRESSO NACIONAL. *Congresso Nacional, c2020*. Página inicial. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Canal do trabalhador, c2020*. Página inicial. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representações de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31641>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- COSTA, Felipe Ferrari. *As dinâmicas da representação de interesses da pecuária gaúcha na Farsul: uma análise da partir dos anos de 1990*. 2017. Trabalho de qualificação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte – nas questões de interesse dos trabalhadores*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. *A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: transição política e classes dominantes agrárias (1986-1991)*. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6580195](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6580195). Acesso em: 20 ago. 2020.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra (Orgs.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

- FIA – Fundação Instituto de Administração. *Pensa*, c2020. Página inicial. Disponível em: <http://pensa.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FLEISCHER, David. A força das bancadas. 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antteriores/945-a-forca-das-bancadas-segundo-david-fleischer>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *FGV CPDOC*, c2020. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- GALVÃO, Elisandra de Araújo. *A política na CNA: organização, mobilizações e inserções no Estado*. 2020. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*”: mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158335>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- GERHARDT, Cleyton. *Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro: subjetivação, e conquista de novos territórios*. Mimeo: Rio de Janeiro, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Introducción a la filosofía de la praxis*. Barcelona: Ediciones 62, 1972.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LACERDA, Elaine Vieira. *Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2353>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LAGÜENS, João Vicente Marques. *É dando que se recebe? Um experimento etnográfico para entender a circulação de recursos na política*. 2012. Trabalho de qualificação (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- LEITE, Luiza Chuva Ferrari. *O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil*. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31761>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LERRER, Débora Franco. O discurso de Roberto Rodrigues na Agroanalysis e o paradoxo do governo Lula. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 129-150.
- LIMA, Mayrá Silva. *Os ruralistas como elite política: hegemonia construída através do Estado e da imprensa brasileira*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- LOPES, Vanessa Ferreira. *O processo de construção da criminalização do MST na Lei de Organizações Criminosas: um estudo de caso sobre os processos judiciais propostos contra o MST em Santa*

- Helena de Goiás-GO. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Programa da Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p.84-106.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1945-1964*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PICOLOTTO, Everton. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*, vol. 1. 1. ed. Brasília: MDA, 2017. p. 342-366.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964/1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTEIRO, José Marciano. *A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. MST, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflito no campo*. Rio de Janeiro: Graphic, 1997.
- PALMEIRA, Vladimir. *A reforma agrária e a política socioeconômica do país*. Pronunciamentos. Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT e a Reforma Agrária*. Proposta. Brasília: Secretaria de Organização/Câmara dos Deputados, 1985.
- PEREIRA, Carolina de Freitas. *As agroestratégias ruralistas de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas: (re)definindo marcos legais e usos territoriais*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. 458 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281005>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- PRADO, Fellipe Silva. Hegemonia do agronegócio representação política: Katia Abreu fusão de liderança política e corporativa. *IDeAS*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-116, 2018. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/185>. Acesso em: 18 set. 2020.
- RAUBER, Marcelo Artur. *A contestação do direito territorial indígena*. 2019. Trabalho de qualificação (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

- REIS, Elisa. Elites agrárias, *state-building* e autoritarismo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982. p. 331-347.
- REPORTER BRASIL. *Ruralômetro*, c2020. Medindo a febre ruralista dos deputados. Disponível em: <https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SANTOS, Vinicius José Ribeiro da Fonseca. *Os Guaran-Kaiowá e a elite ruralista no Mato Grosso do Sul: as múltiplas faces de um processo de territorialização*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento de Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- SAUER, Sergio, Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares. In: PRETTO, Adão (Org.). *25 anos de luta pela terra*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- SEESCOPE – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. *Sistema OCB*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/sescoop>. Acesso em: 2 set. 2020.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. *CNA*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- SEVÁ, Janaina Tude. *A mão que afaga é a mesma que apedreja: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965*. 2016. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1293>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- SEVÁ, Janaina Tude. *Classes patronais rurais e conflitos sociais: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://tede.ufrj.br/handle/tede/660?locale=pt\\_BR](https://tede.ufrj.br/handle/tede/660?locale=pt_BR). Acesso em: 4 set. 2020.
- SILVA, José Graziano da. As representações empresariais na agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29., 1991, Campinas. *Anais...* Brasília: SOBER, 1991.
- STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Novas realidades, velhos desafios: o projeto revolucionário do PT face à ofensiva neoliberal. Uma proposta para a discussão*. Mimeo: Rio de Janeiro, 1995.
- VELLOSO, Iva. O endereço do poder agro em Brasília. Mansão às margens do Lago Paranoá se firma como o centro das principais decisões do setor. *Plant Project*, Barueri, 6 mai. 2019. Disponível em: <https://plantproject.com.br/2019/05/agribusiness-14-o-endereco-do-poder-agro-em-brasil/>. Acesso em: 6 out. 2020.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- VIGNA, Edelcio. *A bancada Ruralista – Legislativa 2007-2010*. Brasília: INESC, 2007.
- XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/501>. Acesso em: 16 ago. 2020.

## Anexo 1

### **Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária – FPAA 52ª Legislatura (2003-2007)**

- Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da agricultura nacional, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes de sua aplicabilidade.
- Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agrícolas.
- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agricultura nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional.
- Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a agricultura nacional.
- Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agricultura nacional, em todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

### **Frente Parlamentar da Agricultura Familiar – FPAF 52ª Legislatura (2003-2007)**

- Promover ações com vistas à promoção de políticas públicas e aprimoramento da legislação federal para o fortalecimento da agricultura familiar.
- Realizar seminários, eventos, debates e articular e integrar as atividades da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar com as ações do governo ou da sociedade civil, voltadas para o tema do desenvolvimento rural sustentável.
- Estimular e valorizar a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema da Frente.
- Defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais.
- Promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

### **Frente Parlamentar da Terra – FPT 52ª Legislatura (2003-2007)**

- Promover a reforma agrária.
- Defender o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar camponesa.
- Promover a biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.
- Estimular o reconhecimento do direito ao território dos povos tradicionais (índigenas, quilombolas, quebradeiras de coco).
- Defender o cumprimento integral da Constituição Federal no que tange à função social da terra.
- Promover os direitos humanos das populações do campo, combatendo a criminalização dos movimentos sociais.
- Potencializar as lutas pela construção de um novo modelo energético, capaz de assegurar a sustentabilidade ambiental.

## Como citar

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 461-502, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-9>.



*Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.*

# ESTUDOS

*Sociedade e Agricultura*

ISSN@ 2526-7752 | ISSN-L 1413-0580  
v. 29, n. 2, junho a setembro de 2021

## Pareceristas

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Anelise Dias

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Beatriz Medeiros de Melo

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Cátia Antônia da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil

Cristiano Wellington Noberto Ramalho

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Daniela Garcez Wives

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Dalmora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Evander Eloí Krone

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Fabiano Escher

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Flávia Charão-Marques

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Flávia Trentini

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Flavio Sacco dos Anjos

Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Gilson Cássio de Oliveira Santos

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Glauber Lopes Xavier

---

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis, Goiás, Brasil

Guélmer Júnior Almeida Faria

---

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Igor Simoni Homem de Carvalho

---

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Jandir Ferrera de Lima

---

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Toledo, Paraná, Brasil

Janine Helfst Leicht Colloço

---

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

John Wilkinson

---

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Jorge Andres Vélez-Correa

---

Universidad del Valle, Cali, Valle del Cauca, Colômbia

Marcos Otávio Bezerra

---

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Aparecida Chaves Martins

---

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Mariana de Andrade Soares

---

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (RS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Mariana Miggiolaro Chaguri

---

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Maria Thereza Macedo Pedroso

---

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Brasília, DF, Brasil

Mireya Eugenia Valencia Perafán

---

Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial, Brasília, DF, Brasil

Paulo André Nierdele

---

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Rodica Weitzman

---

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Thais Joi Martins

---

Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Cruz das Almas, Bahia, Brasil

Thomas Ludewigs

---

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil